

EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ATUALIDADE



CRESS-MG | REVISTA CONEXÃO GERAES V. 17 | DEZEMBRO 2025 | ISSN: 2966-2907

EXPEDIENTE

CRESS-MG | REVISTA CONEXÃO GERAES V. 17 | DEZEMBRO 2025 | ISSN: 2966-2907

COMISSÃO ORGANIZADORA

Claudio Henrique Miranda Horst, Dayane Reis, Klauze Silva, Maicom Marques de Paula, Marcela Ferraz Viana e Thaise Seixas Peixoto de Carvalho.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Dayane Reis e Marcela Ferraz Viana

ASSESSORIA DE EDITORIA

Marcela Ferraz Viana

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Ana Carolina Pereira (Gm Editorial) ✉gmeditorial.com.br

REVISÃO

Heloísa Alves Braga

PARECERISTAS

Ada Kallyne Lopes, Alexandra Eiras, Bruna Figueiredo Oliveira, Clara Barbosa de Oliveira Santos, Claudio Henrique Miranda Horst, Cristiane Silva Tomaz, Euler Campos, Geunice Tinôco Scola, Gláucia de Fátima Batista, Greice dos Reis Santos, Isabella Paixão, Jazon Ruback Trindade, Jessica Ribeiro Duboc, Juliana Barone, Juliana Cobucci, Kalil Lauer, Kathiúça Bertollo, Klauze Silva, Lesliane Caputi, Lidiani Vanessa da Silva, Luciana Gonçalves Pereira de Paula, Maicom Marques de Paula, Marina Monteiro de Castro, Marina Rodrigues Corrêa dos Reis, Mônica Freitas Ferri, Natalia Aparecida Dornelas Miranda, Olga Aquino, Raissa Arantes, Raquel Mascarenhas Pataxó, Rita Farias, Rodrigo Ribeiro, Rosana Quadros, Samara Santos, Thaise Seixas Peixoto de Carvalho, Verônica Medeiros e Viviane Souza Pereira.

DIRETORIA

Presidente: Cláudio Henrique Miranda Horst

Vice-Presidente: Gláucia de Fátima Batista

1º Secretário: Mauri de Carvalho Braga CRESS

2ª Secretária: Thaise Seixas Peixoto Carvalho CRESS

1º Tesoureiro: Fábio Cândido Borges CRESS

2ª Tesoureira: Paula Luísa Rodrigues Dutra

CONSELHO FISCAL

Presidente: Fabiana Nascimento Marques

1ª Vogal: Cecília Duguet Pinheiro Mageste

2ª Vogal: Luciana Soares de Barros Alcântara

SUPLENTES

Juliana de Almeida Evangelista Barone
Corina Aparecida de Paiva Vidal
Márcia Alaíde Ribeiro Sacramento
Maicom Marques de Paula
Crislaine Cristina Nascimento Flauzino
Micheline Pires Sampaio
Sandra Eliana da Silva Limonta
Klauze Silva

SECCIONAL JUIZ DE FORA

Coordenadora: Deiseleny Lopes Teixeira
Tesoureiro: Jazon Ruback Trindade
Secretaria: Fábio da Silva Calleia
Suplência: Dayana Cristina Lourenço de Assis

SECCIONAL MONTES CLAROS

Coordenadora: Suzana Alves dos Santos Barros
Secretária: Thainara Soares Veloso
Tesouraria: Adrielly Franciane de Rezende Santana
1ª Suplente: Thalita Lorrane Rocha Rodrigues

SECCIONAL UBERLÂNDIA

Coordenadora: Luana Braga
Tesoureira: Ingrid de Souza Vieira
Secretária: Beatriz Vitória Menezes Oliveira
1ª Suplente: Lucila de Souza Zanelli

REALIZAÇÃO

Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais

Gestão 2023-2026:

“Lutar quando é fácil ceder”: unidade e resistência na defesa do projeto ético político.

SUMÁRIO



OS TÍTULOS ABAIXO SÃO INTERATIVOS
CLIQUE PARA IR DIRETO AO CAPÍTULO

6. **Apresentação**
16. **A chegada da extrema direita ao Planalto: Repercussões nas políticas públicas para as pessoas em situação de rua**
Flávia Lee Cardoso Dias
32. **A questão social e o trabalho da e do assistente social no capitalismo contemporâneo**
Iara Soares de Araújo
44. **Direitos humanos em trincheiras: o Serviço Social no fio da navalha**
Adrielle Nunes Parreiras | Maria Alice Silva Santos Félix | Rita de Cássia Pereira Farias
60. **Serviço Social e luta sindical: a potencialidade do sindicato por ramo de atividade**
Rodrigo Fernandes Ribeiro | Isabela Werneck de Souza | Laura Ubaldo Brandão | Natália Rosa da Silva | Victor D' Angellis de Queiroz
74. **Educação emancipadora e classe trabalhadora: contribuições para o trabalho social em Serviço Social**
Gerusa Emília da Silva Lima | Carlos Alberto Lucena
88. **A fome como expressão da “questão social”: reflexões do Serviço Social sobre o perfil da população usuária em projeto de Segurança Alimentar**
Mariana Leite Péres | Marcelle Nerio | Elaine Rosa | Marcelo Martins
104. **O abandono das adolescentes meninas no sistema socioeducativo: invisibilidades e desafios à atuação do Serviço Social**
Ariane Rodrigues de Paula
118. **Familismo e patriarcado nas políticas de enfrentamento à violência doméstica: desafios e possibilidades para o trabalho de assistentes sociais em Minas Gerais**
Glauce Kelly Fieno Melo
134. **A importância da educação permanente do Suas nos processos de formação e trabalho profissional dos assistentes sociais: uma reflexão da realidade de Minas Gerais**
Jouilly Mayrink Magalhães
146. **A comissão de educação do CRESS-MG: História, contribuições e desafios para o Serviço Social na política de Educação Básica em Minas Gerais**
Cristiano Costa de Carvalho | Janaina Andrade dos Santos | Marisaura dos Santos Cardoso
160. **Controle Social e Participação no SUAS-BH: propostas para consolidação de um espaço sócio-ocupacional através da experiência do trabalho de assistentes sociais nas**

Comissões Locais de Assistência Social (Clas) e nos Conselhos Regionais de Assistência Social (Coras) I

Vitor Bruno Gonçalves Rabelo | Mariana Rabelo dos Santos

- 184. Contribuições da e do assistente social junto às mulheres transexuais que buscam a inserção no mercado de trabalho**
Kamila Dias De Oliveira
- 200. O trabalho de assistentes sociais junto a adolescentes do serviço de acolhimento institucional de pirapora/mg e os desafios perante a distorção série-idade**
Joseane Ribeiro Pamplona
- 218. A atuação da e do assistente social na Educação Básica: fundamentos, desafios e perspectivas da inclusão escolar de crianças com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA), a partir do projeto 'conversas em roda**
Talita Silveira Freitas | Líbia Gervásio da Silva Costa
- 234. A atuação do Serviço Social na educação profissional e tecnológica: experiência no IGNMG – Campus Diamantina**
Shirley Gomes Oliveira
- 244. Serviço Social e residência multiprofissional: Caminhos e descaminhos na viabilização da equidade no SUS - um relato de experiência(s)**
Ana Paula Carvalho de Rezende | Regiane Claret da Cruz | Dara de Souza Silva
- 258. Adoecimento mental, comunidade LGBTQIAPN+ e atuação do Serviço Social sob a visão do estágio supervisionado**
Maria Bárbara Romano | Carlos Augusto Belizário | Wagner Lopes de Almeida
- 268. O trabalho das e dos assistentes sociais com a população em situação de rua e a experiência das hortas no Centro Pop**
Juneo Carlos de Carvalho Boas | Janine Soares de Souza
- 280. Experiência do processo de planejamento da atuação profissional do Serviço Social em um ambulatório de Pré-Natal de Alto Risco**
Ana Caroline Silva
- 296. A experiência do Serviço Social com acolhimento a acompanhantes em hospital universitário: um relato de experiência**
Joseane Barbosa de Lima
- 308. A atuação da e do assistente social na gestão de riscos e desastres: experiência da defesa civil de Juiz de Fora/MG**
Laura Basílio Sá Forte | Helen da Silva Tomaz Oliveira | Michele Barros Paschoalim | Tamara Ramos Duarte | Stephania Lani de Lacerda Reis Gavioli de Abreu

APRESENTAÇÃO

“Experiências e possibilidades do trabalho de assistentes sociais na atualidade”

A Revista Conexão Geraes vem se tornando, cada vez mais, um dos mais importantes veículos de formação técnica e científica dos e das assistentes sociais de Minas Gerais. Há treze anos, o periódico vem contribuindo com a formação e o aprimoramento teórico, técnico, acadêmico e científico de profissionais do Serviço Social de Minas Gerais e de todo o Brasil, além de reafirmar o compromisso do Conjunto CFESS-CRESS, por meio do CRESS-MG, com o estímulo, a valorização e a visibilidade da produção teórica e científica da categoria profissional, com destaque às e aos profissionais que atuam no estado.

Nesta edição, que acompanha o tema central dos três anos anteriores, “Experiências e possibilidades do trabalho de assistentes sociais na atualidade”, o periódico recebe vinte e um artigos escritos por assistentes sociais com registro profissional no CRESS de Minas Gerais, sendo textos enviados por meio de edital aberto à categoria e aprovados por uma equipe qualificada de pareceristas.

O conteúdo dos artigos possui desde produtos de pesquisa, relatos de experiências, análises documentais a pesquisas bibliográficas, dentre outros, e visa trazer para a categoria profissional o debate sobre as múltiplas expressões da “questão social” na contemporaneidade, assim como embates e as possíveis estratégias presentes no cotidiano de trabalho - sempre a partir de experiências concretas para, assim, alavancar as alternativas vivenciadas no cotidiano dos diferentes espaços sócio-ocupacionais existentes.

Se é verdade que a realidade se impõe com múltiplos desafios, é verdade também que as múltiplas possibilidades estão dadas no cotidiano do trabalho profissional, desde a formação até a intervenção mais direta com o cidadão. Neste sentido, mais do que nunca, o compromisso com o Projeto Ético Político profissional crítico se torna urgente diante das inúmeras adversidades com as quais nos deparamos frente à crise do capital que vem se adensando nas últimas décadas e que, nos últimos anos assume contornos ainda mais perversos com a intensificação do conservadorismo reacionário, com o ataque dos direitos humanos e civis, recolocando “velhas” novas demandas para a formação e exercício profissional.

Esta edição vem a público numa conjuntura de intensas disputas e polarização, em que o cenário exige debates e lutas em defesa da vida, dos direitos sociais, das políticas sociais e, também, da natureza. É diante dessas determinações que os artigos que integram a presente publicação contribuem para amadurecer e atualizar as estratégias no âmbito do que a categoria tem vivenciado e as potencialidades construídas ao longo dessas experiências cotidianas.

Os artigos foram agrupados em três blocos de diálogo sendo: no primeiro, os textos dialogam entre si a partir de análises da conjuntura atual e seus desdobramentos para o Serviço Social; o segundo apresenta análises à luz das diferentes políticas sociais, tendo como pano de fundo o direito à Saúde, Assistência Social, Educação, etc; e sua interlocução com o Serviço Social; e finalmente o terceiro bloco traz relatos de experiências e análises sobre do trabalho profissional das e dos assistentes sociais nos diversos municípios mineiros. Neste sentido, abaixo segue uma breve apresentação dos textos:

O primeiro artigo, **“A chegada da extrema direita ao Planalto: Repercussões nas políticas públicas para as pessoas em situação de rua”**, de autoria da assistente social Flávia Lee Cardoso Dias, apresenta a discussão sobre a ascensão da extrema direita no Brasil e a intensificação do projeto neoliberal como agenda política e, de que forma isso impacta na formulação e execução das políticas públicas para pessoas em situação de rua. A exacerbação do reacionarismo, do fanatismo religioso e do negacionismo, aliados ao discurso de ódio, trouxe sérias consequências, sobretudo na pandemia da Covid-19 para as populações mais vulneráveis. Além disso, o desfinanciamento das políticas sociais, instituído pelo Governo Bolsonaro, provocou a inanição das políticas sociais, sobrepujando os grupos mais pobres, em especial a população tema deste estudo.

O segundo artigo, **“A questão social e o trabalho da e do assistente social no capitalismo contemporâneo”**, de autoria da assistente social Lara Soares de Araújo, traz reflexões sobre o agravamento e o aprofundamento das expressões da questão social, na fase do capitalismo financeiro, sobre a classe trabalhadora. A autora analisa a atuação de assistentes sociais frente às mudanças estruturais provocadas pelo capital financeiro. As reflexões feitas permitiram analisar como o atual cenário contribui para o aprofundamento das expressões da questão social na vida da classe trabalhadora e o acirramento da exploração do trabalho, trazendo para o Serviço Social inúmeros desafios, requisitando o posicionamento profissional em favor das lutas mais gerais da classe trabalhadora, bem como, a importância de se avançar nas lutas coletivas.

O terceiro artigo, **“Direitos humanos em trincheiras: o Serviço Social no fio da navalha”**, de autoria das assistentes sociais Adrielle Nunes Parreiras, Maria Alice Silva Santos Félix e Rita de Cássia Pereira Farias, discute os desafios atuais para a efetivação dos direitos humanos no Serviço Social, considerando as contradições do capitalismo e as múltiplas formas de opressão social postas na atualidade. As autoras resgatam a trajetória histórica da profissão e seu compromisso com os direitos humanos inscritos no Projeto Ético Político profissional comprometido com a liberdade e dignidade da pessoa humana. Por fim, apontam a necessidade de uma atuação crítica diante de uma realidade marcada por sistemáticas violações.

O quarto artigo, **“Serviço Social e luta sindical: a potencialidade do sindicato por ramo de atividade”**, de autoria de Rodrigo Fernandes Ribeiro, Isabela Werneck de Souza, Laura Ubaldo Brandão, Natália Rosa da Silva e Victor D’ Angellis de Queiroz, discute a relação entre o Serviço Social e a luta sindical no contexto brasileiro, enfatizando sua gênese, desen-volvimento e atuais dilemas envolvidos. As autoras e o autor recuperam a trajetória histórica da organização sindical das e dos assistentes sociais no Brasil, analisando como essas organizações tiveram início, destacando as primeiras associações pré-sindicais, além dos sindicatos de categoria e os sindicatos por ramo ou setor econômico. Além disso, também aborda a industrialização brasileira e as lutas sociais presentes e a grande influência socialista, anarquista e progressista das trabalhadoras e dos trabalhadores estrangeiros, além da importância que essas lutas, algumas vezes vitoriosas, tiveram na construção cultural da classe no país. Por fim, discutem a vinculação do Serviço Social brasileiro ao sindicalismo e a forma como foi influenciado e também influenciou esse movimento.

Já o quinto artigo, **“Educação emancipadora e classe trabalhadora: contribuições para o trabalho social em Serviço Social”**, de autoria de Gerusa Emília da Silva Lima e Carlos Alberto Lucena, dialoga sobre a necessidade de compreensão da educação emancipadora para o trabalho social realizado pelas e pelos assistentes sociais à luz do pensamento marxiano e frente à investida do capitalismo na utilização da educação, especialmente na contemporaneidade, na qual o neoliberalismo-gerencialismo fortalece o empreendedorismo como precarização das relações de trabalho enquanto ferramenta de fortalecimento e manutenção da e para a acumulação e a exploração. O trabalho enfatiza a educação transformadora como importante ferramenta emancipatória e a necessidade de se conceber um trabalho social que, em sua práxis, busque romper com um projeto conservador e tradicionalista e se comprometa com a defesa da classe trabalhadora, cujo posicionamento tenha como perspectiva a defesa intransigente das minorias e que atualiza constantemente as bandeiras de luta.

O sexto artigo, **“A fome como expressão da ‘questão social’: reflexões do Serviço Social sobre o perfil da população usuária em projeto de Segurança Alimentar”**, de autoria das assistentes sociais Mariana Leite Péres, Marcelle Nerio, Elaine Rosa e do assistente social Marcelo Martins, nos possibilita a reflexão sobre a experiência do Serviço Social em projeto de Segurança Alimentar, desenvolvido em uma instituição privada sem fins lucrativos, parceira da rede socioassistencial de cidade de médio porte da região da Zona da Mata de Minas Gerais, com apontamentos sobre o perfil da população usuária.

As autoras e ou autor trazem o relato de experiência da equipe de Serviço Social e suas reflexões acerca dos desafios e das possibilidades para a formação e a atuação profissional, a partir da sistematização do perfil da população usuária da ação de Segurança Alimentar. Neste

sentido destacam a fome como expressão da questão social e como a caracterização do perfil da população em situação de insegurança alimentar pode contribuir para a qualificação do trabalho do Serviço Social.

No sétimo artigo, **“O abandono das adolescentes meninas no sistema socioeducativo: invisibilidades e desafios à atuação do Serviço Social”**, da assistente social Ariane Rodrigues de Paula, nos traz uma análise crítica sobre o abandono vivenciado por adolescentes meninas (cis e trans) em medidas socioeducativas de internação, articulando esse fenômeno às desigualdades estruturais do Estado brasileiro, à questão social e às determinações de gênero, raça e classe. O texto foi construído a partir da experiência profissional da autora no Centro Socioeducativo São Jerônimo, em Belo Horizonte (MG) e de aportes teóricos, e discute a invisibilidade das meninas nas políticas públicas, bem como a ausência de respostas institucionais, a persistência de práticas moralizantes e o abandono familiar e comunitário. A autora analisa os desafios postos ao Serviço Social diante deste cenário, jogando luz às distintas violações sofridas por essas meninas no sistema socioeducativo.

Oitavo artigo, **“Familiismo e patriarcado nas políticas de enfrentamento à violência doméstica: desafios e possibilidades para o trabalho de assistentes sociais em Minas Gerais”**, de autoria da assistente social Glayce Kelly Fieno Melo, analisa criticamente a presença do familismo e do patriarcado nas políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres em Minas Gerais, destacando seus impactos na efetividade das ações e no trabalho profissional de assistentes sociais. O artigo problematiza a permanência da lógica familista e patriarcal nas políticas sociais brasileiras, especialmente naquelas voltadas à prevenção e ao atendimento da violência doméstica. A autora destaca como a persistência da violência contra as mulheres revela que não se trata apenas de um questão presente no âmbito privado e intrafamiliar, mas de um fenômeno estrutural enraizado em padrões históricos de desigualdade de gênero e, diante desse cenário os desafios e possibilidades de atuação do Serviço Social.

Já o nono artigo, trata da **“A importância da educação permanente do Suas nos processos de formação e trabalho profissional dos assistentes sociais: uma reflexão da realidade de Minas Gerais”**, de autoria de Jouilly Mayrink Magalhães, dialoga com a relevância da educação permanente no processo de trabalho do Serviço Social no âmbito do Suas. O texto destaca a precarização das condições de trabalho nesta política, vivenciada com extensas jornadas, metas de atendimento inalcançáveis, terceirização dos serviços públicos, baixos salários, dentre outras condições que colocam o processo de qualificação em segundo plano, e muitas vezes o classifica como de baixa prioridade frente a outras demandas emergenciais. Nesse sentido, a autora destaca a importância da valorização e a qualificação permanente das e dos profissionais para o aprimoramento da política de Assistência Social, evidenciando ainda, que

a Educação Permanente possibilita formar profissionais mais críticas, fortalecendo-as diante de uma lógica burguesa que defende a mera execução da política, com resoluções pontuais e imediatas, através da simples manipulação de instrumentos.

O décimo artigo, **“A comissão de educação do CRESS-MG: História, contribuições e desafios para o Serviço Social na política de Educação Básica em Minas Gerais”**, de autoria do assistente social Cristiano Costa de Carvalho e das assistentes sociais Janaína Andrade dos Santos e Marisaura dos Santos Cardoso visa incitar algumas reflexões acerca a trajetória da Comissão de Educação e Serviço Social do Conselho, criada em 2011 como pioneira no Brasil para fomentar a inserção de assistentes sociais na Educação Básica mineira. O autor e as autoras partem de uma contextualização histórica do Serviço Social na educação, desde uma atuação conservadora e adaptativa até a renovação crítica alinhada ao Projeto Ético Político profissional. O estudo recupera a memória social da comissão destacando seus avanços, especialmente na articulação política, produção de diretrizes e visibilização da profissão, materializados em um plano de trabalho construído democraticamente. Além disso, o texto aponta os desafios e obstáculos enfrentados nesse processo, propondo estratégias para fortalecer e consolidar a atuação da comissão e das e dos assistentes sociais no estado.

O décimo primeiro artigo, **“Controle Social e participação no SUAS-BH: propostas para consolidação de um espaço sócio-ocupacional através da experiência do trabalho de assistentes sociais nas Comissões Locais de Assistência Social (CLAS) e nos Conselhos Regionais de Assistência Social (CORAS)I”**, de autoria do assistente social Vitor Bruno Gonçalves Rabelo e da assistente social Mariana Rabelo dos Santos dialoga sobre a Participação e o Controle Social como espaços de atuação do Serviço Social, tendo como unidades de análise o Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte e outras duas instituições ligadas a ele: as Comissões Locais de Assistência Social e os Conselhos Regionais de Assistência Social. Os autores jogam luz sobre os desafios postos na atuação em instâncias de controle social e de participação social e no assessoramento destas instâncias. Ao fim apontam as lacunas existentes nessas instâncias, bem como os caminhos possíveis para a sua superação.

O décimo segundo artigo, **“Contribuições da e do assistente social junto às mulheres transexuais que buscam a inserção no mercado de trabalho”**, de autoria de Kamila Dias De Oliveira, retrata a situação das mulheres trans no Brasil e o trabalho de assistentes sociais junto à essa população. A autora destaca como a falta de oportunidades e os percalços que as pessoas trans encontram ao longo da vida podem ser um fator dificultador de inserção desta população no mercado de trabalho, além da estereotipação e estigmatização pela sociedade tendo muitas vezes a prostituição como único meio de sobrevivência e como esse processo vem se perpetuando ao longo do tempo. Por fim, apresenta as possibilidades de atuação para o Serviço Social.

O décimo terceiro artigo, **“O trabalho de assistentes sociais junto a adolescentes do serviço de acolhimento institucional de Pirapora (MG) e os desafios perante a distorção série-idade”**, de autoria da assistente social Joseane Ribeiro Pamplona, aborda as experiências e as reflexões elaboradas durante a atuação da autora na em serviço de acolhimento institucional do município de Pirapora (MG). A autora traz o enfoque na defasagem idade-série vivenciada pelas acolhidas e acolhidos, verificando como sendo um problema comum na instituição. Dessa forma, o texto analisa como essa defasagem reflete violações de direitos no seio familiar e como a unidade de acolhimento assume a responsabilidade de enfrentar esses desafios educacionais. A partir do relato de experiência o texto aponta os caminhos, possibilidades e desafios para o trabalho de assistentes sociais neste âmbito.

O décimo quarto artigo, **“A atuação da e do assistente social na Educação Básica: fundamentos, desafios e perspectivas da inclusão escolar de crianças com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA), a partir do projeto ‘conversas em roda’**”, são de autoria das assistentes sociais Talita Silveira Freitas e Líbia Gervásio da Silva Costa. Esse artigo se propõe a discutir a atuação da e do assistente social na Educação Básica à luz do Projeto Ético Político profissional, considerando o arcabouço legal estabelecido pela Lei nº 13.935/2019, o Documento de Subsídios para Implementação da Lei (MEC, 2025) e as orientações do CFESS. Para tal, as autoras tomam como referência a experiência do projeto “Conversas em Roda”, desenvolvido no âmbito da Educação Básica no município de Uberlândia. O artigo demonstra a importância da presença da e do assistente social no contexto escolar e sua contribuição para a efetivação de direitos, promoção da participação comunitária e a construção de práticas educativas emancipatórias, embora enfrente desafios estruturais e institucionais.

Décimo quinto artigo, **“A atuação do Serviço Social na educação profissional e tecnológica: experiência no IGNUMG – Campus Diamantina”**, de autoria da assistente social Shirley Gomes Oliveira, apresenta uma análise da atuação do Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco na experiência desenvolvida no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). O texto discute os desafios enfrentados na assistência estudantil, especialmente no contexto da pandemia de Covid-19 e as estratégias adotadas pelo Serviço Social para garantir o acesso e a permanência das e dos estudantes. O trabalho evidencia a relevância da escuta qualificada, da articulação com políticas públicas e da atuação crítica de assistentes sociais frente às expressões da questão social. O trabalho ressalta as contribuições do Serviço Social para a construção de práticas emancipatórias, reafirmando seu compromisso ético-político com a defesa dos direitos sociais. A experiência reafirma o papel estratégico do Serviço Social na construção de práticas emancipatórias na educação pública.

Já o décimo sexto artigo, **“Serviço Social e residência multiprofissional: Caminhos e descaminhos na viabilização da equidade no SUS - um relato de experiência(s)”**, de autoria das assistentes sociais Ana Paula Carvalho de Rezende, Regiane Claret da Cruz e Dara de Souza Silva, traz um relato de experiência elaborado pelas autoras que foram residentes dos programas de Atenção Básica, Saúde da Família e Atenção à Urgência e Emergência da Residência Multiprofissional em Saúde, iniciados em março de 2024, em Belo Horizonte. A partir de trajetórias singulares, mas entrelaçadas pelo cotidiano da formação teórica e assistencial, o texto nos traz uma análise crítica sobre o processo formativo, por elas vivenciado, destacando os desafios, aprendizados e as potências dessa modalidade de pós-graduação. Neste sentido, a residência é abordada como espaço para a articulação entre teoria e prática, viabilizando a materialização das três dimensões do exercício profissional: técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político, fortalecendo o compromisso com os princípios do Projeto Ético Político do Serviço Social.

As autoras compartilham reflexões sobre a atuação interprofissional, os limites institucionais, as disputas por legitimidade no campo da saúde e os encontros que possibilitam a construção coletiva do saber. Além disso, o artigo celebra referências importantes da profissão e reafirma o papel do Serviço Social como prática comprometida com os direitos sociais, a equidade e a transformação da realidade.

O décimo sétimo artigo, **“Adoecimento mental, comunidade LGBTQIAPN+ e atuação do Serviço Social sob a visão do estágio supervisionado”**, de autoria da assistente social Maria Bárbara Romano e dos assistentes sociais Carlos Augusto Belizário e Wagner Lopes de Almeida, apresenta a análise sobre o adoecimento mental da população LGBTQIAPN+ a partir da vivência de estágio supervisionado de Serviço Social no Centro de Referência LGBT de Belo Horizonte. O texto joga luz sobre os impactos da LGBTfobia na saúde mental dessa população, bem como na necessidade de fortalecer a atuação profissional comprometida com os direitos humanos e com a justiça social. A pesquisa de caráter qualitativo, evidencia como fatores como violência intrafamiliar, discriminação institucional, exclusão social e uso abusivo de substâncias psicoativas estão diretamente relacionados ao sofrimento psíquico vivenciado pelas usuárias e pelos usuários atendidos pelo CRLGBT. Por fim, as autorias destacam a atuação de assistentes sociais como essencial na mediação com a rede de serviços, no acolhimento ético e na defesa de direitos fundamentais e como a escuta qualificada, aliada a uma prática intersetorial e antidiscriminatória, é indispensável para a promoção do bem-estar e da cidadania da população LGBTQIAPN+, reafirmando o compromisso do Serviço Social com a construção de uma sociedade mais inclusiva, plural e democrática

O décimo oitavo artigo, **“O trabalho das e dos assistentes sociais com a população em situação de rua e a experiência das hortas no Centro Pop”** de autoria do assistente social Juneo Carlos de Carvalho Boas e da assistente social Janine Soares de Souza, traz o relato de mais uma experiência profissional, vivenciada no projeto “Centro Pop: Cultivo de Hortaliças”, desenvolvido em 2024 junto à população em situação de rua atendida pelo Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) de Pirapora (MG). As autorias analisam a intervenção a partir da articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do exercício profissional, evidenciando como o trabalho com hortas comunitárias pode constituir um instrumento potente para a materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social.

O estudo demonstra como a atuação profissional mediada por esta atividade promove o fortalecimento da autonomia, a construção de vínculos sociais e o acesso a direitos, contribuindo para o enfrentamento das expressões da questão social vivenciadas por esta população. Os autores apontam como resultados, a potencialidade desta intervenção na promoção da Segurança Alimentar, no desenvolvimento da sociabilidade e no processo de saída das ruas, evidenciando a importância da instrumentalidade crítica e criativa do Serviço Social na construção de respostas profissionais competentes e comprometidas com a transformação social.

O décimo nono artigo, **“Experiência do processo de planejamento da atuação profissional do Serviço Social em um ambulatório de Pré-Natal de Alto Risco”**, de autoria da assistente social Ana Caroline Silva, nos traz a análise do processo de produção do planejamento de trabalho da e do profissional do Serviço Social em um ambulatório de Pré-Natal de Alto Risco em uma unidade de Atenção Secundária da Saúde Pública, no ano de 2024. A autora nos sinaliza sobre o fato de que ao atuar com uma perspectiva crítica de totalidade dentro de uma equipe multiprofissional, o Serviço Social configura atuação profissional fundamental neste processo, pois considera a vivência da gestação atravessada pelas expressões da “questão social”, fenômeno fruto das contradições e das desigualdades do mundo capitalista. O texto recupera dados e importantes documentos sobre a política pública de saúde e o acompanhamento do pré-natal de Alto Risco, evidenciando o papel essencial do trabalho de assistentes sociais nesses espaços.

Já o vigésimo artigo, **“A experiência do Serviço Social com acolhimento a acompanhantes em hospital universitário: um relato de experiência”**, de autoria da assistente social Joseane Barbosa de Lima, discute o acolhimento enquanto diretriz ética e política no âmbito da Política Nacional de Humanização (PNH), articulando-o aos fundamentos do Projeto Ético Político do Serviço Social. A autora apresenta o relato de experiência de um projeto de extensão universitária desenvolvido por assistentes sociais, docentes e discentes em um

hospital universitário de Minas Gerais. O texto reflete sobre os desafios institucionais e as possibilidades de atuação profissional do Serviço Social no contexto da saúde, reafirmando o acolhimento como prática estratégica da profissão, capaz de articular cuidado, mediação crítica e efetivação de direitos.

Finalmente, o vigésimo primeiro artigo, "**A atuação da e do assistente social na gestão de riscos e desastres: experiência da defesa civil de Juiz de Fora/MG**" de autoria coletiva das assistentes sociais Laura Basílio Sá Fortes, Helen da Silva Tomaz Oliveira, Michele Barros Paschoalim, Tamara Ramos Duarte e Stephania Lani de Lacerda Reis Gavioli de Abreu, fecha a revista apresentando as reflexões sobre a atuação da e do assistente social no âmbito da gestão de risco e no gerenciamento de desastres, a partir da atuação do Serviço Social nas ações desenvolvidas na Defesa Civil do município de Juiz de Fora. O artigo reflete sobre as principais frentes de trabalho do Serviço Social na instituição, evidenciando a importância deste profissional no órgão para a formulação e a execução de estratégias que viabilizem o acesso das famílias em situação de risco habitacional e de vulnerabilidade social aos seus direitos, em meio a situações de desastres e calamidades públicas. Também destaca as ações de caráter preventivo e de conscientização que são realizadas pelo Serviço Social.

É hora de compartilhar toda a riqueza de reflexões e experiências aqui apresentadas. Nos resta, então, desejar-lhes uma boa leitura!

01

A CHEGADA DA EXTREMA DIREITA AO PLANALTO: REPERCUSSÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Flávia Lee Cardoso Dias

RESUMO

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Brasil tem hoje 235.000,00 (Duzentas e trinta e cinco mil) pessoas vivendo nas ruas; um acréscimo de 935% (Novecentos e trinta e cinco por cento) em 10(dez) anos. Este aumento desproporcional à média do crescimento populacional do país descortina uma série de apontamentos sobre o despreparo do Estado em lidar com este fenômeno, sobretudo pelo fato de que foi justamente a ideologia intrínseca ao modelo econômico e político implementados após a ocorrência do impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, que marcou a ascensão neoliberal praticada nos anos seguintes. Ato contínuo, a eleição de Jair Messias Bolsonaro sacramentou o desmonte de políticas sociais, afetando o Sistema Único da Assistência Social e, em consequência, as políticas públicas destinadas às pessoas em situação de rua, não só pela diminuição de verbas e repasses federais, mas também pela narrativa de exclusão, preconceito e racismo, reflexões que se apresentam como objetos deste artigo. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental do tipo exploratória, tendo como método o materialismo histórico-dialético.

Palavras-chaves: Políticas públicas; Extrema direita; Pessoas em situação de rua.

ABSTRACT

According to the Ministry of Human Rights and Citizenship, Brazil currently has 235,000 people living on the streets a staggering 935% increase over the past ten years. This disproportionate rise, far exceeding the country's population growth rate, highlights the government's lack of preparedness to address the issue. Notably, this surge is closely tied to the economic and political model adopted after the impeachment of President Dilma Rousseff in 2016, which ushered in a neoliberal shift in the following years. The subsequent election of Jair Messias Bolsonaro further deepened the dismantling of social policies, significantly impacting the Unified Social Assistance System and, consequently, public policies aimed at the homeless population. This was not only due to cuts in federal funding but also to an exclusionary, prejudiced, and racist narrative-key themes explored in this article. The methodology encompasses bibliographical and documentary research of the exploratory type, using historical-dialectical materialism as a method.

Keywords: Public policy; Extreme right; Homeless people.

INTRODUÇÃO: RELAÇÃO ENTRE CAPITALISMO E VULNERABILIDADE SOCIAL

Conforme o documento intitulado “População em situação de rua: Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal, último relatório preliminar produzido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania”, no ano de 2023, o Brasil tem, hoje, mais de 235.000 (Duzentas e trinta e cinco mil) pessoas vivendo nas ruas do país, o que representa um aumento de 935% (Novecentos e trinta e cinco) em 10(dez) anos (Brasil, 2023).

Entre os vários dados analisados no referido relatório, o fato de que esta população se compõe majoritariamente de pardos e pretos não revela qualquer novidade, mas incentiva a reflexão sobre o aumento exponencial das desigualdades sociais brasileiras e a como chegamos nesta situação, já que a vida nas ruas talvez seja a expressão mais ferrenha da miséria e da vulnerabilidade humana. A definição legislativa de população em situação de rua é dada pela Lei 7.053/09, que estrutura e institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, considerando-se:

o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009).

Embora exista uma Política Nacional própria, legislações garantistas de direitos e programas específicos, cujo objetivo principal é a reorganização dos projetos de vida destas pessoas, o que se percebe é o aumento nunca antes visto desta população, problema que vem desafiando os governos locais e federal, gerando reflexões sobre as causas deste fenômeno social. O aumento de pessoas nesta condição de miserabilidade é bem maior que o crescimento geral da população, que foi de 11% segundo as estimativas do IBGE (2024). Portanto, não seria um crescimento proporcional, mas motivado por fatores como a pandemia de covid-19 e a incapacidade das políticas públicas de evitar que as pessoas decaiam para a extrema pobreza.

As dificuldades burocráticas para se inserir em políticas de moradia, falta de documentos pessoais e escolaridade para conseguir trabalho formal, impossibilidade de arcar com aluguel, além da insuficiência de políticas de saúde pública que atendam de forma multidisciplinar a drogadição e os problemas de saúde mental, são alguns dos reflexos do desmonte rápido e intencional do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, que se iniciou no governo de Temer e prosseguiu com o governo Bolsonaro, situação cuja análise é o principal objetivo deste artigo.

Ao reconhecermos a política de terra arrasada promovida, articulada e até mesmo por vezes exaltada no governo Bolsonaro, cabe também questionarmos se a experiência bolsonarista de governo teria sido

apenas gozo do caos, aliança com o SARS-CoV-2, necrofilia e/ou “aporofobia”, ou aversão aos pobres, termo esse que ganhou relevo naquele período (Faria, 2023; p. 13).

Entre outras muitas medidas de austeridade fiscal no âmbito da proteção social, a Portaria 2.362/19, decretada por Bolsonaro, desobrigou o repasse de valores considerados como déficit de governos anteriores. A providência conhecida como equalização de recursos comprometeu o funcionamento dos serviços, gerou insegurança nos gestores e inibiu o planejamento orçamentário para a execução das políticas públicas sociais, já que os repasses, cada vez mais residuais, não eram seguros e regulares para a manutenção das políticas.

Não há qualquer notícia nova, também, na observação de que a desigualdade social gerada pelo capitalismo e pelo neoliberalismo são fatores preponderantes para a manutenção da pobreza, porquanto a exploração e as diferenças econômicas entre as classes sociais são inerentes a este modo de produção. A acumulação de capital revela nuances alternativas ao longo do tempo, sendo agora pertinente a análise de suas conjunturas atuais, pois o liberalismo econômico em alta no Brasil evidenciou a negligência estatal em socorrer as famílias vulneráveis no momento da pandemia, quando a economia se estagnou, o que contribuiu para o agravamento do quadro.

A história do Brasil é antagônica por natureza, e deambula rotineiramente entre a modernidade e o conservadorismo, porém, no que diz respeito à economia, sempre fora dependente do capitalismo internacional. Nossa estrutura tem como base o trabalho escravo, o latifúndio, a exploração e a inamovibilidade das classes. Assim, o capitalismo, por aqui, adaptou-se aos diversos regimes políticos, sobretudo àqueles autocráticos e de exceção, contrários aos ideais liberais de democracia (Santos, 2020). Ocorre que o Brasil vivencia as sequelas do liberalismo econômico há razoável tempo, experimentando os mais diferenciados perfis governamentais e momentos econômicos, e, fato é, que jamais se observou o fenômeno da ida das pessoas para viverem nas ruas de maneira tão grave e generalizada como presenciado nos últimos anos.

As pessoas vão morar nas ruas pelos mais variados motivos e razões, mas é importante pontuar a estrutura capitalista como o motor que impulsiona a engrenagem das precariedades da sociedade brasileira e que geram as vulnerabilidades sociais desta população marginalizada. Esta rede de multifatores é tecida pela ausência ou falha da intervenção estatal, seja no alto índice de analfabetos, na ausência de rede de esgoto em grande parte do Brasil, na falta de emprego e de moradia digna, na insuficiência do Sistema Único de Saúde, o SUS, na violência policial contra pretos e pobres das periferias, no sucateamento das escolas e das faculdades públicas, entre outros tantos direitos sociais relegados.

Embora a Constituição da República de 1988 tenha atingido conquistas importantes no tocante à Assistência Social, não houve força suficiente que impedisse o avanço neoliberal, e, hoje, o que se apresenta é um movimento ultraliberal, com a diminuição ainda mais drástica do Estado e a redução do gasto público em seu ápice, conduzindo as pessoas mais pobres para a miserabilidade. As faces e fases do capitalismo são muitas, mas o cerne deste trabalho se dedica,

precipuamente, a entender sobre a ascensão da extrema direita no Brasil e suas consequências para a implementação das políticas públicas para as pessoas em situação de rua, então, ao se verificar o aumento descomunal de pessoas sem moradia no país, é imprescindível a interseção entre o atual modelo capitalista praticado, também chamado de neoliberalismo, e o movimento de crescimento da extrema direita em território nacional.

Partindo-se do pressuposto de que o capitalismo, sobretudo nesta nova etapa, precisa do liberalismo econômico como nunca para manter-se em funcionamento, tem-se que os impactos provocados no Sistema Único da Assistência Social, o SUAS, resultaram não só no aumento da população em situação de rua, como também na dificuldade da implementação de políticas públicas destinadas a este grupo.

LIBERALISMO ECONÔMICO E A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL

Desde a Revolução Francesa, os conceitos de direita e esquerda fazem-se presentes nos debates políticos e ideológicos, sobretudo no mundo ocidental. As origens do pensamento conservador e progressista remontam ao século XVIII, especificamente às figuras de Edmund Burke¹ e Jean-Jacques Rousseau², respectivamente. O primeiro é uma das principais fontes do pensamento conservador contemporâneo, e o segundo, do pensamento progressista. Embora alguns estudiosos políticos tenham, em momentos pontuais, relativizado as polarizações advindas das duas ideologias, no mundo inteiro, hoje, observa-se esta divisão de maneira muito bem definida, emergindo novamente extremismos há certo tempo adormecidos, sobretudo em relação à extrema direita.

A respeito dos aspectos sobre esquerda e direita no cunho político, Bobbio, em seu livro **Direita e Esquerda, Razões e significados de uma distinção política**, define o assunto:

A diferença entre direita e esquerda não se manifesta sob forma de tensão entre uma igualdade de direita e uma igualdade de esquerda, mas com base no diverso modo em que é concebida respectivamente pela direita e pela esquerda, a relação entre igualdade e desigualdade. [...] a pessoa de esquerda é aquela que considera mais o que os homens têm em comum do que os divide, e de que a pessoa de direita, ao contrário, dá maior relevância política ao que diferencia um homem do outro do que os une, a diferença entre direita e esquerda revela-se no fato de que, para a pessoa de esquerda a igualdade é a regra e a desigualdade, a exceção. Disso se segue que, para essa pessoa, qualquer forma de desigualdade precisa ser de um modo justificada, ao passo que, para a pessoa de direita, vale exatamente o contrário, ou seja, que a desigualdade é regra e que, se alguma relação de igualdade deve ser acolhida, ela precisa ser devidamente justificada” (Bobbio, 2011).

1 Edmund Burke nasceu em Dublin, na Irlanda, no dia 12 de janeiro de 1729. Foi um filósofo, teórico, político, escritor e membro do Partido dos Whigs no Parlamento Britânico. Como teórico, fez vários trabalhos de crítica à Revolução Francesa e terminou por ser considerado um ícone tanto dos conservadores como dos liberais.

2 Jean-Jacques Rousseau nasceu em Genebra, em 28 de junho de 1712. Foi um filósofo, teórico político, escritor e compositor. As ideias de Rousseau influenciaram profundamente todo o Direito e outras áreas das ciências humanas na medida em que desenvolveram e aprofundaram conceitos como Estado, Poder e Soberania, tais quais conhecemos atualmente.

Especificamente no Brasil, a direita se identifica com o projeto neoliberal apresentado, sendo inevitável correlacionar seu crescimento à uma necessidade urgente de manutenção e alimentação ao capitalismo moderno. Assim, quase que em uma simbiose, a agenda neoliberal fomenta a diminuição do Estado, reduzindo suas ações, ao passo que fortalece a ideologia da extrema direita, já que este movimento é o que se alinha à concepção de que a desigualdade é um produto natural dos processos nas relações humanas, como explicado por Bobbio.

O liberalismo econômico traz em si o ideal de meritocracia. Ao defender a liberdade econômica, o livre mercado e a livre concorrência, o fator social e a justiça social são atacados, elevando-se o individualismo. Este, por sua vez, esvazia os sentimentos de vida em sociedade e comunidade, pelo que o mercado passa a ser o único foco governamental, restando à população as consequências, às vezes nefastas, das privatizações e das metas fiscais, que provocam o desmonte das políticas públicas, principalmente as sociais.

A extrema direita, então, é a face da atual acumulação do capital. Somado a isto, no campo dos costumes, ela se apodera de ressentimentos e discursos de ódio, reagindo com total intolerância às implementações das políticas de inclusão social e das agendas progressistas de direitos, igualdade e democracia. A ascensão da extrema direita, inclusive, representa perigo à democracia, não só pelos receios relacionados ao autoritarismo, mas também porque sua subordinação ao sistema neoliberal limita e restringe as políticas públicas distributivas, afastando as pessoas de seus direitos fundamentais e da dignidade humana, o que dificulta o acesso à cidadania.

A posse de Michel Temer foi um marco importante a ser considerado na ascensão da extrema direita no Brasil. Após assumir a presidência da república por caminhos institucionais tortuosos, conseguiu a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária, bem como as terceirizações e o congelamento dos gastos públicos.

A chegada de Michel Temer ao Planalto Central, conjugado com um Parlamento ávido por emendas, expressivamente conservador e majoritariamente atolado em corrupção, marca a ascensão de uma ofensiva ultraliberal de largas proporções. Sob a falácia do combate à corrupção, da necessidade de ajuste das contas públicas e do enfrentamento à crise econômico e política, o governo Temer – cuja reprovação popular é massificada – passa a implementar uma série de medidas, cujo impacto político e social tem se mostrado desastroso (Silva, 2018, p. 13).

Ato contínuo, a eleição de Jair Messias Bolsonaro efetivou a ligação entre liberalismo econômico e conservadorismo. A base política do referido presidente foi construída pela “[...] criminalização da política e das lutas sociais e por sua aproximação às Forças Armadas”. Sua base parlamentar foram as bancadas evangélicas, conhecidas como BBB (Bíblia, Boi e Bala) (Coggiola, 2020, p. 24). Bolsonaro, de fato, fez renascer no Brasil conceitos muito caros à direita e às suas ambições, instituindo o extremismo ideológico no país.

Bolsonaro estruturou um governo que apontou para políticas que, além da privatização do patrimônio público e do avanço sobre as riquezas naturais, deveria suprimir direitos sociais, retroceder no combate

EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ATUALIDADE

às opressões das minorias, aumentar a violência rural e urbana e atacar de forma contundente as políticas públicas, suas instituições e o funcionalismo. Para avançar e retirar conquistas históricas da classe trabalhadora, anunciou que iria criminalizar o ativismo, atacar sindicatos e combater os movimentos sociais, buscando neutralizar ou eliminar qualquer oposição (Coggiola, 2020, p. 29-30).

Assim, a extrema direita brasileira foi calcando ascensão rápida, apoiada em “*fake news*” e na descredibilização das instituições judiciárias, causando efeitos sociais e culturais:

O saldo dessa mescla neoliberal-neoconservadora foi a instituição de um Estado socialmente limitado, não garantidor de direitos sociais, provedor de políticas de proteção social residuais, contingenciais e estigmatizantes, por um lado, embora forte, centralizador e controlador, por outro (Pereira, 2016, p. 120).

A extrema direita também emergiu pelo movimento neopentecostal, em notável projeto de poder, em que o fundamentalismo dos dogmas cultuados precisa de representatividade institucional, alicerçando a criação de uma realidade paralela.

Tanto o fundamentalismo religioso quanto a extrema direita se nutrem da intolerância e a imposição de uma verdade absoluta, construindo meios e formas de impulsionar essas ideias, muitas vezes a partir da ignorância da população. Ignorância no sentido de desconhecer a realidade. Para isso, utilizam-se de mecanismos de controle e inversão da realidade, a fim de que a população não tenha acesso às reais forças que estão por trás das circunstâncias estabelecidas. A religião é a ponte por sobre a qual a ideologia dominante passa a exercer o seu poder, se realizar e se manter enquanto status quo. De acordo com essa perspectiva, a religião é o modo de operação do discurso ideológico da extrema direita, sendo sua forma institucional/instrumental, em outras palavras, é a sua porta voz (Ferreira, 2020, p. 6).

O fanatismo religioso, aliado à ausência de um Estado social eficiente, trouxe sérias consequências, sobretudo na pandemia, pois, ao privilegiar interesses corporativos e empresariais, o governo federal, na ocasião, tratou de minimizar o colapso mundial, não destinando as políticas públicas necessárias à minimização das mazelas sociais, motivo também notável para o acúmulo de pessoas em situação de rua no país, já que o desemprego alcançou níveis altíssimos, o sistema de saúde colapsou devido ao adoecimento físico e mental e a inflação aumentou, aniquilando o poder de compra da população.

OS IMPACTOS DO DESFINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO GOVERNO BOLSONARO PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Em atenção especial às políticas sociais, tem-se que são chamadas de políticas públicas distributivas, porque, financiadas pelo orçamento público, relacionam-se ao fornecimento de serviços e equipamentos por parte do Estado a uma parcela da população, beneficiando alguns

grupos sociais ou regiões. Neste sentido, projetos políticos neoliberais entendem as políticas sociais como despesas estatais de segunda ordem, pelo que sempre foram as mais afetadas e prejudicadas pelo discurso de austeridade fiscal. Após a eleição de Jair Messias Bolsonaro, que se autodeclara liberal na economia e conservador nos costumes, houve um dismantelamento literal das políticas sociais em todas as suas etapas, sobretudo na fase da tomada de decisões, posto ser inviável ao neoliberalismo e à extrema direita admitirem sobre a necessidade de erradicação das desigualdades sociais de forma contundente, haja vista o individualismo e a meritocracia embutidos em seus ideais.

Os impactos do desfinanciamento da Política de Assistência Social no governo Bolsonaro foram consideráveis e a intencionalidade das medidas adotadas não foram escondidas, pois desde o início de seu governo propôs cortes em programas sociais desenvolvidos pelos governos anteriores. No início de setembro de 2019, o Presidente anunciou cortes em diversos programas sociais como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e o Fundo de Financiamento Estudantil, o (FIES). A maior redução se deu exatamente em programas habitacionais, com orçamento de apenas R\$ 2,7 bilhões para o ano de 2020, antes estimado em R\$ 4,6 bilhões em 2019 (INESC, 2021).

O orçamento de Bolsonaro para o Minha Casa Minha Vida foi o menor da história, desmonte parecido sofreu o Programa Bolsa Família (PBF), com recursos congelados desde 2016 e uma alta significativa na fila de espera pelo benefício. A portaria n.º 2.362, publicada em dezembro de 2019 pelo Ministério da Cidadania, apontou alguns dos cortes de verbas destinados aos serviços da Assistência Social no país, impactando diretamente os municípios, variando de 30% a 40% para menos a viabilização de recursos (Congresso em Foco, 2022).

Tal fato é comprovado ao se observar o baixo índice de capacidade institucional³ dos municípios em investimentos nas políticas públicas para as pessoas em situação de rua, que se encontra abaixo de todos os outros programas relativos aos Direitos Humanos. O chamado ICI-PSR, criado pelo Observatório Nacional Dos Direitos Humanos diagnosticou que, em 2023, o ICI-PSR foi de apenas 0,44⁴ (Brasil, 2023).

Em 2019, a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) enviada pelo Governo Federal para a destinação de verbas do orçamento para a Assistência Social foi somente de R\$ 1,64 bilhão para a Assistência Social. As transferências aos municípios caíram de 3(três) bilhões de reais no final da presidência de Dilma para aproximadamente 1,5 (um bilhão e meio) de reais em 2020.

3 O Índice de Capacidade Institucional (ICI-PSR) tem o objetivo de verificar como as ações dos governos estaduais e municipais estão estruturadas e organizadas, assim como suas interações com a sociedade, na área de direitos humanos. Quanto mais próximo de 1, maior é a capacidade organizacional e institucional dos municípios em promover as políticas públicas destinadas às pessoas em situação de rua.

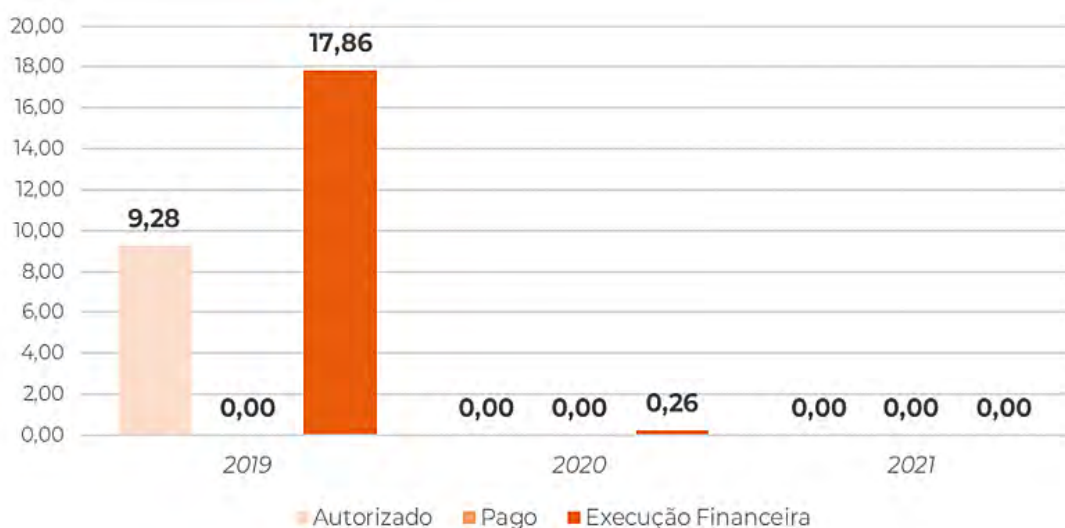
4 Dado disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiY2lyZTI1NTQ1NWRhZC00ODhhLWlyZTEtZjEzZDk2N2E0YzQ2liwidCI6ImZiYTViMTc4LTNhZjEtNDQyMC05NjZiLWJmNTE2M2U2YjFkYSJ9>

EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ATUALIDADE

O orçamento indicado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para 2021, destinado ao custeio dos serviços e ações socioassistenciais, teve uma aprovação efetiva de apenas R\$ 1.1 bilhão, com redução, então, de 59,34%. O governo Bolsonaro desorganizou os serviços e dificultou o acesso da população também ao BPC, o benefício de prestação continuada, mudando o sistema de perícias. De 2014 até 2019 a média de benefícios concedidos caiu de 83 mil novos beneficiários para menos de 14 mil. Com isso, as raízes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) restaram seriamente ameaçadas (Congresso em Foco, 2022).

A conclusão é que a Política de Assistência Social foi devastada pela extrema direita por meio de seu desfinanciamento, o que gerou consequências para todas as políticas em prol das pessoas que vivem nas ruas. Em 2021, o Brasil ficou acima da média mundial em insegurança alimentar, com um índice de 36% em comparação à média mundial de 35%.

Nesse mesmo período, o quadro de pobreza no país triplicou, atingindo mais de 27 milhões de brasileiros que viviam/vivem abaixo da linha de pobreza, ou seja, aproximadamente 12,8% de toda a população do Brasil (Neri, 2022). O governo federal não alocou recursos para a habitação de interesse social em 2020 e 2021, o que causou um déficit habitacional de mais de 6 milhões de moradias, colaborando para ida de pessoas para as ruas, haja vista a impossibilidade de arcar com as despesas de aluguel, conforme mostra o gráfico abaixo:



Orçamento para habitação de interesse social | 2019 a 2021 – valores em milhões de reais constantes corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021 / Inesc

É indubitável pensar que, apenas por meio de forte ação estatal, atuando no sentido de diminuir as desigualdades sociais para erradicar a pobreza, como determinado pela Constituição da República de 1988, será possível propiciar autonomia e dignidade de vida a estes indivíduos, possibilitando a superação da situação de rua: é por meio de políticas públicas de proteção social universal é que este grupo se aproxima de seus direitos.

Entre o Decreto nº 7.053, promulgado em 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e a mais nova Lei Federal sobre o assunto, a Lei nº 14.821 de 16 de janeiro 2024, que, por sua vez, institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (Brasil, 2024), quinze anos se passaram, e não se pode olvidar que a legislação avançou no sentido de ampliar e consolidar os direitos e os mecanismos de proteção, reconhecendo as necessidades específicas dessa população e promovendo iniciativas para sua reinserção social e econômica.

Ocorre que, no Brasil, a evolução no reconhecimento legal das diretrizes para a atuação estatal junto a essa população, não importa, necessariamente, na implementação das políticas públicas determinadas pelo Poder Legislativo, já que os recursos alocados são administrados pelo Poder Executivo, então, por interesses políticos diversos, não raras vezes, as políticas públicas voltadas para as pessoas em situação de rua não são executadas, ou são executadas de forma precária e apenas residual. Entende-se que os avanços legislativos não foram capazes de minimizar as agruras do neoliberalismo, sinalizando lacunas na implementação e na eficácia das políticas públicas de enfrentamento à questão. As complicações vão desde a redução de recursos financeiros, à deficiente coordenação dos programas destinados às pessoas que fazem da rua seu local de permanência.

Diante da pandemia, o presidente da república promoveu discursos irresponsáveis para privilegiar interesses econômicos, acentuando a desigualdade social, a insegurança alimentar e a desproteção social. O desfinanciamento federal orquestrado pela extrema direita brasileira abalou o SUAS, que, hoje, não consegue equacionar o aumento de pessoas vivendo nas ruas. As políticas sociais, sob a veste da extrema direita no Brasil, se deram através da descentralização, que transferiu a terceiros e à sociedade civil suas tarefas, desresponsabilizando-se pelo bem-estar social.

[...] A proteção neodireitista, portanto, deve ser residual, ínfima, capaz de ‘permitir’ em vez de ‘proporcionar’, ou seja, deve ter por finalidade capacitar os indivíduos para que encontrem formas de autoproteção, mesmo que, para isso, o Estado precise ajudá-los minimamente, por meio de transferências monetárias diretas ou facilitando a atuação do voluntariado e do mercado (George e Wilding, 1994). O Estado deve ser o mais distante possível, cedendo espaço, sempre, a outros atores sociais, de natureza privada. Sua atuação só é incentivada para servir aos interesses do mercado, protegendo-o, salvando-o nas crises e facilitando suas transações e expansões [...] (Pereira, 2016, p. 163-164).

Diante da gravidade atual sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal emitiu, em 25 de julho de 2023, uma medida cautelar em resposta à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 976. Tal decisão torna obrigatória a observância das diretrizes da Política Nacional da População em Situação de Rua por todos os entes federados, e determina uma série de ações a serem adotadas pelos poderes públicos. A primeira determinação foi justamente a elaboração,

pelo executivo federal, de um plano de ação e monitoramento para a efetiva implementação da Política Nacional já existente, haja vista o desmonte ocorrido nos últimos anos, sobretudo no governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (Brasil, 2023).

O ultraliberalismo, de fato, promoveu a inanição das políticas sociais, acabando com as perspectivas de desenvolvimento econômico e social das periferias e enfraquecendo a democracia, já que mantém marginalizados os grupos sociais mais pobres, favorecendo a exploração de classes. Estes indivíduos enfrentam também o aspecto subjetivo do problema, porquanto existem influências ideológicas existentes no atual contexto político que potencializam a estigmatização e a exclusão social.

No governo Bolsonaro, o desmantelamento continuou avançando, ao que parece, com base em duas estratégias: 1) o desmantelamento por omissão em que não há decisão de desmantelar publicizada, mas potencial de afetar substancialmente as capacidades de uma política atingir seus objetivos e as demandas societárias pretendidas em seu desenho. Com efeito, tal governo, além de reduzir o status da AS no âmbito ministerial, cortou suas verbas paulatinamente, afetando a capacidade da política pública de atender à crescente vulnerabilidade social do período. E, 2) o desmantelamento por deslocamento de arena, a estratégia que pretende repassar os custos de manutenção e implementação da política pública para outros níveis governamentais. No governo Bolsonaro há evidências de que grande parte do desfinanciamento promovido pelo governo federal foi coberto pelos municípios (Papi, *et al.*, 2024; p. 204).

Nos governos ultraliberais, o *Welfare State* é residual – ou seja, a função do Estado é subsidiária, porque a política social intervém apenas quando o mercado e a família são incapazes de responder aos problemas sociais. Este tipo de governança, que deixa de propiciar proteção universal, é um modelo que impede os países mais pobres a promoverem políticas sociais plenas e realmente produtoras em relação às pessoas em situação de rua. Não bastasse toda a gama de características do modelo econômico liberal, abraçado pela extrema direita, o alinhamento ao conservadorismo nos costumes colabora para o racismo, para o preconceito e para a estigmatização das pessoas em situação de rua, que são vistas sob o olhar do higienismo social, da necropolítica⁵ e da aporofobia⁶ no sentido de culpabilizar o ser humano por seus próprios infortúnios.

Não são raras as notícias nos canais de comunicação sobre as tentativas do poder público de impedir a permanência das pessoas nas ruas; fechando banheiros públicos, retirando bancos e chafarizes, entre outras formas de arquiteturas hostis. “Pessoas que vivem nas ruas são tidas

5 A origem do termo parte da obra do filósofo, teórico político, historiador e intelectual camaronês [Achille Mbembe](#), que nasceu na República dos Camarões, país da região ocidental da África Central, no ano de 1957. Atualmente é professor de História e de Ciências Políticas do Instituto Witwatersrand, em Joanesburgo, África do Sul e na Duke University, nos Estados Unidos.

6 Palavra criada pela filósofa espanhola Adela Cortina para designar a aversão aos pobres e suas implicações na democracia. É um neologismo que remete etimologicamente às palavras gregas *áporos* (pobre, desvalido) e *phobos* (medo, aversão). A aporofobia aborda pensamentos, atitudes, práticas e políticas presentes nas relações sociais que desprezam uma pessoa devido à sua condição puramente socioeconômica.

como indesejáveis, fora do lugar e poluidores do espaço urbano e suas presenças incomodam e perturbam a ordem espacial, as normas de ocupação, circulação e permanência nos espaços da cidade” (Filgueiras, 2020, p. 118).

As pessoas em situação de rua são rebaixadas pela sociedade a seres indesejados e indigentes, postura que acaba por se refletir nas condutas do poder público, que decide, então, por não priorizar quem está à margem do padrão social, justamente porque o desejo do senso comum é de que estas pessoas sejam mesmo excluídas do convívio e da rotina urbana, seja através de arquitetura hostil, que impede a permanência e o abrigo em locais públicos e praças; seja através de seu recolhimento e internação compulsória.

OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO E DE AGENDAS DE EXTREMA DIREITA NO TRABALHO DA E DO ASSISTENTE SOCIAL COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

A expansão de agendas neoliberais e a ascensão de movimentos políticos de caráter conservador e punitivista nas últimas décadas têm produzido efeitos profundos na configuração das políticas sociais brasileiras. Tais processos interferem diretamente no trabalho cotidiano de assistentes sociais, especialmente daqueles atuantes na política de assistência social voltada à população em situação de rua, grupo historicamente marcado pela extrema vulnerabilidade socioeconômica e pela violação sistemática de direitos.

O neoliberalismo, enquanto racionalidade política, sustenta-se na redução do papel do Estado, na privatização de serviços públicos e na centralidade do mercado como mecanismo regulador da vida social (Harvey, 2005). Essa lógica tem repercussões diretas na política de assistência social: cortes orçamentários, focalização de gastos, metas gerenciais e precarização do trabalho. A partir da década de 1990, e de forma ainda mais intensa nas políticas recentes de austeridade fiscal, observa-se o subfinanciamento crônico do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), comprometendo a capacidade de atendimento dos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP), dos serviços de abordagem social e das unidades de acolhimento. Como observa Raichelis (2011), a precarização das políticas sociais está intrinsecamente associada à intensificação da exploração do trabalho social e à limitação do projeto profissional crítico do Serviço Social.

Paralelamente, o fortalecimento de discursos vinculados à extrema direita tem incentivado processos de criminalização da pobreza e a moralização da situação de rua. Em tais discursos, a presença da população em situação de rua tende a ser interpretada como desvio moral, ameaça à ordem urbana ou escolha individual, deslocando o problema da esfera dos direitos sociais para o campo da segurança pública (Wacquant, 2001). Essa perspectiva legitima ações repressivas,

como recolhimento forçado de pertences, remoções compulsórias, internações involuntárias e intervenções policiais, práticas incompatíveis com os princípios do SUAS e com o Código de Ética do/a Assistente Social, que orienta a defesa intransigente dos direitos humanos e o enfrentamento das desigualdades estruturais.

O impacto dessas agendas no trabalho da e do assistente social é multifacetado. Em primeiro lugar, o subfinanciamento estrutural limita drasticamente a oferta de serviços, dificultando a efetivação de direitos como moradia, alimentação, saúde, documentação e proteção social. Profissionais passam a operar em contextos de escassez, sem equipe suficiente, com alta rotatividade de trabalhadores e com forte pressão por resultados mensuráveis, alinhados à lógica gerencial do neoliberalismo. Em segundo lugar, a criminalização da pobreza e as práticas higienistas dificultam a criação de vínculos com as usuárias e os usuários, rompem processos de acompanhamento continuado e colocam a e o profissional diante de situações de violação de direitos, gerando tensionamentos éticos e institucionais.

Assim, a e o assistente social se vê atuando em uma arena marcada por disputas políticas, tensionada pela lógica neoliberal e por discursos de extrema direita que deslegitimam a proteção social. Apesar disso, sua prática profissional se ancora no Projeto Ético-político da categoria, que preconiza a universalização dos direitos, a emancipação dos sujeitos e a defesa incondicional da dignidade humana (CFESS, 1993). Nesse sentido, compreender o impacto desses fenômenos é fundamental para fortalecer estratégias de resistência, incidência política e organização coletiva, orientadas à proteção e à ampliação dos direitos da população em situação de rua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão a que se chega sobre os impactos da ascensão da extrema direita para as políticas públicas destinadas às pessoas em situação de rua no Brasil é o diagnóstico de esfacelamento da proteção social em detrimento a esta população, já que é evidente a incompatibilidade do neoliberalismo a um Estado forte e produtor de cidadania. Esta, na perspectiva de alcance dos direitos sociais, necessita de intervenção estatal para sua concretização, ao passo que o papel do *Welfare State*, desenhado em nossa Constituição da República de 1988, é um modelo que, apesar de suas limitações, nas palavras da Professora Karina Junqueira:

Traz um novo elemento para a cidadania. Em vez do Estado mínimo do liberalismo, defensor da não intervenção estatal como forma de proteção da liberdade individual, e baseado, portanto, na noção de indivíduo, surge um Estado preocupado com a desigualdade social e com a efetiva implementação da cidadania social. Nessa perspectiva, a cidadania passa a ser percebida também por uma lógica de inclusão, como uma forma de integração plena do indivíduo na sociedade. Este teria garantido não apenas os seus direitos civis, de origem liberal (status legal da cidadania), ou seus direitos políticos, originados dos

modelos democráticos ao longo do século XIX. Seriam necessários ainda os direitos sociais, para que o homem pudesse ser considerado um “cavalheiro”, dotado de capacidade de escolha e parte da herança social. Direitos sociais esses que historicamente passaram a ser adotados como finalidade estatal e fundamento de inúmeras constituições, e que Marshall (1967, p. 64) define como tudo o que vai desde o “direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (Junqueira, 2017, p. 21-22).

No pensamento de Wood (1995, p. 8): O capitalismo é estruturalmente antitético à democracia e ao bem-estar, não somente pela razão óbvia de que nunca houve uma sociedade capitalista em que a riqueza não tivesse acesso privilegiado ao poder, mas também, e principalmente, porque a existência do capitalismo submete a reprodução social aos ditames da acumulação de capital e às “leis” do mercado. A crise da democracia vivenciada se mostra exatamente na diminuição do sujeito enquanto cidadão, porquanto, para a extrema direita brasileira, o conceito de cidadania pressupõe, passivamente, apenas, o caráter simplista e jurídico de igualdade, em desprezo aos princípios constitucionais da equidade e da isonomia.

Na verdade, a chamada cidadania ativa⁷ representa até mesmo uma ameaça às elites, que dependem das desigualdades social, econômica e política para manterem seus privilégios, o que torna ainda mais urgente a proteção social estatal para as pessoas que vivenciam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência. Por fim, posto que o Brasil de hoje está colhendo os frutos plantados pelos últimos governos, sob a influência do neoliberalismo da extrema direita, o que a população em situação de rua almeja para o futuro é a possibilidade de reconstrução de toda política pública desfeita pelos governos anteriores, de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro, o que certamente levará tempo e conscientização dos gestores públicos atualmente eleitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto nº 7.053 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento, e dá outras providências. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/decretm

BRASIL. *Lei nº 14.821*, de 16 de janeiro de 2024. Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC Pop Rua). Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/38165569/publicacao/38169832>

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 11.472*, de 6 de abril de 2023. Altera o Decreto nº 9.894, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília:

⁷ “Na cidadania ativa, para além de direitos e deveres políticos que decorrem do *status* de eleitor, os cidadãos formam suas opiniões e criticam quem detém o poder; expressando suas ideias de maneira pública e livre, para a elaboração e mudança de todas as decisões políticas” (Urbinati, 2013).

Diário Oficial da União, 2023

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 976, de 2023*. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF976MC1.pdf> Acesso em: 17 de janeiro de 2025

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Programas e ações de direitos humanos*. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh>. Acesso em: 14 fev. 2025

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 3.ed. São Paulo: Unesp, 2011

CFESS. *Código de Ética do Assistente Social*. Brasília, 1993

COGGIOLA, O. Prefácio. Crise econômica, desgaste institucional e extrema direita. In: PEREIRA, Potyara Amazoneida P. (Org.). *Ascensão da Nova Direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social*. São Paulo: Cortez: Politiza, 2020.

CONGRESSO EM FOCO. Jan/2022. *Gestão Bolsonaro cortou em mais de 70% repasses para a assistência social*. Disponível em <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/30213/gestao-bolsonaro-cortou-em-mais-de-70-repasses-para-assistencia-social..> Acesso em 17 de fevereiro de 2025.

FARIA, Carlos Alberto; LIMA, Luciana Leite. *As políticas públicas do Governo Bolsonaro, desmonte, resiliência e refundação*. Porto Alegre: Jacarta Produções, 2024.

FERREIRA, Manuela Lowenthal. *Evangélicos e Extrema Direita no Brasil: um projeto de poder*. São Paulo: Revista Fim do Mundo, nº 1, jan/abr 2020.

FILGUEIRAS, C. (2020). Moradores de rua: um problema público invisível e hipervisível nas cidades brasileiras. *Revista Colombiana de Sociología*, 43(2), pp. 109-127

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005

IBGE–INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *População estimada do país chega a 212,6 milhões de habitantes em 2024*. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 de Fevereiro. 2025

INESC. Instituto de Estudos Socioeconômicos. *Depois do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União 2022*. Brasília, 2023. Disponível em <https://inesc.org.br/>. Acesso em 14 de fevereiro de 2025.

JUNQUEIRA, Karina. *Acidania moderna e seus desafios. Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v.19, n.31, p.13-54, jan./jun. 2017

MINISTERIO DA CIDADANIA. *Portaria nº 2.362, de 20 de dezembro de 2019*. Estabelece procedimentos a serem adotados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social decorrentes do monitoramento da execução financeira e orçamentária realizada pelo Fundo Nacional de Assistência Social para promover a equalização do cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez, 2019.

NERI, Marcelo C. *Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Internacionais*.

FGV SOCIAL CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS. Rio de Janeiro, Maio/2022. Disponível em https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-Inseguranca-Alimentar-no-Brasil_Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf. Acesso em 17 de janeiro de 2025

PAPI, Luciana Pazini, *et al.* Mudança ou desmonte em políticas sociais? Efeitos do governo Bolsonaro nas áreas de direitos humanos e assistência social. In: FARIA, Carlos Alberto; LIMA, Luciana Leite. *As políticas públicas do Governo Bolsonaro, desmonte, resiliência e refundação*. Porto Alegre: Jacarta Produções, 2024

PEREIRA, Camila Potyara. *Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes*/ Camila Potyara Pereira. - São Paulo: Cortez, 2016.

RAICHELIS, Raquel. **A dimensão política do trabalho do assistente social**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 107, p. 637-656, 2011

SANTOS, L. R. S. O Estado brasileiro: entre o velho e o novo no contexto do capitalismo dependente. In: PEREIRA, Potyara Amazoneida P. (Org.). *Ascensão da Nova Direita e Colapso da Soberania Política: transfigurações da política social*. São Paulo: Cortez: Politiza, 2020.

SILVA, Mossicleia Mendes da. *Desenvolvimento capitalista e assistência social no Brasil: a encruzilhada da modernização com o Plano Brasil sem Miséria, 2011-2016*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social /Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018

URBINATI, N. Crise e metamorfoses da democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 82, p. 05-16, 2013.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

WOOD, E. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

02

A QUESTÃO SOCIAL E O TRABALHO DA E DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Iara Soares de Araújo¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo trazer algumas reflexões sobre o agravamento e o aprofundamento das expressões da questão social na fase do capitalismo financeiro sobre a classe trabalhadora, bem como evidenciar os desafios estruturais presentes para a atuação profissional das e dos assistentes sociais no atual contexto de financeirização do capital, em que elas e eles, sendo também trabalhadoras e trabalhadores assalariados, se veem submetidos às determinações desse sistema. Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico, realizada por meio de levantamento bibliográfico.

Palavras-chave: Capitalismo Contemporâneo; Serviço Social; Questão Social.

ABSTRACT

This article aims to offer some reflections on the worsening and deepening of the social question's impact on the working class during the financial capitalism phase, as well as highlight the structural challenges facing the professional practice of social workers in the current context of the financialization of capital, in which even salaried workers find themselves subject to the dictates of this system. This is a theoretical study conducted through a bibliographical survey.

Keywords: Contemporary Capitalism, Social Work, Social Question.

INTRODUÇÃO

Desde a eclosão do capitalismo financeiro em meados dos anos 1970, a questão social vem assumindo novas configurações e manifestações ainda mais complexas, em relação direta com as transformações no mundo do trabalho nas suas formas de organização e de gestão trazendo consequências nefastas para a classe trabalhadora, incluídos os assistentes sociais. Nos termos de Antunes (2008) a “classe que vive do trabalho” compreende aqueles que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de um salário.

O que se presencia atualmente é o avanço da mundialização do capital², e o processo de flexibilização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva com a adoção de políticas neoliberais, que agudizam as expressões da questão social com seus rebatimentos diretos nas camadas subalternas.

² A mundialização do capital pode ser definida como a nova etapa do capitalismo mundial que surge a partir da década de 1980, sendo também uma denominação precisa do fenômeno da globalização.

Esse cenário de economia flexível³ reafirma a busca pelo lucro e pela competitividade, baseando-se para isso na exploração da classe trabalhadora que a cada dia se torna mais precarizada, com menos direitos e garantias sociais. Ora sofrendo o desgaste físico por jornadas extensivas, intensas e baixos salários, ora sendo substituída pelo avanço da tecnologia que tornou a trabalhadora e o trabalhador descartável e substituível.

Assim, analisar a atuação da e do assistente social frente às manifestações da questão social na defesa dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores e enquanto trabalhadora e trabalhador no contexto de mudanças estruturais impostas pelo capital financeiro é crucial para criar estratégias de enfrentamento e resistência à dominação do capital.

Por isso coube no presente texto tecer inicialmente algumas considerações sobre a emergência e o aprofundamento da questão social sob influência e determinações do modo de produção capitalista, especialmente em sua fase financeira e seus desdobramentos sobre a classe trabalhadora.

Posteriormente se enfatizam os desafios postos à e ao assistente social frente às manifestações da questão social nesse contexto de avanço do capital, em que este também se vê como trabalhadora e trabalhador assalariado precarizado e submetido às exigências de seus empregadores. Essa tensão entre classes também exigirá dessa e desse profissional um posicionamento crítico diante da realidade social, com a criação de estratégias de resistência e de luta em prol da defesa dos direitos e das garantias legais das trabalhadoras e dos trabalhadores conquistados no decorrer da história.

QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO CAPITAL FETICHE

A questão social emerge como desdobramento do desenvolvimento do capitalismo. A sociedade industrial do século XIX inicia um novo tipo de sociabilidade ao resultar no empobrecimento expressivo da classe operária de então, tratava-se do fenômeno do pauperismo. Por isso, ao longo da história, a questão social está relacionada ao ingresso da classe trabalhadora no cenário político através das suas lutas por melhores condições de trabalho e de reconhecimento social.

Para Yamamoto (2001), a questão social se refere ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista moderna, e sua análise é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho. Nesse cenário, a trabalhadora e o trabalhador é obrigado a vender sua força de trabalho como mercadoria, ao mesmo tempo, a empresária e o empresário

3 De acordo com Ricardo Antunes, a economia flexível refere-se ao regime de acumulação flexível do capitalismo em sua fase contemporânea que ocorre pós-fordismo. Esse regime se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, do mercado de trabalho e dos padrões de consumo. Para o autor, esse regime resulta em profunda precarização das relações de trabalho, tendo em vista que a trabalhadora e o trabalhador precisa se adaptar às exigências e às flutuações do mercado. ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2018, p. 21.

capitalista intensifica as jornadas de trabalho.

A autora considera que o que se presencia no contexto atual é uma renovação da “velha questão social”, sob novas roupagens, inscrita nas relações sociais capitalistas, com novas condições de produção e de reprodução que acentuam as desigualdades sociais.

Seguindo essa linha de raciocínio, José Paulo Netto (2001) afirma ser necessário investigar a emergência de novas expressões da questão social, entendendo que suas manifestações são indissociáveis da dinâmica do capitalismo. As sequelas desse processo não são transitórias, haja vista a questão social ser constitutiva do próprio modo de produção capitalista.

À luz da análise marxiana, o autor esclarece que diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social, e a mesma está determinada pelo traço próprio da relação capital-trabalho, a saber, a exploração. Nessa vertente, a análise de Marx permite distinguir a exploração específica do sistema capitalista de outras sociedades que precederam a sociedade burguesa.

No regime capitalista a exploração se efetiva dentro de um marco de contradições e antagonismos, o que a torna suprimível. O que significa que se o capital optasse por suprimir a exploração do trabalho de maneira nenhuma isso implicaria na redução da produção de riquezas. Nessa perspectiva, a questão social se relaciona diretamente com o tipo de sociabilidade erguida pelo capital: a busca pelo lucro impõe a exploração do trabalho, as trabalhadoras e os trabalhadores produzem mais riqueza do que recebem em salário, com isso o capitalista se apropria da riqueza social criada pelo trabalho, e a vida social é submetida à lógica do mercado, no qual o objetivo é maximizar o lucro através da mais-valia⁴ e acumular capital. A cada novo estágio de desenvolvimento, esse sistema instaura expressões sociais e humanas mais complexas, porque corresponde à intensificação da exploração que é sua razão de existir (Netto, 2001).

Assim, na contemporaneidade, o capitalismo, em sua fase monopolista⁵, se concretiza por meio da expropriação da classe trabalhadora pela autocracia burguesa que exerce seu poder político e econômico de maneira autoritária com o intuito de manter seus privilégios. Iamamoto (2001) considera ser este um contexto de acirramento da questão social pela lógica financeira do capitalismo, que à medida em que cresce redundando em concentração de renda e empobrecimento da população.

Esse cenário se resume em um grande crescimento econômico e tecnológico em que a financeirização da economia aliada à incorporação da tecnologia reduz a mão de obra humana.

4 Na teoria marxista, a mais-valia refere-se ao lucro retido pelo empregador nas relações trabalhistas. Representa a diferença entre o salário pago e o valor produzido pela trabalhadora e pelo trabalhador. Pode ser entendida como o trabalho não pago.

5 A fase monopolista do capitalismo surge quando este deixa de ser marcado pela livre concorrência e passa a ser definido pela centralização e pela concentração do capital nas mãos das grandes empresas que controlam setores inteiros da economia. Esse processo aprofunda a exploração da classe trabalhadora dada a reorganização da dinâmica de acumulação.

Por outro lado, os avanços técnicos e científicos possibilitam aos trabalhadores produzirem mais em menos tempo ampliando o trabalho excedente⁶, e o aumento das taxas de lucratividade para o capitalista. Para Yamamoto (2001), esse processo acumulativo produz uma população de trabalhadoras e trabalhadores supérflua e subsidiária às necessidades de aproveitamento do capital, desta parcela de trabalhadoras e trabalhadores o capitalista extrai uma maior quantidade de trabalho via intensificação da jornada.

Esse trabalho excedente faz com que amplos contingentes de trabalhadoras e trabalhadores aptos para o trabalho fiquem desempregados, e a concorrência se acirre entre eles. A parcela daqueles que necessitam do trabalho cresce mais rápido que a necessidade do seu emprego pelos empresários capitalistas, conseqüentemente gera uma acumulação da miséria. Para a autora, esta é a raiz da produção/reprodução da questão social.

No cenário atual, o desemprego como uma das expressões da questão social está associado ao violento processo de criminalização das classes subalternas como classes perigosas não laboriosas. Por conseguinte, a questão social e suas manifestações atualmente são alvo de políticas de assistência focalizadas sem uma intervenção sistemática do Estado. Sendo assim, atribui-se aos indivíduos a responsabilidade por suas dificuldades.

Segundo Yazbek (2018), não interessa ao capital manter as políticas sociais organizadas e financiadas pelo Estado, uma vez que o avanço do capital sobre as políticas sociais é uma característica desse capitalismo contemporâneo global. Essa característica aliada à flexibilidade dos processos produtivos trouxe consigo sua nova morfologia no mundo do trabalho, cujo objetivo é tão somente e cada vez mais aumentar sua lucratividade às custas da precarização das relações trabalhistas com o desemprego, a redução de salários, a ausência de direitos, o aumento da pobreza, que resultam em um quadro de desmonte da proteção social. A busca pela eficiência e pela produtividade tornaram-se prioridades, e afetou radicalmente não só a produção de bens e serviços, mas as formas de organização do trabalho com o enxugamento dos postos de trabalho.

No Brasil, a questão social assume contornos mais graves, tendo em vista as particularidades do seu desenvolvimento desigual proveniente de um capitalismo dependente. Para Arcoverde (2007, p. 112), “a questão social no Brasil é mais grave em profundidade e extensão, desestabiliza, desorganiza o trabalho, avança para as esferas da sociabilidade, e atinge mais intensamente grupos e categorias sociais”.

Compreende-se dentro dessa perspectiva que a questão social brasileira se desdobra tanto na desigualdade econômica como social e política, sendo resultante de uma estrutura social

⁶ Aqui, trabalho excedente assume o mesmo significado de mais-valia, ou seja, é parte do trabalho realizado pela trabalhadora e pelo trabalhador além do necessário para sua sobrevivência, trabalho não pago e apropriado pelo capitalista.

inerente do modo de produção capitalista, subsidiada pelos modelos de desenvolvimento do país de antes e do momento presente: escravista, industrial e capitalismo dependente com reorganização flexível, evidenciando o crescimento das desigualdades.

Iamamoto (2001) considera que a globalização do capital também globalizou a questão social atingindo não apenas os países mais pobres, mas espalhando-se por todos os recantos do capitalismo, sob formas distintas segundo as características de cada região. Verificam-se novas determinações históricas da questão social, mais complexas nas suas formas de expressão e mais profundas em sua radicalidade na vida das classes subalternas.

Esse quadro se complementa pela atuação do Estado influenciado pela política do neoliberalismo que tem seu tamanho reduzido frente à questão social. A resultante é a restrição de gastos sociais e a privatização da coisa pública com um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e sociais do capitalismo mundial.

Este cenário vem orientando as políticas sociais, considerando que a característica do capitalismo atual é justamente a fragilização das políticas, a ampliação do trabalho desprotegido sob a tendência do neoliberalismo. Nesse contexto em que o capital atinge todas as dimensões da vida social, trazendo consequências graves, é que se insere o Serviço Social como profissão institucionalizada pelo Estado.

Dada as mudanças ocorridas pelo desenvolvimento do capitalismo as e os assistentes sociais são incorporados na divisão sócio-técnica do trabalho para intervir, mediar respostas frente às manifestações da questão social. Dentro dessa conjuntura, quais são os desafios enfrentados pelo Serviço Social frente às mazelas estruturais da questão social advindas do avanço da ordem capitalista?

QUESTÃO SOCIAL, TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL

É fato que as transformações no mundo do trabalho advindas do capital trouxeram implicações nas formas de produção e reprodução da questão social, e o trabalho passou a assumir conotações negativas na sociedade capitalista.

Mas, se por um lado, podemos considerar o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida do processo de humanização, por outro lado, a sociedade capitalista o transformou em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana (Antunes, 2008, p. 3).

Nesse sentido, na lógica do capital, o trabalho se tornou um meio penoso pelo qual os homens se submetem para sobreviverem ao venderem sua força de trabalho. Como visto anteriormente, esse processo acumulativo, engendrado pelo capital ao acumular riquezas, intensifica as desigualdades sociais, restringindo as garantias sociais. Tais fatores tendem a agravar as expressões da questão social, e as e os assistentes sociais são chamados a atuarem na relação entre o Estado, as políticas sociais e a população.

A garantia dos direitos se esbarra na atuação de um Estado cada vez mais mínimo, em um contexto que os direitos sociais passam a ser mercantilizados no atendimento a necessidades sociais de educação, saúde, habitação, dentre outras e o sistema social passa a pertencer ao domínio do mercado.

Trata-se de um fenômeno complexo, em que o capital sob a perspectiva neoliberal tenciona a realidade social no sentido de reduzir os direitos sociais alcançados historicamente pela classe trabalhadora. Nesta compreensão e dentro do contexto capitalista, tem-se implicações desastrosas para as políticas sociais mediante a redução do Estado (Assunção; Silva, 2024, p. 7).

Essa conjunção, neoliberalismo mais globalização da economia, demonstra que o capital não tem nenhum compromisso social com a classe trabalhadora (Netto, 2001), ao mesmo tempo não pode desconsiderar totalmente suas demandas, pois este é um meio de se legitimar ao incorporar as necessidades das trabalhadoras e dos trabalhadores, porém, de forma subordinada, com o intuito de não afetar seus interesses maiores. Ao investir nos serviços sociais, preocupa-se em “demonstrar” uma preocupação humanitária, o que amplia seus níveis de rentabilidade. É nesse contexto de aprofundamento das mazelas sociais, sob o impulso do neoliberalismo com políticas sociais focalizadas, que o Serviço Social é chamado a intervir.

O significado do trabalho da e do assistente social muda radicalmente ao voltar-se a direitos e deveres referentes às operações de compra e venda. Os direitos sociais são frutos de lutas sociais e negociações com o bloco do poder para seu reconhecimento legal, por outro lado, a compra e a venda de serviços no atendimento a necessidades sociais passam a ser mercantilizados (Iamamoto, 2001).

A atuação das e dos assistentes sociais frente às manifestações da questão social traz implicações políticas no contexto da relação entre classes, em que o profissional é requisitado a atender os interesses tanto das trabalhadoras e dos trabalhadores quanto do seu empregador, sendo também uma e um trabalhador assalariado que sofre as consequências dos efeitos do capitalismo: a redução do emprego formal e o desemprego (Yasbek, 2021). A força de trabalho dessa e desse profissional também está subordinada aos moldes do capital, assim como os demais trabalhadores, sujeito aos dilemas comuns da trabalhadora e do trabalhador assalariado.

Sendo assim, a e o assistente social enquanto trabalhadora e trabalhador assalariado nas instituições em que está inserido possui uma autonomia relativa para responder às demandas institucionais, bem como para facilitar o acesso aos serviços sociais para a população usuária, tendo em vista que em primeira instância responde ao empregador que o remunera e não diretamente às trabalhadoras e aos trabalhadores, os quais recebem seus serviços profissionais. Está subordinado a uma jornada, a um salário específico, a metas que avaliam sua produtividade, a um contrato delimitados pelo empregador. Logo, existe uma tensão entre classes, uma vez que a e o assistente social responde às demandas determinadas pelo seu empregador.

Como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho a compra e a venda da sua força de trabalho se dá a empregadores diversos: o Estado como principal empregador, bem como as organizações privadas e as não governamentais, assessoria, movimentos sociais. É esse processo de institucionalização da profissão que determina essas condições concretas de mercantilização e valorização do capital em que o exercício da e do assistente social está inserido e mediado pelo mercado, mas não somente isso, sua inscrição na divisão social e técnica do trabalho identifica a profissão como uma especialização do trabalho coletivo.

Afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, e identificar o seu sujeito vivo como trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá a compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais. Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo, uma vez que o trabalho não é uma ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social (Raichelis, 2011, p. 423).

Ademais, a e o assistente social analisa e busca intervir nos processos de exploração das trabalhadoras e dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que também se vê como trabalhadora e trabalhador sujeito a condições de precarização do seu trabalho. Essas mediações e determinações feitas pelo capital colocam em evidência as contradições entre o Projeto Ético-político do serviço social e as exigências do empregador.

Nessa perspectiva, de acordo com o Projeto Ético-político, a e o assistente social é o profissional qualificado para realizar um trabalho social complexo, propositivo na defesa de projetos que defendam as trabalhadoras e os trabalhadores e ampliem seus direitos, como na defesa da sua autonomia técnica e suas atribuições, por isso a realização do seu trabalho está para além de apenas rotinas institucionais e tarefas burocráticas. Envolve uma e um profissional capaz de apreender criticamente a realidade social e a correlação de forças existentes na defesa dos direitos sociais.

Dadas essas condições de delimitação de sua atuação a e o profissional se encontra diante do desafio de criar alternativas, estratégias concretas ao processo de dominação do capital. A e o

profissional é desafiado a construir mediações políticas e ideológicas nos espaços em que ocupa através de ações estratégicas de resistência em suas múltiplas dimensões, tanto nos espaços institucionais como no cotidiano nos conselhos de direito, fóruns e inclusive no nível de formação profissional ao repensar o trabalho de mobilização e educação popular através de uma releitura crítica da realidade (Yazbek, 2021).

Pensando no enfrentamento das expressões da questão social a partir da prática profissional, lamamoto (2001) acredita ser de fundamental importância que as instâncias de formação capacitem os futuros assistentes sociais para a leitura crítica de orçamentos sociais, de modo a viabilizar estratégias para angariar recursos para programas e projetos sociais. É importante impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho das populações atendidas, criando um acervo de dados sobre as expressões da questão social, em diferentes espaços ocupacionais.

Ainda segundo a autora, o conhecimento sobre a vivência dos indivíduos sociais poderá alimentar ações inovadoras para o reconhecimento de efetivas necessidades dos segmentos subalternizados. Os desafios da realidade dos espaços onde atua a e o assistente social exigem estudos analíticos, um acompanhamento atento dos processos históricos que permeiam o significado da profissão na atualidade, no contexto do modo de produção capitalista. Apreender o serviço social na sociedade brasileira, nos âmbitos regionais e locais é de suma importância para elaborar estratégias contra a onda neoliberal e se colocar em favor dos interesses e das necessidades do coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XXI se apresenta moldado pelo sistema econômico dominante vigente. O capitalismo financeiro instaurou um cenário permeado de contradições e aprofundamento ao alterar a morfologia do trabalho agudizando relações trabalhistas precarizadas. Essa nova configuração de trabalho flexível coloca para as trabalhadoras e os trabalhadores a dúvida sobre a continuidade do emprego (ainda que precário) ou se serão substituídos pela tecnologia.

Assim, este quadro de crise sinaliza um retrocesso na garantia dos direitos trabalhistas e a agudização da questão social em suas diversas dimensões através do discurso neoliberal. Ao que se remete ao mundo do trabalho houve um acirramento da exploração da força de trabalho com o aumento do desemprego, baixos salários, condições de trabalho degradantes, informalidade. A concentração de renda nas mãos do grande capital gera desigualdade e pobreza, o que intensifica a vulnerabilidade das classes subalternas.

Os desafios para o Serviço Social na defesa das trabalhadoras e dos trabalhadores, sendo também parte constitutiva do conjunto da classe trabalhadora, estão justamente vinculados a essas

mudanças na esfera produtiva da ordem do capital, sendo a exploração da trabalhadora e do trabalhador o principal eixo de atrito. A categoria de profissionais se vê diante da necessidade de enfrentamento do atual modelo de acumulação que ao precarizar as relações sociais, promove o acirramento das expressões da questão social.

Percebe-se que o novo tipo de sociabilidade instaurada pelo capital requisita o trabalho especializado da e do assistente social, com foco na educação, na direção política das entidades da categoria profissional, do amadurecimento que reafirme o posicionamento profissional. Nessa conjuntura de desafios no mundo do trabalho, faz-se importante avançar na luta coletiva, composta por sujeitos coletivos que ocupem os espaços e que resistam às formas que o capital adota para subjugar a trabalhadora e o trabalhador.

Nesse sentido, segundo Raichelis (2011, p. 435),

No âmbito institucional, torna-se imprescindível fortalecer a resistência ao mero produtivismo quantitativo, mediado pelo número de reuniões, de visitas domiciliares, de atendimentos, sem ter clareza do sentido e da direção social ético-política do trabalho coletivo.

Em tempos de degradação do trabalho humano em que o capital fomenta o trabalho excedente, as manifestações da questão social se ampliam e se tornam mais complexas e o Estado mínimo não consegue ultrapassar o discurso imediatista, ao Serviço Social compete construir respostas sustentadas em pesquisa e investigações sobre o cotidiano social, que abarque a realidade do vivido, e gere debates interdisciplinares, pois isso faz parte da luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho da população. A qualificação profissional é essencial na luta contra a dominação do capital nos espaços institucionais e coletivos.

Apesar da sua autonomia relativa, o Serviço Social possui uma direção política que aponta para uma outra ordem social não opressora. Ao se inserirem como trabalhadoras e trabalhadores nas relações capitalistas e ao operacionalizarem as políticas sociais, as e os assistentes sociais podem delinear e consolidar seu projeto de resistência frente às contradições inerentes ao sistema.

O principal desafio é operar a construção do direito em tempos adversos, sob domínio do capitalismo financeiro, por isso o objetivo deve ser uma luta e um trabalho conjunto, de uma classe social, da qual as e os assistentes sociais fazem parte. O Serviço Social deve assumir seu espaço na luta pelos direitos sociais da população, seja em espaços públicos ou privados. Segundo Yazbek (2018, p. 191),

De modo geral a profissão é interpelada e desafiada pela necessidade de construir direitos e outras mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente

EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ATUALIDADE

no contexto das lutas sociais. Seja no tempo miúdo do cotidiano, por dentro dos espaços institucionais onde atua-se, politizando as iniciativas, buscando novas práticas, espaços a ocupar como conselhos e fóruns, considerando as variadas lutas e propostas de resistência. Seja no apoio às resistências cotidianas das classes subalternas em suas lutas na sociedade, expressando que profissionalmente caminham juntos aos usuários.

Assim, a e o profissional é desafiado tanto em construir direitos como também em realizar mediações importantes, alianças estratégicas, tendo como base o Projeto Ético-político evidentemente nessa busca coletiva por direitos e pelo fortalecimento e pelo compromisso da categoria com uma sociedade mais igualitária.

De fato, presencia-se e vivencia-se tempos de destituição de direitos construídos historicamente pela classe que vive do trabalho, e não somente isso, mas o traço da superfluidade do trabalho: trabalhadoras e trabalhadores precarizados, temporários, flexibilizados, além de um exército de desempregados (Antunes, 2008). Consequências desse sistema avassalador de reprodução do capital, porém, o momento também é propício para as lutas sociais, para a instituição de uma sociedade dotada de sentido social e humano.

Nessa direção, as lutas sociais da e do assistente social se expressam na defesa dos direitos sociais, mesmo inserido em instituições que reproduzem a lógica capitalista. A e o profissional busca nesse contexto ampliar o acesso a esses direitos ao mesmo tempo fortalecer a consciência crítica das usuárias e dos usuários.

Essas lutas estão no âmbito institucional ao se defender a implementação de políticas públicas universais e de qualidade, no coletivo ao articular com os movimentos sociais, os sindicatos e os conselhos de direitos, na produção de conhecimento crítico frente à mercantilização da trabalhadora e do trabalhador, bem como na defesa da dignidade humana ao oferecer aos sujeitos uma escuta qualificada e contribuir para o fortalecimento da sua autonomia.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Nova era da precarização estrutural do trabalho?* [S. l.: s. n.], [202-?]. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/LxkqK1F4gd8eDW4w38w0.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2025.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. *Serviço Social e questão social na globalização. Serviço Social em Revista*, Franca, SP: UNESP, [s.d.]. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/6>. Acesso em: 8 jul. 2025.

ASSUNÇÃO, Teone; SILVA, Jéssica. *Desafios estruturais para o exercício profissional*. [S. l.: s. n.], [s.d.]. Disponível em: <https://periodicos.ufe.br>. Acesso em: 5 jul. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *A questão social no capitalismo. Temporalis*, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p.

41-50, 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social201804131245276705850.pdf. Acesso em: 2 jul. 2025.

NETTO, José Paulo. *Cinco notas a propósito da “questão social”*. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-50, 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social201804131245276705850.pdf. Acesso em: 2 jul. 2025.

RAICHELIS, Raquel. *O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos*. *Serviço Social & Sociedade*, [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/xJZpht8LVT96vSvn7cPNQMR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 jul. 2025.

SILVA, Polyana Carvalho da. *Os fundamentos do(a) assistente social: relações sociais e Serviço Social*. [S. l.: s. n.], [s.d.]. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/242253/1202.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 jul. 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Expressões da questão social brasileira em tempos de devastação do trabalho*. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 21, n. 42, p. 16-30, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37164/24536>. Acesso em: 5 jul. 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Serviço Social, questão social e políticas sociais em tempos de degradação do trabalho humano sob o domínio do capital financeiro*. *Serviço Social & Sociedade*, Londrina, PR: UEL, [s.d.]. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/35215>. Acesso em: 9 jul. 2025.

03

DIREITOS HUMANOS EM TRINCHEIRAS: O SERVIÇO SOCIAL NO FIO DA NAVALHA

Adrielle Nunes Parreiras¹

Maria Alice Silva Santos Félix²

Rita de Cássia Pereira Farias³

1 Assistente social, gestora pública, mestranda em política social UFV adrielle.nparreiras@gmail.com

2 Bacharel em Serviço Social pela UFOP, mestranda em política social maria.a.felix@ufv.br

3 Dra. em antropologia, assistente social, professora de Serviço Social na graduação e na pós UFV rcfarias@ufv.br

RESUMO

O presente artigo aborda os desafios atuais para a efetivação dos direitos humanos no Serviço Social, considerando as contradições do capitalismo e as múltiplas formas de opressão social. Tem como objetivo refletir o compromisso ético-político da profissão na luta contra desigualdades estruturais, concluindo pela necessidade de atuação crítica e emancipatória.

PALAVRAS CHAVES: Serviço Social, Direitos Humanos, Exercício profissional da e do Assistente Social.

INTRODUÇÃO: SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

“Nós formamos mesmo a última fronteira de resistência que o capitalismo brasileiro ainda não conseguiu superar” – Daniel Munduruku.

O Serviço Social foi instituído no Brasil na década de 1930, estando estreitamente vinculado à Igreja Católica. Inicialmente, a profissão era composta majoritariamente por mulheres e orientava-se por práticas de benemerência e caridade. Eram mulheres pertencentes às elites sociais, que assumiam a missão de desenvolver ações assistenciais junto às famílias operárias.

Segundo Iamamoto (2017), o Serviço Social brasileiro sofreu forte influência das experiências francesa e belga. Foi durante o governo de Getúlio Vargas que surgiram as primeiras escolas de Serviço Social no país, todas marcadas pela influência do pensamento católico. Em 1936, foi criado o primeiro curso de Serviço Social no Brasil, na Escola de Serviço Social de São Paulo – posteriormente incorporada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1972, que se tornou uma das principais referências na área.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Serviço Social passou a se desenvolver ainda mais, atuando como mediador dos conflitos envolvendo a classe trabalhadora. É importante destacar que, durante os chamados “Trinta Anos Gloriosos”⁴, houve uma significativa expansão da economia capitalista e do padrão de consumo da população. Os modos de produção também se transformaram, incorporando práticas do fordismo e do taylorismo, com foco na produção em massa de bens não duráveis. Isso resultou no acúmulo de mercadorias, na geração de excedentes e na consolidação de um modo de vida pautado pelo consumo.

Embora o Brasil não tenha vivenciado plenamente um Estado de Bem-Estar Social (Welfare State), devido à sua condição de capitalismo dependente (servindo para sustentar o bem-estar social

4 Segundo Reginaldo Carmello, chamou-se o período do pós-guerra de Idade de Ouro do capitalismo contemporâneo — ou de “30 gloriosos do pós-guerra”, expressão difundida por Jean Fourastié (1975). Momento de reconstrução, de extraordinária acumulação de capital e relativo controle sobre as instabilidades desse modo de produção. Vide <https://www.scielo.br/j/es/a/JQsTzv6Q7wrTPvMJ4T6Rrbj/?lang=pt&format=pdf>

européu), políticas como o pleno emprego e a manutenção do padrão salarial contribuíram para o fortalecimento dos movimentos sindicais. Nesse contexto, a prestação de serviços públicos foi ampliada, favorecendo a constituição de um mercado profissional para os assistentes sociais e a institucionalização da profissão no país.

Nos debates históricos, após o contexto do pós-guerra, emerge a Guerra Fria:

O período pós guerra, em 1945, apresenta-se caracterizado pelas economias europeias quebradas economicamente e o continente americano em processo de industrialização avançada, tendo como liderança os Estados Unidos. Deflagra-se assim um jogo de interesses internacionais com a iminência da Guerra Fria colocando o mundo em dualismos ideológicos políticos liderados pela Rússia e os Estados Unidos. Como estratégia política este último passa a atuar de maneira mais incisiva sobre os países latino-americanos, sob a pauta do desenvolvimento (e da hegemonia capitalista) e como forma de combater as influências do comunismo. Fará isso através de uma política de apoio financeiro e convênios com governos objetivando a superação da pobreza e fome como etapa de ultrapassagem do estágio de subdesenvolvimento, utilizando o Desenvolvimento de Comunidade como técnica e processo para tal objetivo (Pereira, p. 104, 2019).

Nesse período, o Serviço Social passou a ser fortemente influenciado pelo modelo profissional estadunidense, este fundamentava-se na teoria sistêmica e no funcionalismo, manifestando-se nas abordagens do Serviço Social de caso, de grupo e no desenvolvimento de comunidade⁵, conforme destaca Yamamoto (2017). Com o Brasil alinhado aos princípios estadunidenses, essa influência na profissão também foi perceptível. Pereira (2019) sinaliza que:

O Serviço Social brasileiro tomará para si o protagonismo de desenvolver as comunidades através da ideia de que ações coletivas e integradas entre o povo e os governantes seriam uma forma de superar o subdesenvolvimento, visto como entrave para o progresso social e econômico da nação. A ONU legitima esse espaço ocupado pelos assistentes sociais criando uma Divisão de Assuntos Sociais como forma de impulsionar programas com esse recorte e mais, incentivará o papel preponderante da profissão através da promoção de eventos e de capacitações complementares aos mesmos.

Entre 1965 e 1975, desenvolveu-se o movimento de Reconceituação do serviço social na América Latina, um marco fundamental para o Serviço Social nos países latino-americanos. Esse movimento teve grande importância por se sustentar nas lutas sociais e na busca por uma **identidade profissional própria**. Foi um período em que se passou a defender que as teorias e os métodos utilizados pela profissão deveriam emergir da realidade histórica e social da América

5 "Para Aguiar (1995) tanto a conceituação de Serviço Social de Casos como o de Grupos deu-se a partir de obras americanas, como Mary Richmond em 'Caso Social Individual' (What is Social Casework?), Hamilton Gordon em 'Theory and Practice of Social Case Work' e a tese do padre Terence J. Cook, 'Thomistic philosophy in the principles of social group work: a dissertation', demonstrando o alinhamento sem embates entre a filosofia humanista cristã a histórica e as teorias funcionalistas em ambos os países. Com o Serviço Social de Comunidade também não será diferente" (Pereira, p. 104, 2019). Pereira (2019) destaca também que "as ideias de Mary Richmond e Jane Adams, assim como das teorias de cunho funcionalista e positivista, repercutiram enormemente sobre as assistentes sociais brasileiras e que muitas foram interpretadas equivocadamente quando chegaram ao Brasil".

Latina, rejeitando a adoção acrítica de modelos estrangeiros.

De base teórica e metodológica eclética, esse movimento foi, inicialmente, polarizado pelas *teorias desenvolvimentistas*, e no início da década de 1970 ocorrem as primeiras aproximações do Serviço Social à *tradição marxista*, a partir de manuais de divulgação (Iamamoto, 2007, 2015, 2016).

Durante esse mesmo período, o Brasil estava sob o regime da Ditadura Militar⁶, o que influenciou o Serviço Social a adotar uma postura voltada à modernização e à tecnocracia. No entanto, surgiu uma corrente de oposição a essa perspectiva, com destaque para a atuação da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG). Essa instituição alinhava-se ao movimento de reconceituação latino-americano. Segundo Netto (1991), essa expressão do Serviço Social brasileiro representou a formulação inicial mais ampla de uma vertente profissional no contexto pós-1964, caracterizada por ele como uma “intenção de ruptura” com os traços conservadores e tecnocráticos que até então predominavam na profissão.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo está profundamente ligado às lutas pela democratização da sociedade e do Estado, especialmente no período de enfraquecimento da ditadura militar (marcado para o final da década de 1970 e início da década de 1980). Foi nesse cenário de mobilização das classes trabalhadoras e de fortalecimento dos movimentos sociais que a profissão passou a ser questionada, assumindo um papel ativo e não apenas reativo diante das transformações políticas. Durante o processo de elaboração e aprovação da Constituição de 1988, intensificaram-se as discussões em torno da atuação do Serviço Social, o que refletiu diretamente nas mudanças nas áreas de formação, produção de conhecimento e organização profissional dos assistentes sociais. Esse contexto favoreceu o fortalecimento da categoria, que se articulou em frentes sindicais, acadêmicas e políticas.

Durante a ditadura, muitos profissionais da área acabaram se alinhando, voluntária ou involuntariamente, à lógica dominante da época, reduzindo o potencial crítico da profissão ao adotar uma postura técnica, desvinculada da crítica social. Alguns se calaram diante das violações de direitos, enquanto outros colaboraram com as ações do regime, buscando aperfeiçoamento técnico para implementar programas sociais compensatórios⁷ que, na prática, mascaravam a repressão, a perda de direitos e o controle político das classes trabalhadoras. Nesse período, também foram sufocadas iniciativas críticas que buscavam dialogar com experiências comunitárias e com a educação popular, especialmente aquelas inspiradas nas ideias de Paulo Freire.

6 Período entre 1964 a 1985 iniciado com um Golpe militar. Cumpre destacar que esse período foi marcado por supressão de liberdades civis, perseguição política, censura, violência estatal, tortura e as mais diversas violações de direitos humanos.

7 Exemplos de programas sociais compensatórios adotados durante a ditadura militar: FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) 1964; LBA (Legião Brasileira de Assistência) 1969; e PRORURAL (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural) 1971. Para maiores informações vide <https://wp.ufpel.edu.br/jbs/files/2017/08/lara-R.-Expandido.pdf>.

Ainda assim, houve resistência. Parte dos assistentes sociais se engajou ativamente na luta contra a ditadura, sendo uma das expressões mais significativas desse movimento a organização da categoria. Muitos profissionais sofreram as consequências da repressão estatal, sendo perseguidos, presos, torturados ou forçados ao exílio por conta de sua atuação política, criminalizados por leis autoritárias, como a Lei de Segurança Nacional. Essas histórias de resistência e sofrimento foram reconhecidas e resgatadas pelo CFESS. Segue depoimento de Ana Maria Santos materializado na obra supracitada:

Fui levada para o Doi Codi/Oban - SP, sendo torturada por uma semana, com tortura física e psicológica, forçada a depor, completamente despida por equipes que se revezavam ininterruptamente. Estando no primeiro mês de gravidez, tive ameaça de aborto em consequência das torturas. No Doi Codi, estive todo tempo em cela escura solitária, durante cinquenta e cinco dias (CFESS, 2017).

Com o endosso de uma atuação crítica e comprometida com os direitos humanos, o Serviço Social brasileiro assumiu um projeto profissional de caráter emancipador, vinculado à luta histórica da classe trabalhadora e sustentado por valores que afirmam a dignidade humana. Esse projeto pauta-se em princípios como liberdade, igualdade, democracia, cidadania e o respeito à diversidade, aliados à defesa da qualidade dos serviços prestados à população. A proposta profissional se configura como uma alternativa crítica à alienação presente nas relações de trabalho assalariadas, reafirmando seu compromisso ético-político com os interesses coletivos.

Diante do avanço de forças conservadoras e do agravamento das expressões da questão social, fortalecer esse projeto emancipador exige pensar estratégias que dialoguem com a realidade brasileira atual. Isso implica que a profissão construa, de forma coletiva, ações articuladas com um projeto de país comprometido com a justiça social.

As políticas anticrise de raiz liberal são partes de um *projeto de classe* destinadas a restaurar e consolidar o poder do capital, **privatizando lucros e socializando custos**, como alerta Harvey (2011). Alarga-se a distância entre ricos e pobres, radicalizando as desigualdades sociais e as lutas contra as mesmas, o que se refrata no cotidiano de contingentes majoritários das classes subalternas (Iamamoto, p. 16, 2017, grifos do autor).

Nesse contexto, é fundamental que o Serviço Social atue em articulação com os movimentos populares e com as forças progressistas, superando discursos genéricos e construindo práticas transformadoras. O desafio que se impõe, portanto, é compreender e enfrentar as contradições do Brasil contemporâneo: as novas configurações de classe, o aprofundamento das desigualdades, o papel do Estado e os mecanismos de poder e dominação expressos em nossa cultura e estrutura social.

A INSERÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA AGENDA DO SERVIÇO SOCIAL

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II- **Defesa intransigente dos direitos humanos** e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III - *Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;*
- IV. *Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;*
- V. *Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;*
- VI. *Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;*
- VII. *Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;*
- VIII. *Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;*
- IX. *Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;*
- X. *Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;*
- XI. *Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.*

O Serviço Social a partir de uma “virada” em seu projeto de profissão⁸- passando de uma perspectiva policalcesca, fiscalizatória e moralizante para uma perspectiva crítica e comprometida com as lutas da classe trabalhadora - assume com compromisso as bandeiras de luta dos direitos

8 Vide <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>.

humanos, e assume um caráter teórico e político baseado pelo Projeto Ético-político da profissão. Acima, temos os princípios do Código de Ética profissional (1993) do Serviço Social.

Sabe-se que no cotidiano não é fácil materializar esses princípios, afinal, profissionais e estudantes lidam diariamente com inúmeros desafios da sociabilidade capitalista que torna a caminhada mais difícil. A profissão recebe determinações societárias⁹ o que acaba reverberando neste conflito. Atuação profissional com crítica é o que se espera nas respostas profissionais.

Esse projeto tem se consolidado na perspectiva de um processo histórico que não tem como fugir à realidade em sua objetividade, mas, ao instituir um campo de resistência teórico-ético-política, fomenta uma cultura crítica, que, permeada pelo movimento da luta de classes e pela capacidade teórico-político-organizativa da categoria profissional, disputa a direção social da profissão e insiste em sintonizar o Serviço Social com as lutas da classe trabalhadora e seus movimentos políticos emancipatórios (Santos, p. 30, 2017).

É nesse horizonte de atuação crítica e comprometida que a inserção dos direitos humanos na agenda do Serviço Social se tornou elemento estruturante, uma vez que é com esse compromisso que as ações políticas da categoria podem ser formuladas, articuladas e debatidas coletivamente. Embora tenha adquirido maior visibilidade no debate profissional apenas na década de 1990, essa inserção é fruto do processo de renovação teórico-metodológica e ético-política da profissão, marcado pelo diálogo interdisciplinar e pela articulação com movimentos sociais e sindicais na luta por democracia e direitos, especialmente durante e após a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

A relação do Serviço Social com os direitos humanos, embora tenha assumido visibilidade no debate profissional na década de 1990, é tributária do processo de renovação teórico-metodológico e ético-político vivenciado pela profissão. O diálogo com outras profissões e áreas do conhecimento e a articulação com movimentos organizados da classe trabalhadora, que lutavam por democracia e direitos no período de enfrentamento e após a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Foi, no entanto, no universo reflexivo sobre ética e Serviço Social, que os DH se inserem na agenda programática da profissão (Santos, 2017, p. 31).

Em 1980, a partir do tema da ética, o conjunto CFESS/CRESS começa a promover debates intensos em conhecimento crítico que posteriormente irá promulgar marcos importantes na profissão, como o próprio Código de Ética profissional, que tem uma virada em 1986 e é aprimorado em 1993. A partir disso, a defesa *Intransigente dos Direitos Humanos* ganha materialidade no debate da profissão.

A incorporação dos direitos humanos à agenda do Serviço Social brasileiro não se deu de forma espontânea, mas constitui um processo histórico e determinado por condições objetivas postas na realidade social e impulsionado pela atuação de profissionais engajados e militantes. Da mesma forma que os direitos humanos correspondem a processos históricos, implantados conforme os interesses e as lutas em determinada quadra histórica, sua presença no projeto profissional está enraizada nas determinações concretas da sociedade capitalista. As condições de vida da maioria da população – submetidas a jornadas intensas de trabalho, baixos salários, empregos precários, desemprego e toda ordem de dificuldade no acesso público sem qualidade à saúde, à educação, ao transporte, à cultura, ao lazer e às demais dimensões da vida social –, configuram verdadeiras trincheiras de violação de direitos. Nesse cenário, torna-se imperativo fomentar o pensamento crítico da população, possibilitando que esta compreenda, em sua totalidade, as múltiplas violações de direitos as quais vivenciam cotidianamente.

Cabe às e aos assistentes sociais e às entidades representativas da profissão o papel de incentivar a criticidade diante do modelo vigente, promover o debate e ampliar a participação popular nos processos decisórios a partir da perspectiva da totalidade social e de uma visão abrangente das expressões da questão social que rebatem na vida dos cidadãos.

Cabe destacar que um outro ponto para debatermos sobre a inserção dos Direitos Humanos na agenda do Serviço Social é compreendê-lo como um processo:

[...] complexo, que tem determinação histórica, de caráter objetivo e subjetivo. Não constitui mera escolha arbitrária nem uma dedução política abstraída das situações concretas de existência dos indivíduos. O Serviço Social incorpora os DH, mediante determinações concretas que brotam da sociedade capitalista e que se intensificam em um contexto de agravamento da questão social e instauração de um quadro regressivo, em face da crescente perda de direitos de proteção ao trabalho e de conquistas civilizatórias, com o fortalecimento do conservadorismo na sociedade, por meio da defesa da propriedade, da família em seu formato tradicional e de um conjunto de desvalores, que é disseminado como algo natural da vida em sociedade (Santos, p. 33, 2017).

É importante compreender também que essa inserção vai para além das experiências profissionais e militantes da profissão, mas ocorre de forma histórica no âmbito do coletivo, ou seja, trata-se da inserção na agenda profissional englobando os conjuntos e as demais entidades deliberativas do serviço social.

A agenda profissional não se configura como produto de preferências pessoais, mas resulta de um processo histórico e coletivo construído pela categoria ao longo do tempo. Embora as contribuições individuais – expressas em pesquisas, estudos e práticas políticas – tenham relevância, o exercício profissional deve manter consonância com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) e com os documentos normativos do conjunto CFESS-CRESS, elaborados democraticamente para orientar decisões e valores no cotidiano laboral.

As determinações impostas pela conjuntura histórica e social incidem diretamente sobre o exercício profissional e sobre as múltiplas dimensões da vida social. A ascensão do neoliberalismo, especialmente a partir da década de 1990, provocou significativa interferência nas políticas sociais, concretizando-se na precarização das relações de trabalho, no agravamento das expressões da questão social e, conseqüentemente, no aumento das violações de direitos humanos, afetando diretamente as usuárias e os usuários do Serviço Social. Nesse sentido, conforme a contribuição de Santos (2017), é relevante que se tenha a compreensão que, no âmbito da discussão sobre DH, identificam-se três grandes tendências no interior das correntes de esquerda que se articulam ao debate profissional.

A **primeira tendência** tem uma abordagem economicista, ao entender o direito como um reflexo das relações de produção capitalista. Nessa visão, predominante em certos setores da esquerda no Brasil e no mundo, os DH seriam instrumentos da burguesia, e a luta por eles desviaria a classe trabalhadora do objetivo de transformar radicalmente a sociedade. Assim, os DH são vistos como uma tática reformista e liberal. Essa concepção tende a desvalorizar pautas de grupos historicamente oprimidos, como mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+, consideradas de menor relevância para a formação da consciência de classe. O problema dessa perspectiva, como aponta Dias (2002), é reduzir a complexidade da vida social à esfera econômica, desconsiderando outras formas de opressão e apagando contradições sociais importantes.

A **segunda tendência** surge com mais força nos anos 1960 no cenário internacional, e no Brasil, após o fim da ditadura civil-militar. Ela faz uma crítica ao economicismo da primeira visão, valorizando a diversidade de sujeitos políticos e suas lutas contra diferentes formas de opressão. Nesse contexto, a defesa da democracia e dos direitos legais ganhou centralidade. No entanto, parte da esquerda passou a tratar essas pautas de maneira descolada das contradições de classe e dos impactos do capitalismo. Isso resultou num distanciamento do marxismo e numa adesão crescente a práticas reformistas, centradas na via institucional, como o parlamento e a judicialização da política. Essa tendência assume uma crítica parcial, marcada por certa superficialidade analítica, ao abandonar uma visão totalizante da realidade social.

A **terceira tendência** se diferencia das anteriores por buscar compreender a realidade em sua totalidade e contradições, superando tanto o economicismo da primeira quanto o politicismo reformista¹⁰ da segunda. Enquanto a primeira ignora as contradições sociais e reduz tudo à economia, e a segunda separa política, economia e cultura da base material da sociedade, esta terceira perspectiva propõe uma análise crítica e concreta das determinações histórico-sociais.

Essa linha questiona os fundamentos liberais dos Direitos Humanos, examinando sua função social e seu caráter contraditório, ao mesmo tempo em que aponta caminhos para superar tanto

¹⁰ Trata-se de uma abordagem que busca transformações a partir de alterações pontuais em vez de mudanças radicais, estruturais e revolucionárias.

o dogmatismo quanto a adaptação ativa à ordem capitalista (característica marcante da segunda tendência, que aposta na conciliação de classes como estratégia). Em oposição a isso, a terceira tendência afirma a necessidade histórica da luta anticapitalista, reunindo sujeitos políticos individuais e coletivos comprometidos com uma transformação estrutural da sociedade.

Trindade (2011) propõe uma reflexão sobre como compreender, nos dias atuais, a relação entre o marxismo e os direitos humanos. Ele afasta, de início, duas leituras que considera pouco produtivas: por um lado, a visão dogmática de matriz stalinista, que simplesmente desqualifica os direitos humanos como um artifício burguês sem relevância; por outro, uma leitura conservadora que insiste na total incompatibilidade entre marxismo e direitos humanos. Em contrapartida, o autor aponta para uma terceira perspectiva, cada vez mais reconhecida, que vê no socialismo uma via de aprofundamento e universalização dos direitos humanos. Essa abordagem sugere que a conexão entre marxismo e direitos humanos deve ser revista à luz de um projeto emancipatório que atualize o ideal socialista sem perder de vista as lutas concretas por dignidade e justiça social.

Cabe destacar que essas tendências são apresentadas como sínteses analíticas e não refletem blocos homogêneos. Na prática, representam uma diversidade de posturas políticas que se manifestam no cotidiano e influenciam a condução das lutas sociais e o próprio horizonte das profissões.

Tendo explicitado aos leitores essas tendências extremamente importantes de serem sintetizadas neste artigo, destaca-se que o serviço social, nas últimas décadas, a partir do desenvolvimento de pesquisas, compreendendo a profissão também como produtora de conhecimento, conquistou o que Silvana Mara de Moraes dos Santos (2017) vai chamar de “maturação teórico-política”. Produção de conhecimento que permite reflexões, debates e pensamento crítico, que permitiu a apreensão e adensou ainda mais a relação dos direitos humanos com a profissão, conforme sinaliza Trindade (2011), na obra *História social dos direitos humanos*. O autor nos mostra que esse processo permitiu conhecer diversas lutas sociais e a atuação política da classe trabalhadora no enfrentamento de múltiplas formas de violação de direitos, muitas delas historicamente invisibilizadas pela sociedade.

Silvana Mara de Moraes dos Santos (2017) destaca que, embora as lutas em defesa do trabalho e da seguridade social sempre tenham feito parte das reivindicações da classe trabalhadora em diferentes contextos históricos, outras formas de opressão foram, por muito tempo, deixadas de lado nessa agenda. Ela chama atenção para as violações que decorrem da reprodução do machismo, da misoginia, do patriarcado e suas consequências concretas na vida das mulheres e da população LGBTQIAPN+. A autora também evidencia como o racismo e a não aceitação da diversidade sexual se expressam em práticas cotidianas de violência, materializadas em altos índices de crimes de ódio e na permanência da LGBTfobia (homofobia, lesbofobia, transfobia, entre outras).

Ao realizar a leitura da referida autora compreende-se também a contextualização por trás do termo *invisibilizar*, no qual demonstra-se um processo político que nega o reconhecimento de um direito, das opressões e das reivindicações. Todas estas questões atingem os indivíduos, violam suas vidas e merecem reconhecimento para que possam ser enfrentadas.

Portanto, para além da defesa intransigente dos direitos humanos, a profissão luta com “*empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças*” (CEP, 1993), integrando essa temática às discussões. Ramos e Santos (2016, p.228) afirmam que:

Ao situar a defesa dos direitos humanos no vasto e complexo campo da emancipação política, tem sido possível o entendimento do processo histórico de luta dos vários sujeitos políticos e da necessidade da agenda profissional torna-se permeável ao diálogo e à interlocução crítica com questões e contradições que qualificam o entendimento das necessidades humanas, dos limites institucionais e da crítica à sociedade capitalista.

Assim, a inserção e o reconhecimento das lutas e da agenda política pela realização dos Direitos Humanos têm valor estratégico e contribuem para explicitar dimensões da diversidade humana que, sob o capitalismo, favorecem a desigualdade social, as formas de exploração e de opressão vivenciadas pelos indivíduos.

É necessário entender o lugar que o direito ocupa na sociedade capitalista e analisar, no movimento real de cada conjuntura, a dinâmica da luta de classes. Como sabemos, o direito consiste em um complexo parcial, que se desenvolve mediante as tensões e os conflitos de classe, na perspectiva de regular esses conflitos.

No Brasil, o cotidiano do cárcere vivenciado por diversas trabalhadoras e trabalhadores, estudantes, intelectuais, artistas e militantes de organização de esquerda, durante o período ditatorial, trouxe à tona questões sobre a violação dos Direitos Humanos nas prisões e em certas abordagens e perseguições, comandadas pelo Estado, no ambiente da família, de estudo, de trabalho e da cultura. Dessa maneira, a luta por direitos políticos e civis e por liberdade contra as práticas de tortura, abuso de poder e de cerceamento da liberdade de expressão e de organização política e cultural ganhou um sentido histórico. A defesa dos direitos humanos reapareceu na agenda política das esquerdas, a partir dessa realidade de violação de direitos que o Estado ditatorial promoveu no Brasil e na América Latina. Situações concretas levaram os segmentos de esquerda ao entendimento da necessidade histórica de aprofundar o debate sobre os direitos, do ponto de vista teórico-ético e político. A realidade tem essa força e entendê-la significa apreender mediações que revelam a complexidade das práticas e dos processos históricos.

Diante disso, pensar os direitos humanos na sociedade capitalista implica reconhecer que sua própria existência está marcada por contradições profundas – já que os direitos são, ao mesmo tempo, proclamados e violados por uma ordem fundada na desigualdade. O Serviço Social, ao se debruçar sobre essas contradições, tem buscado superar tanto o reducionismo economicista quanto o reformismo politicista, reafirmando seu compromisso com uma leitura crítica e totalizante da realidade social.

Nesse caminho, é fundamental recuperar a contribuição de Marx, que compreendeu com rigor a articulação entre base material e superestrutura, evidenciando que o jurídico e o político não são esferas neutras, mas expressões da sociabilidade capitalista. Avançar nessa direção é, portanto, mais do que necessário: é reafirmar o projeto ético-político da profissão como parte ativa da luta por emancipação humana.

*Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
(Sonho Impossível - Maria Bethânia)*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história recente do Brasil, inúmeros episódios escancararam a face mais brutal da violação dos direitos humanos, evidenciando que a seletividade penal, o racismo estrutural e a desigualdade de classe moldam as práticas do Estado como sinaliza o livro *Cárcere em Fábrica* (2006) de Dario Melossi e Massimo Pavarini. Em 1992, o Massacre do Carandiru resultou na execução de 111 presos pela Polícia Militar de São Paulo, dentro de um presídio superlotado e em condições desumanas.

“Vai ter que acontecer um milagre em sua vida hoje”, disse, em tom de deboche, o soldado que segurava uma argola com cerca de 50 chaves.

“Um milagre? Por quê?”, perguntou Sales, ainda esbaforido, arregalando os olhos.

“Vou escolher uma dessas chaves”, começou a explicar o PM, engatilhando a escopeta calibre 12. “Se a chave abrir o cadeado da cela, você entra e vive. Se não abrir, você fica e morre aqui mesmo no corredor”, avisou, apontando a arma para a cabeça do preso.

“Vamos executar você!”, completou o outro agente da lei.

Naquela época, Sales ainda não acreditava em milagres. Pelo sim pelo não, fechou os olhos com força e começou a rezar baixinho o único versículo bíblico que conhecia. Uma semana antes, sua mãe, Maria

EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ATUALIDADE

da Conceição Sales, lhe enviara uma carta, onde copiou, a mão, o bendito salmo. Sales ainda recitava baixinho o texto sagrado quando ouviu o ruído do cadeado se abrindo. Trinta anos depois, ele imita o barulho, estalando a língua (BBC NEWS, 2022).

Pouco tempo depois, em 1993, a violência atingiu crianças e adolescentes em situação de rua, quando oito jovens foram assassinados por policiais no Massacre da Candelária, no Rio de Janeiro.

A igreja, com mais de quatro séculos de história, foi palco da chacina feita por policiais e um ex-policial militar. A ação foi motivada pelo fato dos garotos terem jogado pedras em um carro da Polícia Militar um dia antes do crime, que ocorreu em 23 de junho de 1993. Dois policiais militares e o ex-policial foram condenados pelo massacre, todos com penas que superam os 200 anos de prisão. Segundo o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJSP), o PM Nelson Oliveira dos Santos cumpriu pena até sua extinção, em 2008. Já o PM Marco Aurélio Dias de Alcântara e o ex-PM Marcus Vinícius Emmanuel Borges cumpriram suas penas até receberem indultos em 2011 e 2012, respectivamente. O jovem Wagner dos Santos foi um dos sobreviventes da chacina e peça chave para esclarecimento do crime. O garoto foi colocado no porta-malas de um dos carros dos assassinos e foi baleado com quatro tiros (CNN Brasil, 2024).

No mesmo ano, 19 trabalhadores rurais sem-terra foram mortos pela Polícia Militar no Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, um ataque brutal contra quem lutava pelo direito à terra.

“Nós ficamos aqui no meio da pista em fogo cruzado, balas dos dois lados, três mil pessoas no meio dessa pista. Grande, pequeno, jovem, velho, mulheres, corriam para todo lado. Aqui não era plano, era uma barreira, e além de ser uma barreira tinha chovido no dia 16, e antes descia água, depois descia sangue, essa pista ficou coberta de sangue. Eram pais de família que tinham sonhos, igual eu tive meu sonho realizado, mas que morreram, que eles mataram aqui na pista. Não tiveram um pedacinho de terra para criar seus filhos, seus filhos ficaram órfãos de pai, ficaram só com a mãe” - Entrevista com Maria Zelzuíta (Brasil de Fato, 2025).

Ainda em 1997, o país se chocou com a crueldade do assassinato do indígena pataxó Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo por cinco jovens de classe média alta em Brasília, enquanto dormia em um ponto de ônibus.

Em 2001, os quatro adultos que participaram do crime ao lado de Gutemberg foram condenados a 14 anos de prisão. Em 2002, receberam benefício de liberdade assistida, que foi revogado após vídeos do *Correio Braziliense* que mostravam os condenados bebendo cerveja e namorando no horário em que deviam estar trabalhando ou estudando. No início de 2004, o benefício foi concedido novamente. Em novembro do mesmo ano, dois deles foram agraciados com a liberdade condicional. Em dezembro, os outros dois que permaneciam presos saíram da prisão pelo mesmo benefício. A pena de 14 anos foi cumprida pelos quatro completamente em 2011. Mesmo após terem sido condenados por um crime hediondo (homicídio triplamente qualificado), todos possuem certidão negativa de antecedentes criminais. O artigo 202 da Lei de Execução Penal garante sigilo em caso de condenações já cumpridas.

“Cumprida ou extinta a pena, não constarão da folha corrida, atestados ou certidões fornecidas por autoridade policial ou por auxiliares da Justiça, qualquer notícia ou referência à condenação, salvo para instruir processo pela prática de nova infração penal ou outros casos expressos em lei”, aponta o artigo da lei de 1984 (Brasil de Fato, 2022).

Em 2010, o Estado brasileiro realizou uma das maiores operações militares em áreas urbanas, invadindo a Vila Cruzeiro e o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, resultando em dezenas de mortos sob a justificativa de combate ao tráfico.

Um contingente de 800 homens da Brigada Paraquedista Militar do Exército começou a se instalar nesta sexta-feira ao redor das favelas da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão para criar um perímetro de proteção e controle de acessos em torno das duas comunidades. A Vila Cruzeiro foi ocupada por forças policiais na quinta-feira, e cerca de 200 suspeitos de envolvimento com o tráfico que fugiram da operação policial partiram em direção ao Complexo do Alemão em busca de refúgio. Segundo o chefe do Estado-Maior da Polícia Militar do Rio, coronel Álvaro Garcia, cerca de 200 homens do Bope (Batalhão de Operações Especiais) e das Polícias Civil e Militar participam nesta sexta-feira de operações na Vila Cruzeiro. De acordo com as autoridades do Rio, 45 pessoas foram mortas nos confrontos registrados na cidade desde o último domingo. A Polícia Militar diz que três pessoas morreram nos choques desta sexta-feira - o que aumenta para 34 o número de mortos nas operações da PM. A Polícia Civil afirma que outros sete criminosos morreram nos confrontos. Outras quatro pessoas teriam morrido em decorrência de balas perdidas durante as trocas de tiros (BBC NEWS, 2010).

Esses eventos reforçam que os direitos humanos, longe de serem plenamente assegurados, seguem sendo constantemente violados, sobretudo contra os corpos negros, pobres e periféricos.

A violência e as violações aos direitos humanos atingem brutalmente os segmentos populacionais que historicamente são marginalizados e oprimidos. Diariamente, os direitos positivados na constituição brasileira são rasgados corroborando para uma sociedade que coisifica o sujeito.

São famílias violadas em seus direitos, como nos casos mencionados, que as e os assistentes sociais atendem em seu cotidiano de trabalho. Diante de uma realidade marcada por violações sistemáticas, o Serviço Social reafirma seu compromisso histórico com a defesa intransigente dos direitos humanos, especialmente no que se refere à garantia de dignidade para sujeitos e grupos historicamente marginalizados. Isso inclui a luta pelo reconhecimento e respeito à diversidade sexual e de gênero, combatendo a LGBTfobia em todas as suas expressões; o enfrentamento ao racismo estrutural, que atravessa todas as esferas da vida social e impõe barreiras brutais à população negra e indígena; a defesa da descriminalização e legalização do aborto, entendida como uma pauta de saúde pública, autonomia reprodutiva e justiça social, dentre várias outras bandeiras de luta da profissão. A atuação profissional crítica exige o rompimento com moralismos, preconceitos e silenciamentos historicamente impostos às mulheres, às pessoas LGBTQIAPN+ e às populações periféricas. Assim, o Projeto Ético-político da profissão se compromete com a

construção de uma sociedade efetivamente democrática, plural e comprometida com a equidade, tendo como horizonte não apenas a denúncia das violações, mas a transformação radical das estruturas que as produzem.

Eu olho pra frente, eu olho pra trás

Vejo Deus e Satanás

*Oh, yes, ou uma caixa cheia de crachás
Mas eu não vejo justiça para Eldorado dos Carajás
(Mister Niterói - Black Alien)*

REFERÊNCIAS

BBC NEWS BRASIL. Chacina no Jacarezinho: o que se sabe sobre a operação mais letal da história do Rio. *BBC News Brasil*, 28 set. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63069128>. Acesso em: 1 jun. 2025.

BBC NEWS BRASIL. Polícia do Rio entra no Complexo do Alemão. *BBC News Brasil*, 26 nov. 2010. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/11/101126_rio2_rc. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRASIL DE FATO. 25 anos da morte de Galdino: assassinos estão na elite do funcionalismo. *Brasil de Fato*, 20 abr. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/20/25-anos-da-morte-de-galdino-assassinos-estao-na-elite-do-funcionalismo/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

CNN BRASIL. *Relembra a chacina da Candelária, tema de minissérie que estreia hoje*. *CNN Brasil*, 23 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/relembra-a-chacina-da-candelaria-tema-de-minisserie-que-estrela-hoje/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Ética e movimento: fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social*. Módulo 3. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Modulo03-EticaMovimento-Ebook2022.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Serviço Social, memórias e resistências contra a ditadura*. Brasília: CFESS, 2017. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/Livro-MemoriaseResistenciasContraDitadura.pdf>.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada* (livro que reúne palestras comemorativas). São Paulo: CFESS; CRESS-SP; ABEPSS; ENESSO, 2009. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. *Código de Ética do/a Assistente Social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012. 60 p. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf.

DIAS, Edmundo Fernandes. Cidadania e racionalidade de classe. In: *Universidade e sociedade*. Ano VI N° 11, junho, 1996.

_____. Gramsci e a política hoje. In: *Revista Universidade e Sociedade*, ano XI, N° 27. ANDES, junho, 2002.

IAMAMOTO, M. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. *Serviço Social & Sociedade*, n. 128, p. 580–601, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.091>. Acesso em: 1 jun. 2025.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX.)* Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MORAES, R. *Como este mundo se tornou possível? Do capitalismo organizado à desordem presente*. Educação & Sociedade, Campinas, SP, v. 40, 2019. Dossiê. DOI: 10.1590/ES0101-73302019221702.

PASSOS, I. Assistência social no Brasil durante a ditadura militar: benefícios e beneficiários. In: *Projeto “Atores, Ideias e Mudança: a construção do Sistema Único de Assistência Social no Brasil”*. Pelotas: UFPel, 2017. 4 p. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/jbs/files/2017/08/lara-R.-Expandido.pdf>.

Pereira, M. F. de C. (2020). A influência norte americana no serviço social: Formação histórica e rebatimentos contemporâneos. *Serviço Social Em Debate*, 2(1). Recuperado de <https://revista.uemg.br/serv-soc-debate/article/view/4337>

RAMOS, Sâmya R. & SANTOS, Silvana Mara M. Projeto Profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. In: SILVA, M. Liduina de Oliveira (Org.) *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

TRINDADE, José Damião de Lima. *História Social dos Direitos Humanos*. São Paulo: Petrópolis, 2002.

_____. *Os Direitos Humanos na Perspectiva de Marx e Engels*. São Paulo: Ôfega/Ômega, 2011.

04

SERVIÇO SOCIAL E LUTA SINDICAL: A POTENCIALIDADE DO SINDICATO POR RAMO DE ATIVIDADE

Rodrigo Fernandes Ribeiro¹

Isabela Werneck de Souza²

Laura Ubaldo Brandão³

Natália Rosa da Silva⁴

Victor D' Angellis de Queiroz⁵

1 Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Vice-líder do Futuro Presente - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão (CNPq) e coordenador do projeto de extensão Observatório do Sujeito Coletivo do Trabalho (Proex).

2 Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

3 Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Integrante do projeto de extensão Observatório do Sujeito Coletivo do Trabalho (Proex).

4 Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Integrante do projeto de extensão Observatório do Sujeito Coletivo do Trabalho (Proex).

5 Graduando do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)."

RESUMO

O artigo tem como objetivo a análise da relação entre o Serviço Social e a luta sindical no contexto brasileiro, enfatizando sua gênese, desenvolvimento e atuais dilemas envolvidos. Para tanto, a ofensiva neoliberal, as tendências precarizantes do trabalho e a escolha da categoria pela atuação em sindicatos por ramo de atividade ou setor econômico, são as ênfases analíticas envolvidas para a consecução deste objetivo. A escolha de referências bibliográficas selecionadas e a identificação das lutas sindicais no território do quadrilátero ferrífero responderam a essas questões. Como conclusão, o potencial de organização sindical por ramo de atividade foi evidenciado, assim como a necessária luta do sujeito coletivo do trabalho em sua totalidade, em direção a melhores condições de trabalho, salários e uma sociedade emancipada.

Palavras-chave: Serviço Social; sindicalismo; precarização do trabalho; ofensiva neoliberal.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado das discussões realizadas na disciplina eletiva denominada *Sindicalismo*, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), no semestre de 2024/2. A proposta é abordar a relação entre sindicalismo e o Serviço Social brasileiro, seguindo a abordagem teórica da ontologia marxiana, em que a objetividade da vida social se dá na interação recíproca entre o momento determinante da produção e a reprodução social, ou seja, entre objetividade e subjetividade (Tonet, 2013).

Este artigo resulta de pesquisa bibliográfica e documental, sem envolvimento direto com seres humanos. Os tópicos foram resultados do desenvolvimento da disciplina, em uma análise crítica sobre a gênese e o desenvolvimento do sindicalismo no Brasil, a ofensiva reacionária do capital (o neoliberalismo), a organização do Serviço Social brasileiro em relação aos sindicatos e os desafios enfrentados pelas⁶ assistentes sociais na luta por direitos trabalhistas (destacando aqui o território do quadrilátero ferrífero mineiro). Este último tópico teve como material analisado as publicações que os sindicatos produziram na região.

Também foram desenvolvidos outros pontos importantes sobre a constituição contraditória do sindicalismo, como, por exemplo, a crise do capital, a figura do Estado como força repressora, as reações neoliberais da burguesia em torno das vitórias e da organização dos sindicatos, o aumento das atividades terceirizadas, a precarização e o sucateamentos das profissões, a plataformização do trabalho, dentre outros elementos.

Ademais, trouxemos a trajetória histórica da organização sindical das assistentes sociais no Brasil: como essas organizações tiveram início, destacando as primeiras associações pré-

⁶ Por se tratar de uma categoria profissional majoritariamente composta por mulheres, a flexão de gênero utilizada neste artigo será feminina ao se tratar das e dos assistentes sociais.

sindicais, além dos sindicatos de categoria e os sindicatos por ramo ou setor econômico. Com relação a este último ponto, destacamos a potencialidade das organizações sindicais por ramos de atividades na região do quadrilátero ferrífero. Assim, é exposto um percurso dinâmico e permeado por disputas políticas, com o objetivo de demonstrar a complexidade do sindicalismo no Brasil e os desafios para a consolidação de uma organização sindical que atenda às necessidades das trabalhadoras assistentes sociais no país.

Em suma, este artigo objetiva expandir ainda mais o conhecimento sobre as relações entre as atividades das e dos dirigentes sindicais com a profissão das assistentes sociais, fortalecendo a formação e a atividade profissional do Serviço Social brasileiro. O Projeto Ético-político (PEP) profissional fundamenta uma intervenção crítica e que construir táticas em conjunto com as populações usuárias dos serviços e programas, que seja capaz de enfrentar as expressões da chamada “questão social”⁷ experienciadas por elas, deixando de ser apenas viabilizadores de benefícios e se tornando agentes capazes de auxiliar na emancipação política das usuárias e dos usuários.

1. A GÊNESE DO SINDICALISMO NO BRASIL

É possível sintetizar a formação do sindicalismo brasileiro a partir de três momentos essenciais (Ribeiro, 2022), que refletem a evolução das condições de trabalho, a organização da classe trabalhadora e a reação do Estado mediante as mobilizações do proletariado.

O *primeiro momento* compreende a formação da classe trabalhadora brasileira. Em um país marcado pela colonização e pela escravização violenta de povos originários, africanos e afro-brasileiros, os processos de produção realizados atendiam ao mercado dos monopólios internacionais e às metrópoles colonizadoras. De acordo com Mattos (2009), nas grandes cidades brasileiras do século XIX se apresentavam uma pequena parcela de trabalhadoras e trabalhadores livres e outra maior de trabalhadoras e trabalhadores escravizados. Por frequentarem os mesmos ambientes e compartilharem experiências, nasceu ali uma solidariedade de classe entre estas trabalhadoras e estes trabalhadores. As primeiras sociedades de auxílio-mútuo nascem como as primeiras protoformas dos sindicatos no Brasil. Apesar de serem constituídas somente por categorias de trabalhadoras e trabalhadores com maior qualificação e poder de organização, logo muitas dessas associações, também, organizaram lutas abolicionistas.

Somente no começo do século XX, com as primeiras indústrias, e inspirados nas mobilizações e revoluções socialistas ao redor do globo, que as trabalhadoras e os trabalhadores vieram a construir as primeiras confederações sindicais, expandindo os sindicatos livres.

7 Objeto de intervenção do trabalho das assistentes sociais, a chamada “questão social” se trata do processo de acumulação capitalista que leva à ampliação da pauperização e demais violências que a classe trabalhadora sofre, expressando-se por diversas formas. A síntese de Yamamoto (2015, p. 27) pode ser destacada: “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

Após a abolição formal do regime escravista e a Proclamação da República, o Brasil passou por um processo de modernização econômica, em especial no setor industrial, impulsionando a formação de uma classe operária nas grandes cidades; essa era uma classe heterogênea, formada de imigrantes europeus, trabalhadoras e trabalhadores já anteriormente livres e aquelas e aqueles libertos da escravidão (Mattos, 2009).

Podemos considerar, neste momento, as primeiras greves e as associações de auxílio mútuo, criadas com o intuito de fornecer assistência às trabalhadoras e aos trabalhadores vítimas de imprevistos (como em casos de morte, doença, entre outros), como as primeiras manifestações de organização sindical no Brasil (Ribeiro, 2022). E foi bebendo de influências anarquistas e socialistas trazidas pelos europeus – defendendo, cada um em seus termos, a luta direta contra a burguesia e a exploração sobre a classe trabalhadora – que fizeram com que o sindicalismo se estabelecesse. Eles foram peça-chave na realização de protestos e revoltas contra as condições de trabalho e de vida angustiantes enfrentadas pela classe trabalhadora, que lutava por melhoria salarial, regulação do trabalho infantil e da mulher, além da redução da jornada de trabalho.

No entanto, era de se esperar que a resposta do Estado diante das mobilizações e revoltas urbanas fosse por meio da repressão e da violência contra o operariado. Mas isso não bastou para impedir a força da luta classista do sindicalismo em formação.

O *segundo momento* se dá a partir da chamada Revolução de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, estendendo-se durante todo o seu governo, incluindo a fase ditatorial do Estado Novo. Apesar de ser lançada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943 e os direitos trabalhistas conquistados após a luta proletária, o sindicalismo brasileiro sofreu uma reconfiguração fundamental em sua estrutura, que fez com os sindicatos, que antes eram livres, passassem a ser outorgadas pelo Estado, constituindo o chamado *sindicalismo de Estado* (Boito Jr, 1991). Nesse modelo, os sindicatos não mais eram livres para se organizar independentemente, mas deveriam ser ligados diretamente ao Estado, com o Ministério do Trabalho indicando qual o sindicato único da categoria poderia representar um conjunto de trabalhadores.

A classe trabalhadora não se mostrou satisfeita com a decisão. Entretanto, em uma tentativa de angariar associados, o Estado determinou que, através do imposto sindical, uma contribuição obrigatória que partiria do valor de um dia de trabalho no ano, os sindicatos oficializados teriam direito a benefícios materiais e de assistência, “[...] deixando assim que as lideranças mais combativas sofressem a pressão para a busca do reconhecimento do Ministério por parte de suas bases, ansiosas por usufruir os benefícios da legislação” (Mattos, 2009, p. 64).

Com essa mudança, passava-se para o Estado o papel de escolher os sindicatos e suas e seus representantes, os tornando “oficiais” e não reconhecendo aqueles que não possuíam a carta sindical. Assim, o sindicalismo de Estado se mostrou como uma forma de controle e regulamentação do movimento sindical, limitando sua autonomia e independência, tornando-se “[...] um componente crucial de um tipo específico de Estado, que costumava lidar com o conflito econômico, social e político de uma maneira corporativa e autoritária” (Campos, 2016, p. 73).

Dando um salto no tempo, o período da ditadura empresarial-militar trouxe um novo ciclo de repressão ao movimento sindical. Com o Ato Institucional número 5 (AI-5) decretado em 1969, a censura, a repressão policial, a perseguição e a proibição de manifestações, foram tentativas de sufocar a classe trabalhadora em busca de melhorias nas relações de trabalho, fazendo com que o sindicalismo autônomo praticamente desaparecesse (Abramides, 2018).

Porém, esse não foi o fim do sindicalismo combativo. A repressão ao movimento sindical gerou uma reação das trabalhadoras e dos trabalhadores, que passaram a se organizar, dando vida a novas formas de luta.

Enfim, o *terceiro momento* passa pelos anos finais da ditadura empresarial-militar (anos 1970) e a formação de um movimento chamado de *novo sindicalismo*. Esta etapa foi marcada pelas grandes mobilizações de 1978 e 1979, destacando a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, lideradas, principalmente, por Luiz Inácio Lula da Silva, à época líder sindical. Para os precursores deste novo sindicalismo, o movimento dependeria da ruptura com a atual estrutura sindical, que dificultava a mobilização consciente das trabalhadoras e dos trabalhadores (Mattos, 2009). A criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, um esforço para aglutinar o sindicalismo combativo, reuniu os sindicatos adeptos a este novo modelo sindical.

Logo, apesar das intempéries, o movimento sindical encontrava-se mais uma vez como um espaço de resistência e de reivindicações, dessa vez não apenas de direitos trabalhistas, mas também pela redemocratização do Brasil.

A redemocratização terminou seu ciclo e, até certo ponto, o novo sindicalismo também. Apesar das conquistas da classe trabalhadora, como o fim do controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, houve a permanência da unicidade sindical, do monopólio da representação e do imposto sindical⁸, mostrando que as heranças corporativistas do sindicalismo continuavam a pesar sobre os trabalhadores (Mattos, 2009).

Ao longo das décadas seguintes, com o avanço tecnológico, as ofensivas do capitalismo predatório e seus impactos cada vez mais brutais sobre as relações de trabalho, a classe trabalhadora enfrentaria uma ideologia que colocaria em risco todo o processo de reestruturação dos sindicatos, além da precarização e desregulamentação do trabalho: o chamado *neoliberalismo*.

2. CRISES DO CAPITALISMO: NEOLIBERALISMO E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Após a crise do *Welfare State* na década de 1960, o capitalismo se encontra em uma situação em que seu sistema entra em crise de produção, devido à baixa taxa de lucratividade e à incapacidade da classe trabalhadora em consumir as mercadorias. Devido a isso, o sistema de produção capitalista

⁸ Que a contrarreforma trabalhista de 2017, a partir da lei 13.467, tornou não compulsória. Ao manter a estrutura sindical com a outorga do Estado e o sindicato único, o fim do imposto sindical obrigatório não levou ao aumento da autonomia dos sindicatos. Pelo contrário, sindicatos combativos que não tinham outras fontes de renda, acabaram tendo dificuldades, apesar de muitos sindicatos “de carimbo” terem desaparecidos.

necessitou se reinventar, mais uma vez, e chegou em sua fase monopolista a uma etapa em que a ofensiva do capital se radicalizou, que é marcada pelo avanço do neoliberalismo nas políticas estatais e as formas de relação na divisão social do trabalho. Numa análise sobre o neoliberalismo inglês do fim dos anos 1970, Antunes (2009, p. 70) descreve com exatidão as alterações dessa transição:

Transitou-se de um sistema legal anterior, que regulamentava de maneira mínima as relações de trabalho, para um forte sistema de regulamentação cujo significado essencial era, por um lado, desregulamentar as condições de trabalho e, por outro, coibir e restringir ao máximo a atividade sindical.

O neoliberalismo, nos países de capitalismo central e dependente, se caracteriza, principalmente, pela privatização de empresas estatais e desregulamentação do trabalho. Podemos citar, como exemplo em Minas Gerais, a empresa Vale do Rio Doce, fundada em Itabira, que foi privatizada no ano de 1997 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Essa empresa foi vendida para a burguesia internacional e passou a se chamar Vale S.A., tornando-se um meio de exportação da riqueza material do nosso país para o estrangeiro, intensificando a relação de dependência do Brasil aos países de capitalismo central.

Junto a esse processo de privatização das empresas estatais veio a precarização das condições de trabalho, além do sucateamento das profissões. Dessa forma, as relações de trabalho reforçam o caráter de negociação mais individualista. A terceirização dentro dos setores produtivos se tornou mais presente, como forma de contratos temporários para a realização de um determinado serviço dentro da produção. Podemos citar as empresas de transporte particular que prestam serviços às mineradoras, onde se tornam as responsáveis pelo transporte dos operários para dentro da mina e de volta para suas determinadas casas.

Outra característica muito importante é a chamada *plataformização* ou *uberização* do trabalho, muito presente nos serviços de entrega, em que as trabalhadoras e os trabalhadores estão em situações que negam os seus direitos trabalhistas e não têm proteção social ou segurança de permanência no trabalho para as plataformas digitais (Abílio, 2020). Estas e estes são considerados trabalhadores autônomos, que ilusoriamente ditariam seu próprio tempo de trabalho, dentre outras “liberdades”, que evidenciam a alienação da situação que se encontram e a presença da ideologia neoliberal dentro da sociedade civil.

Por fim, precisamos demonstrar que o neoliberalismo, como ideologia e projeto de sociedade, reforça o antagonismo em relação aos sindicatos – os quais nasceram como forma de resistência da classe trabalhadora contra a burguesia, com o objetivo de reunirem as operárias e os operários e exigirem melhores condições de trabalho, aumento salarial, contratos melhores, menores cargas horárias de trabalho etc. Como movimento reacionário da burguesia neoliberal, utilizam o Estado para desarticular os sindicatos, fragmentando estes por região e por profissão, garantindo assim um número limitado de filiadas e filiados aos sindicatos, perdendo grande parte da sua força.

Outra estratégia usada pelos neoliberais é a manutenção da obrigatoriedade dos sindicatos a se vincular com o Estado, a fim de se tornarem legítimos e reconhecidos dentro do sistema, possibilitando realizar um controle dos sindicatos que estão vinculados e se comportam de acordo com os interesses da burguesia. Pode até parecer um contrassenso com a ideologia neoliberal que prega a mínima intervenção do Estado, mas o objetivo neste caso é fortalecer ainda mais o posicionamento acrítico de algumas lideranças sindicais, os transformando em “pelegos”, onde seriam agentes que apenas auxiliam nas negociações a favor da burguesia.

3. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS: POR RAMO DE ATIVIDADE OU POR CATEGORIA PROFISSIONAL?

A organização sindical das assistentes sociais no Brasil tem sua origem na estrutura corporativista de Estado da era Vargas, consubstanciada pela CLT, que estabeleceu a organização mínima por categoria profissional. Porém, foi em 1950, com a criação da Associação Nacional Sindical dos Assistentes Sociais (APAS) e, posteriormente, com a transformação de algumas dessas associações em sindicatos em 1960, que a categoria buscou fortalecer sua organização política e sindical (Abramides, 2018). No entanto, com a ditadura empresarial-militar em 1964, essas organizações combativas de trabalhadores passaram a ser reprimidas e perseguidas, o que acabou resultando no enfraquecimento e na desarticulação de diversas organizações sindicais, incluindo as de assistentes sociais.

Foi somente na década de 1970 que a retomada das organizações sindicais possibilitou essa reorganização, momento importante de mobilização política no qual as profissionais foram impulsionadas pelo momento de efervescência política e pela intensificação das lutas de classes que estavam acontecendo no país. O movimento de retomada das assistentes sociais manteve a estrutura por categoria, por meio das quais se alinhavam ao movimento sindical de luta e combativo, o que Abramides (2018) vai demonstrar como partícipe do movimento do novo sindicalismo, que se caracterizava por uma postura autônoma e independente em relação ao Estado e ao patronato.

Abramides (2018) afirma que a organização sindical por categoria das assistentes sociais tinha reivindicações específicas para a defesa da profissão e na conquista de direitos específicos para as assistentes sociais. A autora (Abramides, 2018, p. 311) exemplifica as pautas próprias da categoria, neste processo:

Desenvolveram lutas específicas por condições de trabalho, salário e carga horária, carreiras e concursos públicos, democratização das políticas e ampliação dos serviços sociais; apoios às lutas e movimentos populares, assim como o grande incentivo à luta dos trabalhadores em serviço público, que eram por lei proibidos de formar seus sindicatos.

Ressalta-se que esse foi o grande momento de aproximação da profissão com os movimentos sociais, como na Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) e a participação ativa da fundação da CUT. Assim, uma virada na atuação política alinhada com a classe trabalhadora.

Os sindicatos de categoria, cumprindo com seus objetivos, indo para além das ideologias corporativas e conservadoras, pode ser uma possibilidade de unidade em alguns contextos particulares. Contudo, sendo as assistentes sociais, em sua maioria, inseridas no setor público, com carreiras e outras condições de trabalho semelhantes às trabalhadoras assalariadas do conjunto do trabalho coletivo dos servidores públicos, começaram a avaliar a necessidade de participação em sindicatos por ramos. Ou seja, a organização sindical de trabalhadoras e trabalhadores de diferentes categorias dentro de um mesmo setor econômico ou ramo de atividade.

A Constituição Federal de 1988 foi muito importante nesse quesito, pois permitiu a organização sindical das servidoras e dos servidores públicos e fortaleceu a ideia sindical por ramo de atividade com o mesmo campo de atuação. Como exemplo, trabalhadoras e trabalhadores de uma mesma prefeitura municipal, de uma mesma política como saúde, previdência, educação, dentre outras, podem e devem atuar coletivamente por melhores condições de trabalho. A deliberação da construção do sindicato por ramo de atividade econômica teve acordo no II Congresso da CUT em 1986, em vez de categorias isoladas. Essa forma permitiu o avanço das reivindicações por Planos de Carreira de um conjunto de trabalhadoras e trabalhadores de diversas atividades profissionais frente a um mesmo empregador.

No IV Congresso Sindical da ANAS, realizado em 1989, os sindicatos de categoria das assistentes sociais foram extintos, incentivando maior filiação das assistentes sociais aos sindicatos de ramo. Dessa maneira, marcando a transição, o que Abramides (2018, p. 312) chamou de “transitoriedade inconclusa”, é pontuado que alguns poucos sindicatos estaduais da categoria continuaram ativos e outros foram reativados anos depois. Isso reflete a complexidade da organização sindical das assistentes sociais no Brasil até hoje e a divisão que se tem por uma representação.

4. DESAFIOS DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA LUTA POR DIREITOS TRABALHISTAS

Entendendo a condição da assistente social enquanto trabalhadora assalariada e a forma na qual isso “molda a sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira” (Iamamoto, 2015, p. 63), conseguimos constatar a circunstância da precarização da força de trabalho pela qual são expostas essas profissionais, principalmente levando em conta as dificuldades para o exercício da autonomia relativa em seus espaços sócio-ocupacionais. Essa realidade, que vem se agravando conforme a “questão social” e suas expressões passam a apresentar proporções e contornos bárbaros cada vez mais significantes, demonstra a fragilidade na qual os vínculos trabalhistas dessas trabalhadoras se apresentam.

Na contemporaneidade, a precarização e a fragilização do trabalho executado pelas assistentes sociais se apresenta em expressões como a terceirização, o contrato temporário e a contratação por cargo genérico, que impõem a essas trabalhadoras a necessidade de adequação a um regime trabalhista que não oferece condições de efetivação do serviço preconizado pelo PEP profissional, o que tem como consequência uma deterioração do acesso às políticas públicas, prejudicando o público usuário desses serviços.

Considerando o fato de que o Estado está estabelecido enquanto o maior empregador de assistentes sociais, conseguimos constatar os desdobramentos dessa realidade na Política de Assistência Social, por exemplo, que, em muitos casos, apresenta a composição da equipe dos equipamentos repleta de técnicas e técnicos de referência com vínculos trabalhistas fragilizados, materializados em contratos temporários ou outros tipos de contratos precários. Segundo o caderno de Orientações Técnicas sobre o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009, p. 61):

A NOB-RH/SUAS determina que toda a equipe de referência do CRAS seja composta por servidores públicos efetivos. A baixa rotatividade é fundamental para que se garanta a continuidade, eficácia e efetividade dos serviços e ações ofertados no CRAS, bem como para potencializar o processo de formação permanente dos profissionais.

Isso atesta de forma ainda mais pungente como o serviço acessado pelas usuárias e pelos usuários dessa política pode ser comprometido, detectado, principalmente, pela ausência de vínculos entre usuárias e usuários e profissionais que degrada o desenvolvimento de acompanhamentos particularizados, que precisam ser realizados com as famílias em situação de vulnerabilidade que acessam os serviços desses equipamentos.

A intervenção sobre estes processos de precarização do trabalho e/ou sucateamento dos serviços, passa pela forma organizada da categoria profissional, em algumas situações, ou pelo conjunto de trabalhadores frente a um empregador, quando estamos nos referindo a pautas salariais e/ou de carreira.

Como uma profissão regulamentada, o exercício profissional é disciplinado e fiscalizado pelo Conselho Federal de Assistência Social (CFESS) e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Como consta no Inciso I do 8º artigo da lei nº 8662 de 1993, é atribuição do conjunto CFESS-CRESS, “orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social” (CFESS, 2012, p. 48). Nesse sentido, ainda que não tenha como objeto a negociação da força de trabalho junto ao empregador, a regulamentação da forma de contratação, jornada e piso nacionais, são objetos que se enquadram nessa normatização do exercício profissional.

Dessa forma, atuar contra a precarização dos contratos de trabalho foi objeto de intervenção do CRESS de Minas Gerais (MG) em 2022, quando a direção da autarquia, em conjunto com o Conselho Regional de Psicologia (CRP-MG), interveio sobre o edital de contratação de assistentes sociais no formato Microempreendedor (ME) para as escolas da cidade de Belo Horizonte, forma de contratação que não estabelece vínculo empregatício, e que, portanto, retira direitos inerentes ao trabalhador, tais como décimo terceiro salário e férias (CRESS, 2022). A pejetização, modalidade recorrente no processo de precarização do trabalho, foi questionada pela entidade que fiscaliza a profissão, tendo por consequência a conquista parcial da alteração do processo, ainda que não tenha conseguido a contratação efetiva pelo regime próprio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH). Esse tipo de ocorrência demonstra que, mesmo na capital do Estado, a precarização do trabalho da assistente social é uma tendência da ofensiva neoliberal.

Apesar dos ataques que buscam retirar direitos das assistentes sociais, avanços como a Lei 12.317 de 2010, que garante às assistentes sociais a jornada de trabalho de 30 horas semanais, foram alcançados a partir da forte mobilização da categoria. Recentemente, o Projeto de Lei nº 1827 de 2019, que dispõe sobre o piso salarial de assistentes sociais para uma jornada de 30 horas, foi aprovado pela Comissão de Trabalho (CTRAB) da Câmara dos Deputados e segue em tramitação, o que pressupõe uma oportunidade no futuro em que o piso salarial para essas profissionais possa ser finalmente estabelecido (CFESS, 2025). Nestes dois casos, tratando de normatização geral da profissão, o conjunto CFESS-CRESS foi fundamental para os avanços parciais conquistados.

Há outros embates que nosso conjunto tem promovido. O processo de invisibilização do trabalho de assistentes sociais com a contratação destas profissionais na forma de cargos genéricos, como técnico social, técnico de referência, analista social e gestora e gestor de programas e projetos, ocupações que demandam o diploma em Serviço Social para execução da atividade laboral, e que extraem a identidade profissional da categoria, também é outra dimensão de atuação e embate (Barros; Silva, 2018).

Mas no que tange à relação contratual direta com as empregadoras e os empregadores, seja no âmbito salarial ou da carreira, em muitos contextos é fundamental que as assistentes sociais atuem em conjunto com outras categorias, principalmente nos espaços que atuam equipes multiprofissionais. Nos últimos anos, na região do quadrilátero ferrífero, em Minas Gerais (MG), várias lutas coletivas denotam essa ação unitária.

No ano de 2024, ocorreram negociações de várias categorias do serviço público federal com o governo federal, em um contexto em que várias assistentes sociais estavam diretamente envolvidas. Podemos citar aqui, em um primeiro momento, a Greve da Educação Federal que envolveu assistentes sociais docentes e técnico-administrativos, tanto no âmbito das Universidades Federais, como no contexto dos Institutos Federais. Após cerca de três meses de paralisação, o reajuste foi majorado nas negociações, assim como importantes pontos dos Planos de Carreira (Brasil de Fato, 2024). Não só docentes assistentes sociais lutaram ombro a ombro

com docentes de outras áreas, como as técnico-administrativas unificaram-se com profissionais de outras áreas, em um processo em que, em algumas seções sindicais, as assistentes sociais eram dirigentes dos sindicatos ou participaram dos comandos de greve.

Com relação aos trabalhadores municipais, no ano de 2025, foram muitas as negociações de Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) com prefeituras da região. Em Mariana, uma dura negociação por um reajuste que avançasse para além dos 5% propostos pela Prefeitura Municipal de Mariana (PMM), além de irrisório aumento de 60 reais no vale-alimentação, fizeram com que a categoria deflagrasse greve em 24 de fevereiro e que durou um pouco mais de um mês, entre paralisação total e operação tartaruga⁹. Assistentes sociais com contrato efetivo, em sua maioria, paralisaram as atividades, enquanto os com contrato por tempo determinado, não conseguiram parar. Nas assembleias, várias trabalhadoras assistentes sociais compareceram ao movimento.

Em Ouro Preto, as duras negociações não chegaram à concretização de um movimento paredista, mas a negociação salarial conseguiu um aumento linear de 10%, aumento do vale-alimentação, gratificação natalina, auxílio para aposentadorias e melhorias no Plano de Carreira (Sindsfop, 2025). Assim como no caso da luta das trabalhadoras e dos trabalhadores da PMM, as conquistas das trabalhadoras e dos trabalhadores da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP) são estendidas para profissionais de diversas áreas, sendo as assistentes sociais uma profissão presente nas políticas de educação, saúde, assistência social, habitação, dentre outras.

Em Itabirito, uma luta setorial, no mesmo ano de 2025, chamou a atenção. Trabalhadoras da Política de Assistência Social construíram uma paralisação em 9 de abril e constituíram um comando de greve no sentido de denúncia sobre o descaso da Prefeitura Municipal de Itabirito (PMI) com a política e estão auxiliando na formação do Fórum Municipal de Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de Itabirito. Dentre as pautas, a falta de concursos públicos, abertura de outros equipamentos, intervenção indevida no trabalho das profissionais e a falta de orçamento adequado para a viabilização de direitos, demonstram a necessária relação do Serviço Social, uma profissão fundamental no SUAS, com o sindicato local¹⁰.

O conjunto dessas mobilizações locais mostra o potencial de luta que há na prática sindical que leve em conta o sujeito coletivo da classe trabalhadora, e não apenas uma demanda corporativista. O sindicato por ramo é fundamental no momento histórico que vivemos, sejam os sindicatos dos funcionários do município, do estado ou da União, sejam aqueles referentes à uma política como saúde, educação, previdência, dentre outros. Assistentes sociais que trabalham em empresas privadas, sejam elas as da indústria de transformação, do setor de serviços, dentre outros, também podem se fortalecer na unidade com as e os colegas dos setores que estão vinculados.

9 Vídeos, chamados para assembleias e demais materiais de divulgação e informação sobre o movimento paredista podem ser encontrados na página do Instagram do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos Municipais de Mariana (Sindserv-Mariana) e na IV Edição do Boletim do Observatório do Sujeito Coletivo do Trabalho (2025).

10 Ver notícias e a “Carta Aberta à População de Itabirito”, denunciando o descaso com o SUAS, na página do Instagram do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itabirito (Sindsemi). Disponível em: <https://www.instagram.com/sindsemi/> Acesso em: 14 jul.2025.

Dessa forma, assim como expresso por Raichelis (2011, p. 436):

Embora a perspectiva neoliberal se utilize de inúmeros mecanismos para dividir o conjunto dos trabalhadores e suas entidades representativas, é através da organização coletiva que se criam condições concretas para a resistência frente à violação dos direitos, pela melhoria das condições de trabalho e fortalecimento do compromisso do Serviço Social por uma sociedade emancipada.

Se mostra cada vez mais de extrema importância a mobilização das assistentes sociais enquanto categoria comprometida com a justiça social, a fim de promover a melhoria nas condições trabalhistas dessas profissionais, que tem como consequência o avanço nos serviços prestados à população usuária por essas trabalhadoras.

CONCLUSÃO

A partir do desenvolvimento deste artigo, é possível assimilar uma série de fatores que moldam a totalidade da sociedade brasileira. Realizar a análise da constituição histórica do sindicalismo na particularidade brasileira foi de suma importância, movimento em que evidenciamos a formação da classe trabalhadora e da burguesia com suas origens no período colonial brasileiro, com a contribuição decisiva de trabalhadoras e trabalhadores que foram escravizados e uma pequena parcela de trabalhadoras e de trabalhadores imigrantes de países europeus, que já estava habituada à trabalhar no regime de trabalho capitalista e conhecia os processos de organização sindical.

Também abordamos a industrialização brasileira e as lutas sociais presentes e seu tempo que mostrou a grande influência socialista, anarquista e progressista das trabalhadoras e dos trabalhadores estrangeiros e a importância que essas lutas, algumas vezes vitoriosas, tiveram na construção cultural da classe. Além disso, foi observado como o capital, em sua etapa mais violenta e reacionária, elaborou estratégias neoliberais para combater esse avanço da classe trabalhadora e do sindicato, retirando alguns dos seus direitos e reprimindo-os de outras maneiras.

A vinculação do Serviço Social brasileiro ao sindicato se tornou um dos tópicos de maior relevância. Foi analisado como a profissão adentrou este movimento social e se tornou influenciadora pelo fato da construção crítica de sua formação, contribuindo cada vez mais como uma influência marxista às e aos profissionais sindicalistas, sindicalizados e ao movimento como um todo, amplificando ainda mais a força teórica para a conquista de direitos trabalhistas.

O sindicalismo também influenciou, de forma expressiva, o Serviço Social, no qual sua cooperação abriu um caminho capaz de sintetizar as intervenções profissionais ao movimento social, se tornando uma ferramenta na luta de classes capaz de ajudar a mediar de forma mais eficaz as expressões da “questão social”. Este processo demonstra o potencial revolucionário capaz de formar uma classe trabalhadora com consciência de classe, com um ideal de formar

uma classe para si¹¹, além de também ter o potencial de auxiliar no planejamento de um modelo produtivo socialista, capaz de acabar com todas as contradições vindas desse sistema atual, que apenas gera a nossa destruição.

Para finalizar, enfatizamos a atual tática do Serviço Social brasileiro de organização de sua atuação sindical por ramos de atividades ou setores econômicos. Os exemplos mencionados na região do quadrilátero ferrífero reforçam essa importância, principalmente no contexto em que a maioria das assistentes sociais compõe equipes multiprofissionais e negocia suas condições salariais perante o mesmo empregador de outras categorias.

Portanto, o progresso das lutas por parte das trabalhadoras e dos trabalhadores é essencial na garantia das reivindicações de direitos, assim como estímulo de novos movimentos sociais. A participação nestes movimentos e a preservação das mobilizações são cruciais, a fim de que a classe trabalhadora organizada seja capaz de enfrentar com força total as novas ofensivas do capitalismo. Dessa forma, reafirmamos a importância das assistentes sociais não apenas como viabilizadoras de direitos, mas como agentes ativas na luta pela emancipação da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Sindicalismo e Serviço Social. In: RAICHELIS, Raquel et al. (Org.). *A nova morfologia do trabalho no serviço Social*. São Paulo; Cortez, 2018.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2º ed. rev. e ampl.: São Paulo: Boitempo, 2009.

BARROS, Priscilla Cordeiro Cruz de; SILVA, Adiliane Valéria Batista Francelino da. A identidade profissional em xeque: cargos genéricos e os desafios do Serviço Social. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)*, Vitória: ABEPSS, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23227/15990> Acesso em 15 de jul. 2025.

BOITO JR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas – SP; Editora da UNICAMP; São Paulo: Hucitec, 1991.

BRASIL DE FATO. *Governo e entidades assinam acordo que põe fim à greve da educação federal e fixam data de volta às aulas*. Leonardo Fernandes. Publicado em 27 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/27/governo-e-entidades-assinam-acordo-que-poe-fim-a-greve-da-educacao-federal-e-fixam-data-de-volta-as-aulas/> Acesso em: 15 de jul. 2025.

CAMPOS, André Gambier. Sindicatos no Brasil: há possibilidades de transformação e fortalecimento no

11 No contexto da luta de classes, Marx identifica o potencial de ultrapassagem de uma classe em si – com interesses próprios de sua integração à sociedade capitalista, no sentido de sua dimensão assalariada – para uma classe para si – essa, com potencial revolucionário de supressão da propriedade privada e da sociedade de classes, incluindo a sua condição de classe social (Marx, 1985).

futuro próximo? In: Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. *Revista do IPEA*, n 61, out. 2016.

CFESS. *Código de ética do/a assistente social*. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. -10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CFESS. *Piso salarial e 30 horas semanais para assistentes sociais*: CFESS se articula com parlamentares em defesa de projetos de lei. Créditos: Larissa Dias. Publicado em 14 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/noticia/view/2221/piso-salarial-e-30h-semanais-para-assistentes-sociais-cfess-se-articula-com-parlamentares-em-defesa-de-projetos-de-lei> Acesso em: 15 de jul. 2025.

CRESS-MG. *CRESS-MG questiona modelo adotado para contratar assistentes sociais na Educação Pública, pela PBH, e mobiliza ações em defesa do trabalho profissional*. Publicado em 28/12/2022. Disponível em: <https://www.cress-mg.org.br/2022/12/28/cress-mg-questiona-modelo-adotado-para-contratar-assistentes-sociais-na-educacao-publica-pela-pbh-e-mobiliza-acoes-em-defesa-do-trabalho-profissional/> Acesso em: 15 jul. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 26º ed. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Orientações Técnicas*: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/- 1. ed. – Brasília, 2009.

OBSERVATÓRIO DO SUJEITO COLETIVO DO TRABALHO. IV *Edição do Boletim sobre Condições de Trabalho, Negociações Coletivas e Conflitos Sindicais em Minas Gerais*. Projeto de extensão vinculado à Pró-reitoria de Extensão (PROEX) da UFOP. 2025. Disponível em: https://saci2.ufop.br/data/solicitacao/34136_iv_boletim_osct.pdf Acesso em: 15 jul. 2025.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Serviço Social & Sociedade*, n. 107, p. 420–437, jul. 2011.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. Passado, presente e tendências para o futuro das lutas sindicais no Brasil. *R. Katálysis*, Florianópolis, v.25, n. 1, p. 166-175, jan./abr. 2022.

SINDSEMI. *Instagram do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itabirito* (Sindsemi). Disponível em: <https://www.instagram.com/sindsemi/> Acesso em: 14 jul.2025.

SINDSERV-MARIANA. *Instagram do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos Municipais de Mariana* (Sindserv-Mariana). Disponível em: https://www.instagram.com/sindserv_mariana/ Acesso em: 14 jul.2025.

SINDSFOP. *Sindsfop assina Acordo Coletivo 2025 na Prefeitura de Ouro Preto*. Publicado em 20 de maio de 2025. Disponível em: <https://sindsfop.com/sindsfop-assina-acordo-coletivo-2025-na-prefeitura-de-ouro-preto/> Acesso em: 15 de jul. 2025.

TONET, Ivo. *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

05

EDUCAÇÃO EMANCIPADORA E CLASSE TRABALHADORA: CONTRIBUIÇÕES PARA O TRABALHO SOCIAL EM SERVIÇO SOCIAL¹

Gerusa Emília da Silva Lima²

Carlos Alberto Lucena³

1 O presente trabalho é capítulo do livro: *Seminários de Pesquisa em Trabalho, Sociedade e Educação: o novo nazifascismo e a educação*, publicado pela editora Navegando Publicações em setembro/2024. Disponível em <https://www.editoranavegando.com/reflexoes-sobre-a-educacao>.

2 Assistente social - CRESS/MG 12.365 6ª Região, mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, assistentesocial.gerusa@gmail.com.

3 Prof. Doutor, Universidade Federal de Uberlândia, carlos.lucena@ufu.br.

RESUMO

O presente artigo surgiu a partir das elucidações, inquietações e questões a serem investigadas/pesquisadas que foram suscitadas durante a disciplina curricular Epistemologia em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação na modalidade Mestrado Acadêmico, da Universidade Federal de Uberlândia/MG. Foram questionamentos que cercaram a necessidade de compreensão em relação à educação emancipadora para o trabalho social em Serviço Social realizado pelas e pelos assistentes sociais, a partir do pensamento marxiano, frente à investida da ordem capitalista na utilização da educação (em especial na temporalidade desta escrita, na qual o neoliberalismo-gerencialismo fortalece o lema de “*empreendedor de si mesmo*”, ou seja, do empreendedorismo como precarização das relações de trabalho), enquanto ferramenta de fortalecimento e manutenção da e para a acumulação e a exploração. Destarte, esta pesquisa objetivou evidenciar e trazer reflexões que possam contribuir com a categoria profissional no que tange à educação emancipadora e à classe trabalhadora: contribuições para o trabalho social em Serviço Social. Utilizou-se de estudos teóricos de revisão bibliográfica, de autoras e autores de filosofia, sociologia e ciências sociais/aplicadas, os quais alinham-se com a Teoria Social de Marx. Considera-se a relevância deste artigo por contribuir com as e os assistentes sociais para a luta de classes em defesa de uma nova ordem social.

Palavras-chave: Educação Emancipadora; Classe Trabalhadora; Serviço Social, Trabalho Social; Conservadorismo.

INTRODUÇÃO, PORQUE SE FAZ PRECISO COMEÇAR

*“Todo começo é difícil em qualquer ciência”
(K. Marx).*

Foi no aprofundar das discussões e das reflexões realizadas durante a disciplina curricular Epistemologia e Educação, do curso de Pós-graduação em Educação na modalidade Mestrado Acadêmico, da Universidade Federal de Uberlândia/MG, que surgiu esta pesquisa. Percorrer pelo território da educação enquanto política pública apropriada pelos capitalistas neoliberais, utilizada como ferramenta para viabilizar e fortalecer a dominação e a manutenção da ordem desses, se fez desafiador, uma vez que, pela própria estratégia capitalista, de modo geral, quando se fala em educação, tende-se a pensar na educação escolarizada que se materializa no senso comum, em: ler, escrever, fórmulas matemáticas, uma carteira e um banco etc. Ou seja, na parte didática padronizada e sua via de execução, o viés ideológico está em grande maioria à parte e obstruído por algum pano não transparente, e nas mãos do mercado, é nesse cenário que o Estado viabiliza e legitima os interesses do capital.

Nesta pesquisa, a educação emancipadora se apresenta como indissociável do processo de elevação do conhecimento da classe trabalhadora, rumo à superação da ordem social vigente, bem como inegociável à categoria profissional das e dos⁴ assistentes sociais. Essa que realiza o trabalho social inserida na divisão social e técnica do trabalho, e que possui em seu processo histórico enquanto constituição como profissão legalmente reconhecida, na sua gênese o apostolado católico, seguido da teorização, por necessidade do capital, com adoção à teoria social positivista, passou a – no caso do Serviço Social brasileiro – refletir seus valores, sua imagem moral (isso mesmo, existe uma moral profissional que precisa se alinhar à ética profissional) como nos apresenta Joaquina e Braz (2009), uma moral que em nada tem a ver como algo a impor para os sujeitos e a sociedade o seu modo de pensar ou agir individualmente, mas, sim, de como a profissão e suas e seus profissionais se apresentam enquanto o que representa os valores desta pautados em seu Projeto Ético-político. E nessa reflexão, aconteceu também a reatualização e o redirecionamento da profissão através do seu Projeto Ético-político, romper com o conservadorismo, o tradicionalismo, a intervenção pautada no ajuste e na relação causa/efeito se fez necessário e crucial para que o Serviço Social tivesse lado - qual? A defesa por emancipação da classe trabalhadora.

Defender um projeto profissional social crítico, pautado no materialismo histórico, perpassa por conceber uma dimensão teórico-metodológica e ético-política, que se ancore em uma educação emancipadora que promova e possibilite a consciência do real, ou melhor dizendo o concreto pensado como Marx, muito bem delineou e elaborou. Que também possa elevar à compreensão do ser político, não enquanto política partidária e/ou figura política representativa institucional partidária - ainda que essas/esses sejam formas de articular e fortalecer a luta de classes, mas, sim, como sujeito que está inserido na vida material concreta que se funda no/pelo trabalho. Que vivencia tensões, conflitos, desafios, exploração, dominação e apropriação pelo capitalismo da existência humana.

Foram nesses terrenos férteis, porém minados, que se deram o discorrer desta pesquisa, com imensa proposição de que desta leitura saiam leitores minimamente instigados ou indignados a se reconhecerem como sujeitos trabalhadores inseridos na barbárie que é a ordem capitalista. E que esse movimento de instigar-se ou indignar-se, seja pela simpatia com a epistemologia utilizada como proposta de superação da ordem vigente, ou pela antipatia a essa, mas que, enquanto quem acredita no movimento do real, como os autores dessa, se faz preciso esse movimento. Não é possível avançar da aparência para a essência sem que se transite na luta obscura, acortinada e sedutora (na temporalidade desta pesquisa), que os capitalistas neoliberais têm travado, quase que sem gritar, com a classe trabalhadora.

4 Utilizar-se-á como primeira identificação de gênero o feminino, por ser uma categoria profissional constituída majoritariamente por mulheres, conforme pesquisa apresentada pelo CFESS, 2022 - Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>

Em especial, às e aos assistentes sociais, alimentamos o desejo de que vocês instiguem-se, provoquem-se, questionem-se, interrompam a leitura, revirem-se de onde estiverem lendo, façam a contradição, mas sigam como sujeito trabalhador que, mesmo na desesperança, resiste – retomem a leitura, façam a crítica operária e teórica em relação a qual trabalho social atende seu fazer profissional? Qual sua visão de mundo sobre a classe trabalhadora e a luta de classes? Realiza *práxis*, ou a *práxis* que é prática? Perante as indagações e ao exposto, viu-se que o Serviço Social mudou e muda rumo à participação social para emancipação do proletariado e para a superação da ordem capitalista vigente, se faz urgente que você, que é quem assume a responsabilidade (ao tornar-se assistente social), efetive o compromisso ético-político e profissional do Serviço Social, que assuma consciência social crítica da existência concreta social e humana e das condições sociais objetivas postas. Sem essas provocações entende-se que não muito o dedicar a esta pesquisa seria relevante, pois, do lado desses autores que a escrevem, também se indignou com a serventia desta. Afinal, para que pesquisar se em nada servir para aqueles que a custeiam.

A EDUCAÇÃO MORAL E CONSERVADORA

Discorrer sobre educação, em específico a emancipadora, perpassa pela consciência de que a educação ao longo dos séculos foi e continua sendo terreno de disputas, bem como de manipulações e apropriação dessa, pelos capitalistas neoliberais, frente à ótica de que o conhecimento, a partir do momento em que ele é gerado e ampliado, concerne ao indivíduo e aos sujeitos trabalhadores certa autonomia para reflexão do processo concreto material histórico ao qual forma-o enquanto ser social, conseqüentemente sua sociabilidade. Assim, a educação apresentou-se como um dos muitos meios pelos quais a lógica da ordem do capital, introjetou na classe trabalhadora e na sociedade, seu modo de pensar e viver, não apenas no mundo do trabalho, mas também no consumo e em sua sociabilidade. Nesse sentido, a educação enquanto terreno fértil para ofensiva capitalista neoliberal, em especial no Brasil, dotou-se das epistemologias que se alinhavam com sua ordem. De maneira que o conhecimento histórico adquirido e refletido está nas mãos dos capitalistas neoliberais por meio das “*agências societárias de caráter ideológico*”, as quais passam esse por um severo filtro. E tudo passa a ser padronizado em método, (Marisa; Jr., 2008, p. 2 - 636).

Ainda sobre como a classe dominante exerce sua dominação, Rudé (1980, p. 21), alinhado ao pensamento de Marx, Engels e Gramsci, fez a discussão sobre o processo – meio pelo qual a classe dominante impõe/introjeta “*um consenso*”, utilizando-se para que essa dominação aconteça no campo das ideias, e que na grande maioria das vezes dá-se por meios tidos como pacíficos. De maneira que se viabiliza pelo “[...] *controle dos meios de doutrinação, na área do Estado que ele chama de “sociedade civil”: através da imprensa, da Igreja e da Educação [...]*”. Identifica-se, nesse, como a educação é mecanismo/meio de dominação pelos capitalistas.

Continuando nas concepções conservadoras e dominantes da educação, que foi e ainda é um dos meios de dominação e controle, faz-se preciso compreendermos como se deu essa apropriação da educação, em especial, como essa assim se configurou no Brasil.

A partir do pensamento durkheimiano que trouxe relevantes “*marcas importantes*” para o pensar social e educacional nas sociedades conservadoras, e suas repercussões no campo da pesquisa, as quais diversos autores consideram como “*visíveis nos estudos e nas ações sociais*”. São nos escritos de Durkheim que a pedagogia assume forma através das proposições normativas feitas por ele.

Silva e Gatti (2019, p. 5) trazem a contribuição de Pickering (2008) sobre como a formação dos professores é tida como séria, essas formações foram resultantes do período da Terceira República da França – 1870 a 1940; também traz a educação moral laica. Ampliar o entendimento do pensamento durkheimiano perpassa pelo “*projeto de uma educação moral e laica*” por ele elaborado e fundamentado, desapegado da religião vigente, porém que encontra dentro da própria religião fundamentos para essa nova moral laica. A laicidade moral estaria perdida dentro das próprias religiões, segundo o pensamento durkheimiano. Aqui (grifo próprio), me reverberam indagações de possíveis aproximações fascistas.

Em Weiss (2009, p.170), encontramos a teoria durkheimiana e o “*juízos do fato de coisas*”, Silva e Gatti (2019) nos apresentam tal concepção – trazem a exigência relevante de Durkheim de distinguir Ciência da Educação de Pedagogia. Onde a primeira compreende os “*fatos sociais como coisas*” – considerada por ele como “*dimensão explicativa*”; e a segunda, “*uma reflexão metódica e documentada sobre a prática de ensino*” – “*dimensão propositiva*”. A partir do juízo do fato social, emerge a Ciência Moral, assim a educação como “*fato social*” para ser investigada sociologicamente. De maneira que para Durkheim a educação é um processo social, cujo sua finalidade seria a manutenção e a permanência dessa. Sendo exercida por adultos, deveriam estes suscitar e desenvolver nas crianças os valores morais dessa então sociedade. Para ele, seria função da educação, primeiramente seu compromisso com a realidade dos fatos, sem preocupar-se com agrados às pessoas.

Durkheim, propunha como tarefa do pedagogo, “[...] *uma reflexão, mais metódica e documentada possível colocada a serviço da prática do ensino [...]*” (Weiss, 2009, p. 175). A educação racionalista teria uma relação com o “*espírito de autonomia*”. O estudioso apresentou e defendeu a formação moral da criança nas perspectivas das regras e da autoridade. Em que moral seriam as regras, ou sistemas destas, que implicam diretamente em “*ação coercitiva*” a autoridade – nesse momento me pergunto o quanto assimila aos castigos nas educações que valorizam a moral e o cívico? (grifo próprio). Apresentou-nos, o que seria a vida normal – que deveria estar dentro dos valores morais da sociedade de quem vive nela. Assim, o Estado, em uma República, seria quem controlava a educação e a moral, porém que as pessoas, dentro de um contexto, poderiam questionar essa moral. Pergunto-me, como? Uma vez que, em seu texto, Weiss (2009), nos trouxe que deveria haver controle, força, autoridade e regras aplicáveis a todos na sociedade

apresentada. E que contrariá-la, seria o infinito que traz tristeza – afirmando que, quando um indivíduo estava em desacordo com a sociedade e a autoridade, os limites e a disciplina seriam a chave para uma vida boa.

Weiss (2009) elucida a diferença do simples desejo em relação à vontade, que, para Durkheim, seria administrada pela disciplina moral, de relevância sem igual para a vida social e para a formação do caráter. Sendo a disciplina meio normal da natureza se realizar. Traz-nos ainda que somente por meio da escola e da educação moral, a criança poderia conhecer e amar a pátria.

No cenário apresentado como contradição, até aqui, entende-se ter sido possível trazer à tona como se deu/dá a educação, em especial, acredita-se que as leitoras e os leitores desta tenham minimamente conseguido materializar, por suas recordações, alguma situação presenciada e/ou vivenciada na educação brasileira – eis que experienciava-se a visão de mundo pelos capitalistas neoliberais imposta às “*massas trabalhadoras*”.

A EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

Compreendermos como a educação moral e conservadora, foi uma das “armas não bélicas” (termo próprio), que os capitalistas neoliberais utilizaram e ainda utilizam para manter, propagar e fortalecer-se enquanto classe dominante e modelo econômico de exploração, se faz de total relevância, entende-se que não há como travar uma luta, sem saber e/ou conhecer com quem e contra o que vamos lutar, bem como quais “armas” e instrumentos utilizar.

Avançar na ou da perspectiva de uma educação moral e conservadora para a educação emancipadora demanda, fundamentalmente, que sejamos hábeis em validar o processo histórico da vida social humana – consequentemente dos sujeitos trabalhadores. Estes últimos, conforme Rudé (1980), cunhado em Marx, são os únicos capazes de romper com a sujeição imposta pela burguesia, de maneira que possa romper com ela, dar-se-ia ou dar-se-á pela “*consciência de classe*”, que os possibilitará a elevação da consciência pelo conhecimento – tornando-os sujeitos com consciência social e política.

Importante para nós, autoras e autores e leitoras e leitores, não nos deixar sermos seduzidos com o discurso passivo e encantador de que elevar o conhecimento escolarizado implica em elevação da consciência social, política e de classe. Em Maria e Lucena (2024, p. 31), vimos que o capitalismo tratou de limitar a que conhecimento a classe trabalhadora teria acesso, consequente a que saber, ou seja, à “*massa trabalhadora*” e seus sujeitos trabalhadores é fornecido o conhecimento fragmentado e direcionado ao que é necessário ao modo de produção capitalista.

Como apresentado no item 2, a educação foi abarcada pelo positivismo em sua forma literal da moral e do conservadorismo, ao qual tem o fato pelo fato, onde a história já foi explicada e está

dada. Ou seja, não é algo que se constrói e está por construir. O que torna o desafio de alcançarmos uma educação emancipadora, ainda maior, uma vez que educadora e educadores são a expressão daquele modelo, conseqüentemente sua concepção sobre a educação tender-se-á para os valores morais, para o atendimento ao trabalho abstrato – no qual os sujeitos trabalhadores estão alienados e sua ação alimenta e retroalimenta a ordem capitalista neoliberal vigente.

Bordin (2017, p. 8) utiliza do materialismo histórico – aqui vale destacar que por ser histórico, é dialético, uma vez que, como já frisamos, a história não acaba/ou, ela é escrita a todo momento, porque é processo da existência social, material e concreta humana. Para enfatizar sobre a não fragmentação que o método de Marx defende, não fragmentar implica diretamente em integrar as diversas áreas e campos do conhecimento, o qual ultrapasse as metodologias didáticas e disciplinas que apenas treinam, um conhecimento acessível e que contemple todas e todos – em especial a classe trabalhadora e sua prole.

Se pelo conhecimento poder-se-á superar a exploração e a dominação dos capitalistas neoliberais em relação à classe trabalhadora, há que se promover conhecimento que atue na consciência política social, ou seja, a educação emancipadora trabalha para que o proletariado seja hábil em reconhecer sua participação no processo ao qual se dá, está ou pretendem-no colocá-lo – identificando a realidade social concreta material histórica. Nessa lógica, significa dizer que a universalidade da consciência precisa acontecer, se faz urgente uma educação que desenvolva e prepare a classe trabalhadora para lutar, ou seja, para as lutas de classes – preparação esta que não se refere ao embate brutal físico, a violência corpo contra corpo, mas, sim, que possibilite aos sujeitos trabalhadores, tanto as e os que transmitem, quanto as e os que recebem, se reconhecerem e agir como “*massa trabalhadora*” em prol de sua luta contra a classe dominante. Bem como situarem-se na compreensão de que as relações sociais as quais esses estabelecem também estão sob a apropriação e exploração dos capitalistas neoliberais.

Transpor a educação moral e conservadora exige-nos⁵ espírito concreto social de classe trabalhadora (termo próprio), esse, como nos apresenta Maria e Jr. (2008, p.641-642), pode tornar-se concreto com a educação que supere o trabalho que se materializa apenas com as mãos, ou seja, que não fragmente a trabalhadora e o trabalhador, mas que o eleve ao processo teleológico, à práxis concreta e material – e não a que se traduz apenas na prática, em melhores e objetivas palavras que trabalhe com as mãos, o cérebro, na ação política, e no pensar politicamente enquanto sujeito político. Um ensino intelectual, físico, tecnológico e político.

A educação emancipadora, apresenta-se na proposta da teoria social crítica, como uma das ferramentas e não a única, que irá compor o arsenal do qual a classe trabalhadora travará suas

5 Refere-se à revolta que leva à luta de classes concreta, a partir da incorporação/apropriação da consciência enquanto sujeitos políticos, de que são parte da classe trabalhadora e também são a classe trabalhadora, e que, em sua existência social humana, são explorados e alienados pela dominação da ordem do capital.

lutas. Nesse sentido, não separar trabalho manual do intelectual, aliado ao ser político – não no sentido da política partidária, ainda que os sujeitos trabalhadores vejam esta última, como caminho para fortalecer a luta nos palanques do mercado –, o Estado. Sim, esse, tornou-se o lugar onde o mercado, por meio dos capitalistas neoliberais, legitimam suas barbáries, permanecendo com a investida bem-sucedida que os enriquecem e os fortalecem cada vez mais, fragilizando os direitos sociais, aqui, em especial a educação que a classe trabalhadora recebe. Estando esta sob a organização e o controle do Estado em atendimento ao capital, quando dever-se-ia o Estado garantir o acesso à educação de e com qualidade, na perspectiva emancipadora a todos.

No discurso da empregabilidade, a educação para atender aos interesses do capital, atua com conhecimento fragmentado e seletivo, em uma pedagogia didática que reduz ou em muitos casos retira de seus currículos basilares, os conteúdos que são das ciências sociais e humanas – sendo essas, as que contam o processo material e histórico da sociedade, as quais contribuem diferentemente para que a classe trabalhadora possa alcançar a consciência social política da vida material, a partir de reflexão, discussão e compreensão desse.

O TRABALHO SOCIAL EM SERVIÇO SOCIAL

Apresentamos anteriormente os arranjos e as investidas exitosas dos capitalistas neoliberais para apropriação e utilização da educação como dominação e exploração da classe trabalhadora, em atendimento e manutenção de sua ordem, conseqüentemente de seus interesses.

Há diversas conceituações e entendimentos, tanto teóricos quanto de senso comum, em relação ao que é trabalho social. Centraremos, aqui, no trabalho social em Serviço Social no Brasil, uma profissão socialmente legitimada e legalmente reconhecida pela Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, e pelo Código de Ética Profissional das/os Assistentes Sociais normatizado pela resolução Conselho Federal de Serviço Social - CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993.

A profissão possui, em sua trajetória, momentos de tensões, rupturas, embates e principalmente luta política. Com sua gênese oriunda do apostolado católico, no Brasil em especial, brota sob o neotomismo como vertente teórico-metodológica, ou seja, cunhada na religião e na Ação Social da Igreja, e a partir da transição do feudalismo para o capitalismo – o Serviço Social emerge em atendimento aos interesses do capital. Após longo período ancorado na teoria social positivista, à categoria foi necessário a ruptura com seu caráter assistencialista, funcionalista e de ajuste, isto começa a se dar, no Brasil, a partir do Golpe de 64.

A categoria, enquanto profissão, passou a constituir-se como parte de um trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade, ao participar da criação e da prestação de serviços que atendem às necessidades sociais. A e o profissional do Serviço Social vai ao encontro das lutas da

classe trabalhadora, uma vez que é uma profissão que atua diretamente com a sociedade e a comunidade em que está inserido na divisão social e técnica do trabalho, e em contato, por meio das relações sociais com as comunidades, instituições e organizações, que possibilitam, assim, o tecer da teia em rede, visando à inserção, à promoção, ao exercício de cidadania e à efetivação dos direitos norteados pelo seu Projeto Ético-político.

O fazer profissional da e do assistente social e a profissão inserem-se na recente história da sociedade brasileira, que foi polarizada pela luta de setores democráticos contra a ditadura e, posteriormente, pela consolidação das liberdades políticas, propiciando experiência rica aos sujeitos sociais trabalhadores como um todo e englobando a defesa dos direitos civis, o reconhecimento positivo das particularidades individuais e sociais, o respeito à diversidade etc., valores e práticas até então secundários para o Serviço Social em sua fase conservadora e reacionária. Ao adquirir novos estatutos e fortalecimento do seu elenco de reivindicações da cidadania para as categorias trabalhadoras/profissionais, esta experiência ressitua o comprometimento da profissão com o Projeto Ético-político e com a avaliação da qualidade dos seus serviços.

Iamamoto (2004, p. 77) destaca que, no período de ditadura e pós esse, o Serviço Social no Brasil experimentou um processo de renovação profundo, devido às intercorrências de mudanças ocorridas na sociedade brasileira, entre elas o acúmulo profissional – o Serviço Social desenvolveu-se teoricamente e praticamente, deixando de ser leigo frente às situações, diferenciando-se, para, no início dos anos 1990, posicionar-se como profissão academicamente reconhecida e socialmente legitimada em defesa da classe trabalhadora, da população pauperizada e das minorias, essas, excluídas, exploradas, alienadas e com sua existência social humana apropriada pelos capitalistas neoliberais.

Há uma conceituação/definição mundial (5 continentes), sobre o que é/seria Trabalho Social, essa foi formulada pela Federação Internacional de Trabalhadores Sociais – FITS –, responsável por agregar as organizações/associações/entidades nacionais, as quais representam esses trabalhadores sociais, ou seja, também as e os assistentes sociais: “[...] *assistente social ou trabalhador social promove a mudança social, a resolução de problemas no contexto das relações humanas e a capacidade e empenho das pessoas na melhoria do bem-estar [...]*” (CFESS, 2011, p. 738). Essa, foi votada em assembleia na cidade de Montreal no ano de 2000, a qual tem sido temática de ampla discussão, onde a posição das representações latino-americanas, incluindo a brasileira, se dão pelo fato de que o Serviço Social é único, porém ele se insere em particularidades diferentes. A recusa pelas entidades/organizações latino-americanas representativas se dá na perspectiva de que são países com seus processos históricos, suas peculiaridades e condições sociais objetivas, políticas, econômicas, culturais e do mundo do trabalho oriundos da materialidade desses. Questões essas que exigem também definições diferenciadas por serem

diferentes seus processos históricos. Desde o período citado, essa definição/conceituação vem sendo debatida, e ainda não superada e/ou modificada.

Diante de tal definição, evidenciamos que as contradições e os espaços de disputas se materializam dentro da própria categoria profissional e em seus órgãos representativos, Netto (2007, p.136) destaca que “[...] o universo do Serviço Social latino-americano (e certamente não apenas ele) envolve concepções profissionais muito distintas. Trata-se de um universo plural, em que se registram formas diferentes de conceber o Serviço Social, seus fundamentos, seus objetivos, suas funções e práticas etc [...]”. Onde agir, pensar, ver, viver, refletir e intervir nesses territórios são também peculiares às realidades materiais e históricas da profissão. Dessa maneira, a generalização das condições sociais materiais e objetivas vão ao encontro da não totalidade, assim todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores são vistos da mesma ótica, sem que se considere sua realidade concreta histórica.

No que se refere ao Serviço Social, enquanto categoria profissional inserida na dimensão social e técnica do trabalho, que assumiu em seu Projeto Ético-político o compromisso com a classe trabalhadora e com as minorias, bem como a partir da adoção da Teoria Social Crítica como método para análise da realidade, faz-se necessário apreensão do conhecimento na perspectiva emancipadora, como nos apresenta lamamoto (2010, p. 54): “[...] a mera inserção política, desvinculada de uma sólida fundamentação teórico-metodológica, mostra-se inócua para decifrar as determinações dos processos sociais. [...]”. A partir das considerações da autora, reconhecemos o alinhamento do Serviço Social com a perspectiva da educação emancipadora, essa também crucial na formação das e dos assistentes sociais para que se consiga a apropriação de consciência da existência social humana, e como se dão as transformações no processo histórico das expressões da questão social – matéria de estudo, intervenção e trabalho dos sujeitos trabalhadores em Serviço Social, materializado no trabalho social.

Na definição de trabalho social, defendida para a realidade latino-americana, em especial a brasileira, encontramos:

[...] o(a) assistente social ou trabalhador(a) social atua no âmbito das relações sociais, junto a indivíduos, grupos, famílias, comunidade e movimentos sociais, desenvolvendo ações que fortaleçam sua autonomia, participação e exercício de cidadania, com vistas à mudança nas suas condições de vida (CFESS, 2011, p. 743).

Identifica-se, acima, uma ampliação no que se deve materializar o trabalho social realizado pelas e pelos assistentes sociais comprometidos com o Serviço Social crítico na perspectiva do materialismo histórico, tendo como método a teoria social crítica. Compreende-se, na definição proposta acima, o reconhecimento dos sujeitos trabalhadores assistentes sociais inseridos e

como parte na divisão social e técnica do mundo do trabalho – desconsiderá-la seria uma visão messiânica da profissão, bem como a necessidade de adotar os princípios de Justiça Social e dos Direitos Humanos, esses não contemplados na definição da FITS, como basilares ao trabalho social tendo em vista o compromisso com a superação das expressões da questão social.

Diante do exposto, o Serviço Social, representado pela e pelo assistente social no trabalho social que realiza, possui em sua trajetória históricas contradições marcantes que ainda permanecem enraizadas na visão de mundo de muitas e muitos profissionais. Primeiramente, seu surgimento enquanto profissão para atender aos interesses do capital, porém oriundo dos princípios e dogmas da religião, a urgência de teorizar-se para afastar-se do pensamento religioso e atuar na lógica capitalista neoliberal, intervindo baseado nos fatos, no ajuste e na moral colocou a categoria no lugar de neutralidade, do conservadorismo e de reacionária.

Para a superação desse “vírus”⁶ – no sentido da manutenção deste modo de pensar e agir e que ainda na temporalidade desta pesquisa contamina a categoria profissional. Há proposição, os esforços e os desafios estão elencados na adoção urgente da educação emancipadora, ainda que não tratadas por esse nome ou termo, mas que se traduz nessa. Joaquina e Braz (2009, p.187) destacam que “[...]temos diversas formas de prática: prática política, prática artística, prática produtiva, e as diversas formas de prática profissional, todas elas relacionadas em última instância à prática produtiva (ao mundo prático-material) [...]”. A educação emancipadora nos permitirá o reconhecimento como classe trabalhadora, e o despertar para o conhecimento da consciência da prática, a qual concebe-se na *práxis* – a objetivação na realidade, como apresentado acima pelos autores, o trabalho por sua objetivação necessariamente material.

Ainda no sentido da apropriação da teoria social crítica pelas e pelos assistentes sociais, funda-se o que Netto (2010, p. 673) nos coloca: “[...]A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa [...]”. Tal colocação seria ou é o que possibilitará aos sujeitos trabalhadores e à classe trabalhadora afastar-se das análises que fazem constatações de ou em causa/efeito. Aproximando-se assim de luta, intervenção e atuação que decifre o não dito e não aparente – a partir do reconhecimento da essência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS QUE NÃO TERMINAM

O trabalho permanece na centralidade das tensões e conflitos do/no mundo do trabalho. Reconhecer e manter posicionamento de que a luta de classes ainda se mantém no cerne e como

⁶ Expressão dos autores, para explicitar e materializar como a lógica dos capitalistas neoliberais, utilizando-se da teoria científica como mecanismo de exploração, dominação e apropriação da existência social humana, ainda se faz presente nos sujeitos trabalhadores em sua *práxis* profissional.

a maior oponente do capitalismo se faz de fundamental importância. Ainda que os capitalistas neoliberais tenham, “parcialmente⁷, conseguido pelo discurso de que não há mais luta de classes, que essa teria sido superada com a legalização e a “garantia” dos direitos trabalhistas e sociais. Compreende-se que as pautas e os motes devido avanço da ordem capitalista e de suas reconfigurações no processo histórico (este último, que não finda), conquistou essa segmentação/fragmentação, mas não superou o que está no centro da luta – o trabalho, elas se somam e se unem nos momentos que convergem no ponto central de suas lutas: a emancipação da classe trabalhadora por uma transformação que supere a ordem vigente.

Conforme vimos ao longo deste artigo, não dissociar educação, profissionalização, teoria, trabalho, ser político e existência concreta social humana do mundo do trabalho e a relação dessas com o trabalho, é parte fundante da evolução para o conhecimento teórico – a qual encontramos no que propõe a educação emancipadora que é uma, não a única, ferramenta não bélica das quais a classe trabalhadora precisa para conseguir alcançar o processo teleológico da luta de classes, e assim travar/enfrentar a luta em prol de sua emancipação. O discorrer que se deu até aqui nos coloca de frente com os embates que atravessam o fazer profissional das e dos assistentes sociais que são sujeitos trabalhadores inseridos na divisão social e técnica do trabalho, transferindo em miúdos para sermos diretos com as leitoras e os leitores, a e o profissional atua diretamente nas/com as expressões da questão social e está na condição de trabalhadora e trabalhador assalariado submetido às ordens daqueles que criaram uma sociedade de exploração da força de trabalho.

Torna-se crucial a adoção da educação emancipadora de assistentes sociais como incremento no processo histórico de decifrar o não dito, para seguir na visão do real concreto que compreende e se percebe classe trabalhadora, esta que, como já vimos, é, para Marx (2013), a única possível de concretizar a superação da ordem do capital vigente. Nesse sentido, há que conceber um trabalho social por essa e esse profissional, que mantenha na centralidade de sua *práxis* o trabalho, conseqüentemente a classe trabalhadora, buscando o aprimoramento na educação emancipadora para possibilitar uma prática ancorada na dimensão teórico metodológica sustentada na teoria social crítica, que alinhe ao projeto profissional e ético-político da profissão, o qual direciona o olhar para a realidade a partir do concreto pensado, conceito contido no método de Marx, ou seja, no materialismo histórico. Do contrário o “vírus” (abordado em outras linhas deste artigo), presente no interior da atuação profissional tende a vigorar por mais longos anos.

Destarte, não se finda a história aqui, há que se propor a pausa na escrita desta pesquisa, para que ocorra tempo para reflexão que possa instigar/provocar ação emancipadora dos sujeitos leitores, e dos sujeitos trabalhadores assistentes sociais - é alarmante para que se desenvolva em cada uma e um, a consciência social da existência concreta material humana que, enquanto categoria

⁷ “parcialmente”, porque os movimentos sociais que, no processo histórico concreto e material, dividiu-se em suas pautas. Mas ainda é luta de classes contra o capital.

profissional, possui compromisso ético e político com uma atuação que intervenha para a promoção da emancipação da classe trabalhadora, dos sujeitos pauperizados, conseqüentemente para a redução das expressões da questão social. Expressões essas que adotam novas configurações com o avançar da lógica capitalista, diante disso, a proposição da educação emancipadora não se faz sugestão, se faz parte do compromisso ético-político da profissão, quando, ao romper com um projeto conservador e tradicionalista, assumiu lado e se comprometeu com a defesa da classe trabalhadora. Comprometimento esse que implica em posicionamento e defesa intransigente das minorias, que atualiza constantemente as bandeiras de luta, que reconhece o direito e o respeito à terra, que se articula com o projeto societário emancipador, que recusa a exploração, a apropriação e a dominação da força de trabalho e do que por ela é produzido e gerado.

REFERÊNCIAS

BORDIN, R. A. O caráter histórico-social do conhecimento no pensamento de Marx. In. *Trans/Form/Ação*, Marília - SP, v. 40, n. 2, p. 157-174, 2017.

BRAZ, J. *Luta de Classes e Luta Política*. Documento eletrônico, disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/04/luta-class-luta-polit.htm#topp> - Acesso em 27 jun. 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. A definição de trabalho social da FITS: Por que revisar? The IFSW social work definition: Why should it be reviewed? In: *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 108, p. 733-747, out./dez. 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/s5kxBQVMM4MGLy77HsXwwcz/?format=pdf> HYPERLINK "https://www.scielo.br/j/sssoc/a/s5kxBQVMM4MGLy77HsXwwcz/?format=pdf&lang=pt"&HYPERLINK "https://www.scielo.br/j/sssoc/a/s5kxBQVMM4MGLy77HsXwwcz/?format=pdf&lang=pt"lang=pt - Acesso em 07 nov. 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional*. Brasília - DF, 2022.

Disponível em <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> - Acesso em 03 mar. 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço; ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Joaquina. B.T.; BRAZ. E. O projeto **ético-político** do Serviço Social. In *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CEAD/UnB. Brasília. 2009. P. 185.

CFESS. Conselho Federal de Serviço; ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Marilda. V. I. Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social. In *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CEAD/UnB. Brasília. 2009. P. 143.

CFESS. Conselho Federal de Serviço; ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. NETTO. J. P. Introdução ao método da teoria social. In *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CEAD/UnB. Brasília. 2009. P.668.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. *O Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais*, 10ª ed.

Disponível em https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf - Acesso em 27 set. 2024.

MARIA, L. S. L.; LUCENA, C. A. Karl Marx, o Trabalho e a Formação dos

Trabalhadores no Modo de Produção Capitalista. *Revista EXITUS*, v. 4, nº. 2, 2014. Universidade Federal do Oeste do Pará Santarém, Brasil.

MARIA, R. C. *Neoliberalismo, Gerencialismo e Educação: O projeto do empresariado para a América Latina*. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57593>. Acesso em 27 jun. 2024.

MARILDA, V. I. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARILDA, V. I. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARISA, B.; JR. A.F. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. *Revista Interface Comunicação Saúde Educação*. v.12, n.26, p.635-46, 2008.

MARX, K. *O capital*. 10ª ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2013. Livro 1. v.I, II.

NETTO, J. P. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, 2007. nº 19.

NETT, J. P. BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. 1ª ed. São Paulo, Cortez: 2006.

RUDÉ, G. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, Katiene Nogueira da; GATTI, Giseli Cristina do Vale. As ideias de Durkheim nos manuais de História da Educação: cientificidade e moralidade laica na vida social e na escola. *História da Educação*, v.23, p.1-38, 2019. DOI:

<https://doi.org/10.1590/2236-3459/93211>

WEISS, Raquel. A concepção de educação de Durkheim como chave para a passagem entre positivo e normativo. In: MASSELLA, Alexandre Braga; PINHEIRO FILHO, Fernando; AUGUSTO, Maria Helena Oliva; WEISS, Raquel (Org.). *Durkheim: 150 Anos*. Belo Horizonte: Argvmentvm. p. 169-189. 2009.

06

A FOME COMO EXPRESSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O PERFIL DA POPULAÇÃO USUÁRIA EM PROJETO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Mariana Leite Péres¹

Marcelle Nerio²

Marcelo Martins³

Elaine Rosa⁴

1 Assistente social CRESS 33.600 6ª Região. Mestra e Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: marianalperes@hotmail.com.

2 Assistente social CRESS 34.125 6ª Região. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: cellenery15@gmail.com.

3 Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: marcelomartins1732@gmail.com.

4 Graduanda em Serviço Social pela Universidade Unopar Anhanguera. E-mail: elainerosa200@gmail.com.

RESUMO

O presente trabalho possui como objetivo central refletir sobre a experiência do Serviço Social em projeto de segurança alimentar com apontamentos sobre o perfil da população usuária. Para tanto, inicia com o debate da fome como expressão da “questão social” com reflexões acerca da relação entre gênero, raça e classe na particularidade brasileira. Em seguida, aponta a experiência do Serviço Social na atualidade com relato sobre o trabalho profissional em projeto de segurança alimentar. Por fim, elenca o perfil da população usuária deste projeto destacando a relação entre gênero, raça e classe na conformação da “questão social”. Metodologicamente, o trabalho vale-se de pesquisas bibliográfica e documental. Espera-se, assim, construir sínteses pertinentes ao debate do trabalho profissional diante dos desafios e das possibilidades do Serviço Social na atualidade.

Palavras-chave: fome; questão social; Serviço Social.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de relato de experiência da equipe de Serviço Social de uma instituição privada sem fins lucrativos, parceira da rede socioassistencial de cidade de médio porte da região da Zona da Mata de Minas Gerais. A partir das observações compartilhadas entre assistente social, coordenação social e estagiários em Serviço Social, acerca do perfil da população usuária do projeto de segurança alimentar desenvolvido neste espaço sócio-ocupacional, surge esta investigação.

Para tanto, o trabalho vale-se metodologicamente de pesquisa bibliográfica, com revisão de literatura da área, e de pesquisa documental, pela análise de formulários, históricos e relatórios preenchidos pelo Serviço Social na instituição. Objetiva-se, assim, expor elementos que contribuam para as reflexões da categoria profissional acerca dos desafios e das possibilidades para a formação e a atuação profissional, a partir da sistematização do perfil da população usuária da ação de segurança alimentar.

O primeiro momento de exposição do presente trabalho, referente à pesquisa bibliográfica, discorre acerca da fome como expressão da “questão social” com reflexões sobre a formação sócio-histórica brasileira. Para tanto, de início, resgata-se criticamente o conceito de “questão social” pelas contribuições clássicas da Revista Temporalis (ABEPSS, 2001), especialmente, em Iamamoto (2001) e Netto (2001). Em seguida, apontam-se elementos da relação entre patriarcado, racismo e capitalismo na conformação da “questão social” na particularidade brasileira pelas contribuições contemporâneas da Revista Temporalis (ABEPSS, 2021b), com destaque para Ferreira e Fagundes (2021) e Costa e Rafael (2021). A partir disso, reflete-se sobre a fome como expressão da “questão

social” pela relação entre gênero, raça e classe nas demandas sociais presentes no cotidiano do trabalho de assistentes sociais.

No segundo momento, expõe-se sobre a experiência do Serviço Social na atualidade a partir de relato sobre o trabalho profissional com iniciativa de segurança alimentar. Para tanto, é apresentado o espaço sócio-ocupacional (frentes de trabalho, equipe técnica e financiamento) e o projeto de segurança alimentar (planejamento e execução), nos quais atuam o Serviço Social. Assim, espera-se compartilhar experiências concretas do exercício profissional mediadas pelo Projeto Ético-político.

No terceiro momento expositivo, elenca-se o perfil da população usuária da ação de segurança alimentar, destacando a relação entre gênero, raça e classe na conformação deste perfil. Para tanto, vale-se, metodologicamente, de pesquisa documental pela análise de documentos formulados, preenchidos e avaliados pelo Serviço Social na instituição, em que se garantiu o anonimato das famílias atendidas. A partir da análise e da sistematização dos dados de 50 das 95 famílias cadastradas na ação de segurança alimentar, durante o ano de 2025, é possível perceber o perfil da população usuária como de mulheres, negras, adultas, solteiras, desempregadas, sem acesso ao ensino superior, com renda per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, usuárias de benefícios sociais, tais como, Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada.

Em síntese, os resultados desta pesquisa local vão ao encontro de dados da realidade nacional, em que as desigualdades sociais no marco do capitalismo estão intimamente relacionadas às desigualdades de gênero, raça e classe historicamente processadas na formação sócio-histórica brasileira. O que se expressa nas demandas sociais e no perfil da população usuária dos espaços sócio-ocupacionais aos quais assistentes sociais atuam profissionalmente. Ao concluir que a fome, como expressão da “questão social”, tem gênero, raça e classe, espera-se construir sínteses pertinentes ao debate do trabalho profissional diante dos desafios e das possibilidades do Serviço Social na atualidade.

A FOME COMO EXPRESSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”: REFLEXÕES SOBRE A PARTICULARIDADE BRASILEIRA

Para comentar acerca da fome como expressão da “questão social”, com reflexões sobre a particularidade brasileira, é necessário iniciar resgatando a compreensão crítica deste conceito central para a formação e atuação em Serviço Social. Visto que é “a existência das expressões da questão social que justificaram e legitimaram, não somente o significado social da profissão, mas também seu lugar e particularidades na divisão social e técnica do trabalho” (ABEPSS, 2021a, p. 248).

Destacam-se como fundamentos da “questão social”, o elemento econômico da exploração inerente ao modo de produção capitalista e o elemento político de contestação das lutas sociais diante desta realidade. Segundo Iamamoto (2001, p. 16), “a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura” e “tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos”.

A “questão social”, assim, se gesta e (re)produz na arena do conflito de classes sociais específicas, as classes contextualizadas nas relações sociais do modo de produção capitalista, a partir da dominação do conjunto de sujeitos que tem a sua força de trabalho explorada em troca do assalariamento, para que o trabalho coletivo seja apropriado de forma privada pela classe dominante que explora por deter os meios de produção, a partir dos processos de expropriação da assim chamada acumulação primitiva (Marx, 2017).

Netto (2001, p. 42), nesse sentido, enfatiza que é na dinâmica capitalista que se têm “pela primeira vez na história registrada, [o fato de que] a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”. Em síntese, Iamamoto (2001) e Netto (2001) convergem na assertiva de que é a compreensão marxiana da lei geral de acumulação capitalista que permite analisar a “questão social”.

Ao tratar do “Serviço Social em tempo de capital fetiche”, Iamamoto (2015) enfatiza a gênese da “questão social” intimamente relacionada às desigualdades existentes no desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil. A autora afirma que tais desigualdades presentes na formação sócio-histórica do país estão relacionadas à economia, à política e à cultura. Sendo assim, “a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações no trabalho, radicalizando a questão social” (Iamamoto, 2015, p. 129).

Acerca da particularidade brasileira, Iamamoto e Carvalho (2008) salientam que o surgimento da “questão social” está diretamente relacionado à consolidação do trabalho assalariado, marcado pela separação entre as trabalhadoras e os trabalhadores e os meios de produção. Assim, essa dinâmica impulsiona o processo de acumulação primitiva no contexto do escravismo que marca a colonização do Brasil.

A questão social, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre os homens e os meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômica social brasileira (Iamamoto; Carvalho, 2008, p. 125).

Nesse sentido, a conformação da “questão social” “não pode ser entendida em sua profundidade e totalidade se desconsiderarmos as apropriações sobre mulheres e povos originários desde a colonização do Brasil, que estruturaram as raízes de um Estado patriarcal-racista-capitalista” (Cisne; Soares, 2022, p. 338). Desse modo, é a apropriação dos processos de dominação e exploração sexuais e raciais, pelo modo de produção capitalista, que permitem não só uma subordinação cultural, ideológica, política e social da população negra e de mulheres, mas uma subordinação econômica relacionada a divisão social do trabalho, ao se considerar as dimensões de gênero, raça e classe conjuntamente.

Contribuições contemporâneas do Serviço Social brasileiro, tais como as presentes na Revista *Temporalis* (ABEPSS, 2021b), destacam elementos da relação entre patriarcado, racismo e capitalismo na conformação da “questão social” na particularidade brasileira. Destacam-se as contribuições de Costa e Rafael (2021) ao apontarem patriarcado e racismo como componentes estruturais do capitalismo no país, e, logo, da “questão social”. De modo que “a análise histórico-econômica deste modo de produção, demonstra que tais desigualdades são estruturadas por relações de gênero/sexo e raça/etnia, ou seja, existem condições de vida e trabalho desiguais e hierárquicas quando consideramos homens e mulheres, brancos e negros” (Costa; Rafael, 2021, p. 90).

A esse respeito, Ferreira e Fagundes (2021) corroboram ao entendimento da divisão social do trabalho em suas determinações de sexo, raça e classe como indissociáveis para o entendimento da conformação da “questão social” no Brasil. Afinal, “mulheres, pessoas não heteronormativas e racializadas [...] ocupam as primeiras filas do exército industrial de reserva, configurando uma estratégia da diferença inscrita na lei do valor” (Ferreira; Fagundes, 2021, p. 72).

Nessa perspectiva, não é aleatório que a fome no Brasil possua gênero, raça e classe bem definidos, visto que dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (Vigisan, 2023, p. 18) apresentam maior índice de insegurança alimentar “nas famílias brasileiras chefiadas por mulheres negras”. Afinal, as maiores taxas de desemprego no Brasil estão entre mulheres e negros, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2023), e os piores resultados para o índice de miséria estão entre “pretos ou pardos, e, especialmente as mulheres pretas ou pardas” (Saboia; Neto; Villacorta, 2023, p. 2) brasileiras.

A fome como expressão da “questão social”, assim, “se expressa por meio da questão alimentar e nutricional (da fome, da desnutrição, da obesidade ou da má nutrição), posto que a submissão do trabalho e da sociedade ao capital interfere no modo de se alimentar, viver, adoecer e morrer da população” (Silva, 2023, p. 292). Nesse viés, “a lógica de valorização afeta a produção, distribuição e consumo dos produtos alimentares, imprimindo consequências [...] na qualidade sanitária, nos padrões de consumo, na capacidade de compra” (Azevedo, 2022, p. 488).

O que, em uma sociedade pautada pelo patriarcado, racismo e capitalismo, vai impactar diretamente as mulheres negras pauperizadas da classe trabalhadora brasileira. Assim, é necessário compreender a fome criticamente, tal como em síntese de Silva (2023, p. 301):

[...] diferente das análises sobre o problema da fome e da insegurança alimentar e nutricional, como uma questão natural, biológica, individual e/ou como uma “nova questão social”, que não considera suas raízes históricas no conflito entre capital e trabalho –, as causas desses problemas sociais remetem à produção de riqueza e, por consequência, à produção reiterada de pobreza e de desigualdades, tendo em vista que estão relacionadas à concentração de renda, de terra, ao racismo, ao patriarcado, ao autoritarismo e às formas de intervenção do Estado capitalista na economia e no social.

A fome e demais expressões da “questão social” manifestam-se como resultado da forma específica que se constitui o modo de produção capitalista no Brasil, marcado por um processo de modernização excludente, pela permanência de elementos da colonialidade e pela presença incontestável do patriarcado e do racismo.

Posto isso, o conjunto das expressões da “questão social” no país refletem as desigualdades sociais geradas pelas contradições estruturais do capitalismo, ligadas diretamente à constituição do trabalho livre e das relações entre as classes pelas determinações sexuais e raciais da divisão social do trabalho. O que demanda do Serviço Social a compreensão crítica da realidade a qual é convocado a intervir, visto que a relação entre gênero, raça e classe se faz presente no cotidiano profissional. Inclusive, no que diz respeito às demandas sociais relacionadas à fome como expressão da “questão social”.

EXPERIÊNCIAS DO SERVIÇO SOCIAL NA ATUALIDADE: RELATO SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL COM PROJETO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

O avanço do neoliberalismo no Brasil, a partir da década de 1990, impacta fortemente a Seguridade Social, definida na Constituição Federal de 1988 e pautada em princípios como a universalidade, equidade e caráter democrático, engendrando novas formas de enfrentamento às expressões da “questão social”. De acordo com Montaño (2002, p. 53), “a crise e a suposta escassez de recursos servem de pretexto para justificar a retirada do Estado da sua responsabilidade social e a expansão dos serviços comerciais ou desenvolvidos num suposto ‘terceiro setor’”.

As contrarreformas do Estado brasileiro preconizam o desmonte dos serviços públicos e uma intensa desresponsabilização social do Estado com as políticas sociais. Por conseguinte, a nova modalidade de resposta às expressões da “questão social” do Estado brasileiro é fundamentada na focalização, na precarização e no corte de gastos sociais. Ademais, a responsabilidade social do Estado é transferida para a sociedade civil.

EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ATUALIDADE

Na medida em que amplos setores da população ficarão descobertos pela assistência estatal – precária, focalizada e descentralizada, ou seja, ausente em certos municípios e regiões e sem cobertura para significativos grupos populacionais – e também não terão condições de acesso aos serviços privados (caros), transfere-se à órbita da “sociedade civil” a iniciativa de assisti-la mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou autoajuda (Montaño, 2002, p. 56).

Parte-se deste contexto para compartilhar o relato da experiência atual do Serviço Social em projeto de segurança alimentar. Assim, apresenta-se a instituição vinculada a este trabalho profissional. Similarmente, no presente item, são apresentadas demandas sociais e institucionais vinculadas ao Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional pela mediação do Projeto Ético-político.

A instituição, enquanto prestadora de serviços vinculados à política de assistência social, possui natureza de entidade privada sem fins lucrativos, é uma Organização da Sociedade Civil (OSC). Nesse sentido, está enquadrada na política como parceira da rede socioassistencial. Está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e no Conselho Municipal da Pessoa Idosa (CMDPI), tendo oferta de Programa de Atenção à Pessoa Idosa e de Programa de Inclusão Socioprodutiva. Também está inclusa na Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN), tendo a oferta gratuita de refeições no horário de 11 às 12 horas da manhã, entre as segundas e as sextas-feiras.

O principal serviço oferecido pela instituição configura-se pela distribuição de refeições gratuitas à população da cidade. Além disso, a instituição desenvolve outras frentes de trabalhos, tais como, Programa de Atenção à Pessoa Idosa (serviço de convivência e fortalecimento de vínculos) e Programa de Inclusão Socioprodutiva (oferta de cursos livres voltados para a profissionalização). A população atendida é composta principalmente por pessoas em situação de rua, com média diária de atendidos variando entre 200 e 300 pessoas. Destaca-se o aumento significativo durante a pandemia de covid-19, visto que a demanda pelos serviços socioassistenciais se agudiza, especialmente em períodos de crise econômica, política, social e sanitária.

No que diz respeito aos recursos humanos, a instituição é composta por voluntárias e voluntários, funcionárias e funcionários diversos e profissionais das áreas de Nutrição, Psicologia e Serviço Social que atuam de forma interdisciplinar. As decisões são tomadas de forma colaborativa, envolvendo a equipe gestora, profissionais das diversas áreas e voluntárias e voluntários. As rotinas de trabalho são estabelecidas com base nas necessidades da população atendida e nos recursos disponíveis.

O financiamento é inteiramente proveniente de doações financeiras e materiais, realizadas por pessoas físicas e jurídicas. Nesse contexto, a inserção da organização na política municipal impõe restrições à configuração dos serviços sociais oferecidos, bem como à sua continuidade, caso os recursos arrecadados não sejam suficientes para sua manutenção. Ademais, essa dependência impacta diretamente a capacidade de resposta às demandas sociais, devido à própria natureza da instituição, fundamentada numa lógica de solidariedade e de corresponsabilidade.

Apesar de a entrega de cesta básica pela instituição ser anterior, em 2022 foi proposto – pelo setor da Nutrição da instituição e estendido a participação da equipe de Serviço Social – a ideia de realizar uma reunião mensal para a entrega de cesta básica e, juntamente, orientações nutricionais e socioassistenciais para as famílias participantes. Em média, são atendidas quarenta (40) famílias mensalmente. Assim, as reuniões da ação de segurança alimentar são planejadas pelo Serviço Social de forma conjunta com a Nutrição.

Na instituição, o Serviço Social – para além do atendimento a demandas espontâneas, orientações socioassistenciais, encaminhamentos de usuárias e usuários, estágio supervisionado em Serviço Social, planejamento, execução e avaliação do trabalho com grupos, dentre outras competências – é responsável por organizar o acesso ao projeto de segurança alimentar. Para tanto, realiza entrevista social semiestruturada a fim de avaliar socioeconomicamente as famílias a serem cadastradas por um período de três (3) meses consecutivos. Nesse sentido, o Serviço Social atua no processo de identificação das demandas da população usuária, da caracterização do grupo familiar solicitante e das possibilidades de atendimento da instituição, além de possível encaminhamento à rede socioassistencial. Visa, assim, socializar informações e promover o acesso aos benefícios e aos serviços existentes (Martins, 2023).

Após a análise e o cadastro, a entrega das cestas básicas da ação de segurança alimentar se dá de forma coletiva em encontros que visam, para além da entrega, problematizar temas presentes no cotidiano da população usuária, tais como combate ao racismo, enfrentamento à violência contra a mulher, acesso à saúde, dentre outros. Propondo, assim, a ser um espaço de socialização da informação, construção coletiva de conhecimento e fortalecimento de vínculos, alinhado ao calendário de lutas dos movimentos sociais.

Nesse sentido, o projeto configura-se como uma intervenção socioassistencial, pautada no Projeto Ético-político ao visar, para além do atendimento pontual, a encontros de formação política. Assim, visa apontar possibilidades coletivas, que extrapolam a ação de segurança alimentar, ao problematizar os desafios coletivos de sobrevivência.

PERFIL DA POPULAÇÃO USUÁRIA DO PROJETO DE SEGURANÇA ALIMENTAR: A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE EM DEBATE

São pelas observações cotidianas compartilhadas entre assistente social, coordenação social e estagiárias e estagiários em Serviço Social – seja nas supervisões de estágio, seja nas reuniões de equipe – acerca das hipóteses no que tange ao perfil da população usuária da ação de segurança alimentar desenvolvido neste espaço sócio-ocupacional que surge esta investigação. Assim, objetiva-se sistematizar as informações provenientes desta experiência profissional. O que contribui para a criticidade da análise da realidade social e, conseqüentemente, para a qualificação da formação e do trabalho profissional.

A partir disso, metodologicamente, vale-se de pesquisa documental, pela análise de formulários, históricos e relatórios preenchidos pelo Serviço Social na instituição. Para compreender o perfil do total de 95 famílias cadastradas no projeto – durante o ano de 2025 até o mês de julho –, o primeiro procedimento metodológico se deu pela construção de uma planilha com preenchimento de dados da amostra da população usuária a ser analisada⁵.

Importante destacar que o processo de pesquisa é sigiloso com acesso exclusivo da equipe de Serviço Social às fichas cadastrais. Sendo assim, nenhuma identificação consta nos gráficos a serem apresentados e as fichas numeradas estão resguardadas com a equipe de Serviço Social da instituição. Com o objetivo de compreender o perfil do público elencaram-se diversos elementos⁶ para análise das fichas, são eles: idade; escolaridade; gênero; raça; região; estado civil; trabalho; acesso a benefícios sociais; e renda per capita.

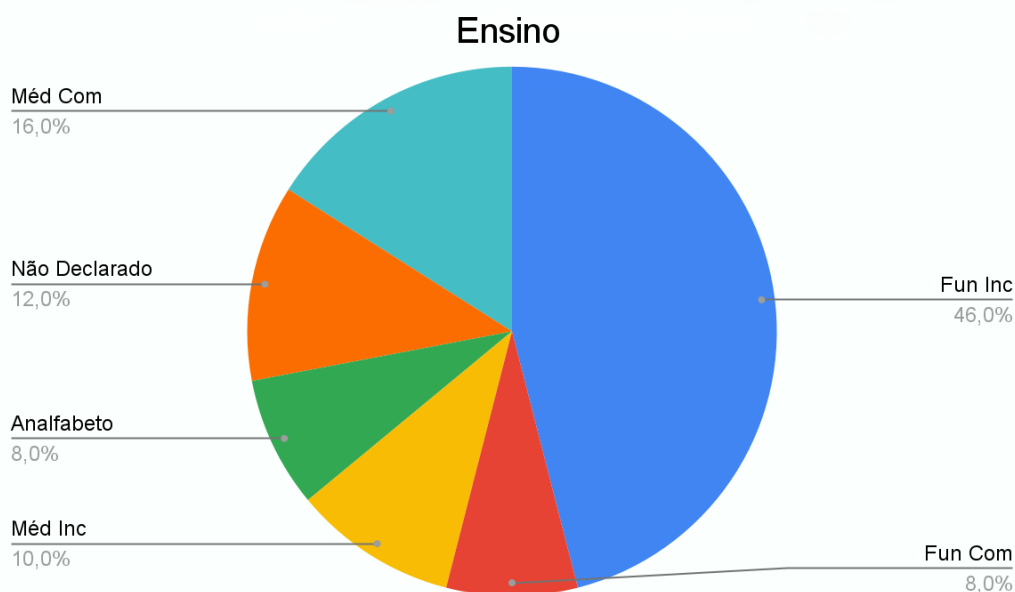
Nota-se que a maioria das pessoas responsáveis pelas famílias cadastradas são pessoas adultas, com idade entre 30 e 59 anos. Observa-se também que, apesar de a instituição se localizar no centro da cidade, a maioria das famílias cadastradas não reside nesta região, sendo apenas 3% das pessoas cadastradas residentes na região central da cidade. No que diz respeito à região, a tabela aponta uma ampla divisão entre as áreas da cidade. Contudo, ao analisar o bairro de origem dessas pessoas, observa-se que a grande maioria reside em áreas às margens do centro da cidade, denominadas como periféricas.

Quanto ao perfil das famílias cadastradas na ação de segurança alimentar, a maioria das pessoas possui baixa escolaridade, com o destaque de nenhuma pessoa possuir acesso ao ensino superior, seja incompleto ou completo, como pode-se observar no gráfico a seguir. Assim, 46% possuem ensino fundamental incompleto, 16% possuem ensino médio completo, 10% médio incompleto, 8% fundamental completo e 8% não tiveram acesso à educação formal.

5 O presente trabalho trata-se de aproximação inicial ao perfil da população usuária da ação de segurança alimentar, com uma amostra de análise significativa de 50 das 95 famílias cadastradas. Assim, esta primeira exposição dos dados da investigação trata-se de exposição parcial de pesquisa que terá continuidade não só no que diz respeito à análise total das 95 famílias cadastradas, mas no que tange à atualização constante das famílias a serem cadastradas futuramente. O que será compartilhado em estudos posteriores.

6 A pesquisa visa, contudo, analisar, similarmente, a relação de outros indicadores sociais – tais como a composição familiar e os processos de saúde e adoecimento presentes nas famílias –, a serem aprofundados no decorrer da investigação.

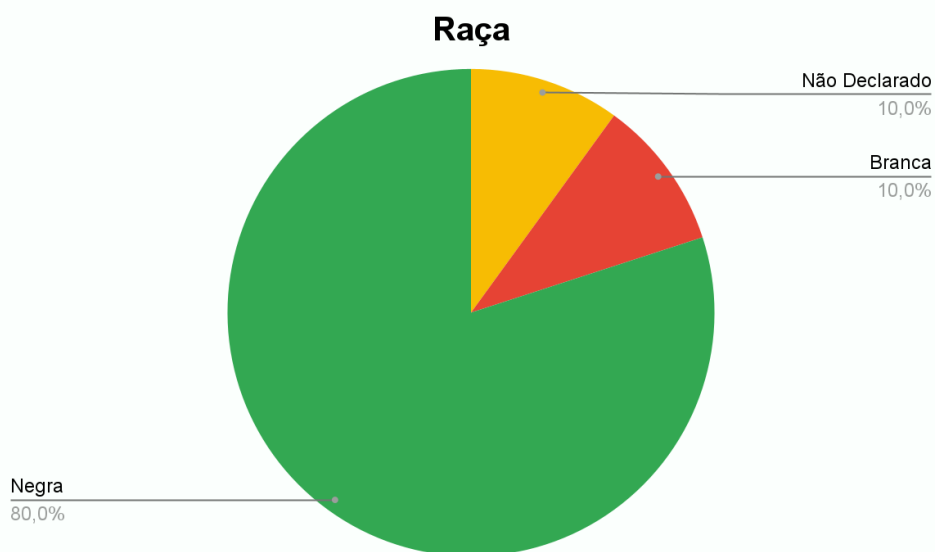
Gráfico 1 - Escolaridade População Usuária Projeto de Segurança Alimentar



Fonte: Elaboração Própria (2025).

No que diz respeito à autodeclaração racial, a maioria das pessoas entrevistadas se declarou negra⁷, totalizando uma porcentagem de 80% das famílias, e 10% se declaram brancas. Além disso, não houve autodeclarações de pessoas amarelas e/ou indígenas, como é possível visualizar no gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Raça População Usuária Projeto de Segurança Alimentar



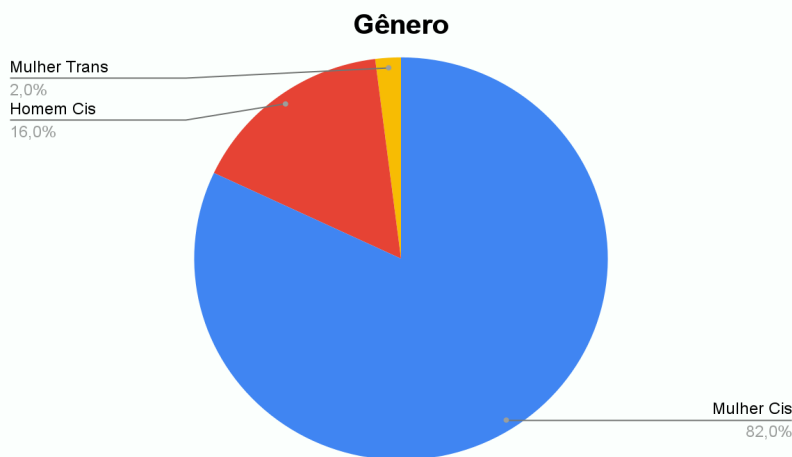
Fonte: Elaboração Própria (2025).

⁷ Seguindo as orientações de autodeclaração racial do IBGE (2023b), considera-se população negra o conjunto de pessoas que se declaram como pardas ou pretas.

EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ATUALIDADE

No que diz respeito ao gênero, observa-se que a maioria (84%) das pessoas solicitantes são mulheres (sendo 82% mulheres cis e 2% mulheres trans) e que 16% são de homens cis. Outras identidades de gênero como homens trans, travestis e pessoas não binárias não foram encontradas nas famílias cadastradas até o momento.

Gráfico 3 - Gênero População Usuária Projeto de Segurança Alimentar



Fonte: Elaboração Própria (2025).

Nota-se ainda a prevalência do estado civil solteiro entre a população usuária. Indicador este que, quando cruzado com outros elementos da sistematização de dados, evidencia a prevalência de solicitantes que são mulheres solteiras, em sua maioria, mães solo responsáveis por crianças e adolescentes.

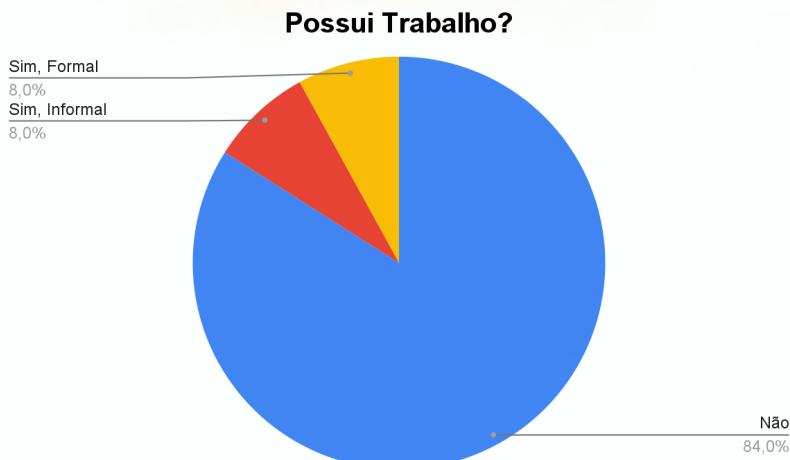
Gráfico 4 - Estado Civil População Usuária Projeto de Segurança Alimentar



Fonte: Elaboração Própria (2025).

Em relação à ocupação, vê-se que a maioria das pessoas cadastradas não possui trabalho (84%). Ainda, 8% das usuárias possuem trabalho informal, e apenas 8% possuem vínculo empregatício.

Gráfico 5 - Emprego População Usuária Projeto de Segurança Alimentar

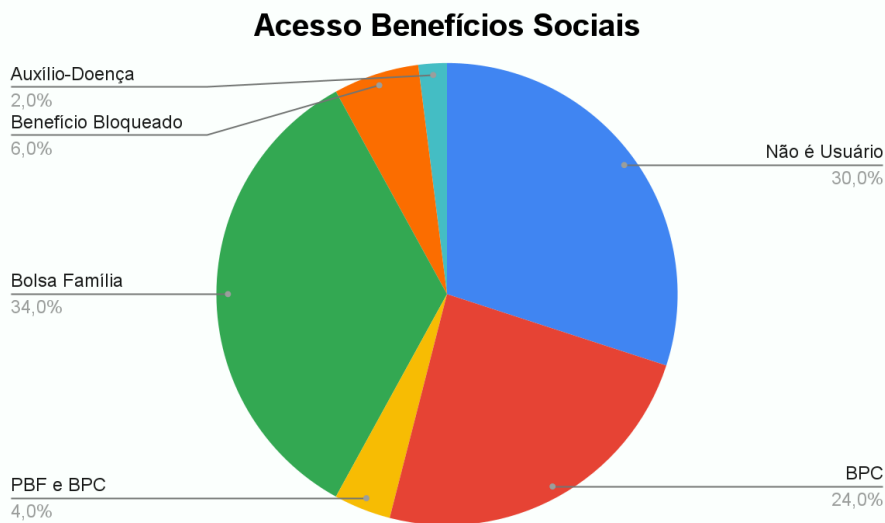


Fonte: Elaboração Própria (2025).

No que tange à renda familiar dessa população, observamos que a maior parte da fonte de subsistência é proveniente de benefícios sociais, sendo o Programa Bolsa Família o mais acessado por essas famílias, seguido pelo Benefício de Prestação Continuada. Ambos somados totalizam 58% dos usuários. Há também relatos de famílias que acessam os dois benefícios, sendo 4% das fichas analisadas.

Assim, das famílias analisadas, 62% têm como principal fonte de renda os benefícios sociais. O que vai ao encontro do fato de as mulheres negras serem a maioria de pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, de forma que estas “respondem por 38,5% das pessoas constantes no CadÚnico e esse indicador atinge 42,5% quando consideramos apenas as pessoas em extrema pobreza” (MIR, 2023, p. 14).

Gráfico 6 - Acesso Benefícios Sociais População Usuária Projeto de Segurança Alimentar

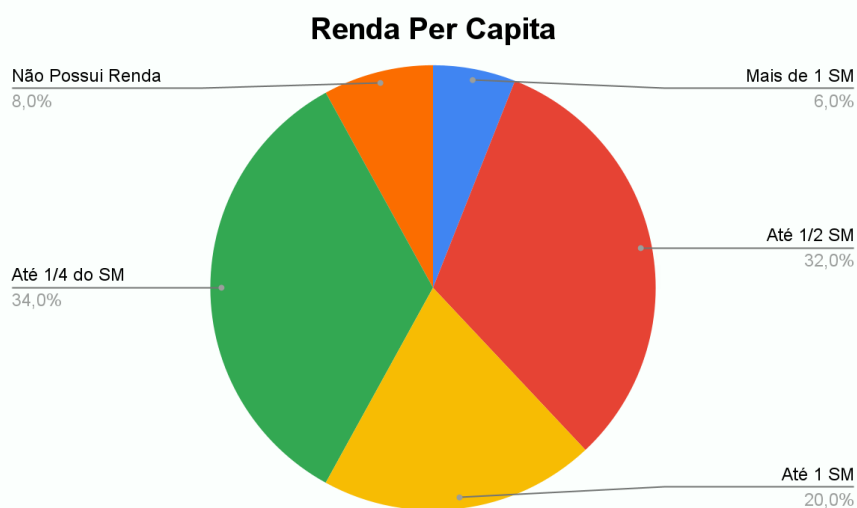


Fonte: Elaboração Própria (2025).

EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ATUALIDADE

A respeito da renda per capita observamos que apenas 6% das famílias cadastradas recebem mais de 1 salário-mínimo por pessoa. Em geral, quanto à renda por pessoa das famílias cadastradas: 34% equivalem a até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo (R\$379,49); 32% entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário-mínimo (de R\$379,50 a R\$758,99); 20% entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo (de R\$759,00 a R\$1518,00); e 8% não possuem qualquer tipo de renda.

Gráfico 7 - Renda Per Capita População Usuária Projeto de Segurança Alimentar



Fonte: Elaboração Própria (2025).

Em síntese, a aproximação ao perfil da população usuária da ação de segurança alimentar pela pesquisa documental realizada demonstra que a fome – como expressão da “questão social” – possui gênero, raça e classe. Especialmente, no que diz respeito a esta experiência singular ir ao encontro dos dados da realidade particular brasileira. O que se manifesta na histórica feminização da pobreza e da assistência social no Brasil. Nesse sentido, reforça a necessidade de a categoria profissional adensar o debate acerca dos fundamentos da “questão social” na formação sócio-histórica brasileira, considerando as relações sociais de gênero, raça e classe como componentes desta questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível afirmar o perfil da população usuária do projeto de segurança alimentar. Em sua maioria, são mulheres negras, em idade adulta, com baixa escolaridade, sem emprego e que possuem, como principal fonte de subsistência, os benefícios sociais.

De acordo com o IBGE (2023b), o desemprego e a subutilização se revelam como maior para a população negra, ou seja, para pessoas pardas ou pretas. O acesso à educação se mostra como um fator que contribui para minimizar as desigualdades no acesso aos postos formais de trabalho.

Visto que a menor diferença da taxa de desocupação entre pretos/pardos e brancos é no ensino superior (IBGE, 2023b). Ainda segundo o IBGE (2023b), a maior concentração de desigualdade no acesso ao mercado de trabalho, comparando pessoas pretas/pardas e brancas, nota-se no ensino médio incompleto, em que a taxa de desocupação era de 14,4% para pessoas pretas e pardas e de 11,1% para pessoas brancas. O que é possível observar a partir das fichas analisadas, uma vez que 64% das responsáveis pelas famílias sequer possuem ensino médio completo.

Ademais, quando se analisa a ocupação destas pessoas, nota-se que 84% sequer possui algum tipo de ocupação remunerada. Das fichas analisadas, apenas 16% possuem algum tipo de remuneração a partir do trabalho, sendo 8% de trabalhadoras formais e 8% trabalhadoras informais. Nesse sentido, é possível reafirmar como as relações sociais de raça, processadas na formação sócio-histórica brasileira, conformam parcela significativa de pessoas negras para o desemprego. As características observadas acerca do perfil das famílias cadastradas no projeto são reflexo do perfil das pessoas que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza no Brasil⁸.

As diferenças foram mais significativas na análise por cor ou raça, pois pessoas pretas ou pardas representavam mais de 70% dos pobres e extremamente pobres. Essas diferenças também se mantiveram nas taxas de pobreza e extrema pobreza: 7,7% das pessoas de cor ou raça preta ou parda eram extremamente pobres em 2022 (contra 3,5% entre brancos) e 40,0% eram pobres (contra 21,0% de brancos). Entre as mulheres pretas ou pardas, esses percentuais foram ainda maiores, chegando a 8,0% de extremamente pobres e 41,3% de pobres. O arranjo domiciliar formado por mulheres pretas ou pardas responsáveis, sem cônjuge e com presença de filhos menores de 14 anos de idade também foi aquele que concentrou a maior incidência de pobreza: 22,6% dos moradores eram extremamente pobres e 72,2% eram pobres (IBGE, 2023b, p. 75).

Através da análise do perfil das famílias cadastradas observa-se a importância dos benefícios sociais na composição da renda dessas famílias, tendo em vista que 84% das mulheres responsáveis pelas famílias cadastradas não possuem emprego. Assim, a principal fonte de renda dessas famílias se constitui através dos benefícios sociais. Das famílias cadastradas, a maior parte sequer recebe 1 salário-mínimo. Das fichas analisadas, 34% recebem $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo e 32% recebem $\frac{1}{2}$ salário-mínimo. Somando com os 8% que não possuem nenhum tipo de renda, totalizam cerca de 74% das famílias analisadas que sequer possuem meio salário-mínimo de renda per capita. É possível observar, similarmente, que, por não possuírem emprego, a principal fonte de renda dessas famílias é proveniente exclusivamente dos benefícios sociais.

[...] cabe assinalar a elevada participação dos benefícios de programas sociais governamentais na estrutura do rendimento dos domicílios extremamente pobres (inferior a US\$ 2,15 PPC, por dia), que chegou a 67,0% em 2022. A renda do trabalho foi responsável por apenas 27,4% do rendimento desse

8 De acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2025), o salário-mínimo necessário para a população brasileira se reproduzir socialmente seria, em junho de 2025, no valor de R\$7.416,07. Valor este contrastante com o atual salário-mínimo nominal de R\$1.518,00.

grupo, o que ressalta a importância das transferências de renda para a composição da renda desses domicílios (IBGE, 2023b, p. 77).

Com a presente exposição espera-se ter cumprido o objetivo de problematizar teórico-metodologicamente o perfil da população usuária da ação de segurança alimentar em que se insere o Serviço Social. Visa-se, assim, reforçar o compromisso ético-político da categoria profissional em compreender as relações sociais de gênero, raça e classe que conformam a classe trabalhadora brasileira em vias de defender criticamente os grupos historicamente dominados e explorados neste território. Em suma, acredita-se ser possível contribuir com elementos pertinentes ao debate da formação e da atuação profissional diante dos desafios e das possibilidades do Serviço Social na atualidade.

Por fim, se “a questão social que, sendo desigualdade, é também rebeldia” (Iamamoto, 1998, p. 28), nesse sentido, aponta-se a importância da categoria profissional tanto compreender criticamente a conformação da fome como expressão da “questão social” na particularidade brasileira – no âmbito da formação e da atuação profissional – quanto fortalecer os movimentos sociais e os espaços de controle social em vias de contribuir na construção de novas possibilidades históricas em que se garanta a segurança alimentar.

Ora, são princípios éticos fundamentais do Serviço Social brasileiro a “ampliação e consolidação da cidadania [...] com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” e a “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CFESS, 1993, p. 23).

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. A centralidade da questão social para o Serviço Social brasileiro. In: *Revista Temporalis*, v. 21, n. 42. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2021a.
- ABEPSS. *Revista Temporalis*, a. 2, n. 3. Questão Social e Serviço Social. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2001.
- ABEPSS. *Revista Temporalis*, v. 21, n. 42. Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2021b.
- AZEVEDO, D. C. Vamos, sim, falar da fome! In: *Revista Katálysis*, v. 25, n. 3. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.
- CFESS. *Código de Ética da Assistente Social*. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.
- COSTA, R. G. D.; RAFAEL, J. C. Questão social e sua particularidade no Brasil: imbricação entre patriarcado-racismo-capitalismo. In: *Revista Temporalis*, v. 21, n. 42. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2021.

DIEESE. *Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: salário mínimo nominal e necessário*. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2025.

FERREIRA, C. C. C.; FAGUNDES, G. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. *In: Revista Temporalis*, v. 21, n. 42. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2021.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *In: Revista Temporalis*, n. 3. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2001.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. D. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

IBGE. Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2ª edição. *In: Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica*, v. 38. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023a.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*, n. 53. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023b.

MARTINS, L. R. O estudo socioeconômico no trabalho de assistentes sociais. *In: A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Minas Gerais, 2023.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. *In: Revista Lutas Sociais*, n. 8. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. *In: Revista Temporalis*, n. 3. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2001.

MIR. *Informe MIR. Monitoramento e Avaliação*, n. 2, Edição Mulheres Negras. Brasília: Ministério da Igualdade Racial, 2023.

SABOIA, J.; NETTO, J. H.; VILLACORTA, V. N. Índice de miséria ampliado e desagregado por cor ou raça e sexo. *In: Texto para Discussão 002/2023 do Instituto de Economia*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, R. R. “Questão social”, fome e (in)segurança alimentar e nutricional no Brasil neoliberal. *In: Revista Argumentum*, v. 15, n. 1. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2023.

VIGISAN. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: Insegurança Alimentar e Desigualdades de Raça/Cor da Pele e Gênero*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2023.

07

**O ABANDONO DAS ADOLESCENTES
MENINAS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO:
INVISIBILIDADES E DESAFIOS À
ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

Ariane Rodrigues de Paula - CRESS: 31531

RESUMO

O presente artigo desenvolve uma análise crítica sobre o abandono vivenciado por adolescentes meninas (cis e trans) em medidas socioeducativas de internação, articulando esse fenômeno às desigualdades estruturais do Estado brasileiro, à questão social e às determinações de gênero, raça e classe. A partir da experiência profissional da autora no Centro Socioeducativo São Jerônimo, em Belo Horizonte-MG, e de aportes teóricos, discute-se a invisibilidade das meninas nas políticas públicas, a ausência de respostas institucionais, a persistência de práticas moralizantes e o abandono familiar e comunitário. Analisa-se, ainda, como o neoliberalismo e o desfinanciamento das políticas sociais aprofundam a negligência estatal e fragilizam a rede de proteção nos territórios, produzindo ciclos de violações que antecedem o ingresso das adolescentes no sistema. Nesse contexto, evidencia-se o papel estratégico do Serviço Social na viabilização de direitos, na articulação intersetorial e na defesa de práticas orientadas pelo Projeto Ético-político da profissão. Conclui-se pela urgência de políticas públicas integradas, com perspectiva de gênero e fundamentadas na proteção integral, capazes de enfrentar a invisibilidade e sustentar processos de reintegração social das adolescentes privadas de liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: sistema socioeducativo; adolescentes meninas privadas de liberdade; desigualdade de gênero; abandono familiar e institucional; Serviço Social.

INTRODUÇÃO

O abandono das adolescentes meninas em medidas socioeducativas em meio fechado constitui uma problemática que reflete as múltiplas expressões da questão social no Brasil. Apesar dos avanços legais promovidos pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a realidade vivenciada por essas adolescentes permanece marcada pela invisibilidade, pela exclusão e pela desigualdade estrutural, atravessada por recortes de gênero, raça e classe social.

Nessa conjuntura, é importante salientar que, em uma sociedade cujo modo de produção é capitalista, as desigualdades são inerentes ao próprio sistema. A riqueza socialmente produzida é apropriada de forma privada por uma minoria burguesa e, conseqüentemente, em paralelo à produção de riqueza concentrada pela ordem dominante, observa-se o aprofundamento da pobreza entre a classe trabalhadora. Essa relação contraditória entre capital e trabalho conforma a questão social. Assim, a acumulação de capital e a desigualdade social são constitutivas da lógica do capitalismo. Nesse sentido, Netto (2007, p. 142) evidencia que “[...] o desenvolvimento capitalista é necessário e, irredutivelmente, produção exponenciada de riqueza e produção reiterada da pobreza”.

É nesse contexto de desigualdade estrutural e de contradições próprias da sociabilidade capitalista que se insere a realidade das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, tema central deste artigo. O presente estudo resulta de uma reflexão crítica fundamentada na experiência profissional da autora no Centro Socioeducativo São Jerônimo (CSESJ), localizado em Belo Horizonte-MG. Inaugurado em 27 de junho de 2000, o CSESJ recebe adolescentes do sexo feminino, com idades entre 12 e 21 anos incompletos, para fins de internação provisória, definitiva e internação-sanção.

Desde sua criação, trata-se de uma unidade gerida pelo Governo do Estado de Minas Gerais que, a partir de 2021, passou a operar sob modalidade de gestão híbrida, em parceria entre o Estado e uma Organização Social (OS). Dentre as unidades socioeducativas do Estado, o CSESJ se destaca por ser uma das duas únicas unidades plurais de Minas Gerais, destinadas ao atendimento da população cisgênero (mulheres cis) e transgênero (homens trans, mulheres trans e travestis).

O objetivo deste artigo é problematizar o fenômeno do abandono enfrentado por adolescentes meninas no contexto da privação de liberdade, tomando como referência o cotidiano institucional e as vivências observadas no CSESJ. Essa reflexão apoia-se em referenciais teóricos que abordam a temática, buscando contribuir para o aprofundamento do debate sobre gênero, direitos humanos e desigualdades estruturais no sistema socioeducativo. A metodologia adotada combina a observação atenta da prática cotidiana com o embasamento teórico, visando compreender as múltiplas dimensões do abandono e da invisibilidade que atravessam a vida dessas adolescentes, bem como os desafios para a atuação do Serviço Social no contexto socioeducativo.

A partir desse percurso, o artigo discute as lacunas institucionais, o abandono familiar e comunitário e a importância de uma atuação profissional pautada no compromisso ético-político do Serviço Social junto à classe trabalhadora, voltada à viabilização dos direitos e à redução das desigualdades sociais e de gênero. O texto está organizado em seções que abordam a trajetória histórico-legal do sistema socioeducativo, a invisibilidade de gênero nas políticas e nas práticas institucionais, as expressões do abandono familiar e o papel estratégico do Serviço Social na defesa da dignidade e dos direitos das adolescentes meninas.

O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL: AVANÇOS LEGAIS E A PERSISTENTE INVISIBILIDADE DAS ADOLESCENTES

O sistema socioeducativo brasileiro passou por significativas transformações nas últimas décadas, especialmente com a Constituição Federal de 1988 e o ECA, de 1990, que instituíram o paradigma da proteção integral e a responsabilização diferenciada para adolescentes em conflito com a lei. Contudo, a efetivação desses marcos legais ainda enfrenta limites estruturais e culturais. Persistem estereótipos e juízos de valor que recaem sobre os adolescentes em privação

de liberdade, refletindo concepções positivistas e moralizantes que resistem às diretrizes garantistas do ECA.

No caso das adolescentes do sexo e identidade de gênero feminino em medidas socioeducativas de meio fechado, esses estigmas se intensificam diante de trajetórias atravessadas pelo abandono familiar, pela invisibilidade histórica e pela ausência de políticas públicas específicas que considerem as particularidades de gênero. Para compreender os fatores que sustentam essa realidade, é necessário revisitar a trajetória das legislações e políticas voltadas à infância e juventude no Brasil, evidenciando como, historicamente, o sistema destinou um lugar subalterno à infância e à adolescência pobres, negras e periféricas.

O Código de Menores de 1927 (Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927) representou a primeira legislação sistematizada em âmbito nacional voltada especificamente à infância e à adolescência no Brasil. Antes desse marco, as referências legais a crianças e adolescentes eram pontuais e dispersas, aparecendo em normas como o Código Penal de 1890, que previa disposições sobre menores em situação de abandono ou envolvidos em delitos, mas sem constituir um corpo normativo próprio.

O Código de 1927 concebia crianças e adolescentes como objetos de tutela e vigilância do Estado, orientando-se por uma lógica de controle, correção moral e prevenção da criminalidade. Essa concepção se vinculava à ideia de “periculosidade” e à necessidade de intervenção estatal sobre aqueles classificados como “abandonados” ou “delinquentes”, sobretudo oriundos das camadas empobrecidas da população. Assim, a privação de liberdade era priorizada como medida corretiva. Cabe lembrar que as primeiras iniciativas institucionais voltadas à infância no país remontam ao Sistema dos Expostos, que consistia no acolhimento e na institucionalização de crianças sob a justificativa de proteção, mas que, na prática, reforçava o isolamento e a segregação social.

Acerca desse marco legal, Rizzini (1995, p. 130) observa que:

A impressão que se tem é que, através da lei em questão, procurou-se cobrir um amplo espectro de situações envolvendo a infância e a juventude. Parece-nos que o legislador, ao propor a regulamentação de medidas “protetivas” e também assistenciais, enveredou por uma área social que ultrapassava em muito as fronteiras do jurídico. O que o impulsionava era “resolver” o problema dos menores, prevendo todos os possíveis detalhes e exercendo firme controle sobre os menores, através de mecanismos de “tutela”, “guarda”, “vigilância”, “educação”, “preservação” e “reforma”.

Tal como aponta a autora, o controle da infância pobre extrapolava os limites legais, mobilizando mecanismos disciplinares e morais sob o discurso da proteção. No entanto, a proteção conferida por essas normas não foi universal: tratava-se de um controle seletivo, voltado às crianças pobres e negras. Conforme analisa Rizzini (2008, p. 118), o discurso de proteção dirigido historicamente

à infância pobre e negra operava, na prática, como um mecanismo de vigilância e disciplinamento, exercido sobre os corpos considerados desviantes ou ameaçadores à ordem. Para essas crianças e adolescentes pobres e periféricas, a “proteção” funcionava como uma forma velada de controle social, legitimando processos de institucionalização sob a aparência de assistência.

Influenciado por um modelo tutelar e repressivo, o Código de Menores de 1927 foi estruturado sob o paradigma da “situação irregular”, no qual o Estado exercia controle direto sobre crianças e adolescentes considerados em “perigo moral”, “abandono” ou “delinquência”. Essa legislação não os reconhecia como sujeitos de direitos, mas como objetos de intervenção estatal, legitimando a institucionalização como resposta prioritária.

No caso das meninas pobres e periféricas, essa lógica se acentuava. Como destaca Rizzini (1997), a infância pobre e, de forma ainda mais evidente, a infância feminina era associada a categorias como “meninas vadias” ou “perigosas à moral”, sendo alvo de políticas disciplinares baseadas na correção moral e sexual.

O Código de Menores de 1979 (Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979) manteve a lógica seletiva e tutelar herdada do Código de 1927, reforçando a associação entre pobreza, abandono e criminalidade. Essa legislação consolidou o chamado paradigma da situação irregular, que legitimava a intervenção estatal sobre crianças e adolescentes considerados em “perigo moral”, “abandono” ou “delinquência”. Na prática, isso significava a retirada do convívio familiar e comunitário de meninos e meninas, em sua maioria negros, pobres e com baixa escolaridade sob o argumento de proteção (Carmo; Bezerra, 2018).

A partir da segunda metade do século XX, diferentes movimentos, declarações e tratados internacionais passaram a reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Destacam-se, nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), que influenciaram diretamente o debate sobre os direitos infantojuvenis no Brasil. No contexto nacional, esse reconhecimento foi incorporado à Constituição Federal de 1988, especialmente por meio do artigo 227, que consagrou a doutrina da proteção integral.

É importante destacar que os avanços na garantia dos direitos da infância e da juventude, como a inclusão do artigo 227 na Constituição, foram fruto de intensas lutas sociais protagonizadas por movimentos oriundos da classe trabalhadora. Entre eles, destaca-se o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), que desempenhou papel decisivo ao denunciar a violência, o abandono e a exclusão vivenciadas pela infância e pela juventude pobres, mobilizando a sociedade pela efetivação de direitos e pela superação da doutrina da situação irregular. Assim, com a promulgação do ECA, em 1990, o país consolidou um novo paradigma jurídico e político, instituindo as medidas socioeducativas como instrumentos de caráter pedagógico e

responsabilizador, fundamentados na prioridade absoluta e na garantia integral de direitos.

As medidas socioeducativas avançaram na perspectiva de efetivação de direitos com a criação do SINASE, instituído pela Lei n.º 12.594/2012. O SINASE estabeleceu diretrizes técnicas, éticas e pedagógicas para a execução das medidas, reafirmando os princípios da proteção integral, do desenvolvimento pessoal e da convivência familiar e comunitária.

Apesar dos avanços legais promovidos pelo ECA e pelo SINASE, dados recentes revelam a permanência de recortes de raça, classe e gênero semelhantes aos que prevaleciam sob os antigos Códigos de Menores. Isso evidencia que o Estado brasileiro ainda não rompeu com a lógica seletiva da privação de liberdade, direcionada majoritariamente aos adolescentes oriundos da classe trabalhadora.

Conforme dados do SINASE (2024), 63,8% dos adolescentes em cumprimento de medida se autodeclaram pretos ou pardos, enquanto apenas 22,3% se identificam como brancos. Em paralelo, mais de 90% das famílias vivem com até dois salários mínimos. Nas inspeções do PAINEL CNJ (2024), realizadas em 427 unidades do país, 95,5% da população atendida era masculina, composta majoritariamente por adolescentes pardos (55%) e pretos (18,8%). Esses dados demonstram que o sistema socioeducativo segue reproduzindo padrões históricos de seletividade penal, afetando de forma desproporcional os jovens da classe trabalhadora e revelando profundas desigualdades raciais e socioeconômicas.

Quanto ao recorte de gênero, em 2022, o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH) registrou que apenas 23,94% dos atendimentos foram destinados a meninas (TJMG, 2022). Em âmbito nacional, o SINASE (2024) apontou que meninas cis representaram somente 4,2% da população em cumprimento de medida, enquanto meninos cis corresponderam a 95,1%. Esses dados evidenciam a baixa presença numérica das meninas no sistema; entretanto, essa condição não pode justificar a falta de políticas que atendam às suas especificidades. A inexistência de ações públicas sensíveis ao gênero produz a invisibilidade dessas meninas privadas de liberdade e contribui para o apagamento de suas vivências, trajetórias e demandas no sistema socioeducativo.

A invisibilidade estrutural que atravessa especialmente as meninas negras, pobres e periféricas se revela, de forma contundente, nas trajetórias das adolescentes atendidas no Centro Socioeducativo São Jerônimo (CSESJ), em Belo Horizonte-MG, onde atuo como assistente social. A partir das escutas qualificadas e da análise de seus percursos de vida, torna-se evidente a ausência histórica de políticas públicas dirigidas às adolescentes e às suas famílias, o juízo moral e a culpabilização por serem mulheres, a descontinuidade de acompanhamento nos territórios de origem e a fragilidade das redes de apoio.

Grande parte das meninas chega à unidade com vínculos familiares rompidos, múltiplas violações de direitos e histórico de negligência e violência. Muitas não recebem visitas regulares e enfrentam estigmatização social e resistência ao retorno familiar, reforçando uma lógica de exclusão e culpabilização que ultrapassa a responsabilização pelo ato infracional e recai sobre toda a sua trajetória de vida.

A e o assistente social, conforme previsto no Regimento Único dos Centros Socioeducativos e no Programa de Atendimento Socioeducativo do Estado de Minas Gerais, desempenha papel estratégico na escuta qualificada das adolescentes e de suas famílias, na elaboração de relatórios técnicos, no mapeamento de vínculos e na articulação intersetorial, visando assegurar o direito à convivência familiar e comunitária. Todavia, a experiência cotidiana evidencia que, embora os marcos legais representem avanços significativos, a execução das medidas permanece atravessada por desigualdades estruturais.

Dessa forma, as desigualdades que perpassam o sistema socioeducativo expressam a própria questão social em sua dimensão estrutural, reproduzindo a lógica de criminalização da pobreza e de responsabilização individual pelos efeitos da exclusão. Nesse contexto, torna-se fundamental que a e o assistente social, orientado por seu Projeto Ético-político, construa estratégias que viabilizem o acesso aos direitos das adolescentes e de suas famílias.

INVISIBILIDADE DE GÊNERO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: ENTRE DESIGUALDADE ESTRUTURAL E RESPONSABILIZAÇÃO MORAL

A invisibilidade de gênero no sistema socioeducativo não é um fenômeno recente ou acidental. Ela está profundamente vinculada às estruturas históricas de desigualdade social, racial e de gênero que atravessam a formação da sociedade brasileira. Mesmo diante de avanços legais e normativos, ainda prevalece uma lógica institucional que reforça a responsabilização moral das adolescentes autoras de atos infracionais.

Isso se evidencia na forma como seus comportamentos são socialmente avaliados, não apenas pelo ato cometido, mas também por condutas consideradas moralmente inadequadas, como o não atendimento às expectativas tradicionais de feminilidade, incluindo o cuidado doméstico, a maternidade e a postura de “boas futuras esposas”. Nesse contexto marcado pela lógica patriarcal, a sexualidade das adolescentes, seus corpos e suas escolhas reprodutivas tornam-se alvos de intenso controle social, operado por instituições que vigiam, regulam e classificam comportamentos percebidos como “desviantes”. Trata-se de um mecanismo de vigilância que ultrapassa a dimensão jurídica, alcançando esferas íntimas da vida das meninas e reforçando a responsabilização moral historicamente atribuída à feminilidade.

Os sistemas de controle social, como o sistema penal e o socioeducativo brasileiro, foram historicamente estruturados a partir de uma lógica androcêntrica, centrada na figura hegemônica do adolescente masculino, cisgênero e heterossexual. Essa perspectiva orientou desde o desenho arquitetônico das unidades e a formulação de políticas públicas até a produção de dados e a definição de programas nacionais. No Brasil, a escassez de informações sobre meninas privadas de liberdade e a baixa oferta de políticas voltadas às suas necessidades, como saúde da mulher adolescente, atenção em saúde mental com recorte de gênero, educação sexual e direitos reprodutivos, enfrentamento às violências de gênero, apoio à maternidade precoce e qualificação profissional não estereotipada revelam lacunas estruturais. A incipiente produção de pesquisas sobre suas trajetórias reforça ainda mais essa invisibilidade. Como aponta Oliveira (2017), a abordagem institucional tende a ignorar as especificidades das adolescentes, reproduzindo práticas baseadas em normas masculinas universalizadas.

A responsabilização moral das meninas articula-se a estigmas historicamente atribuídos à feminilidade, especialmente quando elas rompem normas de comportamento, maternidade e sexualidade. Essa responsabilização é ainda mais intensa no caso de meninas negras, pobres e periféricas, que já chegam ao sistema atravessadas por trajetórias marcadas pela exclusão social e pela moralização de suas condutas nos territórios. Antes mesmo do ingresso na socioeducação, muitas vivenciam processos de hipermedicalização, silenciamento de suas experiências afetivo-sexuais e ausência de espaços de escuta, acolhimento e orientação nas políticas públicas. Não raro, é somente durante a privação de liberdade que conseguem acessar direitos básicos como atendimento de saúde adequado, orientações sobre sexualidade e reprodução ou regularização de documentos civis, evidenciando lacunas históricas das políticas sociais brasileiras. Como afirma Costa (2015), “as adolescentes são, muitas vezes, punidas não por seus atos infracionais em si, mas por serem vistas como transgressoras das normas sociais de gênero”.

Durante os estudos de caso realizados com equipes dos territórios de origem, é comum observar discursos moralizantes que atravessam a trajetória das adolescentes. Muitas são vítimas de violência sexual, exploração, negligência ou abandono, mas, antes de receberem proteção efetiva, enfrentam julgamentos morais, fragilidade das redes de apoio e ausência de políticas de cuidado. Assim, ingressam no sistema socioeducativo já marcadas por múltiplas violações de direitos, evidenciando limites históricos das políticas de proteção. Como argumenta Cunha (2017), “as meninas que rompem com os mandatos de gênero esperados, sobretudo nas classes populares, são frequentemente tratadas com mais rigor”.

Nos territórios, observa-se também a fragilidade estrutural da rede de proteção no atendimento às demandas específicas das adolescentes. A ausência de políticas públicas consolidadas de saúde sexual e reprodutiva, de acompanhamento psicossocial contínuo e de apoio às famílias contribui para a reprodução de ciclos de vulnerabilidade. Assim, muitas meninas chegam ao sistema já

atravessadas por maternidades precoces, abusos sexuais não acolhidos, vínculos familiares fragilizados e falta de acesso a serviços especializados capazes de reconhecer suas necessidades de forma integral.

Apesar de dispositivos legais como o ECA e o SINASE estabelecerem a necessidade de um atendimento individualizado, integral e atento às dimensões de gênero, a concretização desses princípios permanece um desafio. Como aponta Gonçalves (2018, p. 33), “apesar dos avanços normativos, a efetivação de um atendimento socioeducativo com perspectiva de gênero ainda é incipiente e fragmentada, quando não inexistente”. Em âmbito nacional, observa-se a ausência de diretrizes consolidadas para temas centrais da vida das adolescentes, como acompanhamento ginecológico regular, acolhimento adequado de gestantes ou mães, oferta de educação sexual integral, planejamento reprodutivo e criação de espaços de escuta sobre violências de gênero. Em muitos casos, a falta de equipes especializadas ou de protocolos específicos resulta em respostas institucionalizadas que recorrem à medicalização ou à contenção psicológica como soluções rápidas para sofrimentos que, na verdade, são expressões de violações acumuladas ao longo da vida.

Diante desse cenário, o Serviço Social nos centros socioeducativos desempenha papel estratégico, especialmente na identificação dessas violações e na articulação com a rede para garantir os direitos das adolescentes. A atuação profissional implica compreender que as desigualdades de gênero são expressões da questão social e que atravessam as trajetórias das meninas muito antes de sua chegada ao sistema. Dar visibilidade a essas trajetórias é condição essencial para fortalecer estratégias de proteção, responsabilização social e defesa de direitos.

Superar o abandono institucional que marca a história dessas adolescentes exige investimento político, fortalecimento das políticas públicas e produção de conhecimento comprometido com os direitos humanos. Embora o sistema socioeducativo tenha maioria masculina, as adolescentes não são exceções: representam, na verdade, a face mais negligenciada de um sistema que historicamente ignorou suas existências, muito antes de sua entrada nas unidades.

O ABANDONO FAMILIAR DE ADOLESCENTES PRIVADAS DE LIBERDADE E O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL

O trabalho da e do assistente social nos centros socioeducativos evidencia, cotidianamente, as marcas da exclusão e do abandono familiar vivenciados por adolescentes do sexo e identidade feminina em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado. Em sua maioria, são meninas negras e pobres, oriundas de territórios profundamente marcados pela desigualdade e pela ausência histórica do Estado. Nos atendimentos técnicos, surgem relatos recorrentes de vínculos familiares frágeis ou rompidos, experiências de violação de direitos desde a infância, instabilidade afetiva e acúmulo de traumas institucionais. O abandono, nesse contexto, não é

circunstancial: ele assume caráter estruturante, revelando a insuficiência das políticas públicas de proteção e exigindo do Estado uma atuação articulada que considere tais especificidades e promova a reintegração social a partir de vínculos comunitários e afetivos concretos.

Quanto às responsabilidades do Estado, não se pode esquecer que vivemos o avanço do neoliberalismo em uma sociedade cujo modo de produção é capitalista. O neoliberalismo assume papel central na reprodução do capitalismo, visto que não se trata apenas de um projeto econômico, mas de uma estratégia de manutenção do poder burguês por meio da austeridade fiscal, do autoritarismo e do moralismo conservador. Essa ofensiva é acompanhada por uma intensa disputa ideológica que busca deslegitimar a luta coletiva, naturalizar a desigualdade e responsabilizar os indivíduos pela própria pobreza. Como analisa Mota (2025, p. 6), é preciso “atentar para a força mobilizadora das ideias conservadoras”, que se expressam em discursos de nacionalismo, anticomunismo, militarismo, racismo, machismo, heterossexismo e religiosidade, mobilizando amplos setores sociais e reforçando a dominação de classe.

Nessa conjuntura, o desmonte de políticas públicas e a redução de investimentos sociais afetam diretamente as trajetórias das adolescentes, ampliando a sensação de abandono e a fragilidade das redes de proteção nos territórios.

Essa realidade dialoga com o conceito de “instituições totais”, formulado por Goffman (1980), nas quais os sujeitos tendem a perder elementos de sua identidade e autonomia. No caso das adolescentes privadas de liberdade, a privação não se restringe ao espaço físico: elas experimentam também um abandono social mais amplo por parte da família, da sociedade e do próprio Estado que deveria protegê-las. A responsabilização moral frequentemente atribuída a essas adolescentes, muitas vezes rotuladas como “problemáticas”, “manipuladoras” ou “criminosas”, encobre a negligência institucional e territorial de longa duração. Assim, seus vínculos rompidos passam a ser interpretados como consequência de escolhas individuais, ocultando as condições estruturais que moldaram suas trajetórias e contribuíram para a prática de atos infracionais.

A invisibilidade de gênero intensifica essa dinâmica. Como aponta Abramovay (2002), a responsabilização moral das adolescentes é uma constante no modo como a sociedade enxerga meninas autoras de ato infracional, desconsiderando contextos de violência, desigualdade e exploração que marcam suas histórias. Diferentemente dos adolescentes do sexo masculino, numericamente mais presentes no sistema e, portanto, mais visibilizados, as meninas enfrentam uma dupla punição: pelo ato cometido e por transgredirem expectativas patriarcais de docilidade, obediência e submissão.

As trajetórias revelam, reiteradamente, um percurso permeado por instituições de acolhimento, evasão escolar, violências domésticas, uso de substâncias psicoativas e exploração sexual. Mais do que “histórias individuais”, tratam-se de expressões da negligência estatal. Embora o ECA e o

SINASE estabeleçam como princípio a garantia de direitos, essa diretriz encontra limites concretos diante da fragilidade dos vínculos familiares, da ausência de políticas intersetoriais efetivas e das deficiências estruturais das redes socioassistenciais e de saúde mental.

No cotidiano do Centro Socioeducativo São Jerônimo, observa-se que adolescentes com vínculos familiares fragilizados tendem a apresentar maior sofrimento psíquico, comportamentos autolesivos, crises de ansiedade e dificuldades de adesão às atividades institucionais. Muitas verbalizam a dor da rejeição, internalizam culpas pelas rupturas afetivas e expressam sentimentos de desvalia, reforçando ciclos de exclusão e violência simbólica. Nesses casos, torna-se indispensável um trabalho contínuo com a rede, com as famílias e com as próprias adolescentes, voltado ao fortalecimento de vínculos, à construção de autoestima e ao reconhecimento de sua condição de sujeitos de direitos.

A ausência de visitas familiares, embora legalmente asseguradas como direito, impacta intensamente a saúde mental e o comportamento das adolescentes. A visita, além de garantir o contato afetivo, materializa a existência de vínculos e reforça o pertencimento familiar. Quando esses vínculos estão fragilizados ou interrompidos, cabe ao Estado desenvolver políticas e estratégias que favoreçam a reinserção familiar ou comunitária; contudo, também compete à equipe técnica da unidade socioeducativa identificar essas rupturas, mediar o contato com a família, articular a rede intersetorial e construir alternativas que viabilizem o exercício desse direito. Como afirma Costa (2009), o abandono é uma produção social, e não um fenômeno espontâneo: revela os limites de um projeto societário que naturaliza desigualdades e fragiliza a política de proteção.

Nessa conjuntura, o trabalho profissional torna-se atravessado por contradições: de um lado, o Projeto Ético-político do Serviço Social, comprometido com a defesa dos direitos da classe trabalhadora, com a universalização do acesso às políticas públicas e com a construção de respostas coletivas; de outro, a realidade concreta do sistema capitalista, que aprofunda desigualdades, reforça a lógica punitiva e excludente e tensiona a efetivação da proteção integral prevista no ECA e no SINASE. O avanço das políticas neoliberais e o sucateamento das políticas públicas não podem paralisar a ação profissional, ao contrário, evidenciam cotidianamente a expropriação de direitos e reafirmam a necessidade de práticas críticas, propositivas e articuladas com a luta coletiva da classe trabalhadora por condições dignas de vida.

Diante de um contexto marcado pela redução de recursos estatais, pela precarização de serviços e de equipes e pelo aprofundamento da burocratização e da seletividade no acesso às políticas públicas, o trabalho da e do assistente social no sistema socioeducativo centra-se na identificação das demandas, na garantia de informação, na orientação às e aos adolescentes e suas famílias e na mediação do acesso aos serviços socioassistenciais e de saúde. No cotidiano, é notória a ausência de informações básicas, como o desconhecimento sobre o Cadastro Único e sobre a função do

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), o que configura um obstáculo recorrente à inserção das famílias em programas e benefícios fundamentais. Nesse cenário, a articulação com as redes intersetoriais torna-se elemento essencial para qualificar a compreensão das trajetórias das adolescentes e de seus núcleos familiares, e para promover atuações integradas e críticas no território.

O Serviço Social assume, assim, função estratégica na materialização de direitos, na articulação com as políticas socioassistenciais, de saúde e de educação e na sensibilização das equipes territoriais para uma atuação livre de moralismos e estigmas. Fundamentada nos princípios do Projeto Ético-político, a intervenção profissional orienta-se por uma perspectiva crítica e emancipatória, comprometida com a justiça social, a equidade e o enfrentamento das desigualdades estruturais. Incorporar a dimensão de gênero como expressão da questão social é fundamental para analisar as trajetórias das adolescentes e construir respostas institucionais que articulem responsabilização, cuidado, garantia de direitos e fortalecimento de vínculos.

Nesse contexto, torna-se evidente que as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa carregam marcas profundas de trajetórias atravessadas por violências, negligência institucional e ausência de políticas públicas efetivas. Quando o Estado falha em assegurar proteção social e acompanhamento continuado, amplia-se o ciclo de violações que antecede a chegada dessas jovens ao sistema socioeducativo. Assim, mais do que responsabilizá-las individualmente, é necessário compreender que suas vivências expressam desigualdades estruturais e denunciam os limites da rede de garantia de direitos, limites que, longe de paralisar a ação profissional, reforçam a importância da intervenção crítica e da construção coletiva de estratégias capazes de enfrentar a reprodução das desigualdades no território.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que o abandono vivenciado por adolescentes do sexo e da identidade de gênero feminino (cis e trans) em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado expressa, de maneira contundente, as múltiplas dimensões da questão social e as contradições do Estado brasileiro na garantia de direitos. Observa-se que as violências, negligências e rupturas de vínculos que marcam as trajetórias das adolescentes antecedem, geralmente, o ingresso nas unidades socioeducativas, revelando desigualdades estruturais de gênero, raça e classe que atravessam historicamente a sociedade brasileira e se aprofundam no contexto do modo de produção capitalista.

A invisibilidade institucional que atravessa a experiência dessas adolescentes marcadas por práticas androcêntricas, narrativas moralizantes e trajetórias de negligência de direitos e desproteção social evidencia a persistência de um modelo que responsabiliza sujeitos pobres da classe trabalhadora desde a infância, em vez de assegurar a proteção integral a que têm direito.

Esse cenário revela como o capitalismo e a ofensiva neoliberal contribuem para a reprodução das limitações estruturais das políticas públicas e para o aprofundamento das fragilidades históricas da rede de proteção, que deveria acompanhá-las antes mesmo do ingresso na socioeducação.

Nesse cenário, o trabalho da e do assistente social nas unidades socioeducativas, orientado pelo Projeto Ético-político da profissão, configura-se como instrumento fundamental de resistência e transformação. Por meio da escuta qualificada, da articulação intersetorial, da leitura crítica da realidade e da defesa do acesso a direitos da classe trabalhadora, é possível tensionar práticas violadoras, fortalecer vínculos familiares e comunitários e contribuir para que a responsabilização socioeducativa seja acompanhada de proteção integral, e não de punições ampliadas pela desigualdade social.

Superar uma realidade marcada por violações e invisibilidades exige o reconhecimento das singularidades das meninas privadas de liberdade e o compromisso com políticas públicas que enfrentem, de forma articulada, as desigualdades de gênero, classe e raça. Implica, igualmente, reafirmar a defesa intransigente da dignidade humana como horizonte ético-político das práticas profissionais comprometidas com a justiça social e com a efetivação dos direitos.

Para além das ações individuais, é urgente o fortalecimento de estratégias coletivas e intersetoriais, investimentos estatais contínuos, produção de dados desagregados e formação crítica das equipes técnicas. Somente assim será possível garantir que essas adolescentes deixem de ocupar o lugar da invisibilidade e passem a ser reconhecidas como sujeitos de direitos, contribuindo para a construção de uma sociedade que efetivamente as proteja em sua diversidade, complexidade e humanidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. *Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, 2002.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*: Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília-DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. *Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012*: institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília-DF, 19 jan. 2012.

BRASIL. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Levantamento Anual do SINASE - 2024*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024.

CARMO, Paula Cristina Tavares do; BEZERRA, Felipe Farias. Infâncias em situação irregular: uma análise histórica sobre os códigos de menores no Brasil. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 157-171, jan./jun. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Painel de Monitoramento do Sistema Socioeducativo - Relatório de Inspeções 2024*. Brasília: CNJ, 2024.

COSTA, Carolina Barbosa. *Adolescentes em conflito com a lei e relações de gênero: um estudo sobre o cumprimento de medida socioeducativa de internação feminina*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

COSTA, Márcia Leite. Famílias em risco e o risco das famílias: exclusão, solidariedade e desigualdade social. In: AZEVEDO, C. R.; COSTA, M. L. (orgs.). *Famílias: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 87–109.

CUNHA, Ana Paula da. *Meninas infratoras: gênero, classe e raça nas práticas socioeducativas*. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1980.

GONÇALVES, Larissa Nogueira. Medidas socioeducativas e gênero: um olhar sobre o atendimento às adolescentes privadas de liberdade. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 133, p. 29–45, 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. *Regimento Único das Unidades Socioeducativas de Minas Gerais*. Belo Horizonte: SEJUSP, 2017.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo. *Programa de atendimento socioeducativo: diretrizes e orientações*. Belo Horizonte: SEJUSP/SUBSEASE, 2022.

MOTA, Ana Elizabete. Crise da democracia burguesa e avanço mundial da extrema direita. In: *DISCIPLINA 1 – Tendências Mundiais da Crise do Capital e Ofensiva Conservadora*. Aula 2. [S.l.: s.n.], 2025. 14 p. Material de curso.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração dos Direitos da Criança*. Nova York: ONU, 1959.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Nova York: ONU, 1989.

OLIVEIRA, Luana Costa de. *Meninas em conflito com a lei: uma análise de gênero no atendimento socioeducativo*. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PAULO NETTO, J. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 134–170, 2007.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cortez/USU, 2008.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Iser, 1995.

RIZZINI, Irene. Meninas vadias e perigosas à moral: a construção da infância feminina pobre no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Promundo/EDUCA, 1997. p. 97–121.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (TJMG). *Relatório Anual de Atendimentos – CIA-BH*. Belo Horizonte: TJMG, 2022.

ZACKSESKI, Cristina. A judicialização da vida de adolescentes em conflito com a lei: entre a proteção integral e o controle social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 113, p. 108–128, jan./mar. 2013.

08

**FAMILISMO E PATRIARCADO NAS
POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES PARA O TRABALHO DE
ASSISTENTES SOCIAIS EM MINAS GERAIS**

Glauce Kelly Fieno Melo

RESUMO

Este artigo analisa criticamente a presença do familismo e do patriarcado nas políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres em Minas Gerais, destacando seus impactos na efetividade das ações e no trabalho profissional de assistentes sociais. Fundamentado no materialismo histórico-dialético e nas teorias feministas críticas, problematiza a permanência da lógica familista e patriarcal nas políticas sociais brasileiras, especialmente naquelas voltadas à prevenção e ao atendimento da violência doméstica. Através de revisão bibliográfica, análise documental e dados secundários, além de diálogo com a dissertação de Melo (2025), que aponta contradições em documentos estaduais e nas práticas institucionais. Observa-se que, apesar de conquistas históricas como a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Femicídio (2015), as políticas ainda reproduzem a centralidade da família como eixo de proteção social, responsabilizando as mulheres pela manutenção de vínculos domésticos, mesmo em situações de violência. Conclui-se que a superação do patriarcado e do familismo é condição indispensável para a efetivação dos direitos humanos e para a construção de políticas emancipatórias. Nesse processo, destaca-se o papel estratégico das e dos assistentes sociais, cuja atuação crítica e comprometida com o Projeto Ético-político pode tensionar contradições institucionais e fortalecer práticas emancipatórias.

Palavras-chave: Familismo; Patriarcado; Violência doméstica; Políticas públicas; Serviço Social.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil foi impulsionado por pressões e lutas dos movimentos feministas, com destaque para os anos de 1970. Esses movimentos denunciaram a naturalização da violência conjugal e exigiram do Estado a construção de políticas específicas. A partir da redemocratização nos anos 1980, o debate ganhou força, culminando na Constituição de 1988, que reconheceu a “igualdade formal entre homens e mulheres”.

No cenário internacional, relatórios da ONU Mulheres (2022) apontam que mais de 30% das mulheres no mundo já sofreram violência física ou sexual praticada por parceiros íntimos. A comparação entre países evidencia que onde existem políticas de proteção robustas e orçamentos consistentes, os índices de feminicídio são menores. Essa constatação reforça a importância de articular políticas nacionais com experiências internacionais.

Além disso, a pandemia de covid-19 agravou os índices de violência doméstica no Brasil, sendo expresso de forma diferente em cada região. Em Minas Gerais, entre 2020 e 2021, observou-se aumento expressivo de registros de agressões e feminicídios. O isolamento social compulsório

expôs mulheres à convivência mais intensa com seus agressores e reduziu as possibilidades de acesso aos serviços de proteção.

Dessa forma, torna-se ainda mais urgente analisar como o patriarcado e o familismo atravessam as políticas públicas, reforçando desafios históricos, mas também abrindo possibilidades de resistência e atuação.

A persistência da violência doméstica revela que não se trata apenas de um questão presente no âmbito privado e intrafamiliar, mas de um fenômeno estrutural enraizado em padrões históricos de desigualdade de gênero. Estudos recentes indicam que os índices de reincidência são altos, revelando que, mesmo diante da aplicação de medidas protetivas, muitas mulheres continuam expostas à violência dentro do próprio lar.

Outro aspecto a ser considerado é a naturalização cultural da violência. Em diversas regiões do Brasil, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica, práticas de controle e coerção masculina ainda são vistas como “normais”. Essa naturalização social da perpetuação da violência contra a mulher incide no seu ciclo de reprodução intergeracional, no qual filhos e filhas aprendem padrões de comportamento violentos como parte da vida cotidiana.

Nesse contexto, torna-se fundamental analisar como a lógica patriarcal e familista influencia tanto a formulação das políticas quanto sua execução no nível local. Essa análise permite compreender que a violência doméstica faz parte de uma estrutura social que legitima o poder masculino e responsabiliza as mulheres pelo âmbito do cuidado familiar e doméstico.

A violência contra as mulheres constitui um fenômeno estrutural e persistente, que atravessa a sociedade brasileira e se expressa de forma aguda no espaço doméstico. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) indicam que, a cada dois minutos, uma mulher sofre algum tipo de agressão no país. O feminicídio, forma extrema desta violência, vitimou mais de 1.400 mulheres em 2022, majoritariamente jovens e negras. Tais números revelam a permanência de relações sociais atravessadas por hierarquias de gênero, raça e classe, enraizadas na formação social brasileira e na reprodução das desigualdades.

O enfrentamento da violência contra a mulher é resultado das lutas históricas dos movimentos feministas e de mulheres, que conquistaram importantes avanços normativos, como a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (2003), a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (2015). Esses marcos legais consolidaram o reconhecimento da violência doméstica como violação de direitos humanos, rompendo com a lógica que antes a considerava um “assunto privado”. Entretanto, a efetividade dessas políticas ainda é limitada por barreiras estruturais, dentre as quais se destaca a permanência do familismo e do patriarcado.

O familismo é compreendido como a centralidade atribuída à família na organização das políticas sociais, delegando a ela responsabilidades que deveriam ser coletivas e estatais (Miotto, 2008; Yasbek, 1999). Essa lógica, na prática, recai sobre as mulheres, vistas como cuidadoras universais e responsáveis pela manutenção dos vínculos no espaço doméstico. Ao mesmo tempo, o patriarcado, entendido como sistema de dominação masculina articulado ao capitalismo (Saffioti, 2004; Federici, 2019), continua sendo uma estrutura que sustenta a violência de gênero e limita a autonomia feminina.

Em Minas Gerais, essa realidade não é diferente. Embora haja avanços na rede de atendimento – como delegacias especializadas, centros de referência e casas de acolhimento –, ainda se observa uma forte tendência de priorizar a preservação da família em detrimento da proteção integral das mulheres. Conforme Melo (2025), documentos e práticas institucionais analisados no estado revelam contradições, como o incentivo à reconciliação entre vítima e agressor, o que reforça a lógica familista e enfraquece a efetividade das políticas públicas.

O Serviço Social, enquanto profissão que atua na linha de frente do enfrentamento às expressões da “questão social”, ocupa papel estratégico nesse cenário. Com base em seu Projeto Ético-político, comprometido com os direitos humanos, a justiça social e a emancipação (Netto, 2011), é fundamental que as e os assistentes sociais, no âmbito das contradições, promovam o acolhimento humanizado e defendam políticas emancipatórias através de “orientação e o acompanhamento, enquanto ações socioeducativas realizadas por assistentes sociais alinhados ao atual projeto ético-político da profissão” (Miotto, 2009, p.2). Contudo, essa atuação ocorre em meio a dilemas ético-políticos, já que as instituições em que trabalham frequentemente reproduzem práticas conservadoras e familistas.

Diante disso, este artigo busca analisar criticamente a presença do familismo e do patriarcado nas políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica em Minas Gerais, destacando seus impactos no trabalho das e dos assistentes sociais. Para tanto, adota uma perspectiva crítica, fundamentada no materialismo histórico-dialético e nas teorias feministas. O texto se estrutura em três partes: a fundamentação teórica, a análise das políticas de enfrentamento no Brasil e em Minas Gerais, e a discussão sobre os desafios e as possibilidades para o Serviço Social.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: PATRIARCADO, FAMILISMO E INTERSECCIONALIDADE

Simone de Beauvoir (1949) já havia destacado, em *O Segundo Sexo*, que a opressão feminina é construída socialmente, a partir da atribuição histórica de papéis de gênero. Essa análise pioneira abriu caminho para que outras autoras problematizassem a naturalização da desigualdade.

Judith Butler (1990) contribui ao afirmar que gênero é uma construção performativa, o que ajuda a compreender como normas sociais reforçam a heteronormatividade e a subordinação das mulheres. Essa perspectiva é essencial para problematizar também a violência contra mulheres lésbicas, bissexuais e trans, que enfrentam múltiplas formas de violência.

Joan Scott (1995) acrescenta que gênero deve ser analisado como categoria de análise histórica, que permite compreender as relações de poder inscritas em diferentes instituições. Isso reforça que a violência doméstica não pode ser vista como fenômeno isolado, mas como parte de um sistema social mais amplo.

Pierre Bourdieu (1999), ao discutir a “dominação masculina”, também contribui para esse debate, ao evidenciar como o patriarcado se manifesta por meio de esquemas simbólicos que naturalizam a desigualdade entre homens e mulheres. Esses esquemas estão enraizados em práticas sociais e instituições que, muitas vezes de forma sutil, reforçam a autoridade masculina.

Helena Hirata (2003) destaca a articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo, mostrando que a divisão sexual do trabalho continua sendo uma dimensão central da opressão feminina. Nesse sentido, o patriarcado não se limita ao espaço privado, mas estrutura toda a dinâmica social.

Nancy Fraser (2013) acrescenta à discussão ao propor que a justiça de gênero deve ser analisada em duas dimensões: redistribuição e reconhecimento. No caso da violência doméstica, a ausência de políticas eficazes revela não apenas a falha na redistribuição de recursos de proteção, mas também a falta de reconhecimento da dignidade das mulheres enquanto sujeitos autônomos.

A teoria feminista materialista destaca ainda que o trabalho doméstico não remunerado, majoritariamente realizado pelas mulheres, contribui para a reprodução da força de trabalho e, portanto, para a manutenção do capitalismo. Esse aspecto amplia a compreensão de como o patriarcado e o familismo se articulam às dinâmicas econômicas globais.

Patriarcado e capitalismo

O patriarcado deve ser compreendido como um sistema histórico de dominação masculina que se articula estreitamente às formas de produção e reprodução social. Engels (1984) destacou que a opressão das mulheres emergiu como uma das primeiras formas de exploração, vinculada à propriedade privada e ao surgimento do Estado, o que conferiu à dominação masculina uma dimensão estrutural. Essa leitura é aprofundada por Saffioti (2004), para quem o patriarcado não é um resquício arcaico, mas uma forma social que se reinventa em cada período histórico, adaptando-se às exigências do capitalismo e mantendo a subordinação feminina como condição para a reprodução da ordem social.

Federici (2019), ao discutir o papel da “caça às bruxas” e da violência contra as mulheres no processo de acumulação primitiva, evidencia que a naturalização do trabalho doméstico não remunerado foi essencial para garantir a reprodução da força de trabalho sem custos adicionais ao capital. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho – que atribui às mulheres o cuidado, a maternidade e o espaço privado – deve ser vista não como uma escolha cultural, mas como um mecanismo econômico que assegura a acumulação capitalista.

A crítica feminista contemporânea amplia esse debate. Davis (2016) e hooks (2018) ressaltam que o patriarcado não pode ser analisado de forma isolada, mas em sua articulação com o racismo e o capitalismo, compondo um sistema interdependente de dominação que produz desigualdades de classe, sexo e raça. Na mesma direção, Cisne (2015) defende o uso da categoria “relações sociais de sexo” para dar visibilidade ao caráter material da opressão, evidenciando que as desigualdades de gênero são atravessadas por contradições estruturais, e não apenas por construções simbólicas.

Assim, o patriarcado não deve ser compreendido como um resquício do passado, mas como estrutura viva que se atualiza em consonância com o capitalismo contemporâneo. A violência doméstica, nesse contexto, não pode ser entendida como um fenômeno isolado ou episódico, mas como expressão concreta da dominação patriarcal que sustenta as desigualdades de gênero, funcionando como mecanismo de controle e disciplinamento das mulheres na sociedade.

Familismo e políticas sociais

O familismo constitui uma característica persistente da política social brasileira, mas de forma muitas vezes “velada”, como aponta Mioto (2008), ao evidenciar que a família é tomada como eixo organizador da proteção social, assumindo funções que deveriam ser de responsabilidade estatal. Essa perspectiva transfere ao núcleo familiar, e especialmente às mulheres, o peso da provisão de cuidados e proteção, tanto no espaço privado quanto no acesso às políticas públicas. Nesse sentido, a família é idealizada como espaço natural de cuidado, ocultando as contradições que envolvem desigualdade de gênero, sobrecarga de trabalho e violência.

Mesmo após a Constituição de 1988, que consagrou os princípios de universalidade e igualdade de direitos sociais, a implementação das políticas sociais manteve-se com aspectos de cunho familista. Yasbek (1999) analisa que, embora a Carta Magna tenha representado um marco de expansão da cidadania, a lógica de focalização e seletividade, típica do neoliberalismo, consolidou-se nos anos 1990, reforçando a responsabilização da família como instância de provisão de bem-estar. Behring e Boschetti (2009) acrescentam que, nesse contexto, as políticas sociais se configuram como mecanismos de regulação social, mais do que como direitos universais, contribuindo para manter a desigualdade estrutural.

Na política social, tanto o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) quanto o SUS (Sistema Único de Saúde) são centrais no atendimento às mulheres vítimas de violência. O SUAS, a partir da PNAS/2004, define a família como unidade de referência, mas essa diretriz familista, como destaca Melo (2025), gera contradições no atendimento: a mulher em situação de violência é frequentemente orientada a preservar vínculos familiares, mesmo em contextos de risco. Já o SUS, com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM, 2004) e as normativas de atenção às vítimas de violência sexual, prevê atendimento emergencial, psicológico e ginecológico, mas enfrenta limites de cobertura e falta de profissionais capacitados. A PNAS/2004 reforça essa diretriz ao definir que a “família é o núcleo básico de sustentação das políticas de assistência”, devendo ser “fortalecida” como espaço de convivência, proteção e desenvolvimento. Conforme Mioto e Dal Prá (2015), essa formulação institucionaliza o familismo ao tratar a família como destinatária prioritária dos serviços, sem considerar que, muitas vezes, é também nesse espaço que se produzem violências, especialmente contra mulheres e crianças.

No cotidiano dos serviços do SUAS – como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados (CREAS) – observa-se que as ações são frequentemente orientadas para a manutenção dos vínculos familiares, ainda que fragilizados ou marcados por violência. Isso gera contradições, pois, ao mesmo tempo em que se busca proteger os indivíduos, exige-se a preservação da unidade familiar como um bem maior (Silva; Yazbek; Giovanni, 2004).

Segundo Melo (2025), em Minas Gerais, essa lógica se expressa nas políticas de enfrentamento à violência doméstica, que frequentemente enfatizam a preservação dos vínculos familiares, mesmo em contextos de agressão. Essa diretriz, presente em documentos institucionais e práticas profissionais, acaba por gerar contradições, pois subordina a autonomia da mulher ao ideal de manutenção da família. O discurso da “reconciliação” ou da “mediação de conflitos” persiste, ainda que contrarie o princípio da proteção integral previsto na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

O sistema de justiça também se articula por meio das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e das Defensorias Públicas, responsáveis por assegurar o acesso à justiça. Entretanto, estudos mostram que esses serviços permanecem concentrados em áreas metropolitanas, o que amplia desigualdades regionais (Pasinato, 2011; Melo, 2025).

Essa centralidade da família, longe de ser neutra, revela a permanência de uma tradição conservadora que naturaliza o papel das mulheres como cuidadoras. Cabe ressaltar que a

política social brasileira, especialmente a assistência social, foi construída sobre a ideia de que a família deve ser a principal provedora de cuidados, cabendo ao Estado apenas ações subsidiárias. Essa lógica se articula à divisão sexual do trabalho, onde o cuidado é socialmente atribuído às mulheres, reforçando desigualdades de gênero (Hirata; Kergoat, 2007).

Assim, o familismo pode ser compreendido como uma expressão da articulação entre patriarcado, capitalismo e Estado, em que a responsabilização da família encobre a retirada do Estado de suas funções sociais.

No enfrentamento à violência doméstica, isso se manifesta tanto na escassez de serviços de acolhimento e proteção quanto na adoção de práticas institucionais que minimizam a violência e reforçam a centralidade da família como unidade a ser preservada (Melo, 2025).

Avanços normativos no Brasil e Interseccionalidade: gênero, raça e classe

A trajetória das políticas brasileiras voltadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres é marcada por importantes avanços. A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, representou um marco institucional. Em 2006, a Lei Maria da Penha inovou ao ampliar o conceito de violência, prever medidas protetivas e estabelecer mecanismos de responsabilização dos agressores. Posteriormente, a Lei do Feminicídio (2015) tipificou o assassinato de mulheres por razões de gênero, reconhecendo a especificidade desse crime.

Outros instrumentos, como o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2007) e o Programa “Mulher, Viver sem Violência” (2013), buscaram articular ações intersetoriais. Contudo, a implementação dessas políticas encontra limites em um Estado marcado por restrições orçamentárias, desigualdade regional e permanência de valores conservadores.

A análise da violência contra as mulheres requer abordagem interseccional. Crenshaw (2002) introduz o conceito de interseccionalidade para evidenciar como gênero, raça e classe se articulam na produção das desigualdades. Angela Davis (2016) reforça que mulheres negras enfrentam uma dupla opressão – de raça e de gênero – que as coloca em posição de maior vulnerabilidade. No Brasil, Lélia Gonzalez (1988) destacou a centralidade do racismo na experiência das mulheres negras, desvelando como a cultura brasileira naturaliza a subordinação das mulheres racializadas.

Essa perspectiva é fundamental para compreender a realidade de Minas Gerais, onde as estatísticas apontam que as principais vítimas de feminicídio e violência doméstica são mulheres negras e pobres (Melo, 2025). Assim, o patriarcado e o familismo não afetam todas as mulheres de forma igual; pelo contrário, suas consequências são mais duras para aquelas que enfrentam múltiplas opressões.

Autores feministas latino-americanos, como Rita Segato (2016), ressaltam que o patriarcado no contexto da América Latina assume formas específicas ligadas ao colonialismo e ao racismo estrutural. Isso reforça a necessidade de compreender o patriarcado como uma realidade que se combina com outras opressões históricas.

O patriarcado também se manifesta na esfera midiática, em discursos que reforçam padrões de masculinidade tóxica e naturalizam a submissão feminina. A repetição desses estereótipos nos meios de comunicação ajuda a perpetuar práticas violentas e discriminatórias. Finalmente, cabe destacar que o patriarcado não é apenas um fenômeno de opressão, e deve ser entendido não apenas como uma forma de dominação masculina, mas como um sistema que organiza todas as esferas da vida social. Ele estrutura as relações econômicas, políticas e culturais, de modo que a desigualdade entre homens e mulheres se reproduz constantemente, mesmo quando há avanços legislativos.

As lutas feministas têm demonstrado que, apesar da persistência desse sistema, ele pode ser tensionado e transformado por meio da organização coletiva e da mobilização social. É importante destacar que o patriarcado se reinventa historicamente. Em diferentes momentos, assume novas formas de controle, seja por meio da religião, do direito ou das políticas públicas. Essa capacidade de adaptação explica em parte sua persistência na sociedade contemporânea.

Desde a Constituição de 1988, o Brasil consolidou princípios universais de proteção social e direitos fundamentais das mulheres. Contudo, a efetividade desses direitos depende de políticas públicas permanentes, as quais enfrentam limitações históricas e conjunturais. A Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o teto de gastos, compromete diretamente o financiamento de programas de proteção, repercutindo na capacidade de expansão e manutenção da rede de enfrentamento à violência de gênero (IPEA, 2018).

Além do impacto orçamentário, observa-se a crescente disputa política em torno da pauta. Enquanto movimentos feministas reivindicam a centralidade da perspectiva de gênero, setores conservadores defendem a primazia da “família tradicional” como solução para os problemas sociais, tentando deslocar o foco da proteção individual das mulheres para a preservação dos vínculos familiares. Esse discurso influencia tanto a formulação de políticas quanto a prática profissional, resultando em tentativas de mediação ou reconciliação entre vítimas e agressores, em contradição com os princípios de proteção integral (Melo, 2025).

Outro fator relevante é a disputa política em torno da pauta de gênero. Enquanto movimentos feministas e organizações internacionais impulsionam avanços legais, setores conservadores buscam reforçar a centralidade da família como unidade de proteção, minimizando a gravidade

da violência doméstica e transferindo às próprias mulheres a responsabilidade pela manutenção dos vínculos familiares (Mioto; Dal Prá, 2015; Melo, 2025).

No campo normativo, o Brasil consolidou importantes marcos: a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), considerada referência internacional; a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), que tipifica a violência letal de gênero; e a recente inclusão da violência psicológica no Código Penal (Lei nº 14.188/2021). Esses avanços foram impulsionados por compromissos internacionais, como a Convenção de Belém do Pará (1994), que vincula o Estado brasileiro à adoção de medidas para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres (CEPAL, 2019).

Em Minas Gerais, os desafios se expressam de forma concreta. Dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública apontam que, em 2023, foram registradas mais de 150 mil ocorrências de violência doméstica, embora se estime que a subnotificação mantenha o número real muito acima disso. Apesar da existência de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), serviços de saúde, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados (CREAS) e casas de acolhimento, a distribuição territorial desses serviços é desigual. A Região Metropolitana de Belo Horizonte concentra a maior parte da rede, deixando municípios do interior com oferta mínima ou inexistente de atendimento (Melo, 2025).

Outro aspecto crítico é a fragilidade da articulação intersetorial. A integração entre saúde, assistência social, justiça e segurança pública ainda é fragmentada, dificultando a construção de fluxos contínuos de proteção. Essa situação decorre não apenas da escassez de recursos, mas também da permanência de lógicas burocráticas e conservadoras, que priorizam a manutenção dos laços familiares sobre a autonomia das mulheres. A pesquisa de Melo (2025) evidencia que a perspectiva familista atravessa documentos oficiais mineiros, reforçando a responsabilização das vítimas pela manutenção da unidade familiar.

Por outro lado, experiências locais sinalizam alternativas positivas. Em alguns municípios mineiros, foram instituídos comitês intersetoriais de enfrentamento, ampliando a articulação entre diferentes políticas públicas. Embora pontuais, essas iniciativas demonstram que avanços são possíveis quando há vontade política, investimento público e mobilização social.

Em suma, as políticas de enfrentamento à violência doméstica no Brasil e em Minas Gerais avançaram significativamente no plano legal, mas ainda enfrentam limites na efetividade prática. A insuficiência de recursos, a desigualdade regional e a permanência de uma lógica familista comprometem a autonomia das mulheres e a efetividade da rede de proteção. Superar esses desafios implica fortalecer a perspectiva de gênero como eixo estruturante das políticas sociais, garantir financiamento contínuo e consolidar uma rede intersetorial verdadeiramente integrada e emancipada.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O TRABALHO DAS E DOS ASSISTENTES SOCIAIS

A pandemia também trouxe novos desafios para o trabalho de assistentes sociais. Com a migração de muitos atendimentos para plataformas digitais, tornou-se mais difícil garantir o sigilo e a segurança das mulheres em situação de violência. Isso exigiu adaptações metodológicas e criatividade por parte das e dos profissionais.

Pesquisas recentes revelam que assistentes sociais enfrentam contradições entre a legislação protetiva e a realidade institucional. Muitas vezes, mesmo diante de situações graves, encontram limitações para encaminhar mulheres a serviços de acolhimento por falta de vagas ou de recursos materiais.

Ao mesmo tempo, em alguns municípios, assistentes sociais têm atuado em articulação com universidades, desenvolvendo projetos de extensão que oferecem apoio, formação crítica e estratégias de empoderamento coletivo para mulheres em situação de violência.

Essas práticas apontam para a necessidade de fortalecer a articulação entre teoria e prática profissional, valorizando a produção acadêmica do Serviço Social como ferramenta de transformação social.

No cotidiano profissional, assistentes sociais relatam que enfrentam sobrecarga de demandas, falta de recursos institucionais e pressões para adotar práticas conciliatórias. Esses desafios dificultam a atuação crítica e, muitas vezes, obrigam os profissionais a reproduzirem práticas conservadoras que vão contra o Projeto Ético-político da profissão.

Entretanto, mesmo diante dessas dificuldades, há experiências de resistência. Profissionais têm desenvolvido estratégias de articulação com movimentos sociais e coletivos feministas, buscando ampliar a rede de apoio e fortalecer o protagonismo das mulheres em situação de violência. Essas práticas demonstram a importância do diálogo entre academia, movimentos sociais e serviços públicos.

Outra dimensão importante é a necessidade de formação continuada. A complexidade do fenômeno da violência doméstica exige atualização constante das e dos profissionais, não apenas no campo teórico, mas também em metodologias de intervenção que garantam acolhimento humanizado e respeito à autonomia das mulheres.

Dilemas ético-políticos

O Serviço Social brasileiro, orientado por um Projeto Ético-político comprometido com a emancipação e com os Direitos Humanos (Netto, 2011), enfrenta dilemas significativos no campo

da violência doméstica. De um lado, há a necessidade de responder às demandas imediatas das usuárias; de outro, há o desafio de não reproduzir práticas conservadoras que reforçam a subordinação feminina. O dilema ético-político reside, portanto, em articular o atendimento cotidiano às mulheres em situação de violência com a defesa de políticas públicas emancipatórias.

Práticas conservadoras se expressam no incentivo à reconciliação conjugal ou na mediação de conflitos, o que mantém as mulheres em contextos de violência. Essas práticas contrariam a legislação vigente e os princípios do Serviço Social. Em contrapartida, práticas emancipatórias incluem a escuta qualificada, o acolhimento humanizado, os encaminhamentos adequados e o fortalecimento das redes de apoio. Para Melo (2025), experiências emancipatórias em alguns municípios mineiros demonstram que é possível tensionar a lógica familista e construir práticas transformadoras.

Em Minas Gerais, algumas experiências têm mostrado potencial emancipatório. Grupos de apoio para mulheres em situação de violência, capacitações intersetoriais e a articulação entre movimentos sociais, universidades e serviços públicos têm contribuído para práticas que fortalecem o enfrentamento à violência doméstica. Essas experiências indicam que, mesmo diante de limites estruturais, a atuação crítica das e dos assistentes sociais pode promover mudanças significativas.

Os dilemas éticos também envolvem a atuação diante de crianças que presenciam a violência doméstica. A proteção integral da criança muitas vezes exige encaminhamentos que impactam diretamente a vida familiar, o que coloca as e os profissionais em situações de grande responsabilidade.

Além disso, as e os assistentes sociais enfrentam pressões institucionais que podem limitar sua autonomia profissional. Exigências burocráticas e falta de apoio institucional tornam a prática cotidiana ainda mais desafiadora. Esses dilemas reforçam a importância de uma postura crítica e fundamentada teoricamente, que permita às e aos profissionais enfrentar contradições sem abrir mão da defesa intransigente dos direitos humanos.

Os dilemas ético-políticos também se expressam quando as e os profissionais precisam equilibrar a proteção da vítima com o respeito à sua autonomia. Em muitos casos, mulheres decidem permanecer na relação violenta por motivos econômicos ou emocionais, dentre outros, o que gera desafios para a atuação profissional.

Outro dilema recorrente diz respeito ao sigilo das informações. A e o assistente social deve garantir o sigilo, mas em algumas situações, a proteção da vida da mulher exige a quebra desse sigilo para acionar órgãos de segurança. Essa tensão revela a complexidade da prática profissional nesse campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos discutidos ao longo do artigo evidenciam que a violência doméstica não se trata de uma questão apenas individual ou familiar, e sim de uma questão estrutural que envolve relações históricas de poder e desigualdade. A compreensão dessa complexidade é fundamental para evitar atuações e práticas através de documentos norteadores baseados na reconciliação ou na mera responsabilização da vítima.

As experiências analisadas indicam que, embora existam limites significativos nas políticas públicas, há também espaços de resistência. O protagonismo das mulheres, aliado ao engajamento de profissionais críticos e à pressão dos movimentos sociais, pode abrir caminhos para transformações reais.

No atual sistema vigente, recomenda-se, portanto, que políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica sejam fortalecidas com orçamentos consistentes, formação continuada das e dos profissionais e mecanismos de monitoramento e avaliação participativos. Além disso, é essencial enfrentar valores patriarcais e familistas que ainda orientam parte das práticas institucionais.

Por fim, reforça-se que a luta contra a violência doméstica é parte integrante da luta por uma sociedade democrática, justa e igualitária. Nesse cenário, a atuação das e dos assistentes sociais é estratégica para tensionar contradições, garantir direitos e fortalecer práticas emancipatórias.

Ao analisar a permanência do patriarcado e do familismo nas políticas públicas, percebe-se que sua superação exige não apenas mudanças institucionais, mas também transformações culturais profundas. Isso implica em enfrentar valores conservadores que ainda permeiam amplos setores da sociedade.

Além disso, é necessário fortalecer mecanismos de monitoramento e de avaliação das políticas públicas, de modo a garantir que a proteção integral das mulheres seja efetivamente implementada. A transparência e a participação social devem ser pilares centrais nesse processo.

Por fim, cabe ressaltar que a luta contra a violência doméstica é também uma luta pela democracia e pelos Direitos Humanos. Nesse sentido, o trabalho das e dos assistentes sociais é fundamental, tendo em vista a articulação da intervenção profissional com a defesa de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de opressões.

A análise realizada demonstra que, embora as políticas públicas brasileiras tenham avançado nas últimas décadas, a permanência do patriarcado e do familismo limita sua efetividade. Em Minas Gerais, as contradições são evidentes: há avanços institucionais, mas também persistem práticas que subordinam a autonomia feminina à preservação da família.

O Serviço Social ocupa posição estratégica nesse contexto. Cabe às e aos profissionais, de forma coletiva e estratégica, tensionar contradições institucionais, fortalecer a rede de proteção, promover acolhimento humanizado e defender políticas emancipatórias. A atuação crítica, alinhada com os interesses da classe trabalhadora, é essencial para a superação de práticas conservadoras. Tal condição é indispensável para a efetivação dos direitos humanos das mulheres e para a construção de uma sociedade justa e democrática.

Conclui-se que a luta pelo enfrentamento à violência doméstica exige políticas públicas laicas, universais e emancipatórias, que não reforcem papéis tradicionais de gênero, mas promovam a autonomia das mulheres. O trabalho das e dos assistentes sociais, ao articular teoria crítica e prática profissional, é fundamental para esse processo.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução: Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (Obra original publicada em 1949).

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Diário Oficial da União, Brasília, 16 dez. 2016.

BRASIL. *Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS*. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, 8 ago. 2006.

BRASIL. *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Diário Oficial da União, Brasília, 10 mar. 2015.

BRASIL. *Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021*. Dispõe sobre a violência psicológica contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, 29 jul. 2021.

BRASIL. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução: Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand

Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *A Convenção de Belém do Pará e o combate à violência contra as mulheres na América Latina*. Santiago: CEPAL, 2019.

CEVALLOS, Pasinato. Violência de gênero e acesso à justiça. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 19, n. 90, 2011.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2015. DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FEDERICI, Silvia. *O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas*. São Paulo: Elefante, 2019.

FRASER, Nancy. *Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. London: Verso, 2013.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Ciências Sociais Hoje*. Anpocs, 1988.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Impactos do Novo Regime Fiscal nas políticas sociais*. Brasília: IPEA, 2018.

MELO, Glauce Kelly Fieno. *Familismo e patriarcado: uma análise da política de atendimento e prevenção à violência doméstica contra a mulher no Estado de Minas Gerais*. 2025. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). *Boletim Estatístico de Violência Doméstica*. Belo Horizonte: SEJUSP, 2023.

MIOTO, Regina. Familismo e políticas sociais: desafios para a garantia de direitos. *Revista Katálysis*, v. 11, n. 1, p. 105-113, 2008.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRÁ, Keli Regina. A família na política de assistência social: uma análise crítica. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 123, p. 413–436, 2015.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias. In: CFESS; ABEPSS (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

p. 431-458.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

YASBEK, Maria Carmelita. *A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social*. São Paulo: Cortez, 1999.

YASBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1999.

09

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO
PERMANENTE DO SUAS NOS PROCESSOS
DE FORMAÇÃO E TRABALHO
PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES
SOCIAIS: UMA REFLEXÃO DA REALIDADE
DE MINAS GERAIS**

Jouly Mayrink Magalhães CRESS/MG 10782

RESUMO

A proposta deste artigo é elucidar o processo da educação permanente do SUAS, elemento estruturante da Assistência Social, indutora do trabalho da e do assistente social e essencial para efetivar o Projeto Ético-político da categoria.

Palavras-chave: Educação permanente; SUAS; Formação; Trabalho profissional.

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente (Paulo Freire).

INTRODUÇÃO

A história da Assistência Social no Brasil tem, em sua trajetória, momentos de lutas e conquistas. Nos percursos da redemocratização, na década de 1980, suas ações eram pontuais e fragmentadas, baseadas na caridade, no assistencialismo e possuía forte influência de instituições religiosas e das primeiras-damas, numa perspectiva clientelista. Com a Constituição de 1988, a Assistência Social passou a ser reconhecida como política pública de Proteção Social e foi inserida no tripé da Seguridade Social junto à Saúde e à Previdência Social. A partir daí, foram criados instrumentos legais e normativos para regulamentar e operacionalizar essa política, como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS foi criado no Brasil, em 2004, e formalmente instituído em 2011, por meio da Lei nº 12.435, conhecida como “Lei do SUAS”, na perspectiva de ruptura com o modelo assistencialista. Nesse papel de assegurar direitos socioassistenciais, de forma regulamentada e organizada em todo o território nacional, por meio de uma gestão descentralizada e participativa, o SUAS passou a ofertar serviços, programas, projetos e benefícios às famílias, aos seus membros e aos indivíduos, numa perspectiva de universalidade do acesso.

Diante da complexidade do trabalho social no SUAS, que envolve cenários de desproteção, fragilização e rompimento dos vínculos familiares e comunitários, é exigido das e dos profissionais, que lidam frequentemente com as diversas dimensões da vulnerabilidade, um profundo conhecimento das leis, diretrizes e normas que regem a política social.

Após a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) –, da implantação do SUAS (2004), e de diversos instrumentos jurídicos pertinentes à temática, fez-se essencial o aprimoramento da metodologia de qualificação dos atores que atuavam na oferta de serviços e de benefícios socioassistenciais. Nesse cenário, a Política Nacional de Educação Permanente do

SUAS (PNEP/SUAS/2013) se consolida como um dos pilares da Assistência Social, a qual tem como objetivo geral estabelecer a cultura da Educação Permanente, definindo diretrizes, princípios e instrumentos necessários à sua efetivação.

É oportuno ressaltar que, no âmbito do Serviço Social, a Educação Permanente vai de encontro a um grande desafio em relação à e ao assistente social na atualidade: ser uma e um profissional que atua com iniciativa, propondo soluções e não intervindo apenas como um operacionalizador da política. De acordo com Lamamoto (2009), a e o assistente social deve fazer uma ruptura com uma visão rotineira e desfocada da realidade.

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano (Lamamoto, 2009, p. 20).

Neste contexto, é necessária uma reflexão que aponta para um aspecto central dos processos de Educação Permanente, dentro do SUAS, esse compromisso ainda não é priorizado, ou viável, no cotidiano de trabalho. A precarização vivenciada em extensas jornadas, metas de atendimento inalcançáveis, terceirização dos serviços públicos, baixos salários, entre outras condições de trabalho precárias, coloca o processo de qualificação em segundo plano, e muitas vezes o classifica como de baixa prioridade frente a outras demandas emergenciais.

Diante desse cenário, pode-se concluir que, para atuar sobre e na realidade, a valorização e a capacitação permanente das e dos profissionais são ações imprescindíveis para o aprimoramento da política de Assistência Social, evidenciando ainda que a Educação Permanente possibilita formar profissionais mais críticos, fortalecendo-os diante de uma lógica burguesa que defende a mera execução da política, com resoluções pontuais e imediatas, através da simples manipulação de instrumentos.

Para Lamamoto (2009), as possibilidades de projetos e trabalho estão inseridas na realidade e nas necessidades emergentes dos que buscam a Assistência Social, e compete às e aos profissionais se apropriarem dessas possibilidades, atuando de forma inovadora e rompendo com a visão rotineira e burocrática. Essa mudança de paradigma exige novas competências profissionais, para que a prática esteja em consonância com os avanços alcançados pela própria política.

DESENVOLVIMENTO

O TRABALHO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Foi a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que a Assistência Social no Brasil obteve reconhecimento como política pública garantidora de direitos. Após este marco,

foi criada no âmbito federal a LOAS, Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Brasil, 1993), com a redação aprimorada pela “Lei do SUAS”, que dispõe sobre a organização da Assistência Social no Brasil, bem como estrutura o seu funcionamento no que tange à operacionalização, à gestão, ao controle social, ao financiamento, aos benefícios, aos serviços e aos programas que permeiam a política, ou seja, define o perfil da política de Assistência Social e lhe dá sustentação legal.

Com a implantação do SUAS, a Assistência Social se estabelece como um sistema único integrado, descentralizado e participativo, possibilitando o vínculo entre a população e o acesso aos direitos. Como pilares legais foram criadas diversas legislações e mecanismos que fortalecem o avanço da política de Assistência Social no país, que se materializaram em normas, diretrizes e orientações técnicas amplamente discutidas e pactuadas nas Comissões de Gestão Compartilhada e nas Comissões Intergestores Tripartite (CIT) e Bipartite (CIB) e aprovadas nas instâncias de controle e participação social de Assistência Social, sendo o Conselho Nacional (CNAS), Conselhos Estaduais (CEAS) e Municipais (CMAS).

Ainda como exemplos de diretrizes comprometidas em fortalecer a Assistência Social enquanto direito de cidadania e de dever do Estado, em seus três níveis de governo, podem ser citadas a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS/2009), a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS/2012) e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH-SUAS/2013), em suas versões atualizadas.

Dessa forma, a educação permanente se coloca como princípio estratégico e necessário para a viabilização da Política de Assistência Social e possui amparo legal nas normativas referentes à temática. A LOAS, em seu capítulo III, art. 6º, inciso V, orienta: “implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social”; a NOB-RH/SUAS (Brasil, 2013, p. 49) estabelece que a Educação Permanente é vista como o “atendimento às necessidades de formação e qualificação sistemática e continuada dos trabalhadores do SUAS”, consolidando ainda os principais eixos a serem considerados para a gestão do trabalho e da educação permanente no SUAS; e ainda nos artigo 12, inciso XXXII da NOB/SUAS (Brasil, 2012), está estabelecido como responsabilidade comum à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios “instituir e garantir capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social”.

A profissionalização da Assistência Social no país se encontra inserida nas legislações que a regulamentam e reforçam a centralidade da Educação Permanente como caminho que possibilitará, gradativamente, respostas consistentes às demandas e às questões sociais da sociedade. A PNEP determina que a educação permanente não se refere somente à educação formal, mas, de forma ampla, ela se estabelece sob a lógica de formação de pessoas, buscando:

EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ATUALIDADE

Dotá-las de ferramentas cognitivas e operativas que as tornem capazes de construir suas próprias identidades, suas compreensões quanto aos contextos nos quais estão inseridas e seus julgamentos quanto às condutas, procedimentos e meios de ação apropriados aos diferentes contextos de vida e de trabalho e à resolução de problemas (Brasil, 2013, p. 33).

Não se pode negar que há fragilidades na Política Nacional de Capacitação, desde aspectos que abrangem o orçamento destinado às qualificações, até mesmo o uso político partidário da política social. Cabe ainda ressaltar que, de certo modo, é dada uma ênfase acentuada na capacidade técnica e operacional em detrimento à reflexão sobre a prática desenvolvida e na sistematização de conhecimento, o que se desdobra em inúmeros desafios enfrentados por estas trabalhadoras e estes trabalhadores para, efetivamente, viabilizar direitos com qualidade na prestação de serviços.

Em virtude disso, cabe refletir que a educação em si não transforma, mas possibilita a transformação e é nessa perspectiva que é gerado o movimento da ação e da prática profissional, compreendendo que as transformações no interior da profissão refletem na qualidade dos serviços prestados. O processo de formação no SUAS requer investimento no estudo, na pesquisa, nas capacitações para que o profissional tenha um agir qualificado, embasado pelo pensamento crítico e enraizado em valores éticos.

É necessário reforçar ainda a ação teleológica como fundamento, que não se reduz à mera dimensão instrumental, estabelecendo onde se quer chegar como trabalhador do SUAS por meio da educação permanente, por meio da articulação entre o aspecto formativo e interventivo, superando práticas improvisadas que reforçam a naturalização e a criminalização da pobreza e das variadas formas de violência.

Na redação da NOB-RH/SUAS, consta que se deve:

[...] estabelecer uma Política Nacional de Capacitação, fundada nos princípios da educação permanente, que promova a qualificação de trabalhadores, gestores e conselheiros da área, de forma sistemática, continuada, sustentável, participativa, nacionalizada e descentralizada, com a possibilidade de supervisão integrada, visando o aperfeiçoamento da prestação dos serviços socioassistenciais (Brasil, 2013, p. 16).

Um ponto importante na pauta sobre o trabalho profissional é o diálogo que se faz necessário sobre o “Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho” (Iamamoto, 2013). Logo, é um elemento que participa da reprodução das relações sociais e dos interesses antagônicos entre o capital e o trabalho. Aliado a isso, é notório que a condução da e do assistente social requer o compromisso com valores éticos explicitados no Código de Ética profissional e se ampara, dentre vários elementos, com: a formação específica,

o saber especializado para atuar, a defesa do trabalho qualificado e a interlocução de equipes interdisciplinares.

Por isso, lamamoto menciona a necessidade de um novo tipo de profissional “propositivo”, pois:

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação das forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional (lamamoto, 2009, p. 25).

Afirma ainda que uma das condições essenciais para garantir a adequação da formação profissional à contemporaneidade é:

Implodir uma visão endógena do Serviço Social e da vida universitária, prisioneira em seus muros internos. Alargar os horizontes, voltados para a história da sociedade brasileira nos quadros do novo reordenamento mundial para aí melhor apreender as particularidades profissionais em suas múltiplas relações e determinações, densas de conteúdo histórico (lamamoto, 2009, p. 170).

Nesse sentido, o domínio teórico-metodológico só é completo se houver apreensão da realidade cotidiana que delimita o exercício profissional, caso contrário há uma tendência de um trabalho profissional atrelado ao *teoricismo estéril* (lamamoto, 2009). Nesse aspecto, é importante que as relações na cidade e nos territórios, e suas especificidades, vulnerabilidades, potencialidades; os vínculos de cidadania; a humanização da atenção nos serviços públicos e o reconhecimento de laços afetivos, que protegem e também desprotegem, estejam inseridos na discussão sobre o trabalho profissional no SUAS.

Entretanto, não é possível ignorar que, embora os profissionais estejam amparados por ações de qualificação que possibilitem a melhora na qualidade da sua intervenção, é requerido ainda que o cenário seja favorável, ou seja, não haja condições precárias de trabalho, como vínculos laborais flexíveis, baixos salários, carga horária excessiva, ausência de infraestrutura tecnológica adequada, volume excessivo de trabalho, entre outras variáveis que promovem a desestabilização e o adoecimento das trabalhadoras e dos trabalhadores. Nesse sentido, Rios (2002, p. 132) defende:

São condições não apenas o domínio que tem o profissional do conhecimento teórico e prático e a habilidade de utilizar recursos metodológicos para socialização daquele conhecimento. É preciso levar em conta as condições de infraestrutura para o trabalho.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO PERMANENTE

De acordo com Silveira (2011, p.35), alguns desafios para a formação e o trabalho profissional na contemporaneidade ganham centralidade, indicando compromissos coletivos na estruturação da educação permanente, tais como:

- estímulo à gestão participativa com qualificação de serviços e condições de trabalho para as demais organizações da sociedade civil;
- plena efetivação da Política Nacional de Capacitação, articulada com monitoramento e avaliação de resultados;
- valorização do trabalho interdisciplinar e participativo.

Fica evidente o reflexo no cotidiano das trabalhadoras e dos trabalhadores, que vivenciam a precarização na estruturação das equipes, a incerteza ou a indefinição quanto às atribuições profissionais, conflitos entre coordenação e equipes técnicas, acúmulo de responsabilidades, entre outros fatores associados à estruturação do trabalho, à valorização e à qualificação dos seus atores.

Partindo dessa compreensão, e sabendo que um dos pontos cruciais do debate profissional na atualidade está situado na educação permanente, é necessário intervir nos processos de trabalho, proporcionando inclusive momentos de análise/autoanálise das equipes sobre o seu fazer, refletindo em pontos como: Como estamos fazendo o trabalho? Por que fazemos dessa maneira? Quais resultados obteremos ao realizar o trabalho dessa forma? É possível fazer de outra forma?

Essas são algumas questões fundantes da educação permanente, porque a sua centralidade são os processos de trabalho e é fundamental que as equipes se apropriem dele e certifiquem se estão alcançando a finalidade através desse modo de fazer.

Outro ponto que é importante destacar se refere à autonomia, ainda que relativa, dentro da organização/entidade/unidade pública, como um ponto motivador para uma atuação com conduta crítica da realidade social demandada pela usuária e pelo usuário, com capacidade e conhecimento para torná-la compreensível e qualificada.

A autonomia profissional conduzida pelos direcionamentos éticos e técnicos coletivos, alicerçados na formação e no aprimoramento intelectual permanente, materializa-se no cotidiano do trabalho social nos espaços institucionais dinamizados por relações de força e de poder (Silveira, 2012, p. 27).

Para atuar de forma concreta, entre os limites socioinstitucionais e as possibilidades capturadas na análise crítica da realidade, é requerido da e do profissional competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, impulsionadas pelos processos de educação permanente.

No âmbito da política pública da assistência social, busca-se promover o protagonismo dos seus agentes sociais, através da valorização de seus saberes e experiências, com a somatória de técnicas e metodologias desenvolvidas pelos diversos campos do conhecimento, para que, por meio de suas ações, a política de Assistência Social se concretize no território (Brasil, 2013).

Ainda que se constitua em importante instrumento de aprimoramento para a intervenção nas ações cotidianas do exercício da profissão, seu papel dentro da política ainda é invisibilizado. De acordo com o Censo SUAS (2022): 94% dos municípios de Minas Gerais não possuem o Plano de Capacitação e Educação Permanente, documento que sistematiza as diretrizes e conteúdos essenciais para a formação das trabalhadoras e dos trabalhadores, gestoras e gestores e conselheiras e conselheiros do SUAS. Somente 49 municípios mineiros (5,7%) informaram a existência do Plano e, destes, apenas 39 atualizaram o Plano após o ano de 2015. Relevante ainda evidenciar que 412 municípios do território de Minas Gerais (48%), dentre os que responderam o Censo SUAS (2022), não realizaram ações de capacitação e formação para trabalhadoras e trabalhadores e/ou conselheiras e conselheiros da política de Assistência Social no ano de 2022.

No intuito de reforçar os objetivos traçados no Plano Estadual de Assistência Social – PEAS –, vigência 2024 a 2027, referentes ao fortalecimento da Educação Permanente, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE/MG) traçou, no seu Plano Estadual de Educação Permanente – PEEP SUAS/MG (2024/2027) –, estratégias, prazos, metas, indicadores e resultados esperados para a consolidação dessa política.

Consta no PEEP SUAS/MG (2024, p.83), no item Objetivo estratégico 6: Consolidar a Educação Permanente em MG, as seguintes estratégias que serão desenvolvidas ao longo da vigência do Plano:

1. Criar a Escola do SUAS MG;
2. Fortalecer e garantir o funcionamento do Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS (NEEP-SUAS/MG);
3. Elaborar, executar e revisar o PEEP SUAS/MG - 2024-2027;
4. Executar e monitorar as ações previstas no Planejamento Anual de Qualificações do (PEEP SUAS/MG) aos municípios mineiros
5. Viabilizar o contrato e a gestão da oferta de cursos de capacitação, introdutória ou de atualização, na modalidade presencial, nos moldes do Capacita SUAS;
6. Concluir o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Capacitação para a qualificação do registro de todas as ações de capacitação, formação e apoio técnico;
7. Avaliar e aprimorar os instrumentais com orientações metodológicas, de avaliação de reação, e monitoramento das ações de qualificação, em parceria com o NEEP-SUAS/MG;

8. Estabelecer junto ao NEEP SUAS/MG e de acordo com o Núcleo Nacional de Educação Permanente (NUNEP) as diretrizes e orientações sobre a implantação e o funcionamento dos Núcleos Municipais de Educação Permanente (NUMEP/SUAS) e dos Planos Municipais de Educação Permanente;
9. Atualizar, junto ao NEEP SUAS/MG e ao Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG –, a Resolução CEAS nº 643/2018, que dispõe sobre os parâmetros para a Educação Permanente do SUAS no estado de Minas Gerais;
10. Conduzir, junto ao NEEP SUAS/MG, as ações de continuidade da Campanha #Capacitação também é trabalho, iniciada também em 2023.

Ainda com o foco de “garantir a participação de todos os atores envolvidos na construção e implementação da política de Educação Permanente do SUAS, em Minas Gerais” (PEEP SUAS MG, p.84), alguns resultados são esperados neste período de 4 anos, tais como:

- ☑ 30% dos municípios com Plano Municipal de Capacitação e Educação Permanente das trabalhadoras e dos trabalhadores do SUAS e Núcleo Municipal de Educação Permanente do SUAS implementados;
- ☑ 100% dos municípios participantes de ações de apoio técnico e capacitação promovidos pela Sedese; Gestão única, centralizada e qualificada das informações de capacitação, formação e apoio técnico a partir do sistema de informação criado;
- ☑ NEEP em pleno funcionamento, com 100% das reuniões e ações planejadas executadas;
- ☑ Aumentar em 30% as trabalhadoras e os trabalhadores participantes das capacitações promovidas pela Sedese.

A Educação Permanente, assim como os outros eixos estruturantes do SUAS, são em si um desafio na consolidação da Política de Assistência Social. Isso porque, para além da restrição orçamentária destinada ao trabalho social, há uma trajetória histórica centrada na caridade e no favor, que desqualifica propostas de intervenção apoiadas no Projeto Ético-político da categoria.

Para fortalecimento dessa dimensão estratégica, é importante ter uma visão dos instrumentos de trabalho da e do assistente social, para além do conjunto de técnicas, tais como entrevistas, reuniões, encaminhamentos, entre outros.

A noção estrita de instrumento como conjunto de técnicas se amplia para abranger o conhecimento como um meio de trabalho, sem o que esse trabalhador especializado não consegue efetuar sua atividade ou trabalho. As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo que a moldam (Iamamoto, 2009, p.62).

Nesse sentido, a base de conhecimento não pode ser desvalorizada, porque é por meio dela que é possível desvendar a realidade e decifrar a intervenção que será realizada, e aliado ainda às habilidades adquiridas ao longo do processo formativo, consolidam o repertório de instrumentais de trabalho, respeitando as particularidades do Serviço Social como profissão que se concretiza e se reproduz no mercado de trabalho.

CONCLUSÃO

A Política Nacional de Educação Permanente do SUAS é uma resposta às demandas por qualificação de forma muito mais ampla do que o simples repasse e produção do saber. A materialização da Educação Permanente não depende apenas das ofertas de capacitação, ementas e carga horária estipuladas, mas parte das trocas e dos questionamentos que surgem no dia a dia de trabalho, na relação com a usuária e o usuário e com o desejo de ampliar o conhecimento, para ser colocado a serviço da proteção social.

A Assistência Social entende à Educação Permanente como um processo difuso que desempenha um papel central na consolidação dos direitos sociais e da cidadania. A interlocução entre o cotidiano de trabalho e as ações de qualificação visam à emancipação dos atores do SUAS, através da educação no e para o trabalho.

Inúmeros são os desafios que cercam essa política, numa perspectiva da superação de práticas tradicionais e conservadoras, com conseqüente desenvolvimento de competências e habilidades para a garantia de direitos em situação de extrema complexidade envolvidas nas ocorrências de desproteção social.

A categoria, no seu cotidiano do espaço ocupacional, se depara com mais limites do que possibilidades para a reafirmação do projeto profissional. Os limites apontam para a precarização do trabalho, sob a lógica dos vínculos temporários que não permitem a continuidade do trabalho desenvolvido, comprometendo a qualidade dos serviços e sua relativa autonomia.

Com a descontinuidade recorrente dos vínculos laborais, não há domínio do processo de trabalho e da forma de organização dos serviços. Aliado a isso, muitas vezes a instituição ainda quer definir a forma de intervenção da e do profissional, o que é de autonomia relativa da e do profissional. A importância do registro e a sistematização das ações também não são claramente compreendidas pela e pelo profissional como ferramentas voltadas para construção da base de conhecimento e sua socialização. Muitas vezes o que se faz é uma simples atividade pontual de forma meramente quantitativa em prejuízo à análise qualitativa.

O que se observa como tendência é à padronização de rotinas e procedimentos de intervenção, no qual as e os profissionais buscam referenciar sua atuação apenas pela tipificação dos serviços,

restringindo as inúmeras possibilidades de intervenções mais sintonizadas com a complexidade e com o dinamismo da realidade social apresentada. Nesse contexto, evidenciam-se atuações permeadas por ações imediatas e pontuais, burocratizadas e rotineiras, desarticuladas da rede socioassistencial, sem a visão interdisciplinar e sem o planejamento necessário.

As possibilidades fluem quando há uma qualificação permeada na dimensão teórico-metodológica, que permite uma leitura apurada da realidade, associadas às demais dimensões que estruturam e orientam a prática profissional da e do assistente social, de tal modo que a conduta estigmatizante e o amadorismo, que seguem na contramão da direção técnica do SUAS, acabam se fragmentando, e dando espaço ao fortalecimento de intervenções comprometidas com a transformação social.

Desse modo, a Educação Permanente, ao apresentar iniciativas de qualificação, direciona o trabalho profissional para a produção de respostas técnicas e éticas em relação às demandas das usuárias e dos usuários, e se torna um instrumento de defesa do Projeto Ético-político da categoria.

Conclui-se, portanto, que as ações de formação profissional precisam estar em consonância com a perspectiva ética assumida no Código de Ética (1993), propiciando a qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, aliada também às problematizações que possibilitem o acesso aos direitos sociais em detrimento ao cunho caritativo e meritocrático impresso na gênese da política de Assistência Social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Lei Orgânica da Assistência Social*. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica do SUAS*. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS*. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 25 nov. 2009. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. *Dispõe sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição necessária*. Brasília, DF, 2011. 176 p.23.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência

Social. *Política Nacional de Educação Permanente do SUAS*, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Censo SUAS 2022 – Resultados Nacionais, Gestão Estadual*. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Censo SUAS 2023 – Resultados Nacionais, Gestão Estadual*. Brasília, DF, 2024.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 16ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de uma interpretação histórico-sociológica. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. *Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS - MG*, 2024.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. *Plano Estadual de Assistência Social de Minas Gerais*, 2024.

RIOS, T. A. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVEIRA J. I. *Gestão do Trabalho: Concepção e significado para o SUAS*. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social. p. 9-38. 2012.

10

A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DO CRESS-MG: HISTÓRIA, CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM MINAS GERAIS

Cristiano Costa de Carvalho¹

Janaina Andrade dos Santos²

Marisaura dos Santos Cardoso³

1 Assistente social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestrando e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (FCHS/UNESP). Realiza estágio de doutorado sanduíche no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES/ISCTE). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: cristiano.c.carvalho@unesp.br.

2 Assistente social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestranda em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: jannaandradesantos2@gmail.com.

3 Assistente social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário UNA. Especialista em Seguridade Social e Mercado de Trabalho pelo Instituto de Educação Continuada da PUC Minas (IEC/PUC Minas) e em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: marisaura20@gmail.com.

RESUMO

Este artigo analisa a trajetória da Comissão de Educação e Serviço Social do CRESS-MG, criada em 2011 como pioneira no Brasil para fomentar a inserção de assistentes sociais na educação básica mineira. Partindo de uma contextualização histórica do Serviço Social na educação, desde uma atuação conservadora e adaptativa até a renovação crítica alinhada ao Projeto Ético-político profissional, o estudo recupera a memória social da comissão. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseia-se em análise documental, entrevistas e revisão bibliográfica. O artigo demonstra que a comissão obteve avanços significativos na articulação política, produção de diretrizes e visibilização da profissão, materializados em um plano de trabalho construído democraticamente. No entanto, a consolidação dessa inserção ainda esbarra em desafios estruturais, como a escassez de concursos públicos e a necessidade de maior reconhecimento institucional. A recente implementação da Lei Federal nº 13.935/2019 em Minas Gerais é apontada como um marco concreto, cujos desdobramentos exigem monitoramento contínuo para a efetiva consolidação profissional neste campo estratégico.

Palavras-chave: Serviço Social na Educação; CRESS-MG; Políticas Públicas; Educação Básica; Memória Profissional.

INTRODUÇÃO

A educação básica, enquanto espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, demanda discussões sobre políticas públicas, direitos sociais e o enfrentamento das desigualdades educacionais. Em Minas Gerais, a criação da comissão em 2011 representou um marco nessa trajetória, mas sua consolidação ainda enfrenta desafios estruturais e políticos. Recuperar essa história é fundamental para orientar novas ações e fortalecer a presença qualificada desses profissionais na educação básica.

Este artigo busca recuperar a memória social da criação da Comissão de Educação e Serviço Social no Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS-MG), contextualizando suas motivações, desafios e contribuições iniciais para a inserção de assistentes sociais na educação básica. Além disso, visa analisar criticamente os avanços e obstáculos enfrentados nesse processo, propondo estratégias para fortalecer e consolidar essa atuação no estado.

Partimos da hipótese de que, desde a sua criação, a comissão obteve avanços significativos na articulação política, na visibilização da profissão no campo educacional e na produção de diretrizes e referências técnicas e políticas para a atuação de assistentes sociais na educação básica mineira. No entanto, a consolidação dessa inserção ainda esbarra em desafios estruturais, como a ausência de concursos públicos específicos, a necessidade de apropriação e de aprofundamento sobre

políticas educacionais, bem como as especificidades sobre as expressões da questão social no ambiente escolar (evasão, violências, opressões e desigualdades) para um enfrentamento crítico e estratégico.

A sistematização dessa memória pode fortalecer estratégias para superar essas barreiras, destacando-se a luta por regulamentação, a formação continuada e a construção de legitimidade profissional nesse espaço. O objetivo geral é recuperar a memória social da criação da Comissão de Educação e Serviço Social no CRESS-MG e identificar caminhos para consolidar a inserção de assistentes sociais na educação básica mineira.

Como problema de pesquisa, destacamos como os êxitos alcançados pela Comissão de Educação e Serviço Social do CRESS-MG podem subsidiar estratégias para superar os desafios atuais da inserção profissional na educação básica mineira, em especial a falta de concursos públicos, a necessidade de especialização temática e o reconhecimento pelos pares e pela comunidade escolar?

Este artigo origina-se de duas pesquisas de mestrado em desenvolvimento, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca e ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da UNIRIO, que dialogam entre si na investigação sobre a trajetória da Comissão de Educação e Serviço Social do CRESS-MG (2011-2017). O recorte temporal abrange desde a criação da comissão, em 2011, até 2017, período em que as autoras e os autores deste artigo integraram a direção do CRESS-MG, coordenando as ações da referida comissão.

A pesquisa estrutura-se em **três etapas articuladas dialeticamente**, combinando abordagens qualitativas e análise crítica. A **primeira etapa** consiste na *pesquisa documental*, por meio da análise de *fontes primárias*, especialmente de atas, relatórios, registros institucionais do CRESS-MG (disponíveis em seu site e arquivos físicos) e materiais produzidos pela comissão entre 2011 e 2017. Mapeamento de documentos públicos (resoluções, ofícios, publicações do conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS) que contextualizam os principais debates no âmbito profissional e formativo no período.

A **segunda etapa** consiste na realização de *entrevistas semiestruturadas* (etapa em andamento) com integrantes da comissão no período de 2011-2017; sendo estes, assistentes sociais atuantes na educação básica mineira, representantes do CRESS-MG e do CFESS que participaram do processo, com o objetivo de capturar percepções subjetivas, contradições e memórias não registradas em documentos.

A **terceira etapa** consiste na realização de uma *revisão bibliográfica* e de sistematização crítica abrangendo a discussão teórica sobre o *Serviço Social na educação* (Martins, 2007; Almeida, 2000, 2007; CFESS, 1993, 2000, 2001, 2011, 2013); *memória institucional* (Halbwachs, 2006a, 2006b; Pollak, 1989); e políticas educacionais.

Acreditamos que o diálogo entre fontes, por meio da combinação de documentos oficiais, depoimentos e teoria permite reconstruir a memória da comissão de forma triangulada, evitando visões unidimensionais.

DESENVOLVIMENTO

Como marca histórica, considerando o período demarcado neste estudo, é notório que uma das principais preocupações sobre a inserção do Serviço Social na educação foi de desenvolver uma compreensão sobre “uma concepção de educação coerente com o projeto ético-político profissional” (CFESS, 2011, p. 3).

De forma breve, na história, o Serviço Social possui registros que levou a área a ser compreendida como “Serviço Social escolar”, desenvolvendo ações atreladas à assistência escolar, à educação para higiene escolar, à adaptação e à adequação dos alunos às regras da escola” (Férriz; Barbosa, 2019, p. 37).

Férriz e Barbosa (2019) caracterizam historicamente o contexto do conservadorismo no campo denominado “Serviço Social escolar”. As autoras destacam que, nas primeiras décadas de atuação do Serviço Social na educação (décadas de 1930-1960), a profissão estava alinhada a perspectivas teórico-metodológicas conservadoras, especialmente fundamentado no *positivismo* e na *fenomenologia*, que reforçaram a adaptação dos indivíduos às estruturas sociais vigentes. “As respostas profissionais foram fundamentadas por um arsenal teórico-metodológico baseado ora pela teoria funcional-positivista, ora pela fenomenologia” (Férriz; Barbosa, 2019, p. 38).

O viés tinha como foco o controle social de indivíduos e a adequação ao *status quo* na conjuntura da guerra fria e do conservadorismo aguçado. O Serviço Social escolar, alinhado a este contexto, atuava como instrumento de controle e de adequação dos alunos e das famílias às normas institucionais, ignorando contradições estruturais. “Ao fazer esta articulação entre a escola e o lar, o Serviço Social tinha a oportunidade de apreender as deficiências das crianças e da sua família, deficiências de caráter, personalidade e moral, as quais se apresentavam como problemáticas no espaço escolar” (Pinheiro, 1985 *apud* Férriz; Barbosa, 2019, p. 35).

As intervenções eram centradas na “correção” de comportamentos, sem questionar desigualdades sociais. Assim, “A escola tinha a condição de modificá-las [as deficiências] para facilitar o tratamento educativo de ajustamento social” (Barbosa, 2015 *apud* Férriz; Barbosa, 2019, p. 35).

Sob uma abordagem individualizante, a adoção teórica e metodológica da fenomenologia reduzia as expressões da questão social presentes nas escolas como problemas subjetivos, desvinculando-os de determinantes econômicos e políticos. Essas influências estiveram pretensamente

vinculadas ao que José Paulo Netto (2010) veio a denominar de “perspectiva modernizadora e de reatualização do conservadorismo”. O que associa a imagem da profissão a correntes teóricas que perpetuavam a despolitização da prática profissional.

A partir dos anos 1970, o Serviço Social brasileiro passou por um processo de renovação crítica, influenciado pela teoria marxista e da teologia da libertação, que questionou as bases conservadoras do funcionalismo-positivismo-fenomenologia no trabalho profissional, por meio da *intenção de ruptura*⁴ com o conservadorismo tradicional. O Serviço Social avança ao se aproximar da teoria crítica marxista e, com este movimento, a profissão procura desenvolver uma leitura sociopolítica crítica que transcende o conservadorismo histórico que limitou a prática profissional a funções paliativas e resgata a luta por uma atuação crítica na educação.

Férriz e Barbosa (2019) demonstram que o viés conservador do Serviço Social na educação, expresso no positivismo e na fenomenologia, historicamente, priorizou a adaptação dos sujeitos em detrimento da transformação social. A superação desse legado só foi possível com a incorporação da teoria crítica marxista, que redirecionou a profissão para uma prática emancipatória.

O debate sobre a inserção do Serviço Social na educação básica, embora nunca tenha deixado de existir, ganhou nova dimensão e significado nos anos 2000, tornando-se pauta estratégica no âmbito do conjunto CFESS-CRESS. Este ressurgimento do debate foi marcado pela necessidade de compreender as especificidades do trabalho profissional nesta política pública, bem como de fortalecer as lutas por uma educação verdadeiramente emancipadora (CFESS, 2011). O momento era de superação de incertezas, especialmente no que diz respeito às formas de inserção profissional e à socialização do conhecimento acumulado pela categoria.

Um marco importante neste processo foi o 30º Encontro Nacional CFESS-CRESS, realizado em 2001 em Belo Horizonte. Neste espaço deliberativo, que reuniu profissionais de todo o país, foram aprovadas resoluções fundamentais: a elaboração de um documento orientador sobre Serviço Social e Educação, e a convocação das e dos profissionais atuantes na área para ampliar o debate nos regionais. Estas decisões refletiam as demandas crescentes da categoria por diretrizes mais claras sobre sua atuação no campo educacional (CFESS, 2011).

O texto de autoria do Prof. Ney Luiz Teixeira de Almeida, publicado em 2000 pela *Revista Inscrita do CFESS*, é compreendido como um marco fundamental no debate sobre a relação entre o Serviço Social e as políticas de educação. Nessa obra, que se tornou uma referência clássica, o autor constrói dialeticamente um conjunto de argumentos. Parte de uma concepção histórica e restrita dessa relação para, em seguida, apresentar as transformações recentes que ampliaram e reconfiguraram esse campo de atuação profissional (Almeida, 2000).

4 Uma leitura profunda sobre este contexto está presente em Paulo Netto (2010).

A tese central de Almeida (2000) sustenta que o campo educacional transcendeu sua condição de espaço secundário e complementar para o Serviço Social, tornando-se um campo estratégico de intervenção. Essa mudança decorre tanto da redefinição das políticas estatais no contexto da globalização quanto da ampliação temática da educação escolarizada. O autor contextualiza tais mudanças macroestruturais, citando a influência de organismos internacionais, como o Banco Mundial, na redefinição das políticas educacionais orientadas pelos paradigmas da “empregabilidade” e da “relação público-privada”, o que aprofundou a fragmentação e a exclusão social (Almeida, 2000, p. 5).

Este autor demonstra, ainda, como essas mudanças se materializaram no Brasil por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 1996) e de reformas complementares. Embora não tenha ocorrido uma inserção massiva de assistentes sociais nas escolas durante os anos 1990 e início dos anos 2000, um novo projeto educacional foi criado, tornando a política educacional um componente da atuação profissional via interface com outras políticas (como a Assistência Social e o ECA) e por meio de programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Escola.

O estudo de Estefanio (2008) retoma e exemplifica uma problemática já identificada por Almeida (2000), ao analisar a experiência do Programa Bolsa Escola Municipal (BEM), implementado em Belo Horizonte em 1997. Conforme a autora, o programa, pioneiro após o do Distrito Federal e anterior à versão federal de 2001, visava “garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes de famílias de baixa renda” (Estefanio, 2008, p. 92). Nesse contexto, o BEM representou a primeira experiência ampla de inserção de assistentes sociais na educação básica municipal de Belo Horizonte e possivelmente do Estado de Minas Gerais, configurando-se como uma ação que integrava objetivos educacionais e de proteção social por meio de transferência de renda condicionada.

Contudo, Estefanio (2008) registra que o programa foi alvo de uma série de críticas, frequentemente associadas ao seu caráter assistencialista, à falta de articulação intersetorial e à sobreposição com o Programa Bolsa Família, resultando em uma gestão fragmentada. A autora aponta que o programa era criticado por ser “assistencialista, de pouco resultado na escolaridade” (Estefanio, 2008, p. 93) e complementa: “a flexibilidade ou a vinculação a uma ou outra política parece causar certo desconforto, em função de não termos uma ação planejada e articulada de forma intersetorial” (Estefanio, 2008, p. 93). Essa falta de articulação ficou evidente na restrição do BEM à Secretaria de Educação, explicitando a desconexão com a política de assistência social, especialmente no acompanhamento familiar, atribuição central da política de assistência social.

Sobre essa crítica, Almeida (2000) identifica que a principal abertura para a inserção de assistentes sociais na educação está na “ampliação temática da educação escolarizada” sobrepondo a transferência de benefícios socioassistenciais. O autor afirma que temas como “trabalho, a cidadania, a família, a sexualidade, as drogas, a violência, a cultura, o lazer e a adolescência”

(Almeida, 2000, p. 7) sinalizam os limites da escola e das professoras e dos professores, criando uma lacuna que as e os assistentes sociais podem ocupar com assessorias e projetos, atuando “não mais numa perspectiva complementar ou paralela e sim curricular” (Almeida, 2000, p. 7).

Este estudioso defende, de maneira assertiva, que a educação é um campo estratégico de intervenção do Estado e da vida social. Para consolidar a atuação profissional nessa área, ele propõe uma agenda que inclua o mapeamento de profissionais, a ruptura com seu isolamento, a compreensão da complexidade do campo educacional e uma articulação orgânica com os educadores (Almeida, 2000, p. 8). O autor avança significativamente na discussão ao:

1. Promover uma **ampliação conceitual**, deslocando o foco da atuação de um papel auxiliar para um estratégico e curricular.
2. **Identificar demandas concretas** que surgem no cotidiano escolar (violência, família, sexualidade), criando um espaço legítimo para a prática profissional.
3. Propor uma **atuação qualificada** por meio de assessoria, formação de educadores e projetos temáticos integrados ao currículo.
4. Fazer um **chamado à ação coletiva** para que órgãos de classe e a categoria se organizem para mapear, debater e consolidar essa frente de trabalho, rompendo com o isolamento. Como destaca: “É necessário mapear quem são e o que estão fazendo os assistentes sociais que atuam no campo educacional [...] constituindo espaços de debate e de afirmação de uma intervenção mais orgânica nessa área” (Almeida, 2000, p. 23).
5. Apresentar uma **compreensão crítica do cenário**, inserindo a atuação profissional dentro de uma crítica ao projeto neoliberal, posicionando o Serviço Social no debate entre a adaptação ao mercado ou à luta por direitos.

Trata-se, portanto, de um campo de intervenção estratégico, que “se coloca como estratégica na sociedade contemporânea, seja para a afirmação de um projeto societário vinculado aos interesses do capital, seja para a ampliação e integração das lutas sociais no que diz respeito à conquista de direitos e enfrentamento das desigualdades” (Almeida, 2000, p. 24). Os anos 2000 representaram um amplo amadurecimento dessas formulações, e a obra do Prof. Ney Luiz Teixeira de Almeida permanece como uma contribuição significativa e fundamental para a relação entre Serviço Social e educação básica.

O período entre 2008 e 2011 representou um salto qualitativo neste processo. A presença da assistente social e professora Kênia Augusta Figueiredo no CFESS, representando Minas Gerais, foi crucial para impulsionar os debates. Sua atuação levou à criação de um Grupo de Trabalho específico sobre Educação, que contou com a assessoria do professor Ney Luiz Teixeira de Almeida (FSS/UERJ). Juntos, realizaram um amplo levantamento nacional em 2010, que revelou dados

preocupantes sobre as especificidades em Minas Gerais. Apenas duas profissionais que atuavam diretamente em escolas participaram da pesquisa: uma, em rede filantrópica; e outra, em escola pública especializada, ambas em Belo Horizonte.

Fruto de um intenso trabalho coletivo conduzido pelo CFESS, foi publicado, em junho de 2011, o documento “Subsídios para o debate sobre serviço social na educação”, que se tornou referência nacional para o debate profissional na área. Em Minas Gerais, esse marco coincidiu com um período de significativa organização da categoria.

Na gestão do CRESS-MG (2011-2014), “Seguindo na Luta”, foi criado inicialmente um Grupo de Trabalho (GT) que posteriormente se transformaria na Comissão de Educação e Serviço Social do CRESS-MG. Importante destacar que Minas Gerais foi o primeiro estado a criar uma comissão específica para tratar desta temática no Brasil, sob a coordenação de Janaina Andrade dos Santos nas gestões 2011-2014 e 2014-2017.

A comissão enfrentou o duplo desafio de promover um amplo debate democrático e participativo sobre o documento elaborado pelo GT do CFESS, coletando informações e contribuições das e dos assistentes sociais mineiros para subsidiar a versão final, que seria publicada em 2013 (CFESS, 2013), para, em seguida, estruturar um plano de trabalho consistente para orientar as ações da recém-criada comissão, considerando as particularidades do estado.

Esta mobilização pioneira em Minas Gerais não apenas respondeu às diretrizes nacionais, mas também criou as bases para uma atuação mais orgânica e qualificada das e dos assistentes sociais na política educacional mineira. A comissão estabeleceu-se como espaço privilegiado para discussão, formação e articulação política, consolidando-se como referência para outros estados na construção da inserção profissional na educação.

Os professores Ney Luiz Teixeira de Almeida (UERJ) e Eliana Bolorino Canteiro Martins (UNESP) emergiram como pilares intelectuais e políticos neste processo de construção coletiva. Sua generosidade acadêmica e engajamento militante transformaram-nos em parceiros estratégicos, cujas contribuições ultrapassaram o âmbito teórico para se materializarem em ações concretas. Suas participações nos eventos promovidos pelo CRESS-MG sempre representavam momentos de renovação do debate, trazendo perspectivas inovadoras que oxigenam a luta e fortalecem a determinação política desta profissão.

Esse processo de construção coletiva foi ganhando corpo e amplitude de forma progressiva. Ficou evidente o engajamento crescente de profissionais altamente qualificados por meio da Comissão de Educação e dos Núcleos de Assistentes Sociais (NAS), formando uma rede cada vez mais robusta de reflexões, atuação e militância. Paralelamente, conquistas importantes em vários municípios mineiros começaram a aparecer. Legislações que garantiram a inserção de assistentes sociais e psicólogas e psicólogos na educação básica foram avanços históricos na consolidação destas e destes profissionais no sistema educacional.

Cada vitória neste processo, seja a aprovação de uma nova lei municipal, a realização de um debate qualificado ou a abertura de novos espaços de atuação, representavam um passo significativo na construção de uma educação pública mais inclusiva e de qualidade⁵. O trabalho da comissão, por meio do CRESS-MG, concentrava-se especialmente no combate às desigualdades educacionais, com foco estratégico na garantia de acesso e permanência de crianças, adolescentes e jovens no sistema de ensino. Esta atuação se mostrava cada vez mais necessária para enfrentar as múltiplas expressões da questão social que se manifestam cotidianamente no ambiente escolar, exigindo intervenções profissionais qualificadas e comprometidas.

A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DO PLANO DE TRABALHO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL

Um amplo e democrático processo de construção marcou a elaboração do plano de trabalho da Comissão de Educação e Serviço Social do CRESS-MG, cujo legado permanece sendo adotado e atualizado pelas gestões posteriores do Conselho. Este processo estratégico contou com a participação ativa de toda a estrutura organizativa do CRESS-MG em Minas Gerais.

Como etapa fundamental deste processo, foram realizados seminários regionais nas três seccionais do CRESS-MG, em Juiz de Fora, Uberlândia e Montes Claros, além da sede em Belo Horizonte. Estas seccionais cumprem um papel estratégico ao assegurar cobertura técnica, administrativa e política para a instituição em todo o território mineiro.

A construção coletiva contou ainda com a fundamental participação dos Núcleos de Assistentes Sociais (NAS), organizados pela Comissão de Apoio a Grupos Organizados (COMAGO). Esta estrutura organizativa permite que todos os assistentes sociais do estado mantenham uma vinculação orgânica e próxima com o CRESS-MG.

É importante destacar que todos estes atores, membros das seccionais, participantes dos NAS, integrantes da COMAGO e da própria Comissão de Educação, estiveram empenhados e comprometidos com a construção coletiva deste plano de trabalho. Esta ampla participação garantiu não apenas a representatividade das discussões, mas também a capilaridade e a efetividade das ações posteriormente implementadas em todo o território mineiro.

A metodologia participativa adotada reforçou o caráter democrático da construção, assegurando que o plano refletisse as reais necessidades e os desafios enfrentados pelas e pelos assistentes sociais atuantes na política de educação em Minas Gerais. Esta abordagem colaborativa explica em grande parte a permanência e a atualidade do plano de trabalho ao longo das diferentes gestões do CRESS-MG.

5 Nesta fase da pesquisa, foi identificado indicadores ainda incipientes, como o número de municípios impactados pelas discussões, o aumento no número de profissionais identificados após a atuação da comissão. Esta é uma lacuna analítica que pretende ser minimizada com dados mais concretos sobre a atuação da comissão nas próximas etapas do estudo.

O plano de trabalho da Comissão de Educação foi cuidadosamente estruturado em eixos fundamentais que refletem a perspectiva crítica do Serviço Social sobre a política educacional:

Quadro – Síntese do plano de trabalho da Comissão de Educação e Serviço Social (2011).

Eixo	Elementos do plano de trabalho	Operacional
Concepção de Educação para o Serviço Social	<p>“Pode-se afirmar que o papel fundamental da Educação é o acesso ao conhecimento para que as pessoas tenham possibilidade de participar das políticas e lutar pela igualdade de direitos. No campo da Educação o Serviço Social trabalha com as expressões da Questão Social, na luta pela igualdade e ampliação da defesa dos direitos sociais” [...], “a Constituição Federal do Brasil de 1988 promulgou o Estado Democrático de Direito, consagrou em seu artigo 6º a educação como um direito social, pautada na formação cidadã”</p>	<p>Fundamentação teórico-política da atuação profissional; Defesa de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade; Articulação entre educação e direitos sociais.</p>
Atribuições e Competências Profissionais	<p>[...] “competências e atribuições do Serviço Social são amplamente dialogáveis com o espaço Escolar”. “[...] o acesso do cidadão à educação e sua permanência se constitui um grande desafio para educação pública no país, seja no âmbito da educação básica ou em Universidades, cursos técnicos, profissionalizantes e tecnológicos, assim como também em escolas da rede privada de ensino.[...] O trabalho do assistente social na área da educação é, em primeira instância, garantir o direito já preconizado nos marcos legais, identificando e intervindo nas expressões das questões sociais que fazem parte desse campo de atuação [...]”.</p>	<p>Delimitação do campo de atuação específico e especificidades de assistentes sociais na educação; Identificação das competências técnicas necessárias; Estabelecimento de parâmetros ético-políticos; Capacitação permanente dos profissionais; Articulação com instituições de ensino; Realização de eventos formativos;</p>
Demandas Institucionais e Socioprofissionais	<p>Situações vivenciadas pelas e pelos estudantes no âmbito socioeducacional e sociofamiliar, das quais podem ser destacados aspectos relacionados ao fracasso escolar, indisciplina, atitudes e comportamentos agressivos e violentos, evasão escolar, pluralidade e respeito à diversidade, a relação escola-comunidade, crianças e adolescentes vítimas de violência, a questão dos atos infracionais, a questão étnico-racial na escola, diversidade de orientação sexual [...].</p>	<p>Mapeamento das necessidades das unidades escolares; Identificação dos desafios da prática profissional; Análise das condições de trabalho.</p>
Organização Técnica e Científica:	<p>O GT de Serviço Social na Educação tem por objetivo articular as e os assistentes sociais, que estão localizados nos mais diversos processos de trabalho da área da educação (escolas públicas/privadas, no âmbito da gestão, coordenação e projetos especiais), com a finalidade de socializar experiências, sistematizar conhecimentos e criar subsídios para o debate e formação contínua em torno das demandas que se colocam à profissão além de promover fóruns, estudos, seminários, propor pareceres, pesquisas, e ações políticas que culmine com a efetiva inserção do assistente social na educação pública no Estado e municípios de Minas Gerais.</p>	<p>Sistematização de conhecimentos e práticas; Produção de material técnico-orientativo; Fomento à pesquisa na área; Incidência nas políticas públicas educacionais; Participação em fóruns e conselhos; Acompanhamento de legislações pertinentes.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de CRESS-MG (2011).

O plano construído em 2011 buscou superar visões fragmentadas, propondo uma abordagem integrada que considera tanto as dimensões pedagógicas quanto as sociais da educação, sempre alinhado ao Projeto Ético-político profissional do Serviço Social.

A constituição da Comissão de Educação do CRESS-MG emergiu num contexto singular, articulando debates nacionais sobre o Serviço Social na educação com as urgentes demandas locais do sistema educacional mineiro. É fundamental destacar que, no período de sua criação, inexistia uma regulamentação federal específica para a inserção de assistentes sociais na educação básica, lacuna que demandava uma ação propositiva e instituinte do coletivo profissional.

Neste cenário, o movimento instituinte em Minas Gerais encontrou um importante aliado na Lei Estadual nº 16.683, promulgada em 10 de janeiro de 2007, de autoria do deputado André Quintão. Esta legislação pioneira no Brasil estabeleceu a implementação de ações de Psicologia e Serviço Social na rede estadual de ensino, com o objetivo de promover acompanhamento social qualificado nas escolas públicas. Contudo, a ausência de dotação orçamentária específica criou um paradoxo, uma conquista legal sem efetivação prática imediata.

A realidade só começou a se transformar significativamente em 2022, quando a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) implementou a Lei Federal nº 13.935/2019 através de um processo seletivo simplificado. Esta ação resultou na contratação de 460 profissionais, sendo 230 psicólogas e psicólogos e 230 assistentes sociais, para atuar como Analistas de Educação Básica (AEBs). Tal medida representou um marco histórico ao materializar, quinze anos após, a lei estadual sobre o direito ao suporte psicossocial nas escolas da rede estadual.

Esta trajetória revela importantes lições: 1) A importância da persistência política da categoria profissional; 2) O papel catalisador das legislações estaduais antecedentes; 3) A necessidade de articulação entre conquistas legais e garantia orçamentária; e 4) O valor estratégico da regulamentação federal como indutora de políticas estaduais

A Comissão de Educação do CRESS-MG soube navegar neste complexo cenário, mantendo-se como ator fundamental na defesa intransigente da qualidade da educação pública mineira, mesmo face às adversidades impostas pela descontinuidade de políticas e restrições orçamentárias. Sua atuação demonstra como a combinação entre mobilização profissional qualificada e incidência política estratégica pode, progressivamente, transformar direitos formais em realidade concreta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica da Comissão de Educação do CRESS-MG configura-se como um fértil campo de análise dos desafios e das potencialidades inerentes à inserção do Serviço Social na política educacional. O resgate dessa memória coletiva demonstra que, mesmo em um

cenário marcado pela fragilidade institucional e pela ausência de uma regulamentação federal específica, a mobilização organizada da categoria profissional logrou conquistas significativas. A elaboração de um plano de trabalho que se mantém como referência após mais de uma década atesta a solidez teórico-metodológica e o compromisso político que nortearam esse processo.

Os êxitos alcançados, notadamente a consolidação do debate sobre o Serviço Social na educação mineira e a produção de subsídios técnicos que permanecem orientando a prática profissional, contrastam, contudo, com persistentes desafios estruturais. A análise empreendida evidencia que a escassez de concursos públicos nos níveis estadual e municipal, a carência de formação específica em políticas educacionais e as dificuldades de reconhecimento institucional por parte de outros atores do sistema educacional representam obstáculos concretos à plena consolidação da profissão neste campo.

Este estudo, ao delimitar seu recorte temporal entre 2011 e 2017, concentrou-se na reconstrução histórica e contextual dos marcos fundantes da Comissão. Optou-se por uma abordagem exploratória, priorizando a identificação de sujeitos e contextos como etapa preparatória indispensável para fases subsequentes da investigação, particularmente a realização das entrevistas, cujos achados concretos serão desenvolvidos em futuras produções. Essa opção metodológica justifica a menção a avanços posteriores, como a implementação da Lei Federal nº 13.935/2019, que, embora extrapole o recorte inicial, contextualiza o desfecho de um processo histórico do qual a Comissão foi partícipe fundamental.

A pesquisa também permitiu identificar paradoxos que demandam investigação aprofundada. O Programa Bolsa Escola Municipal (BEM), por exemplo, é compreendido como a primeira experiência ampla de inserção de assistentes sociais na educação básica mineira. No entanto, a pesquisa nacional do CFESS, em 2010, identificou um número ínfimo de profissionais atuando diretamente em escolas no estado. Levanta-se a hipótese de que a gestão fragmentada do BEM, centrada na transferência de renda e na desarticulada rede socioassistencial, possa ter impactado a identidade e a visibilidade profissional, limitando o reconhecimento da atuação das assistentes sociais. Essa aparente contradição destaca a complexidade do objeto e a necessidade de mais pesquisas.

Da mesma forma, a Lei Estadual nº 16.683/2007, um marco legal pioneiro, viu sua efetivação ser obstruída por mais de uma década devido à falta de dotação orçamentária, uma barreira constantemente enfrentada pelos CRESS-MG e CRP em suas incidências políticas. Sua implementação apenas em 2022 ilustra tanto a resistência necessária para transformar direito formal em realidade concreta, quanto o papel catalisador que a legislação federal posterior (Lei 13.935/2019) exerceu.

Diante desse panorama, o estudo aponta para a imperiosa necessidade de estratégias articuladas em três eixos centrais: 1) a incidência política permanente para a garantia de vagas via concurso público e condições de trabalho dignas; 2) a produção contínua de conhecimento especializado sobre as interfaces entre Serviço Social e educação; e 3) ações de sensibilização dirigidas à comunidade escolar sobre as contribuições específicas da profissão.

Ao resgatar criticamente a memória da Comissão, esta pesquisa cumpre uma dupla função: preserva um capítulo crucial da história do Serviço Social mineiro e oferece subsídios valiosos para as lutas presentes e futuras. Os achados reforçam a organização coletiva e a persistência política como instrumentos fundamentais para a transformação das políticas públicas. O legado aqui analisado não apenas ilumina o caminho percorrido, mas também sinaliza os horizontes para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, na qual o Serviço Social contribua de forma efetiva para o enfrentamento das desigualdades e a garantia do direito à educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T de. O Serviço Social na Educação. *Revista Inscrita*, n. 6. Conselho Federal de Serviço Social, CFESS, p. 19-24, 2000.

ALMEIDA, N. L. T de. *O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais*. 2007. Disponível em https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf. Acesso em: 14. maio 2025.

CFESS. *Código de Ética do/a Assistente Social*. Aprovado em 13 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília: 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 27 mai. 2025.

CFESS. *Parecer Jurídico nº 23 de 22 de outubro de 2000 (Anexo)*. In: *Serviço Social na Educação*. Brasília, 2001. Disponível em: [<https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\)>](https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001)) . Acesso em: 20. jun. 2025.

CFESS. *Serviço Social na Educação* (cartilha). Brasília, 2001. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em 17 jun. 2025.

CFESS. *Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação*. Brasília, 2013. Disponível em: [<https://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOSAS-EDUCACAO.pdf>](https://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOSAS-EDUCACAO.pdf). Acesso em 15 jun. 2025.

CFESS. *Subsídios para o debate em Serviço Social na Educação*. CFESS, Brasília, 2011.

CRESS-MG. *Plano de trabalho da Comissão de Educação e Serviço Social* (2011). Disponível em: <https://www.cress-mg.org.br/comissoes> acesso em: 01 ago. 2025.

ESTEFANIO, M. B. *As organizações da sociedade civil de Belo Horizonte em parceria com a escola: reproduções, confrontos e convergências*. 2008. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

FÉRRIZ, A. F. P; BARBOSA, M. de Q. O trabalho do/a assistente social na educação no Nordeste. In. FÉRRIZ, A. F. P; BARBOSA, M. de Q. *Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação*. Salvador, Ed. UFBA, 2019.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006a.

HALBWACHS, M. *Os quadros sociais da memória*. São Paulo: Centauro, 2006b.

MARTINS, E. B. C. *Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania*. 2007. 267 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/17821/1/Eliana%20Bolorino%20Canteiro%20Martins.pdf>. Acesso em: 14. maio 2025.

PAULO NETTO, J. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2010.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 200–212, 1989.

11

CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO NO SUAS-BH: PROPOSTAS PARA CONSOLIDAÇÃO DE UM ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NAS COMISSÕES LOCAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CLAS) E NOS CONSELHOS REGIONAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CORAS)

Vitor Bruno Gonçalves Rabelo¹

Mariana Rabelo dos Santos²

1 Assistente social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e Ribeirão das Neves. Especialista em Políticas Públicas pelo Departamento de Ciência Política da UFMG.

2 Assistente social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, lotada no CMAS. Especialista em Gestão de Projetos Sociais.

RESUMO

Procuramos debater e ampliar as discussões sobre a Participação e o Controle Social como espaços de atuação do Serviço Social. Utilizamos como unidades de análise o Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte e duas instituições ligadas a ele: as Comissões Locais de Assistência Social e os Conselhos Regionais de Assistência Social. Metodologicamente usamos análise do Desenho Institucional, de modo a evidenciar o labirinto que essas instituições formam. Através da experiência da atuação de assistentes sociais, procuramos mostrar que há saídas e que o Serviço Social tem e pode dar grandes contribuições para que a classe trabalhadora se aproprie do Controle Social.

Palavras chave: Serviço Social; Participação; Controle Social; Desenho Institucional.

ABSTRACT

We seek to debate and expand discussions on Social Participation and Oversight as arenas for Social Work. We use the Belo Horizonte Municipal Social Assistance Council and two related bodies as units of analysis: the Local Social Assistance Commissions and the Regional Social Assistance Councils. Methodologically, we use Institutional Design analysis to highlight the labyrinth these institutions create. Through the experience of Social Workers, we seek to demonstrate that there are solutions and that Social Work has and can make significant contributions to empowering the working class to embrace Social Oversight.

Keywords: Social Work; Participation; Social Control; Institutional Design.

INTRODUÇÃO

Este texto busca jogar luz sobre algumas dimensões pouco exploradas na literatura sobre o Serviço Social e o exercício profissional: a atuação em instâncias de controle social e de participação social e no assessoramento a elas. Por meio da vivência profissional e acadêmica de dois assistentes sociais no campo da Participação Social e Controle Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de Belo Horizonte, descreveremos e analisaremos à luz do Projeto Ético-político relacionando-o à Democracia e às Instituições Participativas de Controle Social do Serviço Social, por meio do trabalho e do acompanhamento das Comissões Locais de Assistência Social (CLAS) e dos Conselhos Regionais de Assistência Social (CORAS). Este formato de Participação e “Controle Social” adotado por Belo Horizonte tem como objetivo ser um modelo descentralizado de participação e Controle Social, buscando dar maior capilaridade ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), uma vez que, tanto as CLAS quanto os CORAS, formalmente são vinculadas ao Conselho. Contudo, como demonstraremos ao longo da pesquisa,

há um descompasso entre a descentralização territorial da Participação Social e a ausência de mecanismos efetivos de Controle Social, o que evidencia um distanciamento entre participação e deliberação. Como bem demonstram Mendonça e Cunha (2014), ao analisarem, através do desenho institucional, as formas de participação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Iniciaremos com um conciso debate sobre os modelos de Democracia, focando nas concepções de Participação Social e do Controle Social. Abordaremos as inovações democráticas propostas pela Constituição de 1988 e a incidência dessas inovações no campo da Política de Assistência Social, delimitando-as aos Conselhos de Políticas Públicas, em particular o Conselho Municipal de Assistência Social. Problematizaremos as críticas feitas pelo Serviço Social em relação aos limites da Participação Social e do Controle Social dentro de uma Democracia Liberal. Logo após, apresentaremos o desenho institucional dos CORAS e das CLAS, sua relação com o CMAS, bem como a possibilidade e a potencialidade do assessoramento técnico realizado por assistentes sociais nestas instituições, como um espaço sócio-ocupacional.

Demonstraremos que as CLAS e os CORAS possuem um desenho institucional impreciso, com lacunas, ambiguidades e contradições em um cenário atravessado por intencionalidades que dizem respeito à concepção de Participação Social e do Controle Social. Ainda que o cenário de contradições e necessidades de mediações não sejam estranhas às e aos assistentes sociais, nossas experiências profissionais e pesquisas interseccionadas entre o Serviço Social e a Ciência Política nos mobilizaram a abordar alguns tópicos sensíveis. Em tempos de crise democrática, desconfiança e deslegitimação da Política, os primeiros impactos são na dimensão do Controle Social e na Participação Social (Avritzer, 2021) e a abertura de flancos populistas (Urbinati, 2019; Rosanvallon, 2021).

Por fim, argumentaremos que as CLAS e os CORAS podem ser um *locus* privilegiado de atuação das e dos assistentes sociais, tanto em relação ao assessoramento institucionalizado via secretaria executiva do CMAS quanto pelas instituições que estão inscritas no referido conselho como de Assessoramento e ou Garantia e Defesa de Direitos. Defendemos que o atual Projeto Ético-político hegemônico da profissão, o Código de Ética, bem como os arcaísmos teórico-metodológico e técnico-operativo claramente se alinham ao adensamento da Participação Social e do Controle Social das Políticas Públicas.

Quanto ao desenho de pesquisa e às metodologias adotadas, recorreremos a uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória (Babbie, 2021, p. 91)³. Como referencial teórico e analítico nos fundamentos, principalmente nas Teorias Democráticas que versam sobre Participação Social, Controle Social e deliberação. Como constructo teórico, utilizamos a teoria de Análise

3 De acordo com Babbie, este desenho de pesquisa é útil para abordar assuntos pouco explorados, gerarem hipóteses e novas pesquisas, neste sentido, em alguns momentos, serão utilizados conceitos como *indícios* e *evidências*. No entanto, estes não possuem o objetivo de produzirem generalizações de longo alcance. A proposta é fornecer suporte a inferências causais internamente válidas ao desenho de pesquisa.

de Desenho Institucional, como proposto por Cunha (2014), Faria e Coelho (2011) e Brasil *et al.* (2013). As fontes de dados são essencialmente de origem documental e disponíveis publicamente, tais como: legislações, orientações, normativas, atas das sessões da Plenária do CMAS. Acrescentaremos a esta metodologia, as observações e análises das e dos assistentes sociais que acompanharam algumas reuniões dos CORAS, de 09 reuniões das CLAS e as Sessões Plenárias do CMAS entre o início de 2024 e o primeiro semestre de 2025, através da participação *in loco* das reuniões das instituições, assessoramento da Comissão de CORAS e CLAS do CMAS e orientações diretas aos CORAS e as CLAS.

O desenho desta pesquisa não utilizou métodos e técnicas de coletas de dados que envolvessem seres humanos, tais como: testes, entrevistas, grupos focais e ou *surveys*, portanto não houve necessidade de submetê-lo às normativas específicas que regem esse tipo de pesquisa.

DEMOCRACIA, DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Difícilmente é possível falar sobre Participação Social e Controle Social, se não as situarmos dentro do contexto Democrático e, principalmente, não a localizamos nos distintos modelos e concepções de Democracia. Em primeiro lugar, importante destacar o papel que a Democracia Representativa significou para a Teoria Democrática Moderna (Cunha; Mendonça, 2018). Em larga medida, a dimensão da representação está vinculada às estratégias de organizar o poder político (dentro dos parâmetros democráticos liberais) permitindo que um maior número de cidadãos pudesse participar ao menos da escolha de indivíduos que os representam. Segundo Cunha e Mendonça (2018), a representação significou um avanço contextual na medida em contribuiu para uma “proteção do cidadão ao direito ao voto” (Cunha; Mendonça, 2018).

Seguindo as formulações desses mesmos autores, há um tipo de modelo de Democracia que irá identificar que as lideranças possuem poder central, portanto, caberia a formulação de regras e condições para que os eleitores pudessem manifestar suas preferências em torno de um líder. Este modelo denominado *de Elitismo Democrático* pressupõe que uma vez instituídas eleições livres, nas quais cada cidadão poderia fazer suas escolhas, o eleito estaria legitimamente constituído do exercício do poder político, não havendo margens para interferências. O próximo pleito seria o lócus ideal no qual haveria espaço para “avaliações” (Cunha; Mendonça, 2018). Os autores também citam o pluralismo competitivo. De acordo com estes estudiosos, ainda que o pluralismo defenda a democracia como espaço de competição, sua principal distinção reside no avanço em relação à incorporação de diversos grupos nestes espaços competitivos e o papel do Estado como acomodador e mediador dos conflitos.

Contudo, nos anos de 1960, com uma efervescência política e cultural nos países ocidentais, Cunha e Mendonça (2018) chamam atenção para uma “guinada participativa” da Teoria

Democrática. Os autores argumentam que Democracia não deveria se “limitar a estar presente numa atividade nem influenciar um determinado processo, mas estar relacionada à própria tomada de decisões e igualdade de poder” (Cunha; Mendonça, 2018, p. 40).

A teoria democrática, em especial as suas dimensões de inclusão mais direta dos cidadãos continua em desenvolvimento, tanto em relação aos seus limites quanto às suas possibilidades, como pode ser identificado nos trabalhos de Almeida e Tatagiba (2012), Fung (2004), Lavalle e Vera (2022), Guttman e Thompson (2009), Mendonça (2023) e Almeida e Cunha (2018). Chamamos atenção ao fato de que faz parte da Democracia ela ser vista e revista no sentido de melhorar a sua legitimidade, a sua justificação e, principalmente, a sua qualidade. Entendemos que este processo não é possível sem considerarmos a interação entre Estado e sociedade, para além da sua dimensão representativa eleitoral. E, principalmente se no campo das inovações democráticas os desenhos das instituições participativas permitem e operaram nas dimensões do Controle Social e da Participação com procedimentos e conteúdos deliberativos (Mendonça; Cunha, 2014).

Estudos mais recentes sobre Democracia Participativa, e principalmente deliberativa, avançaram significativamente nos últimos 30 anos, reafirmando suas potencialidades inclusivas e, em certa medida, desmistificando através de análises teóricas, e principalmente empíricas, tanto em níveis nacionais quanto internacionais, críticas relacionadas à “descentralização, cooperação e responsabilidade social” das instâncias deliberativas (Costa, 2008, p. 89). Isso não significa dizer que não haja problemas que mereçam atenção e tentaremos evidenciá-los, em especial quando focamos na atuação das e dos assistentes sociais nas chamadas Instituições Participativas (IPs). Porém, é preciso atualizar o debate, seus limites e suas potencialidades.

Imperioso sublinhar que, quando estamos falando das Instituições Participativas e das Inovações Democráticas, principalmente em relação aos Conselhos de políticas públicas, diz respeito à combinação entre as dimensões representativas, participativas e deliberativas. No geral, os conselhos buscam compatibilizar essas dimensões em que cada uma delas possua características que se manifestam de modo particular a partir da própria existência/experiência dos conselhos. Portanto, ainda que essas dimensões, no campo empírico e teórico, possuam diferenças e, em alguns casos inconciliáveis, o objetivo não nos parece ir na direção de reforçar as diferenças, mas a partir delas avançar para uma modelo de Democracia mais robusta, plural e efetiva (Wampler, 2007).

Feita essa consideração, não podemos deixar de ponderar as críticas realizadas por Dagnino (2002), Bravo e Menezes (2022) e, principalmente, Duriguetto (2007), em relação à Participação Social, ao Controle Social e, em termos mais gerais, a relação entre Estado e Sociedade Civil. Em sua pesquisa, Dagnino (2002) chamará atenção para quatro aspectos centrais: 1 – a natureza conflitiva entre Estado e Sociedade Civil; 2 - a constatação de que a participação da sociedade

civil nos processos decisórios não possui capacidades *per si* de aprofundar a democracia; 3 – que os conflitos serão em maior ou menor grau a depender do compartilhamento de projetos políticos; 4 – que a inclusão da sociedade civil produziu uma “confluência perversa”, na medida em que determinados compartilhamentos de projetos políticos acabaram por construir mecanismos de complementaridade, que no bojo das restrições orçamentárias estatais, alçaram a sociedade civil como substitutas do Estado, contribuindo para sua desresponsabilização. Outro aspecto apontado pela autora e, que encontraremos lastro empírico mais adiante, diz respeito aos conflitos entre Estado e Sociedade Civil no campo da resistência do Estado na partilha do poder em função de uma suposta ausência de qualificação técnica e política da Sociedade Civil.

Aprofundando as considerações de Dagnino (2002) e Duriguetto (2007) – que apontam as contradições inerentes à Democracia Liberal e sua completa incompatibilidade em construir alternativas transformadoras da realidade –, as autoras argumentam que a própria natureza deste modelo de Democracia é incapaz de cumprir as promessas de maior igualdade política e, principalmente, social. Dentro de suas estratégias, este modo de “partilha de poder” constrói um tipo de Sociedade Civil na qual limitada e incapaz de construir alternativas contra-hegemônicas. Duriguetto (2007) traz para cena as contribuições de Gramsci para complexificar o conceito de Sociedade Civil, conferindo à sua análise o protagonismo da classe trabalhadora como categoria central no processo de produção de uma nova hegemonia.

No campo da saúde, Bravo e Menezes (2022) argumentam que o Controle Social foi institucionalizado em um cenário restritivo e conservador dos anos 1990 predominando concepções neoliberais. Desse modo, a concepção de sociedade civil (em particular as entidades) foi transmutada como instituições do Terceiro Setor e passaram a disputar a execução da política de saúde, em conformidade com o receituário neoliberal de desresponsabilização do Estado e desmonte das políticas públicas.

Nesse aspecto, na próxima seção tentaremos demonstrar como que especificamente o Brasil foi impactado por estes novos modelos e, sobretudo, como estes foram incorporados às legislações nacionais e a relação com o Serviço Social.

AS INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS E O SERVIÇO SOCIAL

Há pouca divergência quanto à ampliação, aprofundamento e densidade que a nossa democracia adquiriu ao longo dos anos 1980, culminando na promulgação de uma nova Constituição. Não era para menos, havíamos acabado de sair de 21 anos de regime autoritário. Como pondera Raichelis (2008), a despeito de todo autoritarismo foi se arrefecendo como causa e consequência das intensas mobilizações populares que ocorreram no final dos anos 1970. Autoras como Bravo e Souza (2002) e Raichelis (2008), irão demonstrar a relação

intrincada entre as lutas populares travadas pelos movimentos sociais e a construção de novas formas de arranjos institucionais na relação entre Estado e sociedade civil. Em particular, Raichelis compreende como inovações democráticas estes novos desenhos, sobretudo os Conselhos Gestores de Políticas Públicas (Raichelis, 2008).

Parte dessa análise é compartilhada por diferentes autores de matrizes teóricas distintas, gerando certo consenso em torno das “Inovações Democráticas” (Avritzer, 2017; Wampler, 2007; Avritzer; Faria, 2022; Pogrebinski, 2023). Destacamos dois tipos de conceituação, a proposta por Avritzer (2017, p. 3, tradução nossa), a qual define: “inovações políticas/democráticas como capacidades do governo de expressar a vontade política e as contribuições da sociedade civil em vários formatos”. Em larga medida, o Serviço Social apoiou e incorporou as inovações democráticas, compreendendo-as como espaços de divisão e disputa pelo poder, antes concentrado somente no Estado e no mercado. A participação e o controle social adotados na legislação são fundamentados em um modelo de democracia que visa superar a forma elitista e minimalista dos processos das decisões políticas. Tomou-se uma concepção de uma democracia mais inclusiva e legítima (Bravo; Correia, 2012).

Contudo, como nos alerta Raichelis, Paula e Bravo (2024) é fundamental compreendermos estes espaços institucionalizados pelo Estado como esferas públicas que também expressam as contradições e os antagonismos das classes sociais presentes na sociedade. Estas estão em constantes disputas e cada decisão, pauta e posicionamento político, refletem o direcionamento dos projetos em jogo. É preciso ter um olhar atento, pois esta dinâmica pode significar o fortalecimento e a ampliação dos direitos sociais e, no limite, de uma democracia mais substancial, como também de forma perversa, o desmonte de direitos já conquistados (Bravo; Correia, 2012).

Argumentamos que os processos conflitivos que se configuram nos conselhos de políticas públicas não podem ser vistos como disfuncionalidades, ao contrário, consideramos que é justamente essa dinâmica que confere a eles a participação social; e ao controle social, vitalidade. O ponto a ser destacado são as compreensões das disputas e como cada sujeito político expressa suas concepções acerca da política pública,

Em certo nível oposto, o Serviço Social tem produzido análises cambiantes que tem buscado problematizar os limites de atuação, sobretudo dos Conselhos de Políticas Públicas. Em resumo, o que essa literatura tem apontado é a constatação de uma aposta excessiva na institucionalização, via Estado, da participação social; a ausência de oxigenação e renovação diante de cenários críticos (Tatagiba, 2023) e, sobretudo, por parte do Serviço Social a crítica relacionada à dificuldade ou até mesmo à incompatibilidade destes espaços de criarem uma nova hegemonia pautada nos interesses da classe trabalhadora (Correia, 2013). Como saída, na tentativa de construção de uma nova hegemonia, nos termos gramscianos, o Serviço Social tem apostado em uma espécie de realinhamento com os movimentos sociais, sobretudo os

não institucionalizados como estratégia de superar os limites impostos a uma democracia mais aprofundada.

O amadurecimento teórico do Serviço Social possibilitou sua aproximação nos momentos cruciais de debates e construções de um modelo constitucional mais participativo, sobretudo que houvesse maior poder decisório da classe trabalhadora sobre as políticas públicas. Dessa forma, o controle social orientado para os interesses da classe trabalhadora pode ser compreendido a partir da capacidade da classe subalterna de interferir na gestão pública (Correia; 2013).

Nessa lógica, o debate do Serviço Social sobre a participação social e o controle social é fundamental, uma vez que está intrinsecamente relacionado ao fazer profissional e aos processos de ampliação e adensamento da democracia. Assim, esta discussão dá substância ao compromisso ético-político que as e os assistentes sociais possuem ao terem como prisma nestes espaços, a garantia de direitos, a ampliação da cidadania e o fortalecimento da democracia participativa (Iamamoto, 2009).

As e os assistentes sociais possuem um histórico acúmulo teórico, político e metodológico que os colocam como agentes de mobilização social, alinhados aos movimentos sociais e à defesa das políticas públicas. Isso gerou uma demanda para que o Serviço Social atue nos espaços de participação e controle social, tanto como conselheiros ligados diretamente à assessoria técnica do CMAS quanto como trabalhadoras e trabalhadores que integram a Secretaria Executiva dos CMAs. Nesta perspectiva, é inegável o papel da e do assistente social, que ao intervirem, seja na condição que for, suas ações devem imprimir uma direção social permeada de valores, princípios e compromissos sociais assumidos pela categoria profissional para fortalecer a atuação dos grupos subalternos representados neste espaço (Correia, 2013).

Um texto fundamental que debate o trabalho das e dos assistentes sociais no campo da participação é o de Martins (2018). Contudo, nossa pesquisa aponta para uma direção distinta. Um primeiro aspecto muito reproduzido na literatura do Serviço Social que tenta debater questões sobre conselho, é a insistência em não deixar elucidado o lugar que a e o assistente social ocupa e por consequência não evidenciando com precisão sua unidade de análise. Há diferenças significativas na atuação quando o profissional atua como assistente social, trabalhador diretamente vinculado ao conselho sendo assessor/técnico especializado e como conselheira e conselheiro, seja como representante do governo, das entidades ou das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Um segundo aspecto é a não definição sobre o que seriam instituições participativas. Em Martins (2018), ocorre uma incorporação dentro das IPs de uma gama de instituições e ações, que dificultam identificar as especificidades da atuação das e dos assistentes sociais como trabalhadoras e trabalhadores dos conselhos. Adicionalmente, Martins (2018) identifica duas dimensões: a)

caráter administrativo, com ações relacionadas a elaborar e manter organizadas as memórias e as atas das reuniões, realizar as convocações das reuniões, enviar os encaminhamentos aos órgãos externos, produções de relatórios, resoluções, notas técnicas, pareceres e ofícios; b) e as de caráter de mobilização e organização, situando o profissional que irá contribuir de forma qualificada nas IPs (Martins, 2018).

Em nossa pesquisa, encontramos um cenário similar ao identificado por Martins (2018), porém nos pareceu que o autor exerce uma valoração da “dimensão técnica”, em detrimento da “administrativa”. Em nossas análises, deparamo-nos com as mesmas funções, alegadamente como “administrativas”, contudo, as atividades que compõem essa dimensão em vários casos são eivadas de aspectos ético-políticos e teórico-metodológicos, cujas direções dessas ações são completamente compatíveis com o Projeto Ético-político da profissão.

Isso nos remete a indissociabilidade entre as dimensões do exercício profissional. Para não incorrerem em eventuais separações e consigamos contribuir para ampliação do controle social exercido pelas classes subalternas, Correia (2013) propõe algumas competências, das quais destacamos: aporte teórico crítico; contribuir para o debate sobre as determinações macroestruturais; compreender que os conselhos são contraditórios, com interesses divergentes, inclusive dentro da sociedade civil; compreensão dos limites e das possibilidades da participação social e controle social nestes espaços. Em contrapartida, a mesma autora aponta os desafios dessa atuação no controle social, embora pondere que muitos deles são inerentes aos conselhos, não necessariamente ao Serviço Social. Dessa forma, destacamos: criar e fortalecer espaços alternativos de controle social para além da institucionalidade dos conselhos; contribuir para a manutenção e a autonomia dos movimentos sociais; articular as deliberações dos conselhos, suas denúncias e lutas em torno dos direitos sociais; criar estratégias de mobilização permanente da sociedade.

Importante fazermos uma consideração em relação aos estudos aqui apresentados: todos eles não fazem diferenciação elucidativa entre os e as assistentes sociais que atuam como trabalhadoras e trabalhadores dentro dos Conselhos, prestando assessoria e apoio técnico direto à instituição ou assistentes sociais que atuam em entidades de assessoramento e ou defesa e garantia de direitos; e os Conselheiros que são assistentes sociais atuam como servidores municipais do CMAS.

De imediato, entendemos a e o assistente social enquanto trabalhadora e trabalhador, na medida em que sua condição é mediada pelo processo de venda de sua força de trabalho mercantil da sociedade burguesa. Ainda que devamos questionar a forma de trabalho em suas dimensões abstratas e concretas, a e o assistente social não deixa de ser uma trabalhadora e um trabalhador sujeito às mesmas agruras de ter como única opção vender sua força de trabalho.

Esta constatação nos leva a problematizar os argumentos conceitualmente similares de Duriguetto (2007) e Bravo (2009) sobre uma suposta “dupla inserção” dos e das assistentes sociais nos Conselhos. Significa dizer que independente de sua “inserção”, a e o profissional do Serviço Social, atuaria como uma e um assistente social. O argumento central é que esta e este profissional, ao dispor de conhecimentos, técnicas e, principalmente, um Projeto Ético-político qualificaria o espaço de controle e a participação social, tendo competência, tanto para ser Conselheiro quanto para assessorar a instituição.

Temos ponderado ao longo desta pesquisa que não há dúvidas quanto às competências da e do assistente social nas instituições de participação e controle social. No entanto, alertamos que o modo como este profissional está inserido neste espaço determina sobremaneira sua condição de trabalhadora e trabalhador assalariado e sua autonomia. Entendemos que a dupla inserção faça mais sentido quando é melhor especificada em duas formas distintas: uma como assistente social que tem no conselho ou em função dele, seu espaço sócio-ocupacional, e a e o assistente social que por um processo político representa determinado segmento.

No limite o que demonstramos, é que os Conselhos são, em sua essência, instituições Políticas. Ainda que operar na dinâmica do conselho exija algum grau de especialização e técnica, esta não é uma condição necessária para ser conselheiro. É no processo participativo e deliberativo que os saberes são construídos, através da argumentação, das experiências, da troca de razoabilidades que as decisões serão tomadas. É necessário retomar especificidade do conselheiro, diferenciando da trabalhadora e do trabalhador que contribui para que estes tenham condições de exercer o seu papel.

Em seu estudo, Almeida e Tatagiba (2012, p. 86) nos dão um ótimo exemplo do cuidado em relação a este aspecto. As autoras alegam que:

Ao lado de uma agenda mais voltada ao funcionamento interno dos conselhos, os estudos também mostram que os conselhos têm investido grande parte de sua energia no desempenho de funções técnicas e burocráticas, mantendo uma agenda no varejo e atuando reativamente em resposta às demandas provenientes do Executivo, enquanto decisões importantes continuam correndo por fora, nas tramas desconexas que conformam a rede de produção da política pública. Essas atividades têm drenado parte significativa da energia dos conselheiros. Principalmente no caso dos conselhos das áreas sociais, há um grande investimento nas atividades de inscrição de entidades e aprovação de projetos voltados para o recebimento de financiamento público. Conselheiros da sociedade civil registram, fiscalizam entidades, avaliam projetos, fazem parecer, enviam relatórios, pedem e avaliam prestações de contas. Aprovam e rejeitam pedidos. O exercício dessa função, sem uma estrutura de trabalho adequada, exige um considerável trabalho extra dos conselheiros e muitas vezes mantêm os conselhos presos a um interminável ciclo que envolve aprovação e revisão dos registros concedidos, principalmente em cidades de médio e grande porte.

As e os assistentes sociais, enquanto conselheiras e conselheiros estão mais suscetíveis, às dinâmicas políticas da Assistência Social. Já os as e os assistentes sociais que atuam na assessoria da secretaria executiva dos Conselhos estão mais condicionados aos imperativos do trabalho, na medida em que aquele é o seu espaço sócio-ocupacional. Por sua vez, as e os assistentes sociais que atuam nas entidades, por não estarem supostamente ligados a uma dinâmica política/estatal, mesmo que sua relação com a entidade seja trabalhista, essas diferenças representativas e vínculos institucionais, conferem às e aos profissionais características distintas, alargando ou comprimindo sua autonomia relativa.

Este cenário reflete diretamente nas chamadas entidades de “assessoramento e ou garantia de defesa de direitos”. Em Belo Horizonte, os dados mais atualizados informam que estão inscritas no CMAS 52⁴ instituições com essa finalidade. Algumas também atuam como movimentos sociais e ou possuem um lastro significativo neles. Essa constatação é importante para o campo sócio-ocupacional do Serviço Social. Neste momento, importa apontarmos sobre o que temos percebido através do direcionamento político da categoria como uma “necessidade de retomada junto aos movimentos sociais”. Identificamos na literatura importantes produções que advogam essa necessidade, no geral, como estratégia de reafirmação da posição da categoria na luta de classes (Duriguetto, 2007; Montaña, Duriguetto, 2011; Abramides; Duriguetto, 2014; Wanderley; Paz 2023). Não é foco desta pesquisa, mas nos parece uma agenda promissora para as próximas investigações compreender a atuação destas instituições, bem como a existência de assistentes sociais e seu exercício profissional.

ANÁLISE DO DESENHO INSTITUCIONAL: OS LABIRINTOS NOS CORAS E CLAS

Neste momento, passamos a dar maior concretude ao trabalho da e do assistente social no Conselho e nas instituições que o compõe. Iniciaremos com os elementos empíricos, em seguida com as avaliações técnicas.

Em Belo Horizonte, de acordo com a Lei Municipal nº 10.836/2015 que institui a Política de Assistência Social, o CMAS é definido como uma instância de deliberação colegiada da Política. Além disso, o CMAS é organizado em seis comissões temáticas permanentes: 1 - comissão de acompanhamento dos programas de transferência de renda e dos benefícios socioassistenciais; 2 - financiamento; 3 - gestão do trabalho; 4 - comissão de inscrição, acompanhamento e fiscalização da rede socioassistencial; 5 - Política de Assistência Social; 6 - acompanhamento dos CORAS e CLAS (Belo Horizonte, 2015).

4 Dados extraídos deste sítio eletrônico da prefeitura de Belo Horizonte: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2024/lista-definitiva.xlsx>

No que diz respeito ao trabalho da assessoria técnica à Comissão de CORAS e CLAS, primeiro precisamos caracterizar, ainda que sumariamente, a função e o trabalho da e do assistente social no CMAS de Belo Horizonte. A secretaria executiva é uma estrutura do CMAS que visa dar condições administrativas, técnicas e políticas ao Conselho. Para tanto, ela é composta por um secretário executivo, trabalhadoras e trabalhadores de nível médio e de nível superior.

Operacionalmente, a secretaria executiva é subordinada à Mesa Diretora e ao Pleno do CMAS. Porém, do ponto de vista das relações de trabalho, está organicamente ligada à pasta que responde pela gestão da Política de Assistência Social no município. As trabalhadoras e os trabalhadores de nível superior atuam no SUAS e possuem dedicação exclusiva à Secretaria Executiva. Atualmente, o assessoramento técnico é composto por Analista de Políticas Públicas (nomenclatura genérica previsto na carreira dos servidores públicos de Belo Horizonte), cujos profissionais são psicólogas e psicólogos e assistentes sociais.

Administrativamente, Belo Horizonte é dividida em 09 regionais: Venda Nova, Norte, Pampulha, Nordeste, Leste, Noroeste, Centro-Sul, Oeste e Barreiro. Os CORAS são instâncias regionais de participação popular e “controle social” organicamente vinculados ao CMAS. Já as CLAS são de abrangência local, sendo a maioria territorialmente associadas aos bairros, estão vinculadas aos CORAS e ao CMAS. Ressalta-se que ambas as instituições são de caráter consultivo e funcionam como estruturas descentralizadas para dar maior capilaridade e disseminação do CMAS (CMAS-BH, 2023). Contudo, como descreveremos ao longo do texto, as atribuições e competências de deliberação da Política de Assistência Social não foram descentralizadas para as CLAS e os CORAS, o monopólio decisório permaneceu sob julgamento do CMAS.

Neste momento, descreveremos o desenho institucional dos CORAS e das CLAS. Inicialmente destacamos que partimos de uma concepção de instituições através do modelo pragmático. A teoria pragmática indica que as instituições são projetadas de modo a desenvolverem uma dinâmica racionalizada de consecução de determinados resultados, portanto, permeadas de intencionalidades (Cunha, 2014; Faria; Coelho, 2011). Nesse sentido, a análise do desenho institucional surge como uma teoria empiricamente orientada capaz de identificar e demonstrar através dos arranjos normativos e procedimentais das instituições, quais os interesses envolvidos.

Nos termos desta pesquisa, o modo como as instituições são pensadas e organizadas possuem enorme influência na capacidade de elas atuarem como mecanismos de participação social e controle social. Para tanto, utilizaremos as normativas de criação dos CORAS e das CLAS, seus regimentos internos e principalmente, “As orientações do CMAS sobre o funcionamento e realização das reuniões dos CORAS e CLAS” (CMAS-BH, 2023). Este último condensa e sintetiza as concepções normativas, políticas e metodológicas que dão materialidade a essas instâncias.

Em seu desenho institucional, as CLAS devem ter, em sua composição, essencialmente as usuárias e os usuários dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, lideranças comunitárias e cidadãs e cidadãos interessados/colaboradores. Estes últimos são pessoas que não possuem vínculo formal com a política (não são usuárias e usuários, trabalhadoras e trabalhadores, agentes governamentais e nem entidades), mas que por algum motivo se interessam pela temática. Importante destacar que as cidadãs e os cidadãos interessados não possuem direito a voto, apenas a voz. Nesta instância, os participantes têm a atribuição de acompanhar a execução das ações da Política de Assistência Social no território e “identificar demandas”. As coordenações das CLAS devem ser obrigatoriamente ocupadas pelas usuárias e pelos usuários. Também é previsto que um membro da CLAS seja eleita e eleito para compor o CORAS de seu respectivo território (Belo Horizonte, 2020).

Já no desenho dos CORAS, há uma tentativa de reprodução da lógica de representação semelhante à do CMAS, excetuando a questão do número de participantes e o maior número de usuárias e usuários, em função das e dos representantes das CLAS. Assim como nas CLAS, o principal ponto a ser destacado, diz respeito ao protagonismo conferido às usuárias e aos usuários, a coordenação dos CORAS deve ser exclusivamente de usuária e usuário. Em relação às suas atribuições, dentre outras, chama atenção que os CORAS devem realizar o monitoramento, a avaliação de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da regional de vinculação; e propor pontos de pauta a serem debatidos nos CMAS (Belo Horizonte, 2020).

Tanto nas CLAS quanto nos CORAS há possibilidades que as demandas, pautas e considerações por elas produzidas, façam um caminho “de baixo para cima” por meio das e dos representantes. Os conteúdos das CLAS podem ser levados às reuniões dos CORAS, bem como o que é produzido nos CORAS ser direcionado para o CMAS. Contudo, pela análise do Desenho Institucional, não foi possível identificar um “caminho” comunicacional e de consulta de “cima para baixo”. Ou seja, não há elementos que indiquem que o CMAS acione os CORAS, que por sua vez se conectem às CLAS. O que é possível observar, na estrutura do desenho e na Resolução CMAS nº 020/25, atual Regimento Interno do CMAS é a possibilidade de uma provocação, através da representação das usuárias e dos usuários dos CORAS, que, por sua vez, foram eleitas e eleitos a partir de uma CLAS e, por fim, para representação no CMAS como conselheiras e conselheiros. Este aspecto diz respeito ao desenho pensado para a composição dessas instituições.

Espera-se, assim como no formato representativo, que os representantes prestem contas de suas ações aos seus representados e que o contrário também possa ocorrer. O que poderia ser entendido, parcialmente, como um processo de consulta. No entanto, não há uma previsão legal que constranja os conselheiros a esse tipo de ação, apenas o “incentivo” de ser reeleito, aqui, em uma escala menor, se repete o limite da representação. Porém, este tipo de entendimento parte de uma concepção de democracia que, em tese, não precisaria de normatização. Este cenário foi

constatado na pouca discussão e deliberação das CLAS das que participamos, o que impactou diretamente nas reuniões dos CORAS.

Outro aspecto do Desenho Institucional relevante, diz respeito à Resolução CMAS nº 066/2016, que regimentava o CMAS. Havia uma definição que caberia à Comissão Permanente de Acompanhamento dos CORAS e CLAS, o acompanhamento e o assessoramento das reuniões dessas instituições. Porém, a Resolução CMAS nº 034/2020 retira essa atribuição da Comissão e determina o repasse dessa responsabilidade para o órgão gestor da Política e para as entidades inscritas como de assessoramento e de defesa e garantia de direitos. Os atuais regimentos internos dos CORAS e das CLAS, formalizados pelas resoluções CMAS nº 099/2024 e nº 090/2024, respectivamente, não trazem alterações neste quesito. Assim como o novo Regimento Interno do CMAS, aprovado em março e publicado no mês de agosto, através da Resolução CMAS nº 020/2025.

Chama-nos a atenção que a Resolução CMAS nº 034/2020, em relação ao órgão gestor, demonstra uma imprecisão quanto à execução desta determinação, pois coloca uma meta de médio e longo prazo, condicionada a disponibilidade orçamentária. Ou seja, considerando um cenário de disputa por recursos e pelo fundo público, essa deliberação acabou por se tornar inócua e estagnada.

Já em relação às entidades, as orientações dispostas na Resolução CMAS nº 034/20 são que estas devem ter, em seus planos de ações anuais, estratégias de assessoramento técnico e apoio administrativo aos CORAS e CLAS, e que as ações de assessoramento para funcionamento dos CORAS e das CLAS seriam tratadas com a publicação de orientações específicas do CMAS. Em relação aos planos de ações, não foi possível identifica-los, pois se tratam de documentos internos ao CMAS. Referente às orientações específicas, observa-se que, nas resoluções posteriores, como os regimentos internos das CLAS e dos CORAS, há uma omissão em relação ao indicativo sobre como serão realizadas as ações.

Para entendermos melhor este cenário, adicionaremos a experiência profissional das e dos assistentes sociais na participação e no acompanhamento de algumas reuniões das Plenárias do CMAS e dos CORAS. O objetivo é identificar os possíveis gargalos que contribuem para este cenário em que o que é construído nas CLAS e nos CORAS, não aparecem como pontos de pauta na instância máxima de deliberação do CMAS. Pelo desenho institucional, seria possível que as “consultas” fossem apreciadas pelo Plenário e, assim, ter algum tipo de deliberação. Mas, como dissemos, nas análises das atas esta consulta sequer entrou nas pautas.

CORAS E CLAS: INCOMPREENSÕES, AUSÊNCIA DE DIRECIONAMENTO E AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DAS E DOS ASSISTENTES SOCIAIS

A partir de reunião do planejamento anual das ações da Comissão de Acompanhamento de CORAS e CLAS foi solicitado à profissional de Serviço Social, assessora técnica da Comissão temática, que realizasse um levantamento de informações sobre como estavam acontecendo as reuniões em seus aspectos administrativos, documentais, participativos, cronograma das reuniões, bem como quais as pautas discutidas, tendo como referências os anos de 2021, 2022 e 2023. Após apresentação deste panorama na reunião da Comissão, foi realizada uma análise técnica na necessidade de compreender melhor o funcionamento das reuniões de CORAS e CLAS a partir do acompanhamento no território.

Para a coleta de dados, houve a participação das reuniões como ouvintes nos CORAS, CLAS e nas Sessões Plenárias do CMAS. Importante destacar que foi possível a participação nos 09 CORAS e a participação em pelo menos uma CLAS de cada regional. Para preservar o sigilo, os CORAS serão identificados como números e as CLAS serão identificados através de letras. Importante frisar que são impressões parciais, de um determinado momento e contexto do qual não temos a pretensão de generalizarmos. Porém, essas experiências serão úteis para correlacioná-las ao desenho institucional, ao trabalho das e dos assistentes sociais e, no limite, jogar luz sobre uma dinâmica de participação social e controle social, em que há uma lacuna de sistematizações e reflexões, tanto sobre estas instituições quanto ao exercício profissional das e dos assistentes sociais.

Em relação às percepções da reunião do CORAS 01: A reunião foi conduzida pelo segmento governamental. Observa-se na ocasião um esvaziamento de participação social, na época a instância encontrava-se sem representação de trabalhadora e trabalhador, e a representação de Organização da Sociedade Civil – OSC. A reunião não teve encaminhamentos, nem retornos das pautas discutidas no CMAS. Na reunião do CORAS 02: Foi observado que este encontrava-se esvaziado de representação de OSCs. A pauta previamente disponibilizada não foi seguida e os participantes não respeitavam o momento de fala uns dos outros, ocasionando em discussões paralelas e tumulto. Referente à reunião do CORAS 03, identificamos que foi coordenada por uma usuária. Neste CORAS há uma profissional para realizar o apoio técnico, observa-se que as pautas estavam previamente definidas.

A reunião do CORAS 04 demonstrou ser organizada e democrática. A condução foi por conselheiras usuárias, sendo informado que há um revezamento a cada encontro para oportunizar a participação de todas e todos. Seguiu-se um roteiro e contou com o apoio técnico de uma profissional da DRAS. O processo incluiu: aprovação da ata anterior; leitura das atas das

CLAS do território; discussão sobre melhorias no CRAS, com definição de encaminhamentos e definição da pauta para o próximo encontro.

No CORAS 05: A reunião estava organizada em forma de palestra, conduzida por uma pessoa convidada. Houve apresentação do material, em seguida foi aberto espaço para debates que circundaram sobre o racismo. Já a reunião do CORAS 06 também foi realizada em forma de palestra, contudo a coordenação foi do segmento de usuárias e usuários. Observa-se que foi encaminhada a pauta previamente, todavia não era possível identificar de forma explícita sobre quem eram os conselheiros e quem eram pessoas interessadas e ou convidados, o que só foi identificado após visualização da lista de presença.

A reunião do CORAS 07: Foi coordenada por usuária, pauta com retornos sobre a plenária CMAS e o debate sobre Cartilha de Benefícios, documento que, na época, estava sendo construído no CMAS. Em relação à reunião do CORAS 08: Observou-se uma reunião esvaziada de usuárias e usuários, não foram retirados encaminhamentos e a reunião finalizou de forma abrupta pela retirada da coordenadora e única representante de usuárias e usuários. Por fim, na reunião do CORAS 09: A coordenação foi realizada por segmento de usuárias e usuários, foi identificada a presença dos segmentos, com exceção de representação de OSC. O debate circulou sobre as representações no CORAS.

Em relação às reuniões das CLAS, pode-se observar os seguintes pontos: Na CLAS A, identificamos que ela foi coordenada pela gestora do CRAS. A reunião sofreu com baixo quórum de usuárias e usuários e encerrou sem gerar encaminhamentos para o CORAS. Já a reunião da CLAS B demonstrou grave desorganização processual, marcada por discussões paralelas, ausência de pauta definida e falta de uma coordenação elucidativa (não sendo conduzida por usuária e usuário). Por sua vez, a reunião da CLAS C foi coordenada por um trabalhador, percebemos que a atividade apresentava como foco o debate sobre Cadastro Único e políticas públicas. A CLAS D também foi conduzida por um trabalhador do CRAS, a reunião apresentou uma confusão de propósito, assemelhando-se a um grupo de convivência.

A reunião da CLAS E destacou-se positivamente pela condução das usuárias e dos usuários, que adotaram um modelo democrático de rodízio na coordenação para oportunizar a participação de todas e todos, como apoio técnico. A CLAS F foi coordenada pela gestora do CRAS e teve como pauta central o debate sobre o controle social na Assistência Social. A reunião da CLAS G foi similar à da CLAS D, identificada como um grupo de convivência. Além disso, debateu uma pauta alheia ao escopo da Assistência Social (cobertura da quadra da escola). Na CLAS H, a reunião ilustrou um ponto crítico de esvaziamento, sendo cancelada por falta de quórum de usuárias e usuários. Por fim, a CLAS I pareceu-nos mais madura aos propósitos da instituição:

coordenada por uma usuária, com apoio técnico, leitura e aprovação de atas anteriores e definição de pauta para a reunião seguinte.

As reuniões expõem uma profunda heterogeneidade na sua estruturação e procedimentalização de uma esfera discursiva. Contudo, salvo algumas exceções, a escala de participação foi razoável. No entanto, ficou mais evidente o não cumprimento de preceitos básicos como a coordenação de usuárias e usuários, ausência de assessoramento e, principalmente, a não identificação de uma dinâmica, que ainda que passível de críticas, seja ao menos a que é definida para uma CLAS.

DISCUSSÃO

Em relação às reuniões dos CORAS, as nossas participações evidenciaram que, em alguns, as gestoras e os gestores não apenas não cumpriam a Resolução CMAS-BH nº 034/20, mas tomavam para si o protagonismo que deveria ser do segmento das usuárias e dos usuários, isso implicava no direcionamento da reunião e a qual interesse este direcionamento estava voltado. Foi possível observar que alguns participantes trouxeram elementos referentes às vulnerabilidades sociais de seus territórios para a discussão. No entanto, observamos que não houve uma escuta qualificada dos usuárias e usuários, dessa forma tornaram-se “apenas queixas”.

Chama-nos a atenção que, em alguns CORAS, em primeiro ponto: a ausência de retornos das pautas discutidas nas plenárias do CMAS por meio dos representantes dos segmentos de usuárias e usuários eleitos para representação de cada CORAS na instância municipal. No segundo momento, a ausência de encaminhamentos ao final das reuniões, com esta ação torna-se inviável que o conteúdo produzido chegue ao CMAS e possa tornar-se pauta de debate municipal. Nesse sentido, pontuamos a quebra do ciclo comunicacional entre as instâncias. Foi possível identificar uma ausência de entendimento dos segmentos, principalmente do segmento de usuárias e usuários sobre a natureza política e as possibilidades estratégicas de ampliação da democracia, para além do entendimento sobre o papel da representação de cada segmento.

Observamos uma ausência de um rito ou de um roteiro para as reuniões, não na perspectiva de um engessamento, mas que este pudesse ser instrumento de suporte à condução da reunião pelo segmento de usuária e usuário. Identificamos que as usuárias e os usuários ficavam em alguns momentos um pouco desnorteados com a condução da pauta. Ficou patente a importância do assessoramento técnico, conforme dispõe a Resolução CMAS-BH nº 034/20. Em nossa pesquisa, tanto em relação ao Desenho Institucional quanto à participação

nas reuniões, foi possível identificar que algumas reuniões possuíam algum tipo de suporte técnico, contudo ainda em uma muito lógica discricionária. E o mais importante, observou-se que, quando tinha este suporte e aqui se destaca o profissional de Serviço Social, a condução da reunião pela usuária e pelo usuário era mais fluida, observado-a e observando-o mais segura e seguro para coordenar e as discussões mais qualificadas.

A análise do Desenho Institucional dos CORAS e CLAS demonstraram alguns avanços e novidades do ponto de vista participativo. Apesar da não identificação de algo que seja possível de ser considerado como uma “consulta” por parte do CMAS. Não podemos desconsiderar a densidade participativa, sobretudo de usuárias e usuários que as CLAS e os CORAS promovem. Há uma regularidade de reuniões dos CORAS, bem como a existência de diversas CLAS em cada regional, totalizando neste momento.

Já em relação à inexistência de pautas oriundas das CLAS e CORAS no CMAS, identificamos que o próprio desenho institucional não contribui. Como dito, não há indícios de que o CMAS não faz algum tipo de movimento de consulta às instâncias locais. O CMAS é a instância máxima de participação social e controle social do SUAS, se o conselho não estiver preocupado em ao menos saber o que o território pensa sobre determinados assuntos, todo o desenho institucional das CLAS e CORAS perdem o sentido. Portanto, pontuamos que falta um maior protagonismo do CMAS em compreender os limites e as potencialidades deste modelo e acionar os responsáveis que podem enriquecer estes espaços.

Potenciais críticas ao desenho consultivo dessas instituições não apareceram como condição suficiente para a não participação das usuárias e dos usuários e a própria consolidação dessas instituições. Dois indicadores corroboram essa constatação: o número de CLAS e a quantidade razoável de participantes. Contudo, esse aspecto carece de futuras investigações, pois não é possível afirmar que os participantes, sobretudo os das CLAS, tenham a compreensão das razões que os fazem estar ali reunidos. Isso explicaria, em alguns casos, as reuniões parecerem com “grupos” e não possuírem procedimentos deliberativos e produção de conteúdos que possam ser “levados” até os CORAS.

Parece-nos que o histórico participativo da política de Assistência Social de BH pode ser uma chave analítica que responde à capacidade de mobilização dos atores políticos envolvidos. Porém, é passível de atenção que, a partir do momento em que os atores políticos que participam dessas instituições tomarem plena ciência das razões que justificam e sustentam as CLAS e CORAS, haja uma desmobilização, principalmente das usuárias e dos usuários, em especial pelo caráter consultivo e, sobretudo, quando constatarem que, quando algo for produzido, poderá ocorrer uma desconsideração pelo CMAS, já que, como demonstramos, não há no desenho a previsão de um procedimento comunicativo entre as instituições.

Um bom exemplo pode ser encontrado na pesquisa de Mendonça e Cunha (2014) sobre a participação social na Assembleia de Minas Gerais. Segundo os autores, o desenho analisado:

Restringe a possibilidade de deliberação e, ao fazê-lo, argumentamos, enfraquece a ampla participação que pretende fomentar. Restringir a deliberação pode impor limites à qualificação das propostas e, conseqüentemente, à eficácia da participação. Além disso, a longo prazo, pode gerar frustrações e perda de credibilidade, na medida em que vários participantes não conseguem fazer-se ouvir. Por fim, o potencial educativo do esclarecimento mútuo é obstruído pela falta de deliberação. Tais conclusões não implicam uma oposição entre deliberação e participação. Pelo contrário, o nosso argumento é que a participação pode depender da deliberação, mesmo que estes dois conceitos nem sempre caminhem juntos, e o reforço de algumas características pertencentes a uma destas dimensões pode prejudicar as hipóteses da outra. A elaboração de práticas equilibradas de participação deliberativa surge como um grande desafio. As discussões atuais sobre sistemas deliberativos e sobre a seqüência de momentos discursivos oferecem contribuições frutíferas para esse esforço (Mendonça; Cunha, 2014, p. 96, tradução nossa).

A participação nas reuniões das CLAS e dos CORAS deixaram patente para os pesquisadores que possíveis avanços na dimensão do Controle Social devem passar necessariamente por duas dimensões: a) estabelecimento de mecanismos e ferramentas precisas de trocas discursivas e deliberação; b) efetivar o apoio técnico-administrativo às CLAS e aos CORAS, seja através de servidores de carreira dedicados a função, ou através das entidades de assessoramento e ou garantia e defesa de direitos.

Entendemos que este assessoramento deve ser feito por profissionais de nível superior da própria política de Assistência Social e que tenham condições adequadas e efetivas de atuação nestes espaços. Não nos parece adequado que profissionais que já estão lotados nos serviços e nas unidades socioassistenciais, bem como no CMAS, assumam mais esta tarefa. Estamos falando de profissionais que deveriam ter uma dedicação exclusiva, tanto para executar suas atividades quanto para se especializarem neste tipo de função. Talvez uma saída também seja cobrar efetivamente que as entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos se apropriem e ocupem este espaço. E aqui as janelas de oportunidade para as e os assistentes sociais se abrem com maiores potencialidades.

CONCLUSÕES

Restam poucas dúvidas em relação aos potenciais avanços que a Participação Social e o Controle Social adquiriram no SUAS de Belo Horizonte. É notável a existência de instâncias como os CORAS e as CLAS. Porém, a análise do Desenho Institucional, evidenciou diversas

lacunas e imprecisões que criam um labirinto que tem, no mínimo, dificultado até essas instâncias serem consultivas.

É plausível, dado o histórico de Belo Horizonte, que haja mobilização e adesão de usuárias e usuários nas CLAS e nos CORAS, o que pode significar certa legitimidade dessas instâncias. Porém, nem sequer esse tipo de afirmação pode ser realizado, pois não há publicidade e transparência quanto à quantidade de CLAS existentes, se há reuniões, se elas são registradas, quais as formas de divulgação dessas reuniões e o quantitativo médio de participantes, tanto nas CLAS quanto nos CORAS. Esse cenário é ainda mais preocupante, pois estamos falando de um período de no mínimo 4 anos, que é o recorte temporal desta reflexão.

Também, se corre o risco que a partir do momento em que estes mesmos atores, ao tomarem plena ciência das razões que justificam e sustentam as CLAS e os CORAS, poderá haver uma desmobilização, não apenas pelo caráter consultivo, mas principalmente a constatação que, quando algo é pautado nas instâncias, não há uma apreciação pelo CMAS. Nas atas das sessões Plenárias do CMAS do período analisado, não há menções a qualquer tipo de conteúdo que tenha sido produzido nas CLAS e nos CORAS.

Argumentamos ao longo desta reflexão, que uma das saídas para o labirinto apontado está relacionada à definição de responsabilidades para o cumprimento da Resolução CMAS nº 034/2020, que diz sobre a assessoria técnica e apoio administrativo das CLAS e dos CORAS. Como demonstramos, esta é ainda uma lacuna que precisa ser considerada pela Administração Municipal e pelo CMAS. Considerando o rol de atribuições definidas para as coordenadoras e os coordenadores dessas instâncias, não parece sensato que as usuárias e os usuários não possuam suportes. Com isso, não estamos dizendo que elas e eles não possuem capacidade de conduzir as reuniões e coordenar essas instâncias, mas realizar as atividades concernentes a estes espaços requer apoio logístico, técnico e assessoramento, assim como existe no próprio CMAS, através de trabalhadoras e trabalhadores que se dedicam exclusivamente a essas finalidades.

Por esta razão, acrescentamos como estratégias a ocupação deste espaço sócio-ocupacional por assistentes sociais. Como demonstramos, estes profissionais, ao longo de sua história, acumularam saberes ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos que lhes permitem atuar em uma dupla dimensão: contribuir para os processos de participação social e controle social, ao lado das usuárias e dos usuários; ao mesmo tempo que conseguem realizar apontamos críticos que dizem sobre a efetividade democrática dessas instituições.

Em relação à inexistência de pautas oriundas das CLAS e CORAS no CMAS, identificamos que o próprio desenho institucional não contribui. O CMAS é a instância máxima de mobilização

social e Controle Social do SUAS, se o Conselho não estiver preocupado em ao menos saber o que o território pensa sobre determinados assuntos, todo o desenho institucional das CLAS e dos CORAS perde o sentido. Portanto, falta um maior protagonismo do CMAS em compreender os limites e as potencialidades deste modelo e acionar os responsáveis que potencialmente podem enriquecer estes espaços.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla; TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores sobre o crivo da política: balanços e perspectivas. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 109, p. 68-92, 2012.

ALMEIDA, Debora Rezende de; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. Assistance Policy: an empirical test of the concept of deliberative systems. In: ELSTUB, Stephan; ERCAN, Selen A.; MENDONÇA, Ricardo Fabrino (ed.). *Deliberative Systems in Theory and Practice*. Nova York: Routledge, 2018. p. 144-171.

AVRITZER, Leonardo; FARIA, Cláudia Feres. Political Participation and Democratic Innovation. In: GARGARELLA, Roberto; MENDES, Conrado Hübner; GUIDI, Sebastián (org.). *The Oxford Handbook of Constitutional Law In Latin America*. Nova York: Oxford University Press, 2022. p. 666-678.

BELO HORIZONTE (MG). Lei Ordinária nº 10.836, de 29 de julho de 2015. Dispõe sobre a Política de Assistência Social no Município, institui o Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte - SUAS-BH - e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/316448> Acesso em: 13/08/2025.

BELO HORIZONTE (MG). Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte. Resolução nº 066, de 24 de dezembro de 2016. Aprova o regimento interno do CMAS. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/342821> Acesso em 13/08/2025

BELO HORIZONTE (MG). Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte. Resolução nº 034, de 30 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a regulamentação, organização e o funcionamento dos Conselhos Regionais de Assistência Social - CORAS e das Comissões Locais de Assistência Social - CLAS no Município de Belo Horizonte e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/405948> Acesso em 13/08/2025

BELO HORIZONTE (MG). Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte. Resolução nº 090 de 11 de setembro de 2024. Dispõe sobre o Regimento Interno das Comissões Locais de Assistência Social (CLAS). *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/447881> Acesso em: 13/08/2025

BELO HORIZONTE (MG). Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte. Resolução nº 099 de 19 de julho de 2024. Dispõe sobre o Regimento Interno dos Conselhos Regionais de Assistência Social (CORAS). *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/451489> Acesso em: 13/08/2025

BELO HORIZONTE (MG). Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte. Resolução nº 020,

de 05 de agosto de 2025. Aprova o Regimento Interno do CMAS. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/466299>. Acesso em: 11/08/2025.

BRASIL, Flávia de Paula Duque *et al.* Participação, Desenho Institucional e Alcances Democráticos: uma análise dos conselhos das cidades (CONCIDADES). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 48, n. 21, p. 5-18, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/fDQGshqt5sGcWDtCfy6rGFB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2025.

BRAVO, Maria Inês Souza; PAULA, Renato Francisco dos Santos; RAICHELIS, Raquel. Participação social e esfera pública: desafios na relação com conselhos e movimentos sociais. *Serviço Social & Sociedade*. v. 147, n. 2, p. 1-20. 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.403>.

CMAS-BH. CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (BH). *As orientações do CMAS sobre o funcionamento e realização das reuniões dos CORAS e CLAS*. 2023. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/CMAS/2023/orientacoes-do-cmas-bh-sobre-funcionamento-e-realizacoes-das-reunioes-dos-coras-e-clas.pdf> Acesso em 29/07/2025

CNAS/MDS. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Resolução nº 182, de 13 de fevereiro de 2025*. Caracteriza, estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para serviços, programas e projetos de assessoramento, defesa e garantia de direitos, ofertados de forma isolada ou cumulativa, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, por entidades e organizações da sociedade civil de assistência social. Resolução CNAS/MDS Nº 182, de 13 de Fevereiro de 2025. Brasília, 12 fev. 2025. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/regulacao/visualizar.php?codigo=6890> Acesso em: 08 nov. 2025.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Sociedade Civil e Controle Social: desafios para o serviço social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de (org.). *Serviço Social, Saúde, Movimentos Sociais e Conselhos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 317-330.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Teoria Democrática e Conselhos de Política Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (org.). *Política Social e Democracia*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-111.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. Desenho Institucional, Participação e Deliberação democráticas: conexões. In: CUNHA, Eleonora Schettini Martins; THEODORO, Hildelano Delanusse (org.). *Desenho Institucional, Democracia e Participação: conexões teóricas e possibilidades analíticas*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2014. p. 19-39.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Cap. VII. p. 279-329.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário*. São Paulo: Cortez, 2007. 239 p.

_____, Eleonora Schettini Martins; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Teorias Democráticas: múltiplos olhares sobre um fenômeno em mutação. In: CUNHA, Eleonora Schettini Martins; MENDONÇA, Ricardo

Fabrino (org.). *Introdução à Teoria Democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. p. 29-47.

FARIA, Claudia Feres; COELHO, Uriella Ribeiro. Desenho institucional: variáveis relevantes e seus efeitos sobre o processo participativo". In: Pires, Roberto Rocha C.

(Org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011. p. 125-136.

FUNG, Archon. Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências. In: COELHO, Vera Schattan; NOBRE, Marcos (orgs.). *Participação e Deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2004. p. 173-209.

GUTTMAN, Amy; THOMPSON, Dennis. Democracia Deliberativa para além do processo. In: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (org.). *A Deliberação Pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 177-206.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Os espaços sócio ocupacionais do Assistente Social. In: SOCIAL, Conselho Federal de Serviço; SOCIAL, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço (org.). *Serviço Social: direito e competências profissionais*. Brasília: UNB, 2009. p. 341-376.

LAVALLE, Andrian Gurza; VERA, Ernesto Isunza. O que quer dizer participação aqui e hoje?; E outrora e alhures. In: TATAGIBA, Luciana et al (org.). *Participação e Ativismos: entre retrocessos e resistências*. Porto Alegre: Zouk, 2022. p. 261-284.

_____, Leonardo. *The two faces of institutional innovation: promises and limites of democratic participation in latin america*. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2017. 197 p. (Advances in Critical Policy Studies).

_____, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de. Democracia, participação e controle social: as lutas em defesa da saúde. *Revista em Pauta*, v. 20, n. 50, p. 88-108, 2022. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/rep.2022.68508>.

_____, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Forti. Desafios do Controle Social na Atualidade. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 109, p. 126-150.2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/NkpLbcXZf5mPHkHrksGGXnf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10/08/2025.

_____, Maria Lúcia. Conselhos de Direitos e Intervenção Profissional do Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de. *Serviço Social, Saúde, Movimentos Sociais e Conselhos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 331-360.

MARTINS, Ludson Rocha. Serviço Social e Instituições Participativas: apontamentos sobre a atuação profissional no apoio ao controle social. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 81, 22 ago. 2018. EDIPUCRS. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/29375/17154> Acesso em 15/07/2025.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Pode a deliberação ajudar a democracia quando a própria democracia está em crise? In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SARMENTO, Rayza (org.). *Crises da Democracia e Esfera*

Pública: debates contemporâneos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023. p. 13-35.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, Classe e Movimento Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 384 p. (Biblioteca Básica de Serviço Social). Volume 5.

POGREBINSCHI, Thamy. *Innovating Democracy?* 1 Ed. Cambridge University Press, Londres, 2023. 112 p.

WANDERLEY, Mariangela Belfiori; PAZ, Rosangela Oliveira Dias da (org.). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma agenda permanente de pesquisa*. São Paulo: Educ, 2022. 186 p. (Serviço Social). Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/40657>. Acesso em: 19 jun. 2025.

WAMPLER, Brian. *Participatory Budgeting in Brazil: Contestation, Cooperation, and Accountability*. Pennsylvania State University Press, 2009 - 312 p.

12

CONTRIBUIÇÕES DA E DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO ÀS MULHERES TRANSEXUAIS QUE BUSCAM A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Kamila Dias De Oliveira
Assistente Social

INTRODUÇÃO

As mulheres trans no Brasil têm sua história marcada pelo preconceito e pela discriminação que sempre estiveram presentes na vida desta população. Entende-se que a e o assistente social, como profissional que trabalha na viabilização dos direitos às pessoas com alguma vulnerabilidade, precisam se atualizar a respeito desse tema que ainda sofre constantes transformações na sociedade.

A falta de oportunidades e os percalços que as pessoas trans encontram ao longo da vida podem ser um fator importante na dificuldade de inserção desta população no mercado de trabalho. As mulheres trans são estereotipadas pela sociedade tendo muitas vezes a prostituição como único meio de sobrevivência, e isso vem se perpetuando ao longo do tempo.

A atuação da e do assistente social neste tema se dá por inúmeros meios: desde a mediação entre os transexuais e suas famílias até a mitigação, em casos em que podem ocorrer diversas formas de violência e exclusão dessas usuárias e desses usuários e de seus direitos assegurados por lei.

O objetivo geral deste artigo foi compreender as dificuldades da e do assistente social para a inserção das mulheres transexuais no mercado formal de trabalho. Os objetivos específicos foram identificar as causas da não inclusão das mulheres transexuais no mercado de trabalho; refletir sobre o trabalho da e do assistente social na viabilização dos direitos das mulheres transexuais; e examinar as legislações pertinentes ao trabalho da e do assistente social sobre a proteção da população transexual.

A metodologia utilizada para a elaboração da pesquisa é a revisão bibliográfica, subsidiada por livros e artigos científicos publicados nos últimos 20 anos nas bases SciELO e Google Acadêmico. As palavras-chave empregadas na pesquisa foram “Mulheres Trans”, “Mercado de Trabalho” e “Serviços Social”.

MULHERES TRANSEXUAIS E MERCADO DE TRABALHO

A investigação acerca da condição das mulheres transexuais no mercado de trabalho é observada como importante objeto de pesquisa, considerando elementos que compõem as relações sociais e especificamente no campo das relações de trabalho, além de estigmas, estereótipos e preconceitos existentes. A princípio, cabe compreender a definição de mulheres transexuais.

Segundo o documento técnico emitido pelo Ministério Público do Trabalho, por meio do Departamento de desenvolvimento de pessoas, a identidade de gênero reflete o senso profundamente sentido e vivido do próprio gênero de uma pessoa. Segundo o mesmo documento,

transgênero, às vezes abreviado como “trans”, é um termo utilizado para descrever uma ampla variedade de identidades de gênero, inclusive pessoas transexuais, travestis, *cross-dressers* e demais pessoas que se identificam como terceiro gênero (Brasil, 2020).

Verifica-se, no entanto, que a interpretação dos conceitos diversos que se referem às mulheres trans nem sempre se caracteriza por atingir os objetivos de trazer esclarecimento acerca da situação, fazendo com que o preconceito permaneça como elemento comum. Segundo Varejão (2004), preconceito é “o conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; julgamento ou opinião formada sem levar em conta os fatos que o contestam”.

Tal conceito está na sociedade desde sempre, todo processo vivido faz com que sejam adquiridos valores, sentimentos e ideias que vão permitindo a construção de uma defesa no modo de pensar e viver que não é aceito por parte da sociedade, um padrão mental de avaliação da realidade que se expressa através de atitudes, no preconceito propriamente dito (Varejão, 2004).

Nesse aspecto, faz-se importante a discussão acerca do trabalho das diversas vertentes do conhecimento, como a Psicologia Social Comunitária e sua atuação diante da constatação do que Herek e Garnets (2007) consideram como elevados escores de preconceito, que trazem consigo consequências fisiológicas diretas e resultados psicológicos destrutivos às vítimas. Os autores relatam, inclusive, que a discriminação e as expressões de violência começam na escola, por meio do *bullying* com conteúdo preconceituoso à orientação sexual, resultando nas práticas violentas em outras fases, podendo levar à morte física, social e subjetiva ou simbólica.

Importante considerar que a “diversidade das práticas discriminatórias por conta da orientação sexual se articulam com outros marcadores sociais como raça/etnia, classe, geração, gênero” (Peruchi *et al.*, 2014, p. 68).

Uma abordagem relevante a respeito do preconceito foi trazida em estudo realizado por Pereira (2004 *apud* Fleury; Torres, 2007), que indica que o conservadorismo religioso se opõe aos direitos desse público e varia conforme o gênero e a crença do público analisado. O estudo em comento, realizado junto a estudantes de teologia de duas correntes religiosas, expressa que o preconceito é mais sutil entre estudantes católicas e do sexo feminino, se apresentando, no entanto, de modo flagrante entre estudantes masculinos e de religiões evangélicas.

Nesse contexto, importa compreender os conceitos de opressor e oprimido, que contribuem para o entendimento a respeito dos mecanismos de exclusão intrínsecos ao preconceito contra as mulheres trans. Lima e Vala (2004) afirmam que a compreensão do endogrupo, que é o grupo opressor ou preconceituoso, sobre o exogrupo, que é o grupo oprimido, pode ser observada sobre dois níveis ou eixos, que são o eixo dos traços de natureza e o eixo dos traços de cultura. Os traços de natureza são as características utilizadas de modo indiferenciado tanto nas

descrições de seres humanos quanto nas descrições de animais. Os traços de cultura são típicos dos seres humanos.

Ainda que exista a separação nítida entre os grupos, opressor e oprimido, faz-se importante a consideração de que a homofobia pode estar internalizada no próprio indivíduo, fazendo com que as consequências do preconceito e da discriminação de terceiros sejam potencializadas. Nesse aspecto, pode-se considerar que mudanças significativas são passíveis de serem obtidas a partir de intervenções junto ao próprio indivíduo (Alves *et al.*, 2017).

Estes autores consideram a propensão que esse público possui para o desenvolvimento de transtornos como ansiedade e depressão, tendo realizado uma pesquisa na qual foram utilizadas estratégias e técnicas como registro de pensamentos disfuncionais, reestruturação cognitiva, previsão e resolução de problemas, dramatização e ampliação da rede de apoio familiar e social.

Destacando-se os efeitos da discriminação e as intervenções da psicologia, pode-se compreender a relevância das intervenções na perspectiva dos direitos humanos. Nesse sentido, observa-se que a atuação se fundamenta, a princípio, na análise das relações de poder e na concepção da possibilidade de se habitar sem sofrimento (Alves *et al.*, 2017). Essa dificuldade de habitar sem sofrimento mostra-se dificultada num cenário onde são negados direitos básicos, como o direito ao trabalho.

Tais dificuldades de efetivação dos direitos têm sua origem na incipiência de políticas sociais. Conforme Lobato (2016), o histórico das políticas sociais no Brasil se caracteriza pela dependência com relação aos projetos de desenvolvimento nos diferentes regimes políticos. Assim, o projeto secundário é o que incorpora as estratégias para a melhoria das condições de vida da população e a possibilidade de trazer padrões mínimos de igualdade social.

A ordem social instituída na Constituição de 1988 inaugurou um modelo avançado de estado de bem-estar, exercendo importante impacto nas condições de vida da população até aqui. Mas elementos estruturais à sustentação de tal modelo não puderam ser alterados ou o fizeram de forma tímida (Lobato, 2016, p. 94).

No contexto das reivindicações da sociedade pela efetividade das políticas públicas encontram-se as lutas da comunidade LGBTQIA+, que, ao longo da história, foram ignoradas pelo poder público. Segundo Prado e Sousa (2017), estas lutas têm entre seus objetivos a desconstrução da visão de anormalidade que boa parte da sociedade possui sobre as escolhas da população em comento, considerando que os obstáculos a ela ocorrem em todos os campos.

A diversidade de pautas e de demandas que caracteriza a luta da comunidade LGBTQIA+ é considerada como um reflexo da histórica omissão por parte do poder público, que fez,

inclusive, que tais demandas sequer integrassem as discussões inerentes à agenda social no país, até recentemente. Conforme Bulter (2010), somente a partir da década de 1970 é que, com a maior organização dos grupos em torno da defesa dos direitos, se passou, de modo gradativo, à inserção das questões a eles inerentes no contexto das políticas, mormente com o apoio institucional de conselhos profissionais, como de Psicologia e Serviço Social, e de movimentos populares.

Mesmo como as mudanças ocorridas na sociedade e nos preceitos legais, ainda existe uma lacuna sobre as travestis e as transexuais a respeito da forma como estas pessoas, de identidade sexual não hegemônica, se inserem no mundo do trabalho. Observa-se que, quando se trata dos homossexuais, mesmo com o preconceito, existe um espaço social de tolerância, que mesmo sendo diferente do respeito, subsiste e é reservado mais àqueles que possuem capital intelectual ou financeiro. A estigmatização do público trans ocorre, entre outros pontos, diante de seu pertencimento predominantemente às classes mais pobres economicamente (Irigaray, 2012).

Observa-se que a Constituição Federal do Brasil de 1988 se refere aos princípios relacionados aos direitos fundamentais do ser humano, tendo como objetivo promover o bem-estar a toda população. Assim, “um dos objetivos fundamentais da República brasileira, segundo a Constituição, é promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (MPF, 2017, p. 4). Diante dessas exigências para a consolidação dos preceitos constitucionais, o que se observa é o descumprimento desses direitos, sobretudo, quando se trata da efetivação do direito ao trabalho para as mulheres trans.

A abordagem ora empregada no que diz respeito às oportunidades de emprego para as mulheres trans pauta-se pela mudança no cenário, no qual o preconceito era explícito, passando para uma exclusão não assumida. Conforme Dias e Bernardinelli (2016), diante do mercado de trabalho, bem como em outros setores, o transexual pertence a um grupo minoritário e sua desvantagem ocorre por diversas maneiras. No cenário dinâmico e competitivo que corresponde ao mercado de trabalho, a discriminação e o preconceito por questões de gênero e sexualidade são predominantes por parte dos recrutadores.

Os riscos de que uma travesti ou transexual seja assassinada na rua, na maioria das vezes por arma de fogo, é 259 vezes superior aos gays e às lésbicas. Em 2010 residiam no Brasil aproximadamente 40 mil travestis e transexuais e a grande maioria trabalhava no mercado informal ou na indústria do sexo (Irigaray, 2012).

A exclusão sofrida pelas mulheres trans no mercado de trabalho indica ser motivada pela falta de aceitação das diferenças. O fato de ser diferente do padrão vigente leva à exclusão, diante do desconforto alegado pelo conservadorismo que existe em diversos segmentos e organizações (Moura; Lopes, 2014).

Observa-se que 90% dos transexuais e travestis encontram-se fora do mercado formal de trabalho e boa parte tem na prostituição a fonte de renda para sua subsistência (Souza; Costa; Rodrigues, 2016). A falta de oportunidades no mercado de trabalho formal tem como motivação a inércia no campo das políticas de inclusão e de enfrentamento ao preconceito e à discriminação.

Petry (2015) indica outro componente que pode dificultar a entrada das mulheres trans no mercado de trabalho formal, considerando a possibilidade de que a realização de cirurgia de redesignação sexual possa conduzir a um extenso período de cuidados e de afastamento. O autor destaca que essa condição de manutenção das necessidades durante o período de recuperação não contempla os transexuais que se encontram na informalidade.

Silva, Luppi e Veras (2020) afirmam que uma das dificuldades de inserção das mulheres trans e da população transexual de modo geral no mercado de trabalho refere-se à baixa escolaridade. No entanto, essa baixa escolaridade pode ter como motivação o ambiente hostil encontrado por esse público nas instituições de ensino, o que dificulta sua adaptação. Verifica-se, inclusive, que:

Dos fatores associados à inserção no mercado de trabalho, torna-se relevante enfatizar as políticas públicas de inclusão escolar, tolerância e respeito à diversidade de identidade de gênero nas instituições de ensino, para reverter o cenário de abandono escolar e conseqüentemente baixa escolaridade (Silva; Luppi; Veras, 2020, p. 1.731).

Conforme Irigaray (2012), a quase inexistência de mulheres trans e travestis no mercado de trabalho é resultado da estigmatização e do preconceito dos quais elas são alvo, os quais, muitas vezes, se reificam em atos de violência física, desde a infância. Raras são as travestis que conseguem terminar o ensino fundamental, pois são objetos de discriminação e de violência nas escolas. Nesse sentido, observa-se uma forte correlação entre a violência sofrida por esses indivíduos e sua baixa qualificação profissional.

Assim, sugere-se que a exclusão no mercado de trabalho tenha entre os fatores que contribuem para sua manutenção a ausência de iniciativas inclusivas também no período de escolarização. Conforme Bonassi *et al.*, essa baixa escolarização é identificada em diversos estados do Brasil, como Santa Catarina, onde 33,9% de travestis e transexuais abandonaram os estudos na faixa etária entre 16 e 19 anos.

Tal argumento, no entanto, indica não ser uma pacificação da discussão, compreendendo, por exemplo, que no Canadá, conforme citado por Silva, Luppi e Veras (2020), mesmo diante da elevada escolarização apresentada pelo público em análise, os níveis de desemprego são muito superiores ao que é observado entre a população em geral. Também no Brasil observa-se a

situação na qual, mesmo ante uma maior escolarização, o público transexual tem dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Desse modo, considerando que o Serviço Social tem entre suas características mais evidentes a busca pela efetivação de direitos, importa refletir sobre o trabalho da e do assistente social na viabilização dos direitos das mulheres transexuais.

O SERVIÇO SOCIAL NA VIABILIZAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES TRANSEXUAIS

Ainda que a diversidade de gênero não seja uma realidade nova, esta não se encontrava intrínseca aos estudos de gênero enquanto tema teórico e político. O assunto é uma pauta política e um campo de estudos que, em consonância com os “processos de lutas de pessoas trans nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, vem ganhando expressão mais recentemente e se espalhando no campo acadêmico, configurando-se como um tema contemporâneo” (Marinho; Almeida, 2019, p. 120). Nesse contexto, verifica-se que a não efetivação de direitos representa uma realidade na vida das mulheres trans, o que inclui as dificuldades cotidianas e o medo da violência, inclusive no campo laboral.

Rondas e Machado (2015) afirmam que a hostilidade e a rejeição se estendem, por vezes, ao ambiente familiar e no ambiente de trabalho são comuns as ações que denotam desrespeito e humilhação.

Muitas vezes, desprovidas de nome civil em conformidade com seu gênero, as mulheres trans têm que abdicar de projetos profissionais no trabalho formal, optando pelo trabalho informal. Tem-se, desse modo, um paradoxo no âmbito da proteção, pois para que se sintam protegidas dos constrangimentos no que diz respeito à apresentação de documentos nos processos de recrutamento, seleção e admissão, além dos xingamentos, perseguições e violências, são levadas ao mercado informal, desprotegidas da legislação trabalhista (Marinho; Almeida, 2019). As afrontas e o desrespeito são comuns no mercado de trabalho, sendo possível identificar as agressões à dignidade a partir de depoimentos de mulheres trans:

Teve um dia que marcou muito, que eu fiquei muito mal, porque eu estava no refeitório e quando saí ouvi gargalhadas de mim [...]. Todo esse clima já durante o treinamento. [...] Eles davam uma meta de seis prospecções pra você atingir três vendas, eu conseguia cinco vendas. Então fui a única selecionada. E aí não quis ficar no trabalho, não ia conseguir trabalhar onde as pessoas me causam mal, eu não ia ter paz (Marinho; Almeida, 2019, 128).

As mulheres trans convivem com o medo constante de serem vítimas de situações de violência extrema devido à transfobia, bem como da ocorrência de constrangimentos. As narrativas que

indicam o desrespeito podem ser observadas como algo corriqueiro no ambiente de trabalho (Marinho; Almeida, 2019).

O mercado de trabalho tem como característica a exclusão de grupos como os transgêneros e travestis, que apresentam aspectos identificados com facilidade como elementos distintivos, se afastando dos padrões tradicionais impostos pela sociedade para o mercado de trabalho, proporcionando desconforto se verificado o padrão do mercado de trabalho, eminentemente conservador (Moura; Lopes, 2014).

Observa-se que a valorização do público trans com relação à atividade profissional tem como fundamentos a oportunidade de socialização, reconhecimento profissional, carteira assinada, flexibilidade de horário, respeito adquirido e fazer o que gosta e principalmente independência financeira (Rondas; Machado, 2015). No entanto, a obtenção de qualquer uma dessas condições mostra-se difícil diante de uma realidade de exclusão, como a representada em grande parte do país.

Historicamente, o Serviço Social vem se aproximando do debate em relação a questão do público LGBTQIA+ a partir de ações efetivas do Conselho Federal do Serviço Social - CFESS. Pode-se considerar que a dinâmica de tais atividades tem tido grande repercussão, já que o Conselho tem buscado, por meio de seus diferentes canais de interação com a categoria e com o cidadão em geral, a conscientização a respeito do problema da violência. A luta pela implantação de políticas públicas destinadas à proteção desse grande contingente de cidadãos que se veem reféns de indivíduos e de grupos preconceituosos é atualmente uma das bandeiras do CFESS.

As iniciativas já estão sendo tomadas há alguns anos, como o repúdio à antidemocrática e retrógrada proposta de taxação da homossexualidade como doença. Em conjunto com o Conselho Federal de Psicologia, em 2012 o CFESS manifestou seu repúdio ao Projeto de Decreto Legislativo que trazia tal proposta (CFESS, 2012).

Já em 2014, o CFESS publicou seu repúdio à manifestação homofóbica do então candidato à presidência da república, Levy Fidélis. Na ocasião, o conselheiro do CFESS afirmou que a ética da e do assistente social prevê o combate ao preconceito. No mesmo ano, o Conjunto CFESS-CRESS lançou a campanha de defesa ao uso do nome social e da livre expressão da identidade de gênero. Em 2013, compôs-se o Conselho Nacional de Combate à Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais.

Em 2015, o Conselho Federal de Serviço Social lançou o Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans, em São Paulo, reiterando a preocupação com a questão e confirmando o papel dessa área profissional no tocante à defesa dos interesses de grupos em condição de vulnerabilidade, tratados por alguns como minorias.

Dos períodos obscuros de patologização às conquistas hodiernas, várias situações colocam o Brasil num cenário que se expressa por meio de um paradoxo. Ainda que diante de avanços significativos no contexto social e mesmo jurídico, onde foram conquistados direitos principalmente nos tribunais, se constata que, segundo Sasaki (2018), o Brasil é o país onde mais se mata transexuais e travestis. Segundo a reportagem do autor, a homossexualidade é tipificada como crime em mais de setenta nações. Nesse aspecto, verifica-se que as desigualdades sociais também influenciam para a intensificação da exclusão de grupos específicos.

Segundo Gonçalves (2012), as características do capitalismo intensificam as expressões da questão social. Estas afirmações são confirmadas pelo aumento da violência, do desemprego, do uso de drogas, da ruptura dos vínculos familiares e comunitários e do sucateamento de políticas públicas. Estas questões são verificadas com maior intensidade pelos segmentos socioeconomicamente excluídos, tendo seus resultados expressos nas necessidades a serem supridas, devendo ser respondidas em redes, não por setores individualizados.

Este modelo traz à tona novas condições de opressão às classes menos favorecidas. Estas novas condições, surgidas a partir do capitalismo nocivo que se vivencia são denominadas por alguns estudiosos da nova questão social. Entretanto, as diferentes expressões da questão social não são outro fenômeno social, mas, sim, novas formas para conteúdos antigos (Mota, 2000).

Diante da abordagem sobre diferença e interseccionalidade, Mello e Gonçalves (2010) consideram que esta última torna possível a observação das questões de cunho social por meio das opressões diversas que integram a existência dos indivíduos nos diferentes espaços.

Nesse contexto, observa-se que alguns grupos são discriminados e suscitam tanto medo quanto raiva, conduzindo a ocorrência de reações de violência e conflitos diversos, sendo necessária a existência de uma observação a respeito da heterogeneidade dos grupos e da interseccionalidade, buscando a interação entre esses grupos específicos, superando as desigualdades derivadas das diferenças (Mello; Gonçalves, 2010). Verifica-se que a expressão das formas de tolerância pode ocorrer de modo passivo ou ativo, o que indica a existência também de formas diferenciadas de intolerância:

É imperioso evitar a tolerância passiva, aquela atitude de quem aceita a existência com o outro não porque o deseje e veja algum valor nisso, mas porque não o consegue evitar. Há que se incentivar a tolerância ativa que consiste na coexistência, na atitude de quem positivamente convive com o outro porque tem respeito por ele e consegue ver os valores da diferença e assim pode se enriquecer (Boff, 2015).

Nesse ponto, é possível compreender que as formas de enfrentamento ao preconceito também devem observar as maneiras como o mesmo se expressa, buscando uma reação mais direcionada às causas da discriminação.

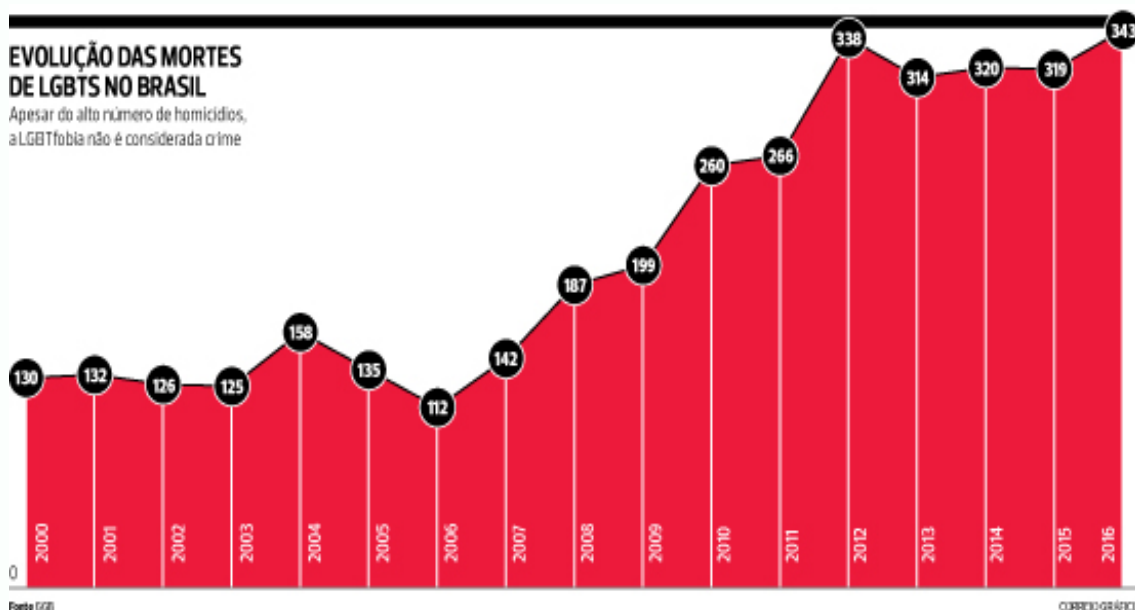
Nesse aspecto, o tratamento diferenciado por parte do Estado se fundamenta nas condições de vida social e econômica, onde, de um lado, se situam pessoas que têm pleno acesso aos seus direitos; e, de outro, aquelas pessoas a quem os mesmos direitos são negligenciados. O antagonismo é potencializado pela elite econômica e política, que inclusive influencia parte da população que faz parte dos próprios grupos.

AS INICIATIVAS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DAS MULHERES TRANS

As visões definidas como dicotômicas e parciais na abordagem das diferenças podem ser situadas no bojo da própria concepção equivocada a respeito da atribuição de papéis determinados no meio social, que privilegiam sempre as mesmas classes. Desse modo, a produção de desigualdades diversas se perpetua, exigindo mudanças na observação do tema (Mello; Gonçalves, 2010). Um exemplo refere-se à violência.

A violência contra a população LGBTQIA+ na contemporaneidade é um elemento que chama a atenção e traz a necessidade de adoção de políticas urgentes e incisivas de enfrentamento. Em 2016, foram assassinados 173 gays, 144 travestis e transexuais, 10 lésbicas, 4 bissexuais e 12 heterossexuais que possuíam algum tipo de relacionamento com os LBTT, totalizando 343 vítimas da intolerância. A evolução no número de assassinatos pode ser identificada no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Evolução nas mortes de LGBTQIA+ no Brasil



Fonte: Gauthier (2017).

A violência se expressa também de outras formas, como a partir da negação aos direitos de cidadania. No Brasil têm sido empreendidas iniciativas no sentido de se reduzirem as

dificuldades para que os transexuais de modo geral possam ter o direito à plena cidadania. Um exemplo se refere ao Programa Brasil Gênero e Raça, que é um dos instrumentos principais destinados à articulação das políticas voltadas à promoção da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, com o enfrentamento à discriminação (Brasil, 2006). Entre outros preceitos, observação à vedação da:

[...] adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Brasil, 2006, p. 20).

Conforme Carvalho (2017), não é suficiente a construção do arcabouço jurídico sem a internalização coletiva e individual de seus preceitos pela sociedade, sendo que somente por meio da educação voltada à compreensão acerca dos direitos humanos é possível a erradicação da violência, por meio, inclusive, do debate que envolva as temáticas sobre respeito, gênero e igualdade.

Os elementos que se somam para a produção de desigualdades são os componentes observados pela interseccionalidade, podendo-se compreender que, mesmo diante da estratificação social, torna-se necessária a redução destas desigualdades entre grupos e indivíduos. A representatividade ou a importância de todos os indivíduos deve ser destacada, e mesmo que seja difícil uma implementação de modo que se possa obter a efetiva participação social de todos, devem ser empreendidos esforços nesse sentido (Mello; Gonçalves, 2010).

Fernandes (2016) reitera a invisibilidade do fenômeno, o isolamento e o secretismo em algumas situações, bem como o notório desconhecimento por parte das vítimas sobre mecanismos de apoio no geral, a frágil rede de apoio formal, a falta de respostas especializadas como o acolhimento para homens e as mensagens de preconceito e homofobia existentes em alguns discursos. Novamente, destaca-se a pouca repercussão dada à violência em questão, que fortalece a manutenção do *status quo*, caracterizado pela relação de submissão.

Importa considerar também a diversidade de pautas e de demandas que caracteriza a luta da comunidade LGBTQIA+ é considerada como um reflexo da histórica omissão por parte do poder público, que fez, inclusive, que tais demandas sequer integrassem as discussões inerentes à agenda social no país, até recentemente. Um importante aporte à consistência da legislação de proteção às mulheres trans no Brasil é representado pela aplicabilidade da Lei Maria da Penha aos crimes contra esse público.

Por unanimidade, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que a Lei Maria da Penha se aplica aos casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres transexuais. Considerando que, para efeito de incidência da lei, mulher trans é mulher também, o colegiado deu provimento a

recurso do Ministério Público de São Paulo e determinou a aplicação das medidas protetivas requeridas por uma transexual, nos termos do artigo 22 da Lei 11.340/2006, após ela sofrer agressões do seu pai na residência da família (STJ, 2022).

A decisão do julgamento ocorrido no mês de abril de 2022 pode ser considerada como uma conquista ao superar o entendimento do juízo de primeiro grau que negara as medidas protetivas ao interpretar que a Lei Maria da Penha se limitava à mulher biológica.

Além dos preceitos legais destinados à garantia de direitos, é importante que sejam observadas também as iniciativas por parte da sociedade civil, buscando a promoção social das mulheres trans. Um exemplo nesse sentido trata-se do portal TransEmpregos, que é um banco de vagas voltado ao público transexual. O portal oferece às empresas a possibilidade de acesso a conteúdos para implantação e melhoria dos processos de inclusão, além de espaço para divulgação de suas vagas.

Com a missão de trabalhar junto às empresas para confrontar a discriminação e o preconceito causadores da grande dificuldade de acesso a empregos por esta população, foi criada em 2013 a TransEmpregos. Este portal trabalha para que pessoas possam ser analisadas pelo RH sem sofrerem preconceitos e discriminações neste processo (TransEmpregos, 2021).

Diversas empresas são parceiras da iniciativa, como o Carrefour, Sodexo, Google, Atento, GPA, Wecler e Sky, entre outras (TransEmpregos, 2021). Observa-se que as ações voltadas à melhoria das condições para empregabilidade do público transexual fazem parte também da agenda governamental.

Essa iniciativa tem como finalidade reduzir a vulnerabilidade social das pessoas trans, considerando o cenário de exclusão ainda vigente. Assim, importa compreender a necessidade de organização de movimentos, com apoio da sociedade e de categorias específicas como o Serviço Social e o próprio movimento, que:

[...] é aqui entendido como o conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual e/ou reunir, com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente políticas, indivíduos que se reconheçam a partir de qualquer uma das identidades sexuais tomadas como sujeito desse movimento (Facchini, 2003, p. 84).

Diante das iniciativas por parte do poder Público e da iniciativa privada, importa compreender as atribuições das e dos assistentes sociais nesse contexto. Pode-se considerar que o trabalhador social, como homem, tem que fazer sua opção, aderindo à mudança que ocorre no sentido de verdadeira humanização do homem, de seu ser mais, ou fica de acordo com a permanência (Freire, 1993, p. 51). Esta afirmação dá ao citado trabalhador social a apropriação de uma autonomia e

da própria subjetividade da função, caracterizada pela condição analítica e pela observação das demandas da sociedade, para a realização de intervenções.

Uma síntese importante e que traduz a completude da atuação é a afirmação de Martins (1999), de que cabe à e ao assistente social indicar melhorias às condições de vida da sociedade. A e o profissional do Serviço Social deve possuir preparação metodológica e técnica para o pleno exercício de todas as funções relacionadas à questão social, objeto principal de seus estudos e de sua prática.

(...) próprio perfil do assistente social que se pretende assegurar: um técnico treinado para servir num campo de ação determinado com a máxima eficácia operativa ou um intelectual que, habilitado para operar numa área particular, compreende o sentido social da operação e a significância da área no conjunto da problemática social (Paulo Netto, 1996, p. 125-126).

A afirmação representa o conjunto de ações necessárias para tornar em prática o preconizado na teoria, que se traduz necessariamente pela promoção social dos indivíduos, nesse caso as mulheres transexuais, em que o projeto profissional da e do assistente social não se dissocia da imagem construída pelo acadêmico e pela comunidade que, normalmente, buscam realizar a intervenção para a efetivação de uma intermediação favorecedora daqueles que necessitam de alguma maneira de acesso às possíveis ações de promoção social.

Diante dessa realidade, pode-se incluir no rol dos documentos voltados à proteção e garantia ao direito das mulheres trans, a Nota de apoio à Resolução CFM nº 2.265/2019, que “Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010” (CFESS, 2020).

Entre as pautas defendidas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2020b), encontram-se o apoio às lutas acerca do respeito à identidade trans, considerando a despatologização da transexualidade; a retirada da transexualidade dos catálogos internacionais de doenças e a garantia da permanência do processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS), além de dar continuidade ao debate contemporâneo acerca do nome social. Busca-se, inclusive, a normatização do exercício das atividades do Serviço Social nas equipes profissionais envolvidas no processo transexualizador sob responsabilidade do SUS.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, M. Travestis e Transexuais e os Outros: Identidade e Experiências de

Vida. *Revista Gênero*, Niterói, v. 4, n. 1, p. 65-100, 2º sem. 2003.

ALVES, R. A. K. et al. Alterando crenças centrais: um relato de caso de homofobia internalizada. *Rev. Bras.*

Ter. Cogn. [online]. v. 13, n. 1, pp. 12-19, 2017.

BOFF, L. *A intolerância no Brasil atual e no mundo*. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2015/01/22/a-intolerancia-no-brasil-atual-e-no-mundo/>. Acesso em 20 abr. 2022.

BONASSI, B. C. *et al.* Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. *Quad Psicol*, v. 17, n. 3, p. 83-98, 2015.

BRASIL. *LGBT nas prisões do Brasil: diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento*. Documento técnico. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Secretaria Nacional de Proteção Global Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/todas-as-noticias/2020-2/fevereiro/TratamentopenaldepessoasLGBT.pdf>. Acesso em 24 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho. *Programa Brasil, Gênero e Raça: Orientações Gerais*. Brasília: Ministério do Trabalho, 2006.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, P. L. B. Entraves da Lei Maria da Penha no combate à violência contra a mulher. *Gênero e Direito*, Universidade Federal da Paraíba, v. 6, n. 2, 2017.

CFESS. *Diversidade trans: CFESS publica livro sobre o tema e divulga nota de apoio à Resolução CFM*. Conselho Federal de Serviço Social. 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1689>. Acesso em 25 abr. 2022.

CFESS. *Seminário nacional serviço social e diversidade trans*. Conselho Federal de Serviço Social. 2020b. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroSeminarioTrans2015-Site.pdf>. Acesso em 25 abr. 2022.

CIDADE DE SÃO PAULO. *Cate realiza seleção para mais de 200 vagas de emprego para homens e mulheres trans e travestis*. 2022. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/cate-realiza-selecao-para-mais-de-200-vagas-de-emprego-para-homens-mulheres-trans-e-travestis-1>. Acesso em 23 abr. 2022.

DIAS, J. A. H.; BERNARDINELI, M. C. O transexual e o direito de acesso ao mercado de trabalho: do preconceito à ausência de oportunidades. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, v. 2, n. 2, p. 243-259, jul./dez. 2016.

FACCHINI, R. *Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico*. Cad. AEL, v. 10, n.18-19, 2003

FERNANDES, C. S. R. *Violência nas relações de intimidade entre pessoas do mesmo sexo: Estudo exploratório sobre os mecanismos de apoio à vítima de violência na intimidade*. 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/32892>. Acesso em 20 abr. 2022.

FLEURY, A. R. D.; TORRES, A. R. R. Análise psicossocial do preconceito contra homossexuais. *Estud. psicol.* (Campinas) [online], v. 24, n. 4, pp. 475-486, 2007.

FREIRE, P. *Política e educação*. São Paulo: Cortez, 1993

EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ATUALIDADE

GAUTHIER, J. *Número de mortes de LGBTs bate recorde em 2016 no Brasil*; Bahia teve 32 homicídios. Disponível em: <http://blogs.correio24horas.com.br/mesalte/numero-de-mortes-de-lgbts-bate-recorde-em-2016-bahia-teve-32-homicidios/>. Acesso em 22 abr. 2022.

GONÇALVES, E. J. *Sistema Único de Assistência Social: O Desafio da Intersectorialidade na PNAS*. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/7220/1/arquivototal.pdf>. Acesso em 22 abr. 2022

HEREK, G. M.; GARNETS, L. D. Sexual orientation and mental health. *Annual Review of Clinical Psychology*, v. 3, p. 353-375, 2007.

IRIGARAY, H. A. R. Travestis e transexuais no mundo do trabalho. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. Sucesso social, branqueamento e racismo. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-19, abr. 2004.

LOBATO, L. V. C. Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro. *Saúde Debate*. Rio de Janeiro, v. 40, n. especial, dez./2016.

MARINHO, S.; ALMEIDA, G. S. Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo. *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 22, n. 1, p. 114-134, jan./jun. 2019.

MARTINS, E. B. C. O Serviço Social na área da Educação. In: *Revista Serviço Social & Realidade*, v. 8, n. 1, UNESP, Franca: São Paulo, 1999

MELLO, L.; GONÇALVES, E. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da UFRN*, v. 11, n. 2, 2010.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e Seguridade Social*. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência brasileira nos anos de 80 e 90. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOURA, R.; LOPES, P. *O Preconceito e a Discriminação de Transgêneros no Processo de Recrutamento e Seleção de Pessoal: uma Revisão Bibliográfica*. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/36520376.pdf>. Acesso em 26 mar. 2022.

MPF. *O Ministério Público e os Direitos de LGBT: Conceitos e Legislação*. <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/midiateca/nossas-publicacoes/o-ministerio-publico-e-a-igualdade-de-direitos-para-lgbti-2017>. 2017. Acesso em 24 mar. 2022.

ONU. *Glossário*. Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos. s/d. Disponível em: <https://www.unfe.org/pt-pt/definitions/>. Acesso em 24 mar. 2022.

PAULO NETTO, J. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano XVI, abr. 1996.

PERUCCHI, J.; BRANDÃO, B. C.; VIEIRA, H. I. S. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. *Estud. psicol.* (Natal), Natal, v. 19, n. 1, p. 67-76, mar. 2014.

PETRY, A. R. Mulheres transexuais e o Processo Transexualizador: experiências de sujeição, padecimento e prazer na adequação do corpo. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 36, n. 2, p. 70-75, 2015.

PRADO, E. A. J.; SOUSA, M. F. *Políticas públicas e a saúde da população LGBT: uma revisão integrativa*. Tempus, actas de saúde colet, Brasília, v. 11, n. 1, mar, 2017.

RONDAS, L. O.; MACHADO, L. R. S. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 10, n. 1, São João del-Rei, janeiro/junho 2015

SASAKI, F. O combate à homofobia no Brasil e no mundo. *Guia do Estudante 2018*. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/o-combate-a-homofobia-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em 23 abr. 2002.

SILVA, M. A.; LUPPI, C. G.; VERAS, M. A. S. M. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 5, p. 1723-1734, 2020.

SOUZA, D. E.; COSTA, B. L.; RODRIGUES, E. M. *A inserção de pessoas transexuais e travestis no mercado de trabalho*. 2016. Disponível em: http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_029.pdf. Acesso em 24 mar. 2022.

STJ. *Lei Maria da Penha é aplicável à violência contra mulher trans, decide Sexta Turma*. 2022. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/05042022-Lei-Maria-da-Penha-e-aplicavel-a-violencia-contra-mulher-trans--decide-Sexta-Turma.aspx>. Acesso em 24 abr. 2022.

TRANSEMPREGOS. *Quem somos*. 2021. Disponível em: <https://www.transempregos.com.br/quemsomos>. Acesso em 22 abr. 2022.

VAREJÃO, Flávio. *Preconceito Racial*. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~fvarejao/cs/PreconceitoRacial.htm>. Acesso em 24 mar. 2022.

13

O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO A ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE PIRAPORA/MG E OS DESAFIOS PERANTE A DISTORÇÃO SÉRIE-IDADE

Joseane Ribeiro Pamplona¹

RESUMO

O artigo aborda as experiências e as reflexões elaboradas durante a atuação na Casa de Proteção Dr. Carlos Roberto Martins Tavares, o serviço de acolhimento institucional do município de Pirapora/MG. Com enfoque na defasagem idade-série, uma situação em que estudantes estão cursando séries incompatíveis com sua idade, sendo problema comum entre as crianças e os adolescentes acolhidos. Essa defasagem reflete violações de direitos no seio familiar, e a unidade de acolhimento assume a responsabilidade de enfrentar esses desafios educacionais. O estudo, de caráter qualitativo, explora as dificuldades enfrentadas por adolescentes acolhidos, em que destaca a importância da educação como um eixo fundamental para a emancipação política das e dos adolescentes e propõe uma análise das políticas públicas educacionais para entender os determinantes da defasagem escolar. Enfatizando a necessidade de uma abordagem multifacetada pela e pelo profissional para reduzir a defasagem série-idade, incluindo a identificação precoce de dificuldades de aprendizagem, programas de reforço escolar, formação continuada de professores, integração de tecnologias educacionais, apoio psicossocial e políticas públicas eficazes, sendo que a correção de fluxo escolar é vista como uma estratégia crucial para alinhar as e os estudantes à faixa etária adequada para seu nível de ensino, promovendo um desenvolvimento educacional mais justo e equitativo.

Palavras chave: defasagem idade-série; acolhimento institucional; educação e proteção integral.

INTRODUÇÃO

Este artigo emerge das reflexões suscitadas durante a atuação na Unidade de Acolhimento do município de Pirapora/MG, especificamente na Casa de Proteção Dr. Carlos Roberto Martins Tavares. Fundado em 2004, o espaço configura-se como um serviço de alta complexidade no âmbito da assistência social, voltado ao acolhimento institucional de crianças e de adolescentes, na modalidade de abrigo institucional, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Família e Políticas Sociais (SEFAM).

Trata-se de um serviço executado pelo poder público e financiado por recursos oriundos das esferas federal, estadual e municipal. O Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) tem como finalidade acolher, de forma provisória, indivíduos de 0 a 18 anos incompletos que se encontram em situação de risco, com o objetivo de assegurar condições dignas de vida e promover sua reintegração familiar e social, em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei Federal nº 8.069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Como destaca Rizzini (2011), o acolhimento institucional deve ser compreendido como medida excepcional e provisória, com foco na restituição de vínculos e no fortalecimento da autonomia dos sujeitos.

É comum que muitos dos acolhidos apresentem, ao ingressarem no serviço, um quadro de distorção idade-série, o que representa mais uma faceta das múltiplas violações de direitos vivenciadas no ambiente familiar. Segundo Abramowicz e Silva (2015), a defasagem escolar está frequentemente relacionada às situações de vulnerabilidade social, marcadas por trajetórias interrompidas e ausências prolongadas do ambiente escolar. Nesse contexto, a unidade de acolhimento assume a responsabilidade não apenas pela proteção e pelo cuidado, mas também pelo enfrentamento dos desafios educacionais impostos a esse público fragilizado pelas rupturas afetivas e sociais.

Sob a perspectiva da doutrina da proteção integral, a dimensão educacional é compreendida como um eixo estruturante do Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento elaborado pela equipe técnica da instituição – composta por psicólogo e assistente social – em conjunto com a família e a rede intersetorial, visando à promoção da autonomia e da emancipação política dos sujeitos acolhidos. Conforme pontuam Sarmiento e Ferreira (2013), a educação no contexto do acolhimento institucional deve ser encarada como estratégia de reconstrução da cidadania e de ampliação do projeto de vida das e dos jovens.

A distorção idade-série, também denominada defasagem idade-série, refere-se à situação em que a e o estudante frequenta uma etapa de ensino incompatível com a idade recomendada. São considerados em situação de defasagem escolar as alunas e os alunos que, no início de cada ano letivo, não apresentam o número de anos de escolarização correspondente à sua faixa etária. De acordo com Soares (2020), essa condição é indicativa de fragilidades estruturais no sistema educacional, frequentemente agravadas por desigualdades sociais, dificuldades de acesso e fragilidade dos vínculos familiares.

A elaboração de políticas públicas educacionais exige, de forma imprescindível, o entendimento aprofundado dos fatores determinantes da defasagem idade-série, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social. Nesse sentido, a investigação ganha relevância particular no âmbito do acolhimento institucional, ao possibilitar a construção de fundamentos teóricos que subsidiem a compreensão desta problemática e orientem estratégias eficazes de intervenção para casos semelhantes (Oliveira; Reis, 2020).

Embora a educação figure como um direito social fundamental, previsto na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, inúmeras e inúmeros estudantes seguem privados do direito de aprender no tempo adequado, acumulando prejuízos que comprometem seu desenvolvimento integral e sua inclusão cidadã. Essa realidade reforça a urgência de políticas intersetoriais comprometidas com a equidade educacional e com a superação das desigualdades estruturais (Cunha, 2016; Rangel, 2021).

Investir em educação de qualidade, aliada ao acesso à cultura, à informação e à formação profissional, revela-se uma estratégia essencial para a promoção do amadurecimento intelectual e para a ampliação das oportunidades sociais, especialmente no que diz respeito à inserção no mundo do trabalho. Para jovens em situação de acolhimento, esse vínculo com a escola pode ser uma das poucas âncoras de projeto de vida disponíveis (Rizzini; Delgado, 2012).

A partir da experiência acumulada ao longo de seis anos de atuação no Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA), observa-se que grande parte das acolhidas e dos acolhidos apresenta significativa defasagem entre idade e série escolar. Diante dessa constatação, muitas e muitos adolescentes têm sido encaminhados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) como forma de mitigar os impactos do atraso educacional e ampliar as possibilidades de empregabilidade, uma vez que, para diversas oportunidades, é exigido ao menos o ensino fundamental completo. Situações como a de uma e um adolescente de 15 anos cursando o 7º ano, quando o esperado seria já ter concluído o ensino fundamental, revelam trajetórias marcadas por repetência, entrada tardia no sistema educacional, evasão e retorno escolar – fenômenos recorrentes entre as e os jovens acolhidos (Soares, 2020).

Diversos fatores contribuem para o agravamento da defasagem escolar nesse grupo, entre eles: comportamentos indisciplinados, sentimento de não pertencimento à escola, estigmatização pelo acolhimento institucional, vivências de *bullying*, fragilidade dos vínculos familiares e comunitários, e vulnerabilidade socioeconômica. Tais aspectos, frequentemente associados, dificultam o engajamento escolar e comprometem a efetividade das estratégias de correção de fluxo (Mello; Vitalle, 2018).

Este artigo tem como objetivo o aprofundamento teórico de uma demanda que emerge de forma espontânea e contingencial no exercício profissional da e do assistente social. Não se trata de um estudo com fins identificatórios, mas de uma análise fundamentada nos registros institucionais da unidade, com vistas à construção de possibilidades concretas de atuação voltadas à garantia dos direitos educacionais do público acolhido. O universo da pesquisa compreende adolescentes entre 12 e 17 anos acolhidos no SAICA de Pirapora/MG, no período de 2020 a 2023. Os dados foram obtidos por meio de levantamento documental da própria unidade, com abordagem qualitativa, caráter exploratório e método indutivo. Como ressalta Minayo (2022), a pesquisa qualitativa não busca generalizações, mas sim a produção de sentidos, compreensões e reflexões contextualizadas sobre o fenômeno estudado.

DESENVOLVIMENTO

O Projeto Ético-político do Serviço Social constitui os alicerces normativo e valorativo da profissão, estabelecendo os princípios que orientam a atuação das e dos assistentes sociais

na defesa dos direitos humanos, da justiça social e da cidadania plena. Quando relacionado à prática junto a adolescentes em situação de defasagem idade-série, esse projeto revela importantes pontos de convergência, reforçando o papel transformador do profissional diante das desigualdades estruturais (CFESS, 2021).

Um dos pilares centrais do Projeto Ético-político é a defesa intransigente dos direitos sociais, dentre os quais se destaca o direito à educação pública, gratuita e de qualidade. Na atuação com adolescentes em distorção escolar, a e o assistente social busca assegurar o acesso efetivo a esse direito, identificando barreiras de ordem socioeconômica, familiar e institucional que comprometem o percurso escolar dos sujeitos, e articulando estratégias de enfrentamento em rede (Netto, 2011).

Outro princípio fundamental do Projeto é o compromisso com a autonomia e a emancipação política dos indivíduos. “A emancipação política é, sem dúvida, um grande progresso. Mas não é a forma final da emancipação humana” (Marx, 1843).

Assim, assegurar acesso à educação contribui para ampliar a participação política, mas não elimina as desigualdades estruturais que condicionam a vida das e dos adolescentes em distorção idade-série.

A prática profissional com adolescentes em defasagem escolar prioriza o fortalecimento de vínculos, a escuta qualificada e o desenvolvimento de capacidades críticas, visando não apenas à superação das dificuldades educacionais, mas também à construção de trajetórias de vida mais autônomas e dignas (Iamamoto, 2008). O fortalecimento da autoestima e da identidade juvenil é essencial para que essas e esses adolescentes se reconheçam como sujeitos de direitos e agentes de transformação.

A atuação profissional também se pauta pela articulação com políticas públicas e setores intersetoriais. Nesse contexto, a e o assistente social atua de forma integrada com os sistemas de saúde, educação, cultura e assistência social, visando ampliar as possibilidades de atendimento às demandas complexas que afetam as e os adolescentes em acolhimento institucional. Tal perspectiva reforça o caráter coletivo e interdisciplinar do trabalho social, conforme preconizado pelo Código de Ética da profissão (CFESS, 2011).

Além disso, o compromisso com a justiça social, princípio estruturante do Projeto Ético-político, orienta a prática profissional na identificação e enfrentamento das causas estruturais da defasagem escolar, como a pobreza, a violência, a exclusão digital e o racismo institucional. O trabalho da e do assistente social vai além da resolução imediata de conflitos escolares, propondo ações que dialogam com a transformação social e com a redução das desigualdades (Paulilo, 2014).

Considerando essa perspectiva crítica e propositiva da atuação da e do assistente social, torna-se relevante aprofundar aspectos específicos da realidade das e dos adolescentes em distorção idade-série, especialmente no contexto do acolhimento institucional. Nesse cenário, é fundamental compreender os desafios próprios da adolescência, a relação com as famílias e os dados empíricos observados na prática cotidiana da unidade de acolhimento.

A unidade de acolhimento estudada, o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) do município de Pirapora/MG, possui capacidade para atender até 20 adolescentes de ambos os sexos. Ainda que, numericamente, esse contingente possa parecer restrito frente ao universo de estudantes em distorção idade-série no país, ele representa um recorte significativo de adolescentes sob medida protetiva, cuja trajetória escolar é atravessada por múltiplas violações de direitos e fragilidades familiares.

Com base na definição da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), a adolescência é um período de transição biopsicossocial caracterizado por transformações corporais intensas e processos de adaptação emocional e social, frequentemente acompanhados por sentimentos de insegurança e instabilidade identitária. Nessa fase, a e o jovem vivencia uma reconfiguração de papéis e relações, marcada pela busca de pertencimento, afirmação pessoal e construção de novos vínculos.

Corroborando essa perspectiva, Ferreira (2006) destaca que a adolescência não deve ser compreendida apenas como uma etapa cronológica da vida, mas como um processo de transição complexo e intenso entre a infância e a idade adulta. Essa travessia é marcada por mudanças físicas, emocionais e sociais, exigindo adaptações significativas por parte das e dos adolescentes e, conseqüentemente, abordagens interdisciplinares por parte das e dos profissionais que atuam com essa faixa etária. Quando essa etapa do desenvolvimento é vivenciada em contextos de vulnerabilidade social e institucionalização, como nos casos de acolhimento institucional, os desafios se tornam ainda mais profundos, exigindo estratégias de intervenção sensíveis e integradas.

Baumgarten (2001) também enfatiza que a adolescência é permeada por sentimentos de mal-estar, incluindo angústia, sensação de abandono, depressão e conflitos relacionados à identidade. Esses estados emocionais, muitas vezes, desencadeiam condutas de risco como o uso de substâncias psicoativas, transtornos alimentares, comportamentos autolesivos e evasão escolar. A capacidade de enfrentamento desses conflitos internos depende, em grande medida, do suporte familiar, comunitário e institucional oferecido à e ao adolescente.

A situação se agrava quando se trata do chamado adolescente em situação de vulnerabilidade social, caracterizado pela limitação de recursos materiais, simbólicos e relacionais. De acordo com Oliveira *et al.* (2020), essas e esses adolescentes são frequentemente vítimas da fragilidade das instituições de socialização, como a escola e a família, e da negligência do Estado, o que

contribui para trajetórias marcadas pela exclusão e pelo fracasso escolar. A vulnerabilidade social impõe obstáculos que comprometem o desempenho educacional e acentuam a defasagem idade-série, tornando-se fator gerador de desigualdade e exclusão em longo prazo.

A defasagem escolar, nesse contexto, revela-se como um fenômeno complexo e multifatorial, como evidenciam os dados do Censo Escolar. Fatores como a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar, a falta de apoio pedagógico, a ausência de políticas educacionais específicas e as frequentes interrupções no processo escolar contribuem significativamente para o atraso escolar entre adolescentes de famílias de baixa renda (Soares, 2020). Além disso, a mudança constante de domicílio – motivada por condições precárias de moradia ou busca por melhores oportunidades de subsistência – compromete a continuidade dos estudos, gerando lacunas de aprendizagem que dificilmente são superadas.

As escolas situadas em regiões periféricas e rurais enfrentam desafios adicionais, como a escassez de professoras e professores qualificados, infraestrutura deficiente e ausência de recursos didáticos. Essas limitações reforçam a exclusão educacional e contribuem para o desengajamento das e dos estudantes, principalmente daquelas e daqueles que já se encontram em situação de acolhimento ou vulnerabilidade social (Cunha, 2016). Questões de saúde física e mental também impactam diretamente no processo de escolarização. Transtornos como ansiedade, depressão e estresse tóxico, frequentemente não diagnosticados ou negligenciados, reduzem a capacidade de concentração, comprometem o desempenho acadêmico e aumentam o risco de abandono escolar.

A ausência de programas de apoio psicossocial dentro das escolas e a manutenção de práticas pedagógicas tradicionais e descontextualizadas intensificam a desmotivação e o sentimento de fracasso entre adolescentes em defasagem. Para enfrentar esse quadro, é necessário um esforço intersetorial que envolva investimento em políticas públicas, fortalecimento das redes de proteção social, programas de escolarização flexível e práticas pedagógicas mais humanizadas e inclusivas (Rangel, 2021).

Sob a ótica da pedagogia crítica, Piaget enfatiza que o principal objetivo da educação é formar indivíduos capazes de pensar de forma autônoma e criativa, superando a simples reprodução de conhecimentos das gerações anteriores. Contudo, quando a educação é atravessada por desigualdades estruturais e por violações de direitos, ela falha em cumprir esse papel emancipador. Ao invés de representar uma via de superação da pobreza e da exclusão, passa a funcionar como mecanismo de reprodução das desigualdades, sobretudo para populações em situação de risco (Piaget, 1973).

Nessa direção crítica, o pensamento marxista oferece contribuições significativas para a compreensão da função social da escola. Marx e Engels (2007) argumentam que a educação, como parte da superestrutura ideológica, é utilizada pelas classes dominantes para manter a

ordem social vigente, difundindo uma falsa consciência entre as trabalhadoras e os trabalhadores que os impede de perceber as contradições do sistema capitalista. A educação omnilateral, proposta por Marx, propõe o desenvolvimento integral do ser humano, contemplando suas dimensões intelectual, prática e social. No entanto, essa proposta é constantemente tensionada pelo interesse da elite em manter o *status quo* e pelas limitações impostas pela lógica neoliberal nas políticas educacionais.

Por fim, a pobreza, compreendida como epicentro das múltiplas formas de exclusão social, expõe o indivíduo a diferentes vulnerabilidades e violações de direitos. A falta de acesso à educação de qualidade, à saúde, à moradia digna e ao lazer compromete não apenas o presente, mas também o futuro das crianças e dos adolescentes em situação de acolhimento. Diante desse cenário, cabe ao Serviço Social atuar de maneira crítica, propositiva e articulada, com o objetivo de assegurar os direitos fundamentais e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Paulilo, 2014).

O desenvolvimento do capitalismo e suas implicações nas relações sociais constituem elementos centrais para a compreensão crítica das políticas sociais contemporâneas. A dinâmica do sistema capitalista, fundada na lógica da acumulação e da exploração da força de trabalho, é historicamente responsável pela produção e pelo agravamento das desigualdades sociais. Nesse cenário, as políticas sociais surgem como fruto das lutas e das reivindicações da classe trabalhadora, demandando do Estado respostas institucionais para assegurar condições mínimas de existência e bem-estar (Iamamoto, 2008).

O Estado, portanto, assume o papel de mediador dos conflitos de classe, atuando na implementação de políticas públicas voltadas às populações em situação de vulnerabilidade social. Tais políticas têm como finalidade, ainda que de modo contraditório, minimizar os efeitos mais severos da desigualdade estrutural, garantindo o acesso a direitos sociais básicos, como saúde, educação, assistência e segurança alimentar. Dessa forma, o provimento estatal se configura não apenas como mecanismo de contenção das tensões sociais, mas também como instrumento de consolidação da cidadania formal, ao reconhecer os indivíduos como sujeitos de direitos (Netto, 2011).

É nesse contexto que as políticas sociais adquirem caráter ambivalente: ao mesmo tempo em que representam conquistas históricas das trabalhadoras e dos trabalhadores, expressam os limites do sistema capitalista em assegurar equidade real. Como observa Boschetti (2009), as políticas sociais são atravessadas por contradições, pois operam dentro de um sistema que prioriza a lógica do mercado e da lucratividade em detrimento da vida e da dignidade humana. Ainda assim, são fundamentais para garantir condições mínimas de existência, configurando-se como ferramenta essencial para a constituição de sujeitos sociais ativos, capazes de reivindicar seus direitos e participar politicamente da sociedade.

A garantia de direitos sociais básicos não apenas assegura a sobrevivência imediata, mas contribui para dotar os indivíduos de capacidades fundamentais ao exercício pleno da cidadania. Isso inclui o acesso a recursos materiais, simbólicos e culturais que lhes permitam desenvolver projetos de vida autônomos e romper com os ciclos intergeracionais de exclusão. Nesse sentido, a efetivação das políticas sociais não pode ser dissociada da luta por justiça social e da construção de uma sociedade mais equânime.

Zygmunt Bauman, em sua obra *A riqueza de poucos beneficia todos nós?*, reforça a ideia de que o contexto social em que o indivíduo nasce e se desenvolve exerce influência direta e duradoura sobre sua trajetória de vida. O autor argumenta que a desigualdade não é apenas um dado econômico, mas uma condição social estrutural que molda comportamentos, expectativas e oportunidades. Para Bauman (2013), as pessoas são frequentemente prisioneiras do meio em que vivem, reproduzindo e perpetuando padrões familiares e comunitários marcados pela escassez e pela marginalização. Tal concepção reforça a necessidade de políticas sociais robustas e transformadoras, capazes de romper com os condicionamentos sociais e promover a inclusão efetiva.

A pobreza e a educação mantêm entre si uma relação de interdependência estrutural, conformando um ciclo de reprodução da desigualdade que se perpetua ao longo das gerações. A escassez de recursos econômicos compromete o acesso à educação de qualidade, dificultando a aquisição de materiais escolares, o deslocamento até as instituições de ensino, a alimentação adequada e o acompanhamento pedagógico. Esse conjunto de restrições afeta diretamente o rendimento escolar, a frequência e a permanência das e dos estudantes nas escolas (Barros *et al.*, 2000).

Em contextos marcados pela vulnerabilidade social, é comum que crianças e adolescentes assumam responsabilidades econômicas precoces, sendo forçados a contribuir com a renda familiar. Essa realidade compromete o tempo e a energia disponíveis para o estudo, tornando a trajetória escolar fragmentada e, muitas vezes, interrompida. Embora o trabalho infantil não seja aprofundado neste texto, trata-se de um fenômeno amplamente discutido na literatura e que requer abordagens específicas em pesquisas futuras.

A outra face do problema reside no fato de que a ausência de formação educacional dificulta o acesso a oportunidades de trabalho digno e à mobilidade social. A baixa escolarização limita as possibilidades de inserção no mercado formal e perpetua a permanência na pobreza. A educação, nesse sentido, é fundamental para o desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitem a emancipação política, social e econômica dos sujeitos. Contudo, quando o acesso é desigual e condicionado por fatores socioeconômicos, o ciclo da pobreza se mantém (Cunha, 2016).

Romper esse ciclo exige políticas públicas consistentes que promovam a universalização do direito à educação com equidade. Investir em educação básica nas regiões mais vulneráveis e garantir a permanência das alunas e dos alunos por meio de políticas de apoio – como transporte escolar, alimentação adequada, bolsas permanência e acompanhamento psicossocial – é um passo decisivo na construção de uma sociedade mais justa. Como destaca Rangel (2021), a permanência escolar está diretamente relacionada às condições estruturais do território e à capacidade do Estado de garantir o direito à educação de forma plena.

As políticas públicas, nesse contexto, constituem instrumentos fundamentais de garantia de direitos, devendo ser formuladas e implementadas com base no reconhecimento das desigualdades históricas que atravessam a sociedade brasileira. Para que se efetive um Estado de bem-estar social, não basta a simples existência de leis e programas; é preciso assegurar a efetividade das ações, o financiamento adequado e o acompanhamento contínuo de seus resultados (Boschetti, 2009).

Barros, Carvalho, Franco e Mendonça (2000) destacam que a principal raiz dos elevados níveis de pobreza no Brasil está na desigualdade na distribuição de renda e nas oportunidades de inclusão econômica e social. Os autores defendem que o combate à pobreza deve envolver políticas redistributivas e que priorizem a justiça social, sem abandonar as estratégias de crescimento econômico, mas colocando a equidade como eixo central da política pública.

É impossível dissociar a política social da política econômica. Como já advertia Vieira (1992, p. 21, *apud* HOTZ), não se pode compreender plenamente o papel das políticas sociais sem considerar o processo de desenvolvimento econômico e suas contradições internas. Da mesma forma, não é possível examinar as diretrizes econômicas sem compreender seus impactos diretos sobre a população, sobretudo nos segmentos mais pobres.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 representou um marco jurídico e social ao consolidar uma nova lógica de direitos, voltada especialmente à proteção dos grupos historicamente vulnerabilizados. Ao superar a lógica da “situação irregular” presente nos antigos Códigos de Menores, o texto constitucional estabeleceu o princípio da proteção integral da criança e da e do adolescente, posteriormente regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A educação passa a ser, nesse contexto, não apenas um direito individual, mas um dever do Estado e da sociedade, sendo elevada a condição de direito social fundamental e instrumento de transformação da realidade (Brasil, 1990).

Analisando os dados da unidade de acolhimento no período de 2020 a 2023 observa-se.

Tabela 1 – Acolhimento no período de 2020 a 2023

Acolhido	Sexo	Idade	Série
A	Masculino	16 anos	7º
B	Masculino	15 anos	7º
C	Masculino	17 anos 11 meses	8º
D	Masculino	14 anos	6º

Fonte: Dados do autor.

Diante da significativa defasagem idade-série observada entre as e os adolescentes acolhidos institucionalmente, alguns deles foram inseridos em programas de correção de fluxo escolar. Essa medida configura-se como uma política educacional de caráter estratégico, adotada para alinhar a série escolar à idade cronológica das e dos estudantes do ensino fundamental, com vistas a garantir a regularização do percurso escolar e a permanência com sucesso na escola. De acordo com o Ministério da Educação (MEC, 2013), a correção de fluxo visa, em médio prazo, reduzir os índices de distorção idade-série, assegurando que as e os estudantes tenham acesso a práticas pedagógicas significativas, compatíveis com sua faixa etária e com seus direitos de aprendizagem.

Essa estratégia se apresenta como uma resposta emergencial ao acúmulo de reprovações, evasões e interrupções no processo de escolarização, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, como é o caso de adolescentes em acolhimento institucional. A correção de fluxo não se limita à aceleração do tempo escolar, mas deve ser acompanhada por abordagens pedagógicas diferenciadas, metodologias ativas e suporte psicossocial que favoreçam a aprendizagem e o engajamento das alunas e dos alunos (Soares, 2020).

Entre os principais recursos utilizados para a efetivação da correção de fluxo, destaca-se a aceleração da aprendizagem. Trata-se de uma estratégia pedagógica intensiva e focalizada, voltada a estudantes com trajetórias escolares marcadas por sucessivas retenções. Essa metodologia busca, por meio de conteúdos organizados de forma integrada, interdisciplinar e contextualizada, possibilitar a recuperação da defasagem e a inserção das alunas e dos alunos em turmas regulares compatíveis com sua idade. Como afirmam Rangel e Silva (2022), a aceleração da aprendizagem deve ser compreendida como instrumento de inclusão educacional, e não como mera adequação administrativa dos indicadores escolares.

É fundamental, contudo, que essa política não se restrinja a soluções pontuais ou tecnocráticas. Sua efetividade depende da articulação com outras políticas públicas – de saúde, assistência social e cultura – que reconheçam as múltiplas dimensões do fracasso escolar e atuem de maneira intersetorial. No caso de adolescentes em situação de acolhimento, isso se torna ainda mais necessário, dado que suas trajetórias escolares estão profundamente atravessadas por rupturas familiares, traumas e instabilidades sociais.

O indicador distorção idade-série representa uma métrica estatística essencial para a avaliação da qualidade da educação básica no Brasil. Ele expressa o percentual de alunas e alunos matriculados em cada série com idade superior à recomendada para aquela etapa do ensino, revelando interrupções no fluxo regular da trajetória escolar. Segundo dados do Censo Escolar de 2020, a distorção é mais expressiva entre os estudantes do sexo masculino em todas as etapas da educação básica. O 6º ano do ensino fundamental concentra a maior diferença entre os sexos: 28,2% dos meninos apresentavam defasagem, contra 16,8% das meninas, evidenciando um recorte de gênero relevante nas desigualdades educacionais (Inep, 2021).

Dados mais recentes reforçam a gravidade do problema. Em 2023, aproximadamente 17% das e dos estudantes do ensino fundamental estavam em situação de defasagem, com concentração mais elevada nos anos finais (6º ao 9º ano), etapa em que se intensificam os desafios cognitivos e socioemocionais da escolarização. No ensino médio, os índices são ainda mais alarmantes: cerca de 28% das alunas e dos alunos estavam em idade inadequada para a série cursada, o que reflete o acúmulo de dificuldades enfrentadas ao longo da trajetória escolar (MEC, 2023).

As disparidades regionais também são marcantes. A Região Nordeste apresenta os maiores índices de distorção idade-série, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, resultado da intersecção entre precariedades educacionais e vulnerabilidades sociais mais agudas. Em contraposição, a Região Sul ostenta os melhores indicadores, com menores taxas de abandono e defasagem, revelando o impacto das desigualdades territoriais sobre o acesso e a permanência escolar.

No estado de Minas Gerais, a situação também merece atenção. De acordo com o Censo Escolar de 2022, cerca de 15% das e dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) estavam em defasagem idade-série. Nos anos iniciais (1º ao 5º ano), esse percentual foi menor, em torno de 7%, ainda assim relevante do ponto de vista das políticas de alfabetização e progressão escolar. Já no ensino médio, os números voltam a se agravar: cerca de 25% das e dos estudantes mineiros estavam em atraso escolar no ano de 2022, apontando para os efeitos acumulados da evasão, repetência e condições adversas enfrentadas por jovens em fase de transição para o mercado de trabalho.

A análise intraestadual revela que as regiões social e economicamente mais vulneráveis de Minas Gerais tendem a apresentar índices mais elevados de defasagem idade-série, o que evidencia a necessidade de políticas públicas regionalizadas e sensíveis às especificidades de cada território. Fatores como a necessidade de contribuir com a renda familiar, as responsabilidades domésticas precoces, a precariedade da infraestrutura escolar e a ausência de acompanhamento pedagógico contribuem significativamente para o afastamento das e dos estudantes da escola e para o prolongamento do ciclo de exclusão educacional.

Portanto, a distorção idade-série deve ser compreendida como um indicador sensível da qualidade da educação pública e das condições de vida da população escolar. Ela não expressa apenas falhas no processo de ensino-aprendizagem, mas também o reflexo de desigualdades sociais, culturais e econômicas que impactam o percurso formativo das e dos estudantes. Enfrentar essa problemática demanda um esforço conjunto de escolas, famílias, governos e sociedade civil, por meio da implementação de políticas públicas integradas, com foco na equidade, no apoio psicossocial e na valorização de práticas pedagógicas inovadoras que favoreçam a permanência escolar e a recomposição da trajetória educativa.

Figura 2 - Modalidade de ensino no acolhimento

Acolhido	Modalidade de ensino no acolhimento	Modalidade de ensino no desligamento	Inserção mercado de trabalho
A	Regular	EJA	Não
B	Regular	EJA	Não
C	Regular	EJA	Sim
D	Regular	EJA	Não

Fonte: Dados do autor.

A maior incidência de acolhimento institucional recai sobre adolescentes oriundos de territórios marcados por acentuada vulnerabilidade social, o que evidencia a urgência de intensificar ações preventivas e interventivas voltadas para essa população e seus contextos. A territorialização das políticas públicas deve ser considerada estratégica, especialmente diante de problemáticas frequentes como o uso abusivo de substâncias psicoativas, os conflitos intergeracionais e a fragilidade dos vínculos parentais. Observa-se que, em grande parte dos casos, as reinserções familiares ocorrem no seio da família extensa, especialmente com avós, o que pode ocasionar desafios de adaptação devido às diferenças geracionais, às limitações socioeconômicas e à sobrecarga emocional dos responsáveis (Rizzini; Delgado, 2012).

Adicionalmente, muitas e muitos adolescentes acolhidos não retornam aos seus territórios de origem, sendo inseridos em novos espaços comunitários, o que fragiliza ainda mais suas redes de apoio e o sentimento de pertencimento. Soma-se a isso o afastamento do ambiente escolar e a recorrente desmotivação para os estudos, resultante de vínculos educacionais precários e experiências anteriores de fracasso escolar. Esses elementos dificultam consideravelmente as estratégias de intervenção voltadas à recomposição da trajetória educacional das e dos adolescentes (Oliveira; Reis, 2020).

Quanto ao perfil das famílias envolvidas, verifica-se uma presença significativa de situações envolvendo uso abusivo de álcool e outras drogas, transtornos mentais e pobreza extrema. Embora essas condições, por si só, não configurem motivos suficientes para o acolhimento, elas

frequentemente contribuem para práticas de negligência e desproteção, afetando diretamente o acesso das crianças e dos adolescentes à educação, à saúde e ao convívio familiar seguro (Soares, 2020). O trabalho social com famílias de adolescentes em situação de acolhimento e defasagem escolar, nesse contexto, revela-se uma dimensão fundamental da intervenção profissional.

Essa atuação busca fortalecer a rede familiar, para exercer sua função protetiva e de apoio ao processo educativo. A e o assistente social, ao se debruçar sobre a dinâmica familiar, realiza diagnósticos que consideram os fatores econômicos, sociais e culturais que interferem na trajetória da e do adolescente. A partir dessa compreensão, são elaboradas estratégias de intervenção personalizadas, voltadas tanto à e ao jovem quanto à sua família (Iamamoto, 2008).

Uma das principais frentes de ação consiste na promoção e no fortalecimento dos vínculos afetivos e comunicacionais no âmbito familiar. O profissional atua como mediador de diálogos, orientador de práticas educativas e, quando necessário, encaminha os membros da família para atendimentos psicológicos ou sociais especializados. O objetivo central é construir um ambiente doméstico mais acolhedor e protetivo, que favoreça o desenvolvimento integral da e do adolescente (Rangel; Silva, 2022).

Além disso, o trabalho social com as famílias pressupõe a articulação intersetorial com outras políticas públicas. A e o assistente social atua como ponte entre a família e os serviços de saúde, habitação, assistência, trabalho e renda, garantindo o acesso a direitos e recursos essenciais para a superação da situação de vulnerabilidade. Essa mediação amplia as possibilidades de proteção social e tem impacto direto na permanência e no rendimento escolar da e do adolescente (CFESS, 2021).

Outro aspecto relevante é o investimento em ações de sensibilização e valorização da educação, que visam engajar os responsáveis no acompanhamento da vida escolar das e dos adolescentes. Essa participação pode incluir o estímulo à retomada dos estudos por parte dos próprios familiares, a presença em reuniões escolares e o apoio no cotidiano educacional, consolidando o vínculo entre família e escola como fator protetivo (Cunha, 2016).

Por fim, a e o assistente social contribui para a construção compartilhada de um projeto de vida com a e o adolescente, envolvendo a família no planejamento de ações futuras. Essa etapa pode incluir o acesso a cursos profissionalizantes, programas de aprendizagem, atividades culturais ou iniciativas voltadas à inserção socioprofissional. Trata-se de uma intervenção que vai além da resolução de demandas pontuais, propondo transformações duradouras no modo como a família se organiza e no horizonte de possibilidades da e do jovem.

Assim, o trabalho social com famílias de adolescentes em defasagem escolar no contexto do acolhimento institucional deve ser compreendido como prática estratégica de transformação social, que articula o campo da proteção social com o campo da educação, e que tem como

horizonte a reconstrução de vínculos, a superação da exclusão educacional e o fortalecimento do protagonismo juvenil.

CONCLUSÃO

A defasagem idade-série entre adolescentes em situação de acolhimento institucional no Brasil configura-se como um reflexo das múltiplas violações de direitos vivenciadas ao longo da infância e da adolescência. Trata-se de um fenômeno que vai além das dificuldades escolares, refletindo fragilidades estruturais como instabilidade familiar, pobreza extrema, negligência, uso abusivo de substâncias e a ausência de redes de apoio efetivas. A acolhida em serviços institucionais, embora necessária em contextos de violação, frequentemente implica rupturas territoriais e afetivas, o que agrava o distanciamento da escola e intensifica os efeitos do fracasso escolar (Rizzini; Delgado, 2012).

A repetência e a evasão tornam-se recorrentes, perpetuando um ciclo de exclusão educacional que limita o desenvolvimento de competências e a inserção digna dessas e desses jovens na vida adulta. Nesse contexto, é urgente a formulação e implementação de políticas públicas integradas, capazes de articular ações na área da educação, da assistência social, da saúde e da cultura, com foco na permanência e no sucesso escolar. Estratégias como programas de reforço escolar, tutoria, ambientes educativos humanizados e ações psicossociais voltadas à recuperação da autoestima são fundamentais para romper com esse ciclo excludente (Soares, 2020).

A superação da defasagem idade-série requer uma abordagem multifacetada e sensível às especificidades das e dos adolescentes acolhidos. A identificação precoce de dificuldades, combinada à intervenção imediata, é essencial para evitar o agravamento do atraso escolar. Programas de correção de fluxo com foco na aceleração da aprendizagem, apoio no contraturno, formação continuada de professores e uso de tecnologias educacionais são medidas que, quando articuladas, podem oferecer respostas eficazes às demandas educacionais desse público (Rangel; Silva, 2022).

As parcerias com organizações da sociedade civil e a mobilização comunitária também se destacam como estratégias potentes. Ao lado disso, o fortalecimento de vínculos com as famílias, mesmo que extensas ou fragilizadas, deve ser uma prioridade, considerando o papel que essas redes desempenham na sustentação da trajetória educacional das e dos adolescentes. É igualmente necessário investir em atividades extracurriculares e de formação cidadã, como o esporte, a arte e os programas de aprendizagem profissional, ampliando horizontes e possibilidades para essas e esses jovens (Oliveira; Reis, 2020).

A correção de fluxo escolar, nesse sentido, não deve ser entendida como mera medida compensatória, mas como um instrumento pedagógico e político de combate às desigualdades educacionais. Currículos adaptados, avaliações diagnósticas, metodologias ativas e apoio psicossocial precisam caminhar juntos. A formação continuada das educadoras e dos educadores também é crucial, de modo que estejam preparadas e preparados para lidar com turmas heterogêneas e com trajetórias escolares complexas. Como destacam Bauman (2013) e Cunha (2016), é no enfrentamento das desigualdades e no reconhecimento da singularidade dos sujeitos que a educação pode cumprir seu papel transformador.

No contexto da escola pública, inserida em uma sociedade de classes, torna-se ainda mais evidente a tensão entre sua função reprodutora e sua potencialidade emancipadora. Enquanto espaço subordinado à lógica do Estado e do capital, a escola reproduz desigualdades. No entanto, ela também pode se constituir como espaço de resistência, luta e efetivação da cidadania, sobretudo quando acolhe, escuta e transforma vidas (Netto, 2011).

Nesse processo, a e o assistente social desempenha um papel estratégico, promovendo ações de escuta qualificada, diagnóstico social, planejamento de intervenções intersetoriais e fortalecimento das redes de proteção. Sua atuação envolve desde a elaboração de Planos Individuais de Atendimento (PIA) até o acompanhamento familiar, a articulação com serviços públicos e a orientação vocacional das e dos adolescentes. A e o profissional busca, assim, não apenas recuperar trajetórias escolares interrompidas, mas construir projetos de vida possíveis, fundados na autonomia, na justiça social e na esperança.

Portanto, a efetividade das políticas públicas voltadas à redução da defasagem idade-série entre adolescentes em acolhimento depende de um compromisso coletivo, que envolva gestores, educadores, profissionais da assistência, famílias e a própria sociedade. Cada avanço na direção do conhecimento abre portas para oportunidades e reconstrução de dignidades. Acreditar na potência da educação é, antes de tudo, acreditar na possibilidade de um amanhã em que nenhum adolescente fique para trás.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *A riqueza de poucos beneficia todos nós?* Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BARROS, Ricardo Paes de *et al.* Pobreza e desigualdade no Brasil: uma análise da estabilidade recente. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123–142, 2000.

BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história.* São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo Escolar da*

Educação Básica 2020: notas estatísticas. Brasília: INEP, 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo Escolar da Educação Básica 2022*: notas estatísticas. Brasília: INEP, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Painel de Indicadores Educacionais – 2023*. Brasília: MEC, 2023.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de Ética Profissional do/a Assistente Social*. Brasília: CFESS, 2011.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social*. Brasília: CFESS, 2021.

CUNHA, Marcus Vinicius de Oliveira. Direito à educação e desigualdades sociais: desafios contemporâneos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 46, n. 161, p. 436–457, maio/ago. 2016.

FERREIRA, Sílvia Helena. A adolescência como construção social e psicológica. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 1, p. 65–74, jan./abr. 2006.

HOTZ, Celso. *A questão social e a política econômica*. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço social em tempo de capital fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar da Educação Básica 2020*: notas estatísticas. Brasília: INEP, 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. Sobre a questão judaica. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos escolhidos*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 25-52.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 106, p. 241–270, 2011.

OLIVEIRA, Ana Paula da Silva; REIS, Josiane Pereira dos. Defasagem escolar e vulnerabilidade social: uma análise no contexto da proteção integral. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, 2020.

OMS – Organização Mundial da Saúde. *Adolescência*: uma fase de oportunidades. Genebra: OMS, 2021.

PAULILO, Maria Ignez. Justiça social, direitos humanos e Serviço Social: fundamentos da intervenção. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 250–259, jul./dez. 2014.

PIAGET, Jean. *A educação e o desenvolvimento da criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

RANGEL, Elaine Cristina Barbosa. A distorção idade-série como obstáculo à qualidade da educação no Brasil. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 15, n. 29, p. 289–304, 2021.

RANGEL, Elaine Cristina Barbosa; SILVA, Lucas Eduardo da. Trabalho com famílias em situação de acolhimento: desafios e estratégias no campo socioeducacional. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 88–102, jan./abr. 2022.

RIZZINI, Irene; DELGADO, Pedro. *Caminhos da cidadania: crianças e adolescentes em acolhimento institucional*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; UNICEF, 2012.

SOARES, Leandro. Distorção idade-série no Brasil: causas e consequências educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, e021282, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/esoc/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social e fracasso escolar. *Em aberto*, Brasília, v.17, n. 71, p. 21-32, 2000 Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2617/2355>. Acesso em: 28 ago. 2023

VIEIRA, Lígia Bahia. Política social e desenvolvimento econômico. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 40, p. 21–27, 1992.

14

A ATUAÇÃO DA E DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: FUNDAMENTOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), A PARTIR DO PROJETO “CONVERSAS EM RODA”

Talita Silveira Freitas¹

Líbia Gervásio da Silva Costa²

¹ Assistente social da Educação Básica do GUMAE – Grupo Multiprofissional de Atendimento Escolar –, da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Prefeitura de Uberlândia.

² Assistente social da Educação Básica, Referência Técnica do GUMAE – Grupo Multiprofissional de Atendimento Escolar –, Secretaria Municipal de Educação (SME) da Prefeitura de Uberlândia.

RESUMO

Este artigo analisa a atuação da e do assistente social na educação básica à luz do Projeto Ético-político profissional, considerando o arcabouço legal estabelecido pela Lei nº 13.935/2019, o Documento de Subsídios para Implementação da Lei (MEC, 2025) e as orientações do CFESS. A discussão articula as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, com ênfase na dimensão socioeducativa, tomando como referência a experiência do projeto “Conversas em Roda” desenvolvido pelo GUMAE e sua equipe multiprofissional (assistentes sociais e psicólogas e psicólogos) no âmbito da educação básica no município de Uberlândia. A elaboração do projeto foi motivada pelo acúmulo de situações individuais apresentadas pelas escolas, envolvendo estudantes do público da educação especial e seus familiares, com evidências de fragilidade na relação família e escola. A análise demonstra que a presença da e do assistente social no contexto escolar contribui para a efetivação de direitos, a promoção da participação comunitária e a construção de práticas educativas emancipatórias, embora enfrente desafios estruturais e institucionais. Conclui-se que a atuação integrada e fundamentada pode potencializar a função social da escola como espaço democrático de aprendizagem e cidadania.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação Básica; Lei nº 13.935/2019; Dimensão Socioeducativa; GUMAE.

INTRODUÇÃO

A atuação da e do assistente social, na contemporaneidade, encontra-se intrinsecamente vinculada às múltiplas expressões da “Questão Social”, categoria central para a compreensão e intervenção do Serviço Social, e que refere-se ao conjunto de expressões das desigualdades produzidas pelas contradições estruturais do modo de produção capitalista (Iamamoto, 2008), no contexto escolar, tais expressões se materializam na dificuldade de acesso e permanência de determinados grupos sociais, na precariedade dos recursos pedagógicos, nas barreiras atitudinais e institucionais³ (falhas na política, inadequação de estruturas físicas, poucos recursos para adequação e inclusão) e atitudinais (preconceitos, estereótipos, desconhecimento e atitudes capacitistas), bem como na insuficiência de políticas públicas efetivas para garantir o direito à educação em sua plenitude.

Esse cenário exige das e dos assistentes sociais, intervenções éticas, políticas e técnicas comprometidas com a defesa e a ampliação de direitos. Nesse panorama, a inclusão escolar de

3 As barreiras atitudinais e institucionais, conforme reconhecido pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), constituem expressões da desigualdade e violação de direitos que impactam o acesso e a permanência de estudantes com deficiência. As barreiras atitudinais decorrem de preconceitos, estigmas e práticas discriminatórias, enquanto as barreiras institucionais se manifestam nas normas, rotinas e estruturas que reproduzem exclusão. À luz do Projeto Ético-político do Serviço Social, tais barreiras configuram formas estruturais de negação de direitos, exigindo ações intersetoriais, defesa e mediação qualificada na política de educação (Iamamoto, 2008; Braz; Schmidt, 2020).

crianças com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um campo estratégico de ação, dada a necessidade de mediação entre demandas familiares, normativas legais e práticas pedagógicas inclusivas.

O marco legal recente, instituído pela Lei nº 13.935/2019, estabelece a obrigatoriedade da prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, reconhecendo a relevância do trabalho multiprofissional para a promoção de um ambiente escolar saudável e equitativo. A implementação dessa lei foi fortalecida pelo Documento de Subsídios para Implementação da Lei nº 13.935/2019, lançado pelo Ministério da Educação em fevereiro de 2025, o qual apresenta diretrizes, eixos estratégicos e parâmetros técnicos para a inserção qualificada dos profissionais nas escolas. Entre os sete eixos abordados pelo documento, destacam-se: a definição do escopo das atribuições, a formação inicial e continuada, a valorização profissional, as condições de trabalho e a intersectorialidade das ações – aspectos essenciais para garantir a efetividade da presença da e do assistente social no espaço escolar (Brasil, 2025).

Nesse contexto, o projeto “**Conversas em Roda**”, desenvolvido pelo Grupo Multiprofissional de Atendimento Escolar (Gumae), em parceria entre a gestão escolar, profissionais da educação e famílias, emerge como exemplo de prática alinhada ao Projeto Ético-político do Serviço Social. Ao criar um espaço de escuta qualificada, troca de experiências e orientação sobre direitos, o projeto contribui para o fortalecimento da tríade Escola-Estudante-Família e para a construção de vínculo baseado na confiança e na corresponsabilidade. Tal prática se coaduna com as diretrizes legais e com a perspectiva emancipatória do Serviço Social, na medida em que promove a inclusão, amplia o acesso à informação e potencializa redes de apoio no território escolar.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar, à luz das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as experiências e as possibilidades do trabalho da e do assistente social na atualidade, tendo como referência empírica o projeto “**Conversas em Roda**” e como sustentação normativa a Lei nº 13.935/2019 e o Documento de Subsídios do MEC (2025). Busca-se, ainda, refletir sobre os desafios e as perspectivas para a consolidação da presença do Serviço Social na educação básica, articulando teoria, legislação e prática profissional. Fundamenta-se nas orientações do CFESS (2013), discute-se ainda as bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas dessa atuação, com destaque para a dimensão socioeducativa, utilizando como exemplo o projeto “**Conversas em Roda**”, desenvolvido em escolas públicas de educação básica do município de Uberlândia/MG.

DESENVOLVIMENTO

A Questão Social e suas múltiplas expressões no contexto escolar

A inclusão escolar de crianças com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista (TEA) evidencia, de maneira particular, as expressões da questão social no contexto escolar. Batista e França (2007), citados por Silva e Ramos (2014), apontam que o nascimento ou o diagnóstico de uma deficiência na infância implica um processo de reorganização familiar permeado por sentimentos como choque, negação, tristeza e culpa. Tais vivências emocionais, somadas às dificuldades socioeconômicas e à carência de informação, podem agravar a vulnerabilidade das famílias, impactando diretamente a escolarização e o desenvolvimento integral destas crianças.

Nesse cenário, a e o assistente social atua como mediador entre as demandas das famílias, a rede escolar e as políticas públicas, buscando articular respostas intersetoriais que promovam inclusão e equidade. A Lei nº 13.935/2019, ao prever a inserção obrigatória de assistentes sociais na educação básica, reconhece que a efetivação do direito à educação demanda ações que transcendam o âmbito pedagógico, abrangendo intervenções sociais que garantam o acesso, a permanência e as condições de aprendizagem. O Documento de Subsídios para Implementação da Lei (Brasil, 2025) reforça esse entendimento ao estabelecer diretrizes para que o trabalho multiprofissional responda às especificidades das comunidades escolares e atue na prevenção e no enfrentamento das desigualdades educacionais.

O projeto “**Conversas em Roda**”, nesse contexto, constitui uma experiência concreta de materialização dessas diretrizes. Por meio de encontros mensais com famílias de estudantes com deficiência ou com TEA, o projeto oferece um espaço de escuta qualificada, compartilhamento de vivências e orientação sobre direitos. Tal metodologia, inspirada no grupo operativo descrito por Oliveira *et al.* (2016), possibilita que as famílias reorganizem suas experiências, identifiquem recursos disponíveis e construam estratégias coletivas de enfrentamento das dificuldades cotidianas. Essa abordagem, ao mesmo tempo preventiva e protetiva, contribui para reduzir barreiras de comunicação entre família e escola, fortalecendo o vínculo e favorecendo a permanência e o desenvolvimento escolar do estudante.

Assim, compreender a Questão Social no ambiente escolar implica reconhecer que a atuação da e do assistente social não se limita à resolução pontual de demandas, mas envolve a promoção de processos coletivos de reflexão, participação e defesa de direitos. Iniciativas como o projeto “**Conversas em Roda**” revelam o potencial transformador de práticas pautadas no Projeto Ético-político do Serviço Social e sustentadas por marcos legais robustos, como a Lei nº 13.935/2019.

O Projeto “Conversas em Roda”: fundamentos, organização e contribuições ao espaço escolar

A experiência do projeto “**Conversas em Roda**”, desenvolvido pelo Grupo Multiprofissional de Atendimento Escolar (Gumae) em parceria com escolas da rede municipal de Uberlândia, constitui um exemplo concreto de ação socioeducativa articulada ao Projeto Ético-político do Serviço Social e aos marcos normativos da educação inclusiva. O projeto emerge da identificação de demandas específicas relacionadas às famílias de estudantes, público da educação especial, especialmente crianças com deficiência ou com Transtorno do Espectro Autista (TEA), cujas trajetórias escolares frequentemente são atravessadas por inseguranças, desconhecimento sobre direitos, fragilidades nas relações com a escola e vivências emocionais intensas diante do diagnóstico.

Seu objetivo central consiste em promover um espaço de escuta qualificada, acolhimento e orientação profissional, permitindo que as famílias compartilhem experiências, expressem demandas, acessem informações sobre direitos e ampliem sua participação no contexto escolar. Para isso, o projeto organiza-se em encontros mensais, pautados em dinâmicas dialógicas e metodologias participativas, como rodas de conversa, recursos audiovisuais e atividades de sensibilização.

A metodologia do “Conversas em Roda” materializa esses referenciais ao promover um ambiente no qual as famílias possam construir coletivamente sentidos, fortalecer sua autonomia e ampliar o acesso à informação. O projeto também se alinha às diretrizes da Lei nº 12.796/2013, que assegura atendimento educacional especializado na rede regular, e à Lei nº 13.935/2019, que institui o Serviço Social e a Psicologia na educação básica, conferindo legitimidade à intervenção profissional no campo da inclusão escolar. Converte, ainda, com o Documento de Subsídios do MEC (2025), especialmente nos eixos que tratam da participação da comunidade escolar, da atuação intersectorial e da promoção de ambientes educativos inclusivos.

No âmbito das práticas, o projeto envolve profissionais da educação, equipes do Atendimento Educacional Especializado (AEE), analistas pedagógicos, gestores escolares e convidados de serviços da rede socioassistencial e da saúde, promovendo um diálogo intersectorial que amplia a proteção social das e dos estudantes. A participação de diferentes setores reforça a compreensão de que a inclusão não se constrói de forma isolada, mas requer articulação contínua entre políticas públicas.

Assim, o “**Conversas em Roda**” configura-se como uma prática que integra acolhimento, formação, informação e mobilização social, reafirmando a dimensão socioeducativa do trabalho da e do assistente social. Ao reconhecer as famílias como sujeitos ativos e produtores de saberes, o projeto contribui para o fortalecimento da cidadania, para a promoção de relações democráticas e para a superação das barreiras atitudinais e institucionais que historicamente limitam o acesso e a permanência de estudantes com deficiência. A experiência evidencia como ações coletivas,

fundamentadas teoricamente e articuladas ao território escolar, podem produzir transformações significativas tanto no cotidiano das famílias quanto no próprio ambiente educativo.

Fundamentação teórico-metodológica da atuação na educação

O Serviço Social, enquanto profissão regulamentada (Lei nº 8.662/1993) e orientada por um Projeto Ético-político comprometido com a transformação social, encontra no campo educacional um espaço fértil para a materialização de suas diretrizes. A atuação da e do assistente social na escola requer a articulação de conhecimentos oriundos da teoria social crítica, das políticas públicas e da gestão democrática.

Segundo o CFESS (2013, p. 17), “a presença do assistente social na educação básica amplia as possibilidades de enfrentamento das expressões da questão social que se manifestam no espaço escolar, como o abandono, a evasão, a violência e as desigualdades socioeconômicas”. Essa abordagem implica considerar a escola não apenas como espaço de ensino, mas também como território de convivência, de construção de cidadania e de disputa por projetos societários.

A Lei nº 13.935/2019 estabelece que a inserção da e do assistente social na rede pública de educação básica visa apoiar a gestão escolar, os professores, as e os estudantes e as famílias na superação de barreiras sociais e na construção de estratégias que garantam a permanência e o sucesso escolar. O MEC (2025) reforça que essa atuação deve se dar de forma intersetorial, articulando-se com as demais políticas sociais e com a comunidade.

Em Uberlândia, essa inserção de assistentes sociais se deu a partir de Decreto Municipal nº 19.894/2022 que instituiu o Gumae com o objetivo de prever a atuação de profissionais da Psicologia e do Serviço Social nas escolas da Rede Pública de Ensino de Uberlândia, estabelecendo as seguintes finalidades para o serviço:

- I - contribuir para a garantia do direito ao acesso, permanência e sucesso escolar dos educandos, combatendo a frequência irregular, a evasão e estimulando a participação da comunidade escolar e da família no cotidiano estudantil;
- II - oferecer condições de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos, por meio de subsídios para elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias derivados dos conhecimentos da Psicologia e do Serviço Social;
- III - orientar a comunidade escolar e articular com a rede de serviços existente, visando ao atendimento de suas necessidades e da educação inclusiva;
- IV - promover a articulação do projeto político pedagógico das unidades escolares com as áreas da Saúde, da Assistência Social, dos Direitos Humanos e da Justiça;
- V - promover ações que impliquem no combate à discriminação social, racial, sexual, cultural, religiosa e outras;
- VI - formar educandos como agentes promotores de direitos humanos e dos valores que fundamentam o convívio em sociedade;
- VII - promover os direitos das crianças e adolescentes na proposta político-pedagógica e no ambiente escolar.

A Diretoria Pedagógica elabora anualmente um Documento Orientador que é disponibilizado para acesso público no site da Prefeitura Municipal de Uberlândia, contendo fascículos organizados por áreas de atuação e componentes curriculares da Secretaria Municipal de Educação. Desde 2024, o Gumae possui um fascículo próprio, denominado “Fascículo Gumae”, no qual são contempladas as propostas de trabalho e as intervenções técnicas do Serviço Social e da Psicologia para o referido ano.

Conforme descrito neste fascículo, o Gumae é constituído por trinta e dois profissionais efetivos, sendo dezesseis assistentes sociais e dezesseis psicólogas e psicólogos, que se constituem em quinze duplas (um assistente social e um psicólogo) de referência para um grupo de escolas municipais (em geral, de oito a dez escolas por dupla), uma coordenação e referência técnica da Psicologia e uma referência técnica do Serviço Social. Todas e todos profissionais são servidores públicos efetivos da Administração Direta do Município, possuem carga horária de trabalho de trinta horas semanais e são lotados na Secretaria Municipal de Educação (SME). O grupo integra a Diretoria Pedagógica da SME e tem sua sede de trabalho no Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (CEMEPE).

Desde a sua implantação (segundo semestre de 2022), o Gumae destaca-se pelo empenho da sua equipe técnica para planejamento, implementação, elaboração de projetos e construção deste serviço essencial às e aos profissionais da educação, às e aos estudantes e às famílias atendidas pelo município.

O cenário da Rede Municipal de Ensino de Uberlândia (RME) contempla 124 escolas municipais que incluem três níveis de ensino: infantil, fundamental I e fundamental II; três turnos de trabalho: manhã, tarde e noite (Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos – PMAJA; 1º ao 5º Anos e Educação de Jovens e Adultos – EJA; - 6º ao 9º Anos). O município ainda conta com 52 Organizações da Sociedade Civil (OSCs), parceiras da SME, sendo que estas não são atendidas pelo Gumae e devem constituir equipes multiprofissionais próprias.

Tendo em vista que a escola é um reflexo da sociedade e que desempenha um papel crucial no Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes aos quais atende, coube à dupla multiprofissional (assistente social e psicólogo) realizar uma análise diagnóstica das escolas que se encontram sob a sua referência técnica, a fim de elencar as que mais apresentam necessidade de sua assessoria e intervenção, priorizando as escolas que se encontram em territórios mais vulnerabilizados e, a partir desta análise, realizar a proposição dos projetos que melhor atendem às demandas de cada escola, entre eles, o projeto “**Conversas em Roda**”.

Dimensão ético-política: compromisso com os direitos e com a democracia

A dimensão ético-política do Serviço Social é orientada pelo Código de Ética Profissional e pelo Projeto Ético-político, que defendem a liberdade, a equidade, a justiça social e a democracia

como valores centrais. No contexto escolar, isso significa atuar para que o direito à educação seja efetivado de forma universal e sem discriminações.

O CFESS (2013, p. 29) enfatiza que “o trabalho do assistente social na educação deve contribuir para a construção de uma escola inclusiva, que respeite e valorize as diferenças, combatendo todas as formas de preconceito e discriminação”. Essa perspectiva reforça a necessidade de práticas que promovam a participação da comunidade escolar nos processos decisórios, fortalecendo o caráter democrático da instituição. A Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146/2015, também conhecida como “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, prevê a garantia do direito à escolarização em todos os níveis de ensino, o acesso à educação em igualdade de condição com os demais, sem discriminação e com o atendimento de necessidades de adaptação e de recursos conforme cada necessidade.

Nesse cenário, o Serviço Social no Gumae atua com ênfase na defesa das Bandeiras de Luta do Serviço Social, neste caso, especialmente: na defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); na defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e democrática em todos os níveis; e no posicionamento contrário a toda forma de discriminação.

Considerando que grande parte das demandas encaminhadas ao Gumae tem em sua gênese alguma relação com as dificuldades no âmbito da inclusão, o que impacta diretamente na garantia do direito da e do estudante com deficiência e na fragilidade da relação família/escola; o Gumae identificou a necessidade de elaboração de um projeto coletivo que buscasse alcançar e apoiar as famílias das crianças e das e dos adolescentes público-alvo da educação especial do município de Uberlândia. Fazendo surgir, em 2024, como estratégia interventiva, o projeto “**Conversas em Roda**” que expressa essa dimensão ético-política já em seu objetivo geral: “promover um espaço de escuta e acolhimento das demandas das famílias dos estudantes com deficiência e TEA, além de ofertar orientação profissional acerca dos direitos dessas crianças a partir das legislações existentes no país”.

Essa dimensão também se consolida nos objetivos específicos do projeto que incluem o diálogo destas famílias com profissionais da educação e com representantes de órgãos públicos, a partir de discussões de temas essenciais como direitos educacionais, processos de escolarização, participação comunitária e acesso a políticas públicas. As trocas de experiências no contexto escolar, aproximam as famílias e promovem o estreitamento de vínculos, objetivando sempre o bem-estar da tríade Escola-Estudante-Família; orientando as famílias em suas principais dificuldades a partir de suas próprias colocações enquanto grupo.

O projeto “**Conversas em Roda**” acontece em parceria com os profissionais que atuam nas escolas e visa envolver diretores, vice-diretores, analistas pedagógicos, professores regentes, profissionais de apoio e equipe do Atendimento Educacional Especializado (AEE) das escolas

onde o projeto será desenvolvido. A escolha das escolas que são contempladas com o projeto é feita pela avaliação da dupla de referência, número de estudantes com deficiência e com TEA e a partir do aceite da direção escolar.

No desenvolver do projeto “**Conversas em Roda**”, outras e outros profissionais externos à escola podem participar como convidados para falar sobre temáticas que serão levantadas pelo próprio grupo e a partir das articulações da dupla de referência, como, por exemplo: Secretaria de Educação - Coordenação de Educação Especial; Secretaria de Saúde, Centro de Referência do Transtorno do Espectro Autista (CR-TEA), Campus Municipal de Atendimento à Pessoa com Deficiência, Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência (CAPS IA); Secretaria de Desenvolvimento Social - CRAS e CREAS, entre outros.

O projeto “**Conversas em Roda**” é desenvolvido pela dupla de referência, na escola contemplada, que realiza encontros mensais, com a previsão de cinco encontros para as famílias durante o ano letivo. A depender das realidades de cada escola, a dupla de referência poderá também realizar para além dos cinco encontros previstos: um encontro de apresentação do projeto para a gestão e para a equipe escolar; um encontro de apresentação do projeto para as famílias público-alvo (fundamental que haja o levantamento de dias e horários que melhor contemplam a maioria dos responsáveis, de modo que amplie as possibilidades de participação sem comprometer as suas rotinas).

A metodologia utilizada nos encontros é a de Roda de Conversa, ferramenta metodológica para promoção de espaços seguros e acolhedores que propiciem a interação social, o aprendizado e o desenvolvimento individual e coletivo. Essa escolha se deu pela potência das rodas de conversa e por suas múltiplas possibilidades que visam ao empoderamento e à autonomia dos sujeitos. Nas rodas há o desenvolvimento da escuta, o reconhecimento de potencialidades, a construção de vínculos, o diálogo aberto e respeitoso, a construção de estratégias e de apoios, o compartilhamento de experiências e de sentimentos, o fortalecimento dos vínculos da família com a escola.

Pensando na ética do trabalho, os mediadores estabeleceram junto aos participantes combinados de trabalho em grupo, sendo que o respeito, o cuidado e o sigilo são princípios norteadores de todos os encontros. O projeto “**Conversas em Roda**” não possui um planejamento fechado sobre as temáticas a serem abordadas com as famílias, uma vez que estas são trabalhadas a partir das demandas e das necessidades que as próprias famílias vão apresentando à dupla no desenvolver do projeto.

O projeto “**Conversas em Roda**” materializa essa dimensão ao priorizar um espaço seguro e respeitoso para a escuta das famílias, reconhecendo seus saberes e suas trajetórias. Além disso, atua como mecanismo de fortalecimento da participação social, incentivando que mães, pais e

responsáveis a se tornem protagonistas na defesa dos direitos educacionais de seus filhos. Esse posicionamento está alinhado ao eixo de *intersectorialidade e participação social* descrito no Documento de Subsídios (Brasil, 2025), que recomenda a construção de vínculos entre a escola e outros setores das políticas públicas.

E também alinha-se ao compromisso previsto no Artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394/1996): “§ 1º O Conselho Escolar, órgão deliberativo, será composto do Diretor da Escola, membro nato, e de representantes das comunidades escolar e local, eleitos por seus pares nas seguintes categorias: professores, orientadores educacionais, supervisores e administradores escolares; demais servidores públicos que exerçam atividades administrativas na escola; estudantes; pais ou responsáveis; membros da comunidade local”.

Dimensão técnico-operativa e socioeducativa

A dimensão técnico-operativa diz respeito aos instrumentos, às técnicas e aos procedimentos que operacionalizam a intervenção profissional. Para Mioto e Lima (2009), essa dimensão pode ser organizada em três eixos: “processos político-organizativos, processos de gestão e planejamento e processos socioassistenciais”. Essa estruturação permite compreender a atuação como um sistema integrado, articulando mobilização social, gestão democrática e atendimento qualificado.

A implementação da presença da e do assistente social na educação básica, ainda que prevista pela Lei nº 13.935/2019, enfrenta desafios como restrições orçamentárias, formação profissional desarticulada e barreiras institucionais que comprometem o planejamento de ações efetivas. Nesse contexto, a **dimensão socioeducativa** se apresenta como eixo central para articular teoria, formação e prática, promovendo uma atuação mais transformadora.

Lima e Mioto (2012) apontam que “*a concepção do que significa educar confere um componente político à ação enquanto um fator determinante, pois o sentido da ação muda segundo o entendimento que se tem a respeito do que é educar, porque educar, para quem e com qual finalidade*”. Esse enfoque político-pedagógico sugere que a e o assistente social, ao atuar em contextos escolares, precisa formular ações que transcendem a transmissão de informação e contribuem para a formação de sujeitos críticos. Além disso, as autoras destacam que “*as ações sócio-educativas são entendidas como um processo que possui finalidade, objetivos e procedimentos... a contribuição depende decisivamente da coerência das escolhas técnico-operativas acionadas pelos Assistentes Sociais*”. Assim, a prática socioeducativa exige planejamento reflexivo, conhecimento teórico e intencionalidade política.

Nesse mesmo sentido, Giaqueto, Ligabue e Proença (2015), destacam que “*as práticas educativas têm potencialidade para desencadear processos emancipatórios, além disso, podem propiciar à ampliação da cidadania e do acesso aos direitos sociais*”. Além de estarem totalmente relacionadas à liberdade dos sujeitos e sua autonomia. Dentre estas práticas, as autoras destacam:

[...] a reflexão crítica com os sujeitos para desmistificar a ideia de ajuda, para compreensão do direito conquistado; a viabilização do acesso aos direitos sociais; a troca de informações; a participação nas instâncias representativas, conselhos, movimentos sociais, entre outros; reuniões socioeducativas que agreguem novos valores à realidade social da população e socializem as informações relativas aos direitos sociais, na perspectiva de atender as reais necessidades e os interesses dos sujeitos; problematizar a realidade concreta e a busca de fortalecimento e mobilização coletiva, dentro de uma atuação crítica em consonância como o Projeto Ético Político (Giaqueto; Ligabue; Proença, p. 7-8, 2015).

A dimensão socioeducativa refere-se à capacidade do Serviço Social de promover processos de educação social que ampliem a consciência crítica dos sujeitos, favoreçam o conhecimento sobre direitos e incentivem a participação cidadã (CFESS, 2012). No ambiente escolar, essa dimensão não se restringe a palestras ou a informativos, mas se concretiza na mediação de espaços dialógicos que promovam mudanças de atitudes e comportamentos, fortalecendo redes de solidariedade e apoio.

No projeto “**Conversas em Roda**”, essa dimensão socioeducativa se materializa na construção desses espaços dialógicos com famílias, profissionais e órgãos públicos. Os encontros mensais possibilitam a reflexão coletiva sobre direitos, práticas escolares e organização da ação social, nos quais são discutidos temas de interesse coletivo, compartilhadas informações sobre direitos e construídas estratégias de enfrentamento de problemas escolares e sociais. O caráter educativo dos encontros estimula a conscientização das famílias e reforça seu protagonismo na defesa dos direitos de seus filhos, funcionando como estratégia eficaz de mobilização comunitária e formação cidadã. Entre as possibilidades abertas por essa atuação, destacam-se:

- **Fortalecimento da gestão democrática** da escola, com maior participação de famílias nas decisões e planejamento de ações inclusivas;
- **Aprimoramento das práticas pedagógicas**, a partir de diagnósticos socioeducacionais que orientam intervenções adaptadas à realidade de cada estudante;
- **Ampliação das redes de proteção**, com articulação efetiva entre educação, saúde, assistência social e organizações da sociedade civil;
- **Promoção de uma cultura de direitos humanos** no cotidiano escolar, que transcende o atendimento individual e impacta a coletividade.

Nesse sentido, a presença da e do assistente social na escola, respaldada pela Lei nº 13.935/2019 e fortalecida por práticas como o projeto “**Conversas em Roda**”, demonstra que a educação inclusiva exige não apenas recursos materiais e adaptações curriculares, mas também a construção de relações sociais mediadas pelo diálogo, pela escuta e pela ação socioeducativa planejada. O exercício da e do assistente social na escola, fundamentado nas bases teórico-

metodológicas do Projeto Ético-político, sustentado por instrumentos legais como a Lei nº 13.935/2019 e orientado por sistematizações técnico-operativas revela-se capaz de promover intervenções socioeducativas transformadoras e inclusivas, ainda que atravessadas por desafios orçamentários, estruturais e de participação.

Desafios e possibilidades na contemporaneidade

Apesar dos avanços normativos e das experiências exitosas, como é o caso do projeto “**Conversas em Roda**” a efetivação da Lei nº 13.935/2019 enfrenta obstáculos como a falta de recursos financeiros, a insuficiência de profissionais, a resistência de gestores e demais profissionais da educação e a carência de formação específica para as e os profissionais assistentes sociais em atuação no campo educacional.

Também são percebidas distorções de interpretação pelas e pelos profissionais da educação com relação às atribuições da e do profissional assistente social que atua na escola. Nesse contexto, o projeto “**Conversas em Roda**” constitui-se como estratégia que contribui para amenizar esses equívocos e para consolidar a atuação da e do assistente social no âmbito educacional, conforme está previsto no Documento de Subsídios para Implementação da Lei, nas atribuições específicas da e do profissional do serviço social no âmbito das redes de ensino:

apoiar, assessorar e participar junto às redes de ensino e unidades escolares no planejamento e implementação de ações que contribuam para o acesso e permanência com qualidade de educandas(os) que compõem o público da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, propondo, participando e articulando ações que superem a lógica capacitista que impõe barreiras físicas e atitudinais e que interfere nos processos de socialização e de aprendizagem (Brasil, 2025).

Observou-se que um desafio enfrentado pelas famílias foi a manutenção de sua participação nos encontros, apesar de o dia da semana e os horários serem estabelecidos a partir da disponibilidade participantes (normalmente, em horário após a entrada ou próximo à saída das e dos estudantes) a fim de amenizar ao máximo a sobrecarga ou os prejuízos relacionados ao mercado de trabalho e outras atividades.

Observa-se que a lógica capitalista e os preconceitos estão intrinsecamente relacionados a esse desafio de participação, tendo em vista que a maioria dos participantes são mulheres (normalmente, mães e avós destas e destes estudantes), muitas delas são mães-solo e algumas cuidam de outras pessoas, para além da criança com deficiência ou TEA. Essas mulheres, em geral, enfrentam desafios cotidianos para conciliar os cuidados consigo mesmas e com os filhos com deficiência ou TEA com sua vida profissional. Sabe-se que o mercado de trabalho, em regra, não apresenta um olhar humanizado ou flexível para essas trabalhadoras, e que cerca de 70%

das “mães atípicas” acabam interrompendo suas atividades profissionais para cuidar dos filhos (Morais, 2025).

Ainda existem neste cenário, as rotinas terapêuticas que são propostas para as crianças com deficiência ou com TEA e que são fundamentais para o seu desenvolvimento humano. Nesse contexto, muitas dessas mães relatam exaustão física e emocional para cumprir tais rotinas. As que conseguiram participar da maioria dos encontros ofertados, relataram que o projeto “**Conversas em Roda**” constituiu-se para elas, importante ou único espaço de suspensão do cotidiano e até mesmo de autocuidado.

As possibilidades para este projeto são imensuráveis, contudo, destacam-se aqui as contribuições do projeto “**Conversas em Roda**” no contexto escolar, avançando para o fortalecimento da articulação intersetorial, a ampliação de projetos socioeducativos, a utilização de metodologias participativas que envolvam toda a comunidade escolar e a fluidez da participação coletiva no processo de inclusão de crianças com deficiência ou com TEA.

O objetivo geral do projeto tem sido alcançado tendo em vista que as conversas em grupo têm se mostrado um potente espaço de reflexão e de empoderamento destas mulheres e famílias. A quantidade de encontros foi variável de acordo com as demandas e com a disponibilidade das escolas. Os grupos foram elaborados com disparadores iniciais (dinâmicas, curtas-metragens, vídeos, textos, perguntas disparadoras), seguido de discussão e fechamento. O fato de os encontros serem planejados pela dupla, a partir das demandas das participantes, proporcionou sentimento de pertença e construção do processo.

O MEC (2025) aponta que o monitoramento e a avaliação sistemática das ações são fundamentais para garantir a qualidade e a sustentabilidade das práticas. Nas escolas onde o projeto “**Conversas em Roda**” foi aplicado, a avaliação foi realizada no final dos encontros, com as famílias e com as e os profissionais da educação envolvidos, sendo que os resultados confirmaram os avanços citados acima, além de benefícios alcançados na proximidade das famílias participantes com a equipe escolar e avanços no entendimento do papel da e do profissional de apoio escolar, uma demanda latente das famílias atendidas. Além disso, segundo as famílias participantes, dentro da realidade do município de Uberlândia, poucos são os espaços em que as famílias de crianças com deficiência podem ser acolhidas em suas necessidades e especificidades para tratar e elaborar sobre assunto que traz tanto impacto na vida destas pessoas. O projeto ainda trouxe às e aos participantes a perspectiva de construção de uma rede de apoio junto de outras famílias, de profissionais e da escola de suas crianças.

Por isso, o projeto “**Conversas em Roda**” tem sido uma ferramenta essencial do Gumaê para levar informação, inclusão, respeito, proximidade e acolhimento à comunidade escolar atendida, o que reverbera diretamente no bem-estar da e do estudante com deficiência ou com TEA no

seu processo de aprendizagem que é complexo e global e que envolve diversos fatores para além do desempenho pedagógico da e do estudante. Ainda que persista uma fragilidade importante na dificuldade destas famílias de estar e participar destes espaços de fortalecimento e troca em função da rotina de cuidado destas crianças e uma rede de apoio limitada, iniciativas como estas são como pontos de partida para que mais grupos possam ser construídos e que esta rede de fortalecimento e vínculo possa ser ampliada.

CONCLUSÃO

A análise das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa com ênfase na dimensão socioeducativa demonstra que a atuação de assistentes sociais no espaço escolar deve ser intencional, planejada e orientada por valores democráticos. O projeto “**Conversas em Roda**” demonstra como a atuação pode se tornar catalisadora de transformação social, promovendo a participação comunitária, o fortalecimento de vínculos entre família, escola e comunidade, a conscientização de direitos e a construção de estratégias coletivas para enfrentar desigualdades e barreiras à inclusão; além do fortalecimento da rede de proteção social. Essa construção de estratégias coletivas exige que a escola seja compreendida como um espaço social complexo, no qual diferentes sujeitos – estudantes, famílias, profissionais da educação, gestão escolar e a rede intersetorial – compartilham responsabilidades no processo de inclusão.

Nessa perspectiva, a prática da e do assistente social ultrapassa o atendimento individualizado e passa a promover processos grupais e comunitários que favorecem a identificação de barreiras, a democratização das informações e a produção de respostas institucionais articuladas. Conforme discutem Lima e Miotto (2009), a dimensão socioeducativa envolve ações que favorecem a leitura crítica da realidade, estimulam o exercício da participação social e fortalecem vínculos comunitários, permitindo que famílias e profissionais se reconheçam como sujeitos ativos no enfrentamento das desigualdades. Além disso, autores da educação inclusiva, como Mantoan (2015), ressaltam que a superação de barreiras físicas, pedagógicas, institucionais e atitudinais depende da construção de uma cultura escolar coletiva, colaborativa e comprometida com a diversidade, o que reforça o papel estratégico do Serviço Social no fomento de práticas emancipadoras. Essa experiência revela que a prática socioeducativa, quando articulada a marcos legais e ao Projeto Ético-político do Serviço Social, pode contribuir efetivamente para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e responsáveis por sua participação cidadã.

Ademais, os desafios ainda presentes, como limitações estruturais, escassez de recursos e necessidade de formação continuada, não diminuem a relevância da presença da e do assistente social na escola. Pelo contrário, evidenciam a necessidade de políticas públicas consistentes, investimento em qualificação profissional e consolidação de práticas intersetoriais, capazes de

fortalecer redes de proteção social e ampliar o alcance das ações socioeducativas. Portanto, a atuação do Serviço Social na educação básica não se limita a intervenções pontuais, mas configura-se como uma estratégia transformadora, capaz de promover inclusão, equidade e participação social. A experiência do projeto “**Conversas em Roda**” ilustra de forma concreta como a prática profissional, quando fundamentada teoricamente e respaldada legalmente, pode contribuir para a construção de uma escola mais democrática, inclusiva e comprometida com os direitos de todos os estudantes, reafirmando o papel da e do assistente social como agente de transformação social e promotor da cidadania.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e suas atualizações. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 ago. 2025.

BRASIL. *Lei nº 13.146*, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. *Lei nº 13.935*, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Documento de subsídios para implementação da Lei nº 13.935/2019*. Brasília: MEC, 2025.

BRAZ, M.; SCHMIDT, M. C. *Política Social e Serviço Social: fundamentos e desafios contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2020.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação*. Brasília: CFESS, 2013. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Cartilha Bandeiras de Luta 2019 e Ações Estratégicas 2016*. Brasília: CFESS, 2022 (reimpressão). Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha-BandeiradeLutas2019eAcoesEstrategicas2016-Site.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2025.

GIAQUETO, Adriana; LINGABUE, Helena de Paiva; PROENÇA, Jaíne. Processos emancipatórios e práticas educativas no serviço social. In: *I CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS*, 2015. Anais. Londrina, 2015. Disponível em: http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo4/oral/45_processos_emancipatorios.pdf. Acesso em: 13 ago. de 2025.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Ações socioeducativas e Serviço Social: características e tendências na produção bibliográfica. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 75-84, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/5673>. Acesso em: 13 ago. 2025.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. A dimensão socioeducativa do Serviço Social: reflexões sobre as ações profissionais desenvolvidas no CRAS. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 287-310, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/89041>. Acesso em: 13 ago. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MIOTO, R. C. T., & de Lima, T. C. S. (2009). A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. *Textos & Contextos* (Porto Alegre). Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/5673>. Acesso em: 13 ago. 2025.

MORAIS, Madson de. *Maioria das mães de crianças com deficiência deixam de trabalhar*. Lunetas, 08 maio 2025. Disponível em: <https://lunetas.com.br/maes-de-filhos-com-deficiencia-deixam-de-trabalhar/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

UBERLÂNDIA. *Decreto nº 19.894 de 26 de agosto de 2022*. Institui o Grupo Multiprofissional de Atendimento Escolar - GUMAE e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Uberlândia, MG, 29 ago. 2022. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/diariooficial/edicao-6436/>. Acesso em: 16 ago. 2025.

UBERLÂNDIA. *Fascículo Gumae 2025*. Disponível em: https://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/Fasciculo_Gumae_2025.pdf. Acesso em 16 ago. 2025.

15

**A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA: EXPERIÊNCIA NO IFNMG
- CAMPUS DIAMANTINA**

Shirley Gomes Oliveira

Entre demandas e resistências: experiências e possibilidades do Serviço Social na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise da atuação do Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco na experiência desenvolvida no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). A partir da vivência profissional, são discutidos os desafios enfrentados na assistência estudantil, especialmente no contexto da pandemia de covid-19, e as estratégias adotadas para garantir o acesso e a permanência dos estudantes. O estudo de caso evidencia a importância da escuta qualificada, da articulação com políticas públicas e da atuação crítica frente às expressões da questão social. Conclui-se que o Serviço Social na EPT contribui para a construção de práticas emancipatórias, reafirmando seu compromisso ético-político com a defesa dos direitos sociais. A experiência reafirma o papel estratégico do Serviço Social na construção de práticas emancipatórias na educação pública.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação Profissional; Assistência Estudantil; Questão Social; IFNMG.

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) consolidou-se no Brasil como um instrumento estratégico de democratização do conhecimento e de enfrentamento das desigualdades históricas no acesso à educação pública de qualidade. Ao articular a formação técnica e tecnológica com a formação humana, a EPT contribui para a construção de trajetórias educacionais mais inclusivas, alinhadas às demandas do mundo do trabalho e ao desenvolvimento social e cultural dos territórios onde se insere.

Instituída pela Lei nº 11.892/2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica integra uma política pública estruturante que promove a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, oferecendo cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos subsequentes e formações de nível superior. Seu foco vai além da qualificação profissional: busca promover o desenvolvimento regional sustentável, fortalecer a inclusão social e ampliar as oportunidades educacionais para populações historicamente excluídas do acesso à educação pública de qualidade.

Considerando esse panorama, a presença do Serviço Social nesses espaços educativos torna-se imprescindível. Trata-se de um campo profissional capaz de mediar as múltiplas expressões

da questão social que atravessam a vida escolar, considerando a complexidade das condições socioeconômicas e culturais dos estudantes. Expressões como pobreza, racismo, desigualdade de gênero, deficiência, violência doméstica e comunitária, além de situações de vulnerabilidade social, impactam de forma direta a permanência, o rendimento e o sucesso acadêmico. Assim, a atuação do Serviço Social exige respostas integradas, articulando o atendimento individualizado com estratégias coletivas, intersetoriais e institucionais voltadas à garantia de direitos e à promoção da equidade.

O presente artigo sistematiza e analisa a experiência profissional desenvolvida no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – Campus Diamantina, situado na zona rural do município, o campus atende predominantemente estudantes oriundos de famílias de baixa renda, provenientes de áreas periféricas e de municípios vizinhos, marcados por profundas desigualdades socioeconômicas. O território apresenta desafios estruturais, como dificuldades de mobilidade, precariedade no acesso a serviços públicos e, por vezes, baixa visibilidade institucional frente a outras instituições de ensino já consolidadas na região.

O relato adota uma perspectiva crítica, fundamentada no Projeto Ético-político do Serviço Social, e insere-se no debate proposto pela *Revista Conexão Geraes* sobre “Experiências e possibilidades do trabalho de assistentes sociais na atualidade”. A sistematização da prática profissional busca compartilhar estratégias, reflexões e aprendizados acumulados ao longo de quase uma década de atuação, de modo a oferecer subsídios para o fortalecimento da intervenção profissional na educação contemporânea, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades.

O Serviço Social brasileiro pauta-se em um Projeto Ético-político que defende a universalidade dos direitos sociais, a laicidade do Estado, a equidade e a emancipação humana (CFESS, 2011). Esse projeto orienta a atuação profissional para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, contrapondo-se às expressões de desigualdade e opressão estruturais que caracterizam o capitalismo dependente brasileiro.

Conforme destacam Iamamoto (2007) e Netto (2005), a prática profissional no Serviço Social articula três dimensões indissociáveis:

- Teórico-metodológica: provê a base crítica e os referenciais teóricos para compreender a realidade social, permitindo o diagnóstico das demandas e a formulação de estratégias de intervenção adequadas ao contexto;
- Ético-política: reafirma o compromisso da profissão com a defesa intransigente dos direitos humanos, da cidadania e da transformação social, pautando-se por valores como liberdade, justiça social e equidade;
- Técnico-operativa: envolve a aplicação concreta de instrumentos, técnicas e procedimentos que materializam a intervenção profissional no cotidiano institucional.

No âmbito da política educacional, essa articulação traduz-se em ações que transcendem o atendimento socioeconômico individual, integrando-se à construção de respostas coletivas e intersetoriais. Tais respostas envolvem não apenas o estudante, mas também sua família, a equipe multiprofissional da instituição e a rede de proteção social, reafirmando a educação como um direito social e como um espaço de emancipação humana.

QUESTÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO: A ATUAÇÃO DA E DO ASSISTENTE SOCIAL E OS DESAFIOS DA MEDIAÇÃO

A questão social se manifesta na educação de forma complexa e multifacetada, refletindo as desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira. No cotidiano escolar, essas expressões se revelam por meio da evasão escolar causada pela pobreza, da dificuldade de acesso ao transporte público, da discriminação racial, de gênero e de orientação sexual, da ausência de atendimento adequado às necessidades educacionais especiais e das situações de violência doméstica que afetam diretamente o desenvolvimento dos estudantes.

Autores como Saviani (2008) e Freire (1996) defendem que a escola deve ser um espaço de emancipação, diálogo e transformação social. Para isso, é necessário superar práticas assistencialistas e promover processos educativos críticos, que reconheçam os sujeitos em sua integralidade e estimulem sua participação ativa na construção do conhecimento e da cidadania.

Nesse contexto, a e o assistente social assume um papel estratégico na mediação entre a escola, a comunidade e as políticas públicas. Sua atuação vai além da resolução pontual de conflitos ou da gestão de benefícios. Trata-se de um trabalho que articula o conhecimento técnico com a escuta sensível, promovendo ações que fortalecem os vínculos sociais e ampliam o acesso aos direitos. A e o assistente social identifica demandas sociais, articula redes de proteção, promove espaços de escuta qualificada e fomenta a participação dos sujeitos na vida escolar, contribuindo para a construção de respostas coletivas às desigualdades educacionais.

Contudo, essa mediação enfrenta desafios significativos. A ausência de instrumentos institucionais adequados, como protocolos de atendimento e fluxos de encaminhamento, dificulta a sistematização das ações. Soma-se a isso a escassez de recursos humanos e materiais, que limita a capacidade de resposta às demandas complexas que emergem no ambiente escolar. A falta de formação continuada para as e os profissionais da educação sobre temas sociais e intersetoriais também compromete a efetividade das ações. Além disso, há uma resistência institucional à abordagem crítica da questão social, que muitas vezes reduz o papel da e do assistente social à execução de tarefas burocráticas ou à administração de auxílios.

Frente a essa realidade, é fundamental reconhecer politicamente e institucionalmente a importância da atuação da e do assistente social na educação. Isso implica investir em estrutura, formação e diálogo intersetorial, criando condições para que a escola se torne, de fato, um espaço de justiça social, inclusão e emancipação.

Como afirma Paulo Freire:

A educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo. [...] A escola não é o lugar onde se transfere conhecimento, mas onde se cria conhecimento, onde se estimula a curiosidade, onde se aprende a pensar criticamente. Não há ensino sem pesquisa, assim como não há pesquisa sem ensino. Esses que se acham donos da verdade não podem educar. Educar exige humildade, amor, coragem e uma vontade firme de mudar o mundo (Freire, 1996).

Essa perspectiva reforça a importância de práticas educativas que dialoguem com a realidade dos sujeitos e promovam sua autonomia. A presença qualificada da e do assistente social contribui para transformar a educação em uma ferramenta de enfrentamento das desigualdades e promoção de direitos, reafirmando seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

O campus está situado na zona rural do município de Diamantina, cidade reconhecida como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO. Essa distinção, embora valorosa do ponto de vista histórico e turístico, pode gerar uma percepção equivocada de que as questões sociais são menos presentes ou menos urgentes na região. Na prática, o que se observa é o contrário: as desigualdades sociais existem, são profundas e, por vezes, são invisibilizadas ou maquiadas pelo imaginário de cidade histórica e preservada.

Diamantina enfrenta carências estruturais significativas, como transporte público irregular, estradas de difícil acesso e ausência de equipamentos básicos de saúde e assistência social, especialmente nas áreas periféricas e rurais. A maioria dos estudantes do campus provém de municípios vizinhos e bairros afastados, convivendo com realidades de baixa renda, insegurança alimentar, dificuldade de acesso à internet e outras vulnerabilidades que impactam diretamente o desempenho escolar e a permanência nos cursos.

Esse cenário exige uma atuação mais incisiva do Estado por meio de políticas públicas integradas, que considerem as especificidades territoriais e promovam o desenvolvimento social, educacional e econômico da região. A presença do IFNMG é estratégica, mas precisa ser acompanhada de investimentos contínuos em infraestrutura, serviços e garantia de direitos.

O campus oferta cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos subsequentes e programas de extensão e pesquisa voltados ao desenvolvimento regional. A equipe multiprofissional é composta por assistente social, enfermeiro, psicólogo, pedagogo, técnicos em assuntos

educacionais e técnicos administrativos, que atuam de forma interdisciplinar para acompanhar as e os estudantes e promover políticas de permanência e sucesso escolar.

Apesar dos esforços da equipe, os desafios são grandes. A escassez de recursos, a limitação de instrumentos institucionais para mediação das demandas sociais e a sobrecarga de trabalho dificultam a consolidação de ações mais estruturantes. A atuação da e do assistente social, por exemplo, é essencial para articular redes de proteção e promover a escuta qualificada, mas enfrenta obstáculos como a falta de protocolos, espaços adequados e apoio institucional para o enfrentamento das questões sociais que atravessam o cotidiano escolar.

Um desafio recorrente é a visibilidade institucional. A proximidade física com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), já consolidada na região, gera confusões sobre a natureza do IFNMG, exigindo constantes ações de divulgação e fortalecimento da identidade do campus perante a comunidade. Vale destacar que a UFVJM já existe há anos, enquanto o campus Diamantina do IFNMG integra a terceira fase de expansão dos Institutos Federais, processo que ainda não se consolidou plenamente em diversas unidades do país.

Recentemente, o governo federal anunciou novas expansões da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Embora essa iniciativa seja extremamente positiva e necessária para ampliar o acesso à educação pública de qualidade, ela também suscita reflexões importantes: como avançar em novas expansões se muitos dos *campi* já existentes ainda enfrentam fragilidades estruturais e *déficit* de servidores? Onde está o gargalo que impede a consolidação plena dessas instituições?

A expansão da rede deve vir acompanhada de planejamento estratégico, garantia de financiamento contínuo, valorização dos profissionais e fortalecimento da infraestrutura física e pedagógica. Sem isso, corre-se o risco de ampliar o alcance territorial sem assegurar a qualidade e a efetividade das ações educacionais.

A experiência profissional como assistente social no IFNMG – Campus Diamantina, iniciada em 2016, está profundamente marcada pela mediação da Política de Assistência Estudantil e pela construção de estratégias que respondam às múltiplas expressões da questão social no cotidiano escolar. A atuação se insere em um território rural, de reconhecida importância histórica e cultural, mas que convive com desigualdades socioeconômicas profundas, frequentemente invisibilizadas pela imagem turística da cidade.

O Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes, regulamentado pela Resolução CONSUP nº 533/2025, constitui o eixo central da intervenção profissional. Fundamentado na Lei nº 12.711/2012 e nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Estudantil, o programa visa garantir condições mínimas de permanência escolar por meio da concessão de auxílios financeiros voltados a alimentação, transporte, moradia e situações emergenciais. A operacionalização da

política exige a realização de estudos socioeconômicos criteriosos, elaboração de pareceres técnicos, acompanhamento contínuo das e dos estudantes beneficiários e articulação com a equipe pedagógica e multiprofissional.

A análise dos dados sistematizados na dissertação de mestrado revela que “os estudantes atendidos com o apoio financeiro no IFNMG, Campus Diamantina são, em sua maioria, jovens, de famílias pobres, com renda per capita familiar inferior a meio salário mínimo, pardos e pretos, oriundos de escolas públicas” (Oliveira, 2020, p. 85). Esses fatores demandam uma atuação que vá além do atendimento pontual e que articule respostas institucionais e intersetoriais.

A prática profissional também envolve ações educativas e participativas, como rodas de conversa, campanhas de saúde mental, fóruns estudantis e oficinas temáticas. Tais espaços têm como objetivo fortalecer o protagonismo discente e ampliar a compreensão da assistência estudantil como direito, promovendo a formação cidadã e o vínculo com a instituição.

Durante a pandemia de covid-19, foi necessário adaptar os atendimentos para o formato remoto, criar estratégias de distribuição de auxílios emergenciais e fortalecer os canais de comunicação com estudantes e famílias. A crise sanitária intensificou as vulnerabilidades já existentes, especialmente no que diz respeito à saúde mental, à perda de renda e ao isolamento social, exigindo respostas ágeis e sensíveis por parte da equipe multiprofissional.

A atuação profissional é orientada pelo Projeto Ético-político do Serviço Social, articulando dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Essa articulação permite compreender a realidade de forma crítica, defender os direitos sociais e construir intervenções que respeitem a singularidade dos sujeitos e promovam a transformação social. A experiência acumulada ao longo dos anos reafirma a importância da assistência estudantil como política estruturante da educação pública e destaca a centralidade da atuação do Serviço Social.

ESTUDO DE CASO E ARTICULAÇÃO TEÓRICO-CRÍTICA: A POTÊNCIA DA INTERVENÇÃO SOCIAL NA TRAJETÓRIA DE UMA ESTUDANTE

A experiência vivenciada no IFNMG – Campus Diamantina demonstra que a intervenção do Serviço Social na educação pública ultrapassa a função operacional de repasse de auxílios financeiros. Trata-se de um processo complexo que integra três dimensões interdependentes: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (Iamamoto, 2007; Netto, 2005). Essas dimensões, quando articuladas, sustentam práticas que combinam a análise crítica da realidade social com ações concretas voltadas à garantia de direitos, enfrentamento de desigualdades e promoção da emancipação humana.

O caso analisado envolve uma estudante do curso técnico integrado, jovem mulher negra, residente em área periférica, cuja trajetória escolar foi atravessada por múltiplas expressões da questão social. Inserida em um núcleo familiar instável e com histórico de pobreza, era a filha mais velha de quatro irmãos, todos de pais diferentes, e desempenhava funções de cuidado e administração doméstica desde a adolescência. Essa configuração familiar, associada à renda per capita inferior a meio salário mínimo, colocava a estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica crônica. A família era beneficiária do Programa Bolsa Família e a jovem permaneceu, durante todo o curso, como beneficiária da assistência estudantil, utilizando o recurso não apenas para despesas escolares, mas também para a manutenção básica do lar.

A pressão familiar para entregar o valor do auxílio à mãe reforçava a sobrecarga emocional e a inversão de papéis, fenômeno que pode ser compreendido, à luz de Bronfenbrenner (1996), como uma sobreposição de funções no microsistema familiar, impactando diretamente a saúde mental e o rendimento escolar. Ao mesmo tempo, o racismo estrutural (Almeida, 2018) se manifestava no ambiente escolar por meio de episódios de exclusão social e de comentários depreciativos relacionados ao uso de tranças, elemento cultural associado à sua identidade étnico-racial.

O cenário de vulnerabilidade atingiu seu ápice no primeiro ano do curso, quando a estudante realizou três tentativas de autoextermínio. Esse dado revela um quadro severo de sofrimento psíquico, reforçando a importância de compreender a saúde mental como direito social e componente essencial da permanência escolar. Frente a essa situação, a atuação da equipe multiprofissional – articulando Serviço Social, psicologia e pedagogia – foi decisiva.

A intervenção envolveu ações individuais e coletivas. No âmbito individual, o Serviço Social assegurou o acompanhamento socioeconômico e a manutenção do auxílio estudantil, reforçando sua autonomia financeira e garantindo que o recurso fosse utilizado de acordo com suas necessidades prioritárias. No coletivo, foi planejada uma palestra para a turma abordando respeito, bullying e empatia, com o objetivo de transformar o ambiente escolar em espaço de acolhimento e combate à discriminação. Essa ação coletiva, ancorada na pedagogia crítica freireana (Freire, 1996), buscou a conscientização dos pares e a construção de um ethos escolar mais inclusivo.

O efeito simbólico e afetivo da intervenção foi intensificado por um gesto espontâneo dos colegas: a comemoração de seu aniversário com um bolo de boas-vindas em seu retorno às aulas. Esse momento representou a materialização da dimensão relacional da permanência escolar, na qual o sentimento de pertencimento atua como fator protetivo frente a novas crises emocionais.

A estudante concluiu o curso com êxito e ingressou no ensino superior via ENEM, demonstrando que o fortalecimento de vínculos institucionais e sociais é elemento-chave para a continuidade educacional. Do ponto de vista teórico-crítico, este caso exemplifica:

1. Articulação teoria-prática – O entendimento crítico das expressões da questão social permitiu a construção de respostas integradas e não fragmentadas.
2. Centralidade da Política de Assistência Estudantil – Os auxílios financeiros foram meio, não fim, de um processo de inclusão, evidenciando que sua eficácia depende do acompanhamento técnico qualificado.
3. Educação como prática de liberdade – Conforme Freire (1996), a intervenção não se limitou a mediar recursos, mas promoveu uma mudança de consciência na turma, ressignificando relações sociais e combatendo preconceitos.
4. Enfrentamento intersetorial – O diálogo entre setores internos (assistência estudantil, psicologia, pedagogia) e externos (rede de saúde e assistência social, quando necessário) potencializou a resposta institucional.

Este estudo de caso reafirma que, em territórios marcados por desigualdades históricas, como a região de Diamantina, o Serviço Social precisa ser fortalecido com recursos, protocolos e valorização profissional para que trajetórias como essa deixem de ser exceções e passem a representar a regra no acesso e permanência escolar.

CONCLUSÃO

A atuação do Serviço Social na educação pública, especialmente no contexto dos Institutos Federais, tem se mostrado essencial para a efetivação de direitos, a promoção da equidade e a construção de espaços educativos mais inclusivos e humanizados. No IFNMG – Campus Diamantina, essa prática se concretiza por meio da escuta qualificada, da articulação intersetorial e da mediação de conflitos, sempre orientada pelo Projeto Ético-político da profissão.

O estudo de caso apresentado neste artigo evidencia, de forma sensível e concreta, como a intervenção profissional pode transformar trajetórias marcadas por múltiplas expressões da questão social. A estudante, inserida em contexto de vulnerabilidade familiar, racial e emocional, encontrou na escola pública e na atuação comprometida dos profissionais um espaço de acolhimento, reconstrução de vínculos e fortalecimento da autoestima. A ação educativa realizada com a turma, aliada ao acompanhamento institucional, foi decisiva para sua permanência, conclusão do curso e ingresso na graduação.

Esse exemplo reforça a importância da Política de Assistência Estudantil como instrumento de democratização do acesso e da permanência escolar, mas também revela seus limites diante da complexidade das demandas apresentadas pelos estudantes. É urgente que essa política seja fortalecida com recursos adequados, protocolos institucionais e valorização das equipes

multiprofissionais, para que a atuação não se restrinja ao repasse de benefícios, mas se constitua como prática emancipatória.

Conclui-se, portanto, que o Serviço Social na educação pública não apenas contribui para a superação das desigualdades, mas também potencializa processos de transformação social, subjetiva e institucional. A escola, sob essa perspectiva, deve ser compreendida como espaço privilegiado de construção de cidadania, onde cada estudante possa ser reconhecido em sua singularidade e dignidade. Que histórias como a da estudante aqui relatada inspirem o fortalecimento de políticas públicas comprometidas com a justiça social e com a inclusão. Que cada trajetória acompanhada pelo Serviço Social seja também uma semente de justiça e dignidade no solo da educação pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

BRASIL. *Lei nº 12.711*, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de educação*. Brasília: CFESS, 2011.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. *Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil*. Serviço Social & Sociedade, n. 77, 2004.

OLIVEIRA, Shirley Gomes. *Perfil dos discentes atendidos pela assistência estudantil do IFNMG, Campus Diamantina, no período de 2016 a 2018*. 2020. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2020.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 2008

16

SERVIÇO SOCIAL E RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL: CAMINHOS E DESCAMINHOS NA VIABILIZAÇÃO DA EQUIDADE NO SUS - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA(S)

Ana Paula Carvalho de Rezende¹

Regiane Claret da Cruz²

Dara de Souza Silva³

1 Assistente social graduada pela Universidade Federal de Ouro Preto, *pós-graduanda* do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

2 Assistente social graduada pela Universidade Federal de Ouro Preto, *pós-graduanda* do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção à Urgência e Emergência do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

3 Assistente social graduada pela Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro, *pós-graduanda* do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

RESUMO

O presente artigo consiste em um relato de experiência elaborado por três assistentes sociais residentes dos programas de Atenção Básica, Saúde da Família e Atenção à Urgência e Emergência da Residência Multiprofissional em Saúde, iniciados em março de 2024, na cidade de Belo Horizonte. A partir de trajetórias singulares, mas entrelaçadas pelo cotidiano da formação teórica e assistencial, o texto propõe uma análise crítica sobre o processo formativo vivenciado, destacando os desafios, aprendizados e as potências dessa modalidade de pós-graduação. A residência é abordada como espaço para a articulação entre teoria e prática, viabilizando a materialização das três dimensões do exercício profissional: técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político, fortalecendo o compromisso com os princípios do Projeto Ético-político do Serviço Social. As autoras compartilham reflexões sobre a atuação interprofissional, os limites institucionais, as disputas por legitimidade no campo da saúde e os encontros que possibilitam a construção coletiva do saber. Além disso, o artigo celebra referências importantes da profissão e reafirma o papel do Serviço Social como prática comprometida com os direitos sociais, a equidade e a transformação da realidade. Ao dar visibilidade às experiências vividas, o trabalho contribui para a valorização da residência como espaço de formação crítica e intervenção social.

Palavras-chave: Serviço Social. Residência Multiprofissional. SUS. Equidade.

INTRODUÇÃO: ABRINDO OS CAMINHOS PARA AS REFLEXÕES COLETIVAS

Iniciamos este relato, expressando nosso reconhecimento, respeito e admiração e também celebração à assistente social e atual Ministra dos Direitos Humanos, Macaé Evaristo, mulher negra e mineira, cuja trajetória inspira e fortalece nosso exercício profissional. Sua presença no Ministério, um espaço historicamente ocupado por homens brancos, representa uma conquista simbólica e política significativa. Ela reflete não apenas a diversidade da população brasileira, mas também o perfil majoritário das pessoas que recorrem ao Serviço Social, composto, em sua maioria, por mulheres negras, assim como o próprio corpo profissional da categoria.

O Sistema Único de Saúde (SUS) constitui o pano de fundo do presente relato de experiência, elaborado a partir do encontro de assistentes sociais inseridas na Residência Multiprofissional iniciada em março de 2024, na cidade de Belo Horizonte. Trata-se de um grupo composto por profissionais oriundas de diferentes contextos pessoais e formações acadêmicas, vindas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, que se uniram com o propósito de refletir criticamente sobre as vivências acumuladas ao longo desse processo formativo. Apesar das múltiplas diferenças que as atravessam, marcadas por trajetórias individuais, experiências sociais diversas, acúmulos teóricos e práticos singulares, foi justamente o que as aproximou e impulsionou: a vontade de

adquirir e trocar conhecimento, além de contribuir com as produções teóricas da nossa categoria, que é, ao mesmo tempo, profissão e área de conhecimento⁴.

O SUS é fruto de intensas lutas sociais e políticas, protagonizadas pela classe trabalhadora e por diversos movimentos sociais que, ao longo das décadas, reivindicaram o direito à saúde como um dever do Estado e um direito de todos os cidadãos. A consolidação⁵ do SUS representou uma conquista histórica no campo dos direitos sociais no Brasil. Sua estrutura está fundamentada em três princípios doutrinários que norteiam suas ações e políticas: a Universalidade, que assegura o acesso de toda a população aos serviços de saúde, a Integralidade que promove o cuidado em sua totalidade, considerando as necessidades individuais e coletivas e a Equidade, que busca reduzir desigualdades, oferecendo mais a quem mais precisa.

É um sistema público de saúde abrangente, dinâmico e, por vezes, contraditório, que se organiza em uma rede hierarquizada composta por três níveis de atenção: Atenção Primária, responsável pelo cuidado mais próximo do cotidiano das pessoas; Atenção Secundária, voltada para atendimentos especializados; e Atenção Terciária, que envolve procedimentos de alta complexidade. Essa estrutura busca garantir um cuidado contínuo, resolutivo e articulado entre os diferentes níveis de atenção.

O Serviço Social é uma profissão atravessada por contradições, desafios e, ao mesmo tempo, é um campo fértil de resistência, construção crítica e afirmação de um projeto profissional comprometido com a transformação social. Inseridas em uma realidade marcada por desigualdades históricas e estruturais, as assistentes sociais vivenciam cotidianamente as tensões entre os princípios que sustentam o Projeto Ético-político – PEP⁶ – da profissão e as imposições institucionais que, muitas vezes, reduzem o exercício profissional a práticas burocratizadas e despolitizadas. A Residência Multiprofissional, nesse contexto, tem se mostrado uma experiência potente para o fortalecimento da identidade profissional, ao proporcionar a articulação entre teoria e prática, em um processo contínuo de aprendizado crítico. Ao mesmo tempo em que evidencia os limites impostos pelas estruturas institucionais e pelas condições de trabalho, também abre caminhos para a construção coletiva de respostas éticas, criativas e comprometidas com os direitos sociais e a dignidade humana.

4 O Serviço Social, “ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão” (Mota, 2013, p. 18).

5 Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

6 “Em suma, trata-se de um projeto que também é um processo, em contínuo desdobramento. [...] Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente [sic.], este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. [...] A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras” (Netto, 1999, p. 15-16).

Este trabalho propõe-se a sistematizar vivências, resgatar reflexões e fortalecer o debate profissional sobre a formação em serviço, compreendendo a residência multiprofissional não apenas como um espaço de aperfeiçoamento técnico, mas como um território permeado por disputas simbólicas, políticas e pedagógicas. Trata-se de um esforço coletivo de construção de conhecimento, ancorado na experiência concreta e na crítica comprometida com os princípios que sustentam o Projeto Ético-político do Serviço Social. Mais do que um exercício de relato, este texto é também uma afirmação: o Serviço Social, mesmo diante dos desafios e das contradições que marcam o cenário atual, permanece sendo uma ferramenta de resistência, de transformação e de esperança. É uma prática construída coletivamente, alimentada por coragem, afeto e compromisso ético com a vida e com a justiça social. Reivindicamos, de forma consciente e enfática, o princípio da equidade, palavra que, ainda que não esteja no texto da Lei 8.080, aqui assume centralidade, carregando densidade histórica, política e simbólica, além de uma aproximação genuína com o Serviço Social.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO PERCURSO DO SERVIÇO SOCIAL NOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DE BELO HORIZONTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA(S)

Conforme já mencionado, este artigo propõe uma análise crítica e reflexiva que compõe um relato de experiências vividas no campo da saúde pública, com ênfase na defesa de um Sistema Único de Saúde verdadeiramente equânime, universal e integral. A narrativa se estrutura a partir de três eixos principais, que se inter-relacionam e se complementam mutuamente. O primeiro eixo trata da Residência Multiprofissional em Saúde, compreendida como uma potente estratégia de formação em serviço, que favorece a integração ensino-trabalho e promove o desenvolvimento das três dimensões do exercício profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa⁷. Nesse contexto, destaca-se a importância do Projeto Ético-político, entendido como norteador das práticas de assistentes sociais inseridas na saúde, comprometidas com os princípios da justiça social, da defesa dos direitos humanos e da redução das desigualdades.

No segundo eixo, apresenta-se a organização da rede de saúde do município de Belo Horizonte, com destaque para os programas de Residência Multiprofissional em Saúde ofertados, suas áreas de concentração, objetivos formativos e inserção nas diferentes unidades da atenção primária, secundária e terciária. Essa contextualização permite compreender como a política local influencia a formação dos residentes e as possibilidades concretas de atuação profissional. Por fim, o terceiro eixo traz o relato das experiências práticas das residentes no enfrentamento

7 "A prática profissional se materializa como unidade de três dimensões indissociáveis: a dimensão teórico-metodológica, que orienta a leitura da realidade; a dimensão ético-política, que dá direção social ao exercício profissional; e a dimensão técnico-operativa, que instrumentaliza a ação profissional" (Guerra, 2009, p. 13).

cotidiano das expressões da *Questão Social*, tais como pobreza, violência, desigualdade de acesso a serviços, precarização das condições de vida e exclusão social. A partir dessas vivências, são discutidas as estratégias adotadas para promover a equidade no atendimento às populações vulnerabilizadas, reconhecendo os limites estruturais do sistema, mas também valorizando as potências construídas nos processos coletivos de cuidado e intervenção. Essas reflexões visam não apenas compartilhar vivências, mas também contribuir para o fortalecimento de práticas profissionais críticas, comprometidas com a transformação social e com a construção de um SUS justo e inclusivo.

A Residência Multiprofissional em Saúde configura-se como um espaço privilegiado de formação em serviço, que articula ensino, trabalho e pesquisa de forma indissociável. Ela é regulamentada pela Lei nº 11.129, de 2005, que instituiu a Residência em Área Profissional da Saúde e criou a CNRMS – Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde. Esta comissão é composta por representantes dos Ministérios da Educação e da Saúde, que são responsáveis por estabelecer diretrizes, supervisionar, avaliar e creditar os programas em todo o território nacional. É uma modalidade de pós-graduação *lato sensu* voltada para profissionais da saúde, possui uma extensa carga horária de 5.760 horas, distribuídas ao longo de 2 anos, com ênfase nas atividades práticas. Isso equivale a aproximadamente 60 horas semanais, divididas entre 80% de atividades práticas e 20% teóricas/teórico-práticas. Tem como objetivo principal a formação de especialistas com visão ampliada e integrada do cuidado em saúde, promovendo a interdisciplinaridade e o trabalho colaborativo.

Seu enfoque está alinhado com os princípios do SUS, buscando desenvolver competências técnico-científicas, éticas e políticas nos profissionais em formação. O Ministério da Educação financia bolsas para que os residentes se mantenham devidamente matriculados, assegurando condições para o desenvolvimento pleno das atividades formativas em serviço visto que possui uma cláusula de dedicação exclusiva.

Nesse cenário, o Serviço Social encontra na Residência Multiprofissional um terreno fértil para a materialização das três dimensões fundamentais de seu exercício profissional: técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, favorecendo uma práxis crítica, ética e alinhada aos princípios que sustentam o PEP da profissão. Mais do que uma etapa formativa, a residência constitui uma experiência imersiva em contextos reais do sistema de saúde, ampliando as possibilidades de atuação interdisciplinar⁸, fortalecendo o trabalho em equipe e fomentando a construção de respostas qualificadas e comprometidas com as demandas sociais complexas que atravessam os sujeitos e os territórios.

8 “Para discutir o sentido preciso do termo interdisciplinaridade, é necessário entender seus elementos constitutivos que, se justapõem ao substantivo disciplina, permitem a seguinte interpretação: o prefixo *inter* é latino e significa posição ou ação intermediária, reciprocidade, ou interação que ocorre entre duas ou mais coisas ou pessoas na relação sujeito-objeto; já o sufixo *dade* também guarda a propriedade de substantivar alguns adjetivos, atribuindo-lhes o sentido de ação, qualidade, estado, ou ainda, modo de ser (ASSUMPÇÃO, 1991). Assim, o termo interdisciplinaridade tem por significação a ação concreta de juntar, articular diferentes conhecimentos e experiências práticas” (Silva; Lima, 2012 p. 118).

Esse modelo de pós-graduação não apenas qualifica tecnicamente, mas também instiga os residentes a reconhecerem o Serviço Social como uma profissão interventiva, politicamente engajada e voltada para a efetivação dos direitos e a emancipação humana ao fortalecer os sujeitos levando o conhecimento para que se tornem conscientes, autônomos e politicamente ativos, capazes de intervir na sua própria realidade e lutar coletivamente pela transformação das condições sociais que produzem desigualdade, exclusão e alienação. Em um cotidiano profissional frequentemente marcado por práticas automatizadas e pela sobreposição de normas institucionais que tendem a engolir a singularidade dos sujeitos, emerge também como um espaço privilegiado de trocas e aprendizados coletivos. Ao lado de profissionais de diversas áreas, e diferentes perfis de assistentes sociais, o residente tem a oportunidade de refletir criticamente sobre sua atuação, ressignificar experiências e moldar, de forma consciente, o tipo de profissional que desejam ser.

O Serviço Social na área da saúde teve sua inserção historicamente vinculada às transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas a partir do início do século XX. No Brasil, sua atuação nesse campo consolidou-se principalmente a partir da década de 1930, em um contexto marcado pela institucionalização das políticas públicas e pela crescente medicalização da vida social. Nesse período, os primeiros assistentes sociais foram incorporados aos serviços de saúde com o objetivo de atender às demandas sociais das e dos pacientes, atuando inicialmente em hospitais e instituições de caridade, muitas vezes sob a ótica da filantropia e da moralização da pobreza. A partir dos anos 1980, o Serviço Social na saúde passou a se afirmar com uma prática profissional crítica, fundamentada na defesa dos direitos sociais e no fortalecimento do SUS, criado pela Constituição Federal de 1988. Essa mudança refletiu o amadurecimento teórico-metodológico da profissão e a ampliação do seu compromisso com a garantia do acesso universal, integral e equânime à saúde.

Demarcamos que, ao escolher – ou sermos escolhidas – para sermos assistentes sociais, temos ciência de que assumimos dois compromissos imprescritíveis: um com a formação continuada e outro com os princípios e os valores da profissão, presentes no PEP, que não é um documento escrito e publicado, mas um posicionamento e uma postura resultante de projeção coletiva⁹, de compromisso com a classe trabalhadora, da qual faz parte, e que expressa a autoimagem da categoria¹⁰, direcionando, também, suas reflexões e intervenções, com centralidade na defesa da liberdade e que também coloca em foco o projeto de sociedade ao qual o Serviço Social se vincula: “a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (Netto, 1999, p. 15). Politicamente, o PEP

9 Se considerarmos o Serviço Social no Brasil, tal organização compreende o sistema CFESS/CRESS, a ABEPSS, e ENESSO, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais.

10 “[...] as ações humanas sempre são orientadas para objetivos, metas e fins. A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para lográ-la (Netto, 1999, p. 2).

[...] se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (Netto, 1999, p. 16).

Tal projeto, ainda que seja hegemônico, não é imutável e nem impermeável, tendo em vista que o “[...] corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes” (Netto, 1999, p. 5), o que ocorre, também, no seio de outras categorias profissionais. Sendo assim, temos que o PEP é “[...] suficientemente flexível para, sem se descaracterizar, incorporar novas questões, assimilar problemáticas diversas, enfrentar novos desafios. Em suma, trata-se de um projeto que também é um processo, em contínuo desdobramento” (Netto, 1999, p. 15).

Importante, também, ao falarmos dos valores que forjam a prática da categoria, lembrarmos dos 11 princípios expressos no Código de Ética do/a Assistente Social (CFESS, 1993), em especial, aqui, o VI princípio: “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais” (p. 23).

BELO HORIZONTE: LOCUS DE APRENDIZADOS E ENSINAMENTOS DAS RESIDENTES NOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL - DA ATENÇÃO BÁSICA/SAÚDE DA FAMÍLIA À URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Concebida para ser a capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte foi inaugurada em 12 de dezembro de 1897 e conta, atualmente, com mais de 2 milhões de habitantes¹¹. Compõem seu território nove grandes regionais que, no âmbito da política de saúde do município, são comumente nomeadas como distritos sanitários: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova.

A Rede SUS de Belo Horizonte representa uma das mais estruturadas experiências de gestão municipal do Sistema Único de Saúde no Brasil. Desde a implantação do SUS pela Constituição Federal de 1988, a capital mineira tem se destacado por adotar um modelo de atenção primária à saúde que valoriza a territorialização, a descentralização dos serviços e a integralidade do cuidado. A cidade implementou, a partir dos anos 1990, um processo contínuo de reorganização dos serviços de saúde, com forte ênfase na Atenção Primária à Saúde (APS), que passou a ser o eixo estruturante da rede. Atualmente, Belo Horizonte conta com uma ampla cobertura

11 Informações obtidas no site do IBGE. Acesso em: 20 jun. 2025.

da Estratégia Saúde da Família (ESF), que é responsável por atender a maioria da população residente por meio de equipes multiprofissionais, integradas em centros de saúde distribuídos por todas as regionais administrativas do município. Além da APS, a rede também contempla níveis secundários e terciários de atenção, dois hospitais metropolitanos: Odilon Behrens (HOB) e Dr. Célio de Castro (HMDCC), bem como diversos hospitais filantrópicos e da rede estadual e federal e unidades de pronto-atendimento (UPAs) que funcionam de forma articulada em rede.

A Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte gerencia os serviços por meio de uma lógica regionalizada, com o apoio de ferramentas como prontuário eletrônico, regulação assistencial e protocolos clínicos padronizados. A cidade também investe em inovação na gestão pública da saúde, incluindo experiências de contratualização de resultados, avaliação de desempenho das unidades e mecanismos de participação social, como os Conselhos Locais e o Conselho Municipal de Saúde. Dessa forma, a Rede SUS de Belo Horizonte tem sido referência nacional em políticas públicas de saúde, tanto pela abrangência de sua cobertura quanto pela busca de maior eficiência, equidade e qualidade na oferta de serviços à população.

Em relação à organização e disposição dos equipamentos das atenções primária e secundária, na primária, atualmente, há 153 Centros de Saúde, com 596 eSF¹², apoiados por 83 Academias da Cidade, além dos Consultórios na Rua e Centros de Convivência¹³. Para a atenção secundária, há uma robusta rede de equipamentos, composta pelo Centro Municipal de Oftalmologia (CMO), o Centro de Treinamento e Referência em Doenças Infecciosas e Parasitárias Orestes Diniz (CTR-DIP) e o Centro Municipal de Diagnóstico por Imagem (CMDI). Somam-se nove Centros de Especialidades Médicas (CEM), quatro Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), cinco Unidades de Referência Secundária (URS), e Centros de Reabilitação (CREAB) e dois Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA) e Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST).

No município, há oferta de vaga para o Serviço Social na residência multiprofissional nas seguintes instituições: no Hospital Sofia Feldman, há o Programa Atenção à Saúde Neonatal, no Instituto Raul Soares, o Programa Atenção à Saúde Mental, e no Hospital Metropolitano Odilon Behrens os programas de Atenção à Saúde da Família, Atenção à Saúde da Pessoa Idosa, Atenção à Saúde da Criança, Urgência e Emergência e Saúde Mental. Há também, o programa de Atenção Básica, ofertado pela Secretaria Municipal de Saúde.

O Programa de Atenção Básica é vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte (SMSA-BH) e o Programa Saúde da Família ao Hospital Metropolitano Odilon Behrens (HOB).

12 “Em termos de profissionais e equipes, além das equipes de Saúde da Família, o município conta com as Equipes de Saúde Bucal a elas integradas, equipes dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), profissionais de Saúde Mental, médicos de apoio (ginecologista, pediatra e clínico), assistentes sociais de apoio, equipe de zoonose, equipes de Atenção Básica Prisional, equipes para Atendimento de Adolescentes em Conflito com a Lei e o Programa de Homeopatia, Acupuntura e Medicina Antroposófica (PRHOAMA)” (Belo Horizonte, 2023, p. 15).

13 Informações retiradas do site da Prefeitura de Belo Horizonte.

Ambos são voltados para a especialização em saúde pública, com o foco na Atenção Primária à Saúde. Durante o primeiro ano, as assistentes sociais “residem” integralmente nos Centros de Saúde aos quais foram inseridas e atuam no apoio às eSF, e, no início do segundo ano, passam a circular, em alguns dias da semana, por outros serviços da Atenção Primária e Secundária, como o Consultório na Rua (CNar), os serviços de referência em saúde mental, como o Centro de Referência em Saúde Mental (CERSAM), o Centro de Referência em Saúde Mental para Infância e Adolescência (CERSAMi), e o Centro de Referência em Saúde Mental - Álcool e Drogas (CERSAM-AD). Também são campos de atuação nesse momento as Unidades de Referências Secundária (URS) e oferecem vários serviços e consultas especializadas às usuárias e aos usuários por meio da equipe multiprofissional (ead PBH, s.d, s.p.).

O Centro de Treinamento e Referência em Doenças Infecciosas e Parasitárias Orestes Diniz (CTR DIP Orestes Diniz) também é um dos campos da Atenção Secundária que recebe residentes do Serviço Social e é referência em tratamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis e doenças parasitárias¹⁴, mais fortemente o HIV, em doença de chagas, hepatites, entre outras.

O Programa de Atenção à Urgência e Emergência tem a maior parte do seu trajeto centrado nas portas de entrada da urgência hospitalar como o Pronto Socorro e a UPA, visto que o Hospital Metropolitano Odilon Behrens é um hospital de urgência, essa característica se mantém em todos os setores do hospital, mesmo nas enfermarias de internação mais prolongada. A e o residente percorre algumas enfermarias do hospital nesse tempo como Clínica Médica, Clínica de AVC, Ortopedia, Vascular, CTI, Neurologia, entre outras. Posteriormente ele é inserido na Atenção Primária no Centro de Saúde, na Atenção Secundária no CREAB – Centro de Reabilitação – e também nas Urgências psiquiátricas no CERSAM. Toda a formação é voltada para desenvolver na e no residente um senso de urgência, respostas rápidas e assertivas, garantindo às usuárias e aos usuários a integralidade do cuidado em tempo hábil. Durante esse processo, é adquirido um bom conhecimento da Rede SUS e da Rede de Assistência do município, o que corrobora em encaminhamentos mais assertivos para a continuidade do cuidado das usuárias e dos usuários.

As assistentes sociais da urgência não acompanham as usuárias e os usuários por tanto tempo, visto que as internações prolongadas são minoria, por isso o tempo de resposta às demandas apresentadas também é menor. Ainda assim, sua atuação é de extrema relevância, pois envolve a escuta qualificada, o acolhimento em situações de vulnerabilidade e a articulação imediata com a rede de serviços sociais e de saúde. Nesse contexto, a assistente social atua como mediadora entre o paciente, a família e a equipe multiprofissional, buscando garantir o acesso a direitos sociais. Além disso, contribui para o planejamento da alta hospitalar, especialmente nos casos em que há ausência de retaguarda familiar ou social, o que exige respostas rápidas,

14 “Embora o CTR oferece testagem para HIV e outras IST, por meio de demanda espontânea, essa não é uma oferta prioritária do serviço, já que Belo Horizonte possui outros equipamentos para testagem do HIV, hepatites e sífilis, como os Centros de Testagem e Aconselhamento e a (Unidade de Referência Secundária) URS Centro-Sul. Ao todo, Belo Horizonte tem seis endereços para testagem e tratamento de HIV/AIDS, e a diferença entre o CTR DIP Orestes Diniz e o restante dos equipamentos é a especificidade em infectologia” (Tubamoto, 2024, s.p.).

éticas e tecnicamente fundamentadas. A presença do Serviço Social na urgência e emergência é, portanto, essencial para a humanização do atendimento e para a construção de intervenções que considerem a complexidade das situações vivenciadas pelas usuárias e pelos usuários, muitas vezes marcadas por violências, negligências, pobreza extrema, vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

Todos os referidos programas são conectados por fazer com que as residentes transitem em diversos serviços e equipamentos da rede SUS de Belo Horizonte e, em alguns momentos, pacientes são acompanhados por mais de uma residente, tendo em vista que são referenciados em seus respectivos Centros de Saúde, para onde retornam após atendimentos na urgência e emergência e nas especialidades. Foi observado na prática que são nesses momentos que se revelam os desencontros tanto no que tange aos próprios serviços e equipamentos da saúde quanto às demais políticas, especialmente no escopo da assistência social.

ATUAÇÃO EM CAMPO: PONTES E MUROS NA VIABILIZAÇÃO DA EQUIDADE DIANTE DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

Para além das privações e agruras que envolvem estar na residência, como a obrigatoriedade de repor horas de prática, ainda que se apresente atestado médico, e as exaustivas 60 horas por semana de dedicação fora o deslocamento para os campos de prática e encontros para aulas, grupos de discussão e reuniões, há desafios que são compartilhados com as preceptoras no que tange às respostas profissionais e estratégias para a garantia da equidade prevista pelo SUS às demandas das usuárias e dos usuários atendidos, das instituições e das e dos demais profissionais com quem o Serviço Social divide o cotidiano.

Nesse sentido, antes de tratarmos das demandas, é necessário entendermos a *Questão Social* e suas expressões, que são nosso objeto de trabalho e determinantes para se pensar a questão da equidade. Assim, a *Questão Social* é concebida por Yamamoto e Carvalho (1998, p. 77) como

As expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mas além da caridade e repressão.

Em outras palavras, são as manifestações da desigualdade que vêm da sociedade dividida em classes sociais, ou seja, o modo de produção capitalista, que deságua na pobreza, nas violências, no desemprego, na falta de acesso ou acesso insuficiente à alimentação, lazer, moradia, higiene, cultura, educação, saúde, entre outros. Ainda que em equipamentos, complexidades e territórios distintos, as experiências das residentes se encontram em relação ao que se apresenta para o Serviço Social enquanto demandas mais desafiadoras e complexas: pessoas idosas com pouco

ou nenhum apoio/suporte familiar, insegurança alimentar, violência sexual, violência de gênero, pobreza extrema e questões relacionadas à saúde mental.

Tais experiências deságuam na reflexão: como garantir um atendimento equânime às usuárias e aos usuários do SUS, tendo em mente que

Apesar de todas as pessoas possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas. Em outras palavras, equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior: “tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior” (Ministério da Saúde, s.d, s.p.)¹⁵.

O SUS trouxe uma nova visão em relação à saúde, que passa a ser concebida de forma ampliada¹⁶, abarcando questões que atravessam as pessoas de diferentes formas e intensidades, como alimentação e vínculos familiares e comunitários, o que nos leva a ponderar o impacto direto na equidade e em como o Serviço Social pode atuar nesse sentido, entendendo que há fatores que devem ser considerados e as situações devem ser encaradas numa perspectiva de totalidade. De acordo com o Ministério da Saúde¹⁷, a equidade

tem relação direta com os conceitos de igualdade e de justiça social. Orientado pelo respeito às necessidades, diversidades e especificidades de cada cidadão ou grupo social, o princípio da equidade inclui o reconhecimento de determinantes sociais, como as diferentes condições de vida, que envolvem habitação, trabalho, renda, acesso à educação, lazer, entre outros que impactam diretamente na saúde.

É sabido que o trabalho do Serviço Social envolve cotidianamente a articulação intersetorial, o que pode ser tanto um fator que potencializa suas intervenções quanto um que desmobiliza e fragiliza. As articulações mais recorrentes percebidas pelas residentes, em seus diversos campos de atuação, se deram com os serviços da assistência social, como o Serviço de Proteção Social Básica Regional, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS); e os Conselhos, da Pessoa Idosa e Tutelar.

Tais serviços são acionados e podem ser pontes para um cuidado integral e a garantia da equidade, como, por exemplo, através do Programa Maior Cuidado¹⁸, que oferta um suporte no cuidado às pessoas idosas, proporcionando, também, um cuidado aos seus cuidadores cotidianos.

15 Sistema Único de Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus>. Acesso em: 15 jul. 2025.

16 A 8ª Conferência Nacional de Saúde, além de ser a primeira a pautar e promover a participação popular, coloca a saúde como um direito que resulta das condições de vida da população, ampliando, assim, os olhares. Para maior conhecimento, ver no Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/relatorio-final-da-8a-conferencia-nacional-de-saude/view>. Acesso em: 04 jun. 2025.

17 Ver em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/equidade-em-saude>. Acesso em: 10 jul. 2025.

18 “O Programa Maior Cuidado tem como objetivo apoiar as famílias no cuidado com os idosos e aumentar a qualidade de vida de todos. Na prática, os cuidadores realizam atendimento domiciliar a pessoas idosas dependentes e semidependentes. Os profissionais atendem aos idosos em casa, em dias e horários definidos por equipe multidisciplinar, de acordo com o grau de dependência de cada pessoa, e têm como norte a prevenção da exclusão e do isolamento. O trabalho busca dar apoio às famílias na rotina de cuidado a idosos inseridos no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) que, por sua condição social e de saúde, precisam de cuidados constantes. O foco é, também, a garantia do acesso a direitos e evitar a ocorrência de situações que possam fragilizar e romper os vínculos familiares e sociais dos usuários” (PBH, 2025, s.p.).

Porém, o Programa só é vinculado aos territórios abrangidos por área CRAS, deixando muitas famílias descobertas e sem esse importante recurso, se configurando, assim, em um muro para a garantia da equidade.

Em relação às usuárias e aos usuários, as respostas profissionais podem se tornar melindrosas a depender do tipo de demanda, de onde veio e para onde irá o encaminhamento, além da forma de comunicação. Por vezes, a usuária e o usuário se vincula a assistentes sociais de forma fluida e colaborativa, porém, em algumas situações, o vínculo pode ser fragilizado, especialmente quando se trata de alguma questão que envolva violação de direitos que se deu de forma intrafamiliar, pois entra em cena, ainda que somente na percepção das usuárias e dos usuários, um Serviço Social fiscalizador e policialesco.

A ausência ou a insuficiência de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos é um dos principais fatores que intensificam a vulnerabilidade social de diversos grupos historicamente marginalizados como crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres, população em situação de rua, pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+, migrantes, comunidades tradicionais e empobrecidas. Todos esses sujeitos enfrentam, de formas distintas, os impactos da desproteção social que se materializa na precarização da vida e na negação de direitos fundamentais. A negligência do Estado em promover políticas públicas universais, intersetoriais e integradas compromete o acesso à saúde, à educação, à moradia, à alimentação, ao trabalho, à renda e à proteção social, essa negligência institucional não é neutra, ela se manifesta como forma de violência estrutural, reforçando desigualdades de classe, gênero, raça e território. No Brasil, essa realidade se agrava com o desmonte das políticas de Seguridade Social e com o avanço de uma lógica neoliberal que coloca o mercado acima da vida.

O Serviço Social não se limita a ações paliativas, ele assume uma postura crítica e propositiva, buscando compreender a totalidade social e as determinações históricas das desigualdades. É possível ver diariamente no cotidiano de trabalho das assistentes sociais, o quão fortemente a população é lesada pela insuficiência de políticas públicas, que prolonga as internações, a recuperação e limita a qualidade de vida daqueles que mais precisam e dependem do SUS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A residência multiprofissional constitui um espaço estratégico de formação e intervenção, sobretudo para o Serviço Social, por possibilitar uma atuação qualificada, crítica e comprometida com os princípios do SUS. Apesar dos inúmeros desafios, como a precarização das condições de trabalho, dificuldades de materialização do trabalho interdisciplinar, dos entraves institucionais, a residência multiprofissional é um espaço em que o Projeto Ético-político profissional se afirma.

A residência multiprofissional em saúde representa para o Serviço social a possibilidade do ensino em prática, alinhada com o Projeto Ético-político do Serviço Social em consonância com

os princípios do SUS. É um espaço privilegiado para o fortalecimento da interlocução entre a teoria social crítica e a intervenção profissional, possibilitando a apreensão qualificada das expressões da *Questão Social* que emergem no cotidiano dos serviços de saúde. Nesse processo, o Serviço Social reafirma seu compromisso com a universalização dos direitos, a defesa da saúde como direito social e a construção de práticas profissionais comprometidas com a transformação da realidade social.

As estratégias de intervenção desenvolvidas pelas assistentes sociais no âmbito da residência multiprofissional evidenciam a consolidação de uma práxis crítica e comprometida com os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão. Nesse sentido, as intervenções das assistentes sociais nos diversos níveis de atenção à saúde junto às usuárias e aos usuários expressam na prática as possibilidades de viabilização dos direitos sociais, bem como da ampliação ao acesso às políticas públicas.

Apesar de a residência multiprofissional em saúde ser um espaço formativo potente, que traz para a assistente social em formação um conhecimento sobre a práxis desenvolvida no âmbito do SUS, ela também desvela as lacunas existentes nas políticas públicas. O Sistema Único de Saúde foi criado e organizado para atender a todos de maneira universal, integral e igualitária, contudo há um conjunto de determinantes sociais de saúde que diferenciam o acesso e as necessidades das usuárias e dos usuários.

Isto nos leva a crer que, apesar da Política de Saúde no Brasil buscar atender à necessidade social de todos, há determinadas populações que possuem inúmeras particularidades que esgotam o que está previsto na Lei nº 8.080 de setembro de 1990, sendo necessário criar normativas que a complementam. As políticas públicas, sobretudo as sociais, devem acompanhar o movimento societário, ampliando, a partir das mudanças nas relações sociais, normativas que atendam às diferentes expressões da *Questão Social* que emergem frente ao movimento do capital.

Portanto, a experiência na residência multiprofissional reafirma a importância de políticas públicas integradas, articuladas e efetivamente financiadas, que superem respostas pontuais e fragmentadas e avancem na direção de um projeto societário que garanta condições dignas de vida para a população. A atuação do Serviço Social nesse cenário contribui para tensionar as contradições do modelo vigente e fortalecer estratégias de resistência e de transformação, reafirmando o compromisso ético-político da profissão com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Código de ética do/a assistente social*. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2025.

BRASIL. *Lei nº 8.080*, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Equidade em saúde*. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/equidade-em-saude>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). *Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde*. Brasília, 1986. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/relatorio-final-da-8a-conferencia-nacional-de-saude/view>. Acesso em: 04 jun. 2025.

EMENTÁRIO da legislação. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/es/residencia-multiprofissional/ementario-da-legislacao>. Acesso em: 04 jun. 2025.

GUERRA, Yolanda. Dimensões da prática profissional: desafios para a formação profissional. In: CFESS. *Assistente social no enfrentamento ao preconceito e à discriminação*. Brasília: CFESS, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Belo Horizonte: panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. Revista *Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/9kN3x6tySLZWBNGKsHk4rbS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2024.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde (Versão Preliminar) *GRUPO DE TRABALHO SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE BRASÍLIA, MARÇO DE 2009*. [s.l.: s.n.]. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude_-_versao_preliminar.pdf.

PBH. *Programa Maior Cuidado*. jun. 2025. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/assistencia-social/programa-maior-cuidado>.

Acesso em: 20 jun. 2025.

SILVA, Marta M.; LIMA, Telma C. Serviço Social e Interdisciplinaridade na Atenção Básica à Saúde. *Serv. Soc. & Saúde*, Campinas, SP v. 11, n. 1 (13), p. 113-132 jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8635032/2883>. Acesso em: 14 jun. 2025.

SODRÉ, F. Serviço Social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos. *Serviço Social & Sociedade*, p. 453-475, 1 set. 2010.

TUBAMOTO, Fernanda. *Um equipamento municipal que é referência na saúde*. Estado de Minas, Belo Horizonte, 03 jan. 2024. Disponível em: https://www.em.com.br/gerais/2024/01/6779246-um-equipamento-municipal-que-e-referencia-na-saude.html#google_vignette. Acesso em: 16 jun. 2025.

VIVIANE CRISTINA BARBOSA. Serviço Social e saúde: relação antiga, desafios presentes. *Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, v. 17, n. 44, 17 set. 2019.

16

ADOECIMENTO MENTAL, COMUNIDADE LGBTQIAPN+ E ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOB A VISÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Maria Bárbara Romano¹

Carlos Augusto Belizário²

Wagner Lopes de Almeida³

1 Graduada de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: Mariabarbararm@gmail.com.

2 Assistente social do Centro de Referência LGBT. CRESS MG 15349. E-mail: carlosbelizario@pbh.gov.br.

3 Assistente social do Centro de Referência LGBT. CRESS-MG 18646. E-mail: wagner.lopes@pbh.gov.br.

RESUMO

O presente artigo analisa o adoecimento mental da população LGBTQIAPN+ a partir da vivência de estágio supervisionado de Serviço Social no Centro de Referência LGBT de Belo Horizonte. A escolha do tema fundamenta-se na relevância social e acadêmica do debate sobre os impactos da LGBTfobia na saúde mental dessa população, bem como na necessidade de fortalecer a atuação profissional comprometida com os direitos humanos e com a justiça social. A pesquisa tem caráter qualitativo, com enfoque descritivo e exploratório, sendo construída a partir de observação participante, análise documental e revisão bibliográfica. Os dados coletados evidenciam que fatores como violência intrafamiliar, discriminação institucional, exclusão social e uso abusivo de substâncias psicoativas estão diretamente relacionados ao sofrimento psíquico vivenciado pelas usuárias e pelos usuários atendidos pelo CRLGBT. A atuação de assistentes sociais é destacada como essencial na mediação com a rede de serviços, no acolhimento ético e na defesa de direitos fundamentais. Conclui-se que a escuta qualificada, aliada a uma prática intersetorial e antidiscriminatória, é indispensável para a promoção do bem-estar e da cidadania da população LGBTQIAPN+, reafirmando o compromisso do Serviço Social com a construção de uma sociedade mais inclusiva, plural e democrática.

Palavras-chave: Serviço Social; comunidade LGBTQIAPN+; adoecimento mental; direitos humanos; Centro de Referência LGBT.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema o adoecimento mental da comunidade LGBTQIAPN+ e a atuação de assistentes sociais no Centro de Referência LGBT de Belo Horizonte. O tema é resultado das experiências vividas durante o estágio obrigatório do curso de Serviço Social da PUC-Minas.

Diante da crescente demanda por acompanhamento psicológico e acesso à rede de serviços de saúde no Centro de Referência LGBT de Belo Horizonte, despertou-se a preocupação com a saúde mental deste grupo, tornando-se fundamental compreender as especificidades e os desafios enfrentados por essas pessoas em um contexto marcado por preconceitos e discriminações. Para isso, este artigo tem como objetivo investigar os principais fatores que contribuem para o adoecimento mental na comunidade LGBTQIAPN+, como, por exemplo, a violência intrafamiliar, o uso abusivo de substâncias psicoativas e a pressão social para adequação no padrão cis-normativo.

Visa ainda analisar o papel desempenhado pelas e pelos assistentes sociais no processo de acesso a direitos, à promoção da saúde e bem-estar das usuárias e dos usuários do CRLGBT. A partir dessa perspectiva, busca-se evidenciar a importância de uma atuação social que considere as particularidades dessa população e que contribua de modo mais assertivo à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos atendidos.

A escolha do tema se justifica tanto no âmbito social quanto no acadêmico por sua relevância diante do contexto de crescente vulnerabilidade enfrentada pela população LGBTQIAPN+ no Brasil.

Apesar dos avanços em políticas públicas e do reconhecimento de direitos civis, essa população ainda é alvo de intensas formas de violência, discriminação e exclusão social, fatores que impactam diretamente sua saúde mental.

No contexto acadêmico, este estudo contribui para o aprofundamento das discussões sobre os determinantes sociais da saúde mental e os desafios enfrentados pelas e pelos profissionais do Serviço Social diante de demandas complexas e multifatoriais.

A atuação das e dos assistentes sociais no CRLGBT de Belo Horizonte torna-se um campo fértil para análise, por evidenciar práticas de acolhimento, escuta qualificada, encaminhamentos e defesa de direitos, fundamentais para a promoção do bem-estar dessa população. Além disso, o tema dialoga com princípios fundamentais do Projeto Ético-político do Serviço Social, especialmente no que se refere à defesa intransigente dos direitos humanos, ao combate às opressões estruturais e à construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Dessa forma, este artigo busca contribuir para o fortalecimento de práticas profissionais comprometidas com a equidade e para a produção de conhecimento que destaque as especificidades da população LGBTQIAPN+ no campo das políticas públicas e da saúde mental.

A metodologia do trabalho tem caráter qualitativo, com enfoque exploratório e descritivo, fundamentado na experiência de estágio supervisionado no CRLGBT de Belo Horizonte iniciado em agosto de 2024. A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, as vivências, as demandas e as vulnerabilidades enfrentadas pela população LGBTQIAPN+ atendida pelo equipamento, especialmente no que diz respeito à saúde mental⁴.

A elaboração do artigo foi realizada a partir de três eixos metodológicos: 1 - observação participante durante os atendimentos psicossociais no CRLGBT, acompanhando as e os assistentes sociais em seus processos de escuta, acolhimento e encaminhamento; 2 - análise documental, incluindo legislações, resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), protocolos institucionais e dados estatísticos da Prefeitura de Belo Horizonte sobre a população LGBTQIAPN+; e 3 - revisão bibliográfica, com a identificação de textos acadêmicos e institucionais relacionados à temática da saúde mental, da diversidade sexual e de gênero, e atuação do Serviço Social. As palavras-chave utilizadas na revisão foram: “Serviço Social”, “comunidade LGBT”, “adoecimento mental”, “uso de substâncias psicoativas” e “assistente social”. As fontes selecionadas incluem produções científicas, relatórios institucionais e normativas do CFESS, visando integrar teoria e prática na análise da realidade observada.

4 Artigo dispensado de inscrição na Plataforma Brasil de acordo com Conselho Nacional de Saúde, Resolução nº 674, de 6 de maio de 2022, artigo 26, inciso VII, que orienta sobre a “pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o indivíduo”.

DESENVOLVIMENTO

A saúde mental na comunidade LGBTQIAPN+

Durante o estágio realizado no CRLGBT de Belo Horizonte, foi possível identificar um padrão recorrente nas demandas apresentadas pelas pessoas atendidas no serviço público, a partir do acompanhamento dos atendimentos feitos pelas técnicas e pelos técnicos de referência (assistentes sociais e psicólogas e psicólogos), observou-se que há um registro frequente de sofrimento psíquico entre as pessoas LGBTQIAPN+.

As queixas estavam relacionadas a diversos aspectos da vida social, como o ambiente familiar, o trabalho, a educação, o lazer e o processo de descoberta e de afirmação da identidade de gênero ou orientação sexual. Espaços que comumente são lidos como de acolhimento, de convivência e de política pública, muitas vezes mostraram-se como cenários de múltiplas formas de violência motivadas por preconceito de gênero e orientação sexual. De acordo com o Atlas da Violência, em estudos realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2024, os resultados:

[...] evidenciam um aumento nos registros de casos de violência contra pessoas LGBTQIAPN+. De 2022 para 2023, os casos de violência contra homossexuais e bissexuais registrados no sistema de saúde aumentaram 35%, enquanto os casos de violência contra pessoas transexuais e travestis aumentaram em 43%, sendo o aumento maior entre os homens transexuais, embora o volume de registros de vítimas mulheres transexuais permaneça num patamar bastante superior (Ipea, p. 86, 2025).

Os dados apresentados reafirmam uma das principais vulnerabilidades enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+: a exposição contínua à violência motivada por preconceito e discriminação. Esse cenário aponta para a importância de políticas públicas intersetoriais que garantam não apenas a segurança física, mas também o direito à dignidade, ao respeito e à cidadania plena dessas pessoas.

Além da violência direta, como agressões físicas e homicídios, é importante considerar as violências simbólicas e estruturais, como o silenciamento, a exclusão de espaços de decisão, a evasão escolar causada por *bullying*, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, especialmente o formal, e a negligência institucional. Tais formas de violência contribuem para o agravamento da vulnerabilidade social e emocional da população LGBTQIAPN+. Essa visão é reforçada por Almeida (2024), que aponta que a “perspectiva repressiva da LGBTfobia busca silenciar e marginalizar as pessoas LGBTQIAPN+, negando-lhes direitos básicos e fundamentais, como acesso a serviços de saúde, educação, oportunidades de emprego, moradia adequada e proteção legal”.

Importante ainda destacar sobre questões que dizem respeito à automutilação e ao autoextermínio associados ao público LGBTQIAPN+, especialmente no contexto desta demanda ser identificada no CRGLBT. Enquanto serviço público, lançar luz sob o tema é fundamental

para aprimorar alternativas de articulações no campo da saúde mental. Desse modo, uma pesquisa divulgada pela Agência Brasil (2023) reforça essa realidade: aproximadamente 52% dos jovens LGBTQIAPN+ já se automutilaram, em comparação a 35% dos jovens cisgêneros heterossexuais. Além disso, 44% das pessoas LGBTQIAPN+ relataram ter pensado em suicídio, frente a 26% dos cis heterossexuais. Os dados são ainda mais significativos nos jovens trans: 92% relataram pensamentos suicidas e 84% afirmaram já ter se automutilado.

Esses números refletem o quanto a transfobia, o preconceito e a exclusão social impactam de forma direta e profunda no bem-estar psíquico dessa população. Novamente destaca-se a importância de políticas públicas efetivas, intersetoriais e com foco na prevenção e no cuidado em saúde mental.

Outro aspecto recorrente nas vivências relatadas pelas pessoas usuárias do CRLGBT é o uso prejudicial e/ou abusivo de substâncias psicoativas, como álcool, cocaína, crack e medicamentos controlados. Esse consumo, muitas vezes iniciado precocemente, aparece não apenas como um fator agravante do sofrimento mental, mas também como uma estratégia de enfrentamento às violências simbólicas e físicas que essa população vivencia cotidianamente.

De acordo com o relatório de atendimento do CRLGBT de 2023, muitos dos usuários atendidos apresentam quadros de dependência química e adoecimento psíquico, como depressão, ideação suicida, ansiedade e síndromes do pânico, frequentemente associados a episódios de discriminação e exclusão social (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2024).

O uso de drogas entre pessoas LGBTQIAPN+ pode ter relação com experiências de rejeição familiar, discriminação institucional, exclusão escolar e marginalização social. Segundo Diehl e Vieira (2016), “drogas podem servir como um alívio ‘mais fácil’, promovendo a aceitação da sexualidade e, mais importante, fornecendo conforto que muitas vezes não existe na família ou na sociedade”. Assim, essas experiências podem gerar sentimentos de insegurança, medo, ansiedade e solidão e o acesso e o uso de substâncias psicoativas despontam como substitutos prejudiciais.

Essa estratégia de enfrentamento pode levar à dependência química e ao agravamento dos quadros de depressão, ansiedade e ideação suicida, revelando um ciclo de vulnerabilidade que exige atenção intersetorial das políticas públicas, em especial das áreas da saúde, não sem considerar a interlocução das demais políticas setoriais.

É nesse contexto que a atuação do Serviço Social se apresenta essencial para identificar, acolher, orientar, encaminhar e articular uma rede de apoio necessária ao enfrentamento da dependência e à reconstrução da autonomia desses sujeitos, contribuindo para amenizar aquilo que prejudica a saúde mental das pessoas.

O papel do Centro de Referência LGBT de Belo Horizonte

O CRLGBT é um serviço público da cidade de Belo Horizonte, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), por meio da Subsecretaria de Direitos Humanos (SUDH). Inaugurado em junho de 2007, o CRLGBT foi o primeiro equipamento municipal voltado exclusivamente ao atendimento da população LGBTQIAPN+, com o objetivo de “acolher, contribuir para a defesa e promoção dos direitos humanos e da cidadania desta população por meio de ações de enfrentamento da violência e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019).

O CRLGBT não atua apenas como espaço de atendimento psicossocial, mas também como um símbolo de resistência e reconhecimento institucional da diversidade sexual e de gênero e sua existência representa um marco nas políticas públicas voltadas à promoção dos direitos humanos e à garantia da cidadania plena para pessoas LGBTQIAPN+, sendo também referência no enfrentamento das opressões estruturais. Além disso, o equipamento realiza uma articulação intersetorial com diversas políticas públicas, como saúde, educação, assistência social, cultura, habitação e trabalho, possibilitando a construção de respostas mais efetivas e integradas às múltiplas vulnerabilidades enfrentadas pelas suas usuárias e pelos seus usuários.

Durante a vigência do estágio supervisionado, iniciado em agosto de 2024, foi possível acompanhar a atuação da equipe técnica, composta por assistentes sociais e psicólogas e psicólogos, a partir de atendimentos psicossociais que envolviam escuta qualificada, acolhimento, orientação, encaminhamentos e articulação com a rede de serviços, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados (CREAS), Rede de Atenção Psicossocial de Belo Horizonte (RAPS-BH), Defensoria Pública e acolhimentos institucionais, elaboração de relatórios, discussão de casos com a rede de serviços e planejamento de estratégias de intervenção diante das situações apresentadas.

A atuação das e dos assistentes sociais destaca-se em diversos campos. Na área da saúde, os profissionais realizam a inserção das usuárias e dos usuários nas redes municipal e estadual, como os centros de saúdes com foco em cuidados clínicos, processos de hormonização e encaminhamentos para acompanhamento psicológico, na educação, atuam na reinserção escolar e incentivam o acesso a cursos profissionalizantes.

Em relação ao trabalho e renda, promovem ações de orientação, elaboração de currículos e encaminhamento para vagas de emprego, também aquelas voltadas ao público LGBTQIAPN+. No campo da moradia, realizam encaminhamentos para serviços de acolhimento institucional e auxiliam no acesso a benefícios como aluguéis sociais e outros correlatos.

Em 2023, um dos avanços institucionais mais significativos da Política LGBTQIAPN+ de Belo Horizonte foi a consolidação da Casa de Acolhimento LGBT, inaugurada em dezembro de 2022 e com funcionamento regular até o presente momento. Trata-se de um serviço inédito em

Belo Horizonte, voltado exclusivamente ao acolhimento temporário de pessoas LGBTQIAPN+ em situação de risco, ruptura de vínculos familiares e ausência de moradia, em decorrência de violência LGBTfóbica, dentre outras vulnerabilidades. O CRLGBT é um dos serviços que pode realizar os encaminhamentos e acompanhar os casos acolhidos, fortalecendo a rede de proteção integral à população.

Conforme o relatório de atendimentos do CRLGBT de 2023, 18,6% das demandas estavam relacionadas à Política de Assistência Social, incluindo acesso à rede socioassistencial, benefícios e acolhimento institucional. O aumento dessas demandas em comparação a 2022 revela a centralidade da profissão no enfrentamento das vulnerabilidades sociais e econômicas que atingem de forma particular a população LGBTQIAPN+ (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2024).

Além disso, as e os assistentes sociais atuam diretamente com demandas por trabalho e renda (9,9%), escolarização e profissionalização (8,1%) e retificação de nome e gênero (9,3%), contribuindo para o acesso a direitos fundamentais e para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos atendidos. Essas ações concretas reafirmam o papel estratégico do Serviço Social na garantia de direitos e no combate à LGBTfobia institucional, promovendo práticas baseadas na escuta qualificada, no acolhimento ético e na construção de políticas públicas inclusivas.

De acordo com o relatório de atendimentos do CRLGBT (2024), os dados reforçam o caráter interseccional das vulnerabilidades enfrentadas pelas usuárias e pelos usuários. Em 2023, 73% das pessoas atendidas eram transgêneras, com destaque para mulheres trans e travestis (52%); 71% se autodeclararam negras (pretas ou pardas); e 50% tinham entre 18 e 29 anos. Um dado significativo é que 33,2% da população atendida estava em situação de rua ou em acolhimento institucional. Tais informações reforçam a centralidade do CRLGBT na mediação entre os sujeitos e seus direitos, com uma atuação voltada à reparação das desigualdades históricas que atravessam essa população (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2024).

Contudo, apesar dos avanços, o CRLGBT enfrenta limitações, especialmente por não operacionalizar ações, serviços, benefícios e afins de outras políticas setoriais. Além disso, a falta de acolhimento e preparo dos serviços revelam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas considerando as especificidades da população LGBTQIAPN+, com financiamento adequado e ações estruturantes. Ainda assim, o trabalho realizado pela equipe demonstra-se fundamental, especialmente pela construção de vínculos, escuta qualificada e acolhimento ético, criando um espaço seguro e legitimador da existência dessas pessoas.

O Serviço Social na defesa dos direitos LGBTQIAPN+

O compromisso ético-político do Serviço Social com os direitos humanos e a equidade se expressa em diversas normativas produzidas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que orientam a prática profissional diante das demandas da população LGBTQIAPN+.

Em 2006, foi publicada a Resolução CFESS nº 489, que veda expressamente qualquer conduta discriminatória ou preconceituosa por orientação sexual no exercício profissional, prevendo sanções para assistentes sociais que descumprirem essa diretriz. Essa normativa representa um marco na consolidação de uma prática antidiscriminatória, coerente com os princípios fundamentais da profissão. Posteriormente, em 2011, foi aprovada a Resolução CFESS nº 615, que trata da inclusão e do uso do nome social por assistentes sociais travestis ou transexuais nos documentos de identidade profissional, assegurando o reconhecimento da identidade de gênero dessas e desses profissionais e promovendo sua dignidade no âmbito institucional.

No mesmo ano, o Código de Ética do/a Assistente Social foi atualizado, substituindo o termo “opção sexual” por “orientação sexual” e incluindo, no Princípio XI, o reconhecimento da identidade de gênero como elemento fundamental para o combate à discriminação. Mais recentemente, a Resolução CFESS nº 845, de 26 de fevereiro de 2018, passou a dispor sobre a atuação da e do assistente social no processo transexualizador, regulamentando a participação dessas e desses profissionais em um dos principais campos de atenção à saúde da população trans. Tais normativas reafirmam o papel do Serviço Social na luta por uma sociedade mais justa, plural e inclusiva, orientando práticas comprometidas com a promoção dos direitos da população LGBTQIAPN+ e com o enfrentamento das diversas formas de opressão que ainda marcam suas trajetórias.

Esses documentos normativos, quando analisados em conjunto, demonstram que o Serviço Social brasileiro assume, de forma explícita, a defesa intransigente dos direitos humanos como um eixo estruturante de sua atuação. Trata-se de uma profissão que não se limita à neutralidade, mas que se posiciona de maneira ética na luta contra todas as formas de violência e desigualdade. A defesa da diversidade sexual e de gênero é, portanto, uma expressão concreta do Projeto Ético-político profissional, que articula compromisso com a liberdade, a justiça social e a emancipação humana.

Além disso, é importante destacar que a formação profissional deve garantir não somente o conhecimento técnico, mas também uma postura crítica e sensível às múltiplas formas de exclusão social. A abordagem interseccional torna-se indispensável para compreender como raça, classe, gênero e sexualidade se cruzam na constituição das desigualdades enfrentadas pela população LGBTQIAPN+. Nesse contexto, as e os assistentes sociais têm o desafio de atuar como agentes de transformação, promovendo o reconhecimento da diversidade como princípio e não como exceção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu compreender que o adoecimento mental da população LGBTQIAPN+ está fortemente relacionado às múltiplas formas de violência, exclusão e discriminação que essa comunidade enfrenta cotidianamente.

As experiências observadas durante o estágio no Centro de Referência LGBT de Belo Horizonte demonstram que os fatores que atravessam a vida desses sujeitos como o rompimento de vínculos familiares, a rejeição institucional, a marginalização no mercado de trabalho e a vulnerabilidade habitacional têm impactos diretos na saúde mental, frequentemente agravados pelo uso abusivo de substâncias psicoativas como forma de enfrentamento da dor psíquica.

Nesse contexto, o papel do Serviço Social revela-se indispensável, tanto no acolhimento ético e humanizado quanto na mediação com a rede de proteção social. A atuação crítica das e dos assistentes sociais, fundamentada no Projeto Ético-político da profissão, contribui para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos e para a efetivação de seus direitos.

O CRLGBT, enquanto equipamento público de referência, cumpre uma função central na articulação de políticas públicas intersetoriais e na promoção da cidadania LGBTQIAPN+, embora ainda enfrente desafios estruturais, como equipe reduzida, alta demanda e limitações na rede de apoio especializada.

Assim, o combate à violência contra a população LGBTQIAPN+ vai além da penalização dos agressores. Há de se contemplar ações educativas, formação continuada de profissionais da saúde, da educação e da segurança pública, entre outros; além da criação de espaços de acolhimento; e escuta qualificada, destacando as particularidades de fazer parte do grupo em questão. É a partir de uma abordagem integral que será possível otimizar uma sociedade inclusiva, na qual as identidades e as orientações possam ser vividas em liberdade e segurança.

Diante do exposto, entende-se que o fortalecimento das políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+, com ênfase na ampliação da rede de saúde mental, na formação continuada de profissionais para o enfrentamento da LGBTfobia e na valorização de práticas que reconheçam a diversidade como princípio.

O Serviço Social tem papel estratégico na construção de respostas emancipatórias, sendo fundamental que suas intervenções estejam sempre pautadas pelo respeito às diferenças, pelo combate às opressões e pela luta por uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. *Pesquisa reunirá dados sobre saúde mental de 3,5 mil pessoas LGBTI+*. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-07/pesquisa-reunira-dados-sobre-saude-mental-de-35-mil-pessoas-lgbti#:~:text=Pesquisa%20reunirá%20dados%20sobre%20saúde%20mental%20de%203%2C5%20mil%20pessoas%20LGBTI%2B,-Estudo%20inclui%20ainda&text=Estudo%20piloto%20da%20pesquisa%20Smile, trabalho%20que%20está%20em%20andamento>. Acesso em: 30 jun. 2025

ALMEIDA, Flávio Aparecido de. *Educação, violência, exclusão e promoção de políticas públicas uma análise e reflexão sobre a Comunidade LGBTQIAPN no Brasil*. 2024. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/books/978-65-5360-540-4.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 674, de 6 de maio de 2022. Dispõe sobre a tipificação da pesquisa e a tramitação dos protocolos de pesquisa no Sistema CEP/Conep. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 out. 2022. Seção 1, p. 65. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2022/resolucao-no-674.pdf/view>. Acesso em: 03 jul. 2025.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2025. Brasília: Ipea; FBSP, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.

CFESS. *Resolução nº 615/2011*. Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/615-11.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2025.

CFESS. *Resolução nº 845/2018*. Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador. Brasília: CFESS, 2018. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/ResolucaoCfess845-2018.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Resolução nº 489/2006*. Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional. Brasília: CFESS, 2006. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_489_06.pdf. Acesso em: 03 jul. 2025.

DE PAULA, Maicon Marques. SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS À DEFESA DE DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT. *Ciências Gerenciais em Foco*, [S. l.], v. 9, n. 6, 2018. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/cgf/article/view/3381>. Acesso em: 28 jul. 2025.

DIEHL, Alessandra; VIEIRA, Denise Leite. As vulnerabilidades associadas às minorias sexuais que usam substâncias psicoativas. 2016. In: GARCIA, Frederico Duarte et al. *Vulnerabilidade e o uso de drogas*. Belo Horizonte. Cap. 8, p. 108–116. Disponível em: https://www.medicina.ufmg.br/nest/wp-content/uploads/sites/7/2024/04/Garcia-et-al_-Vulnerabilidade-e-o-uso-de-drogas-2016.pdf#page=107. Acesso em: 28 jun. 2025.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Centro de Referência LGBT*. 2019. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/direitos-humanos/equipamentos/crlglt>. Acesso em: 27 jun. 2025.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Relatório de Atendimentos do CRLGBT 2023*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, 2024. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/sudc/politicas/lgbt>. Acesso em: 03 jul. 2025.

18

O TRABALHO DAS E DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A EXPERIÊNCIA DAS HORTAS NO CENTRO POP

Juneo Carlos de Carvalho Boas¹

Janine Soares de Souza²

1 Assistente social, pós-graduado em Políticas Públicas, coordenador do Centro Pop de Pirapora/MG.

2 Assistente social, pós-graduada em Políticas Públicas Sociais e Intervenção Junto à Família, assistente social do Centro Pop de Pirapora/MG de 2023 a 2024.

RESUMO

Este artigo analisa a experiência profissional do Serviço Social no projeto “Centro Pop: Cultivo de Hortaliças”, desenvolvido em 2024 junto à população em situação de rua atendida pelo Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) de Pirapora/MG. A intervenção é analisada a partir da articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do exercício profissional, evidenciando como o trabalho com hortas comunitárias pode constituir um instrumento potente para a materialização do Projeto Ético-político do Serviço Social. Fundamentado na perspectiva crítica, o estudo demonstra como a atuação profissional mediada por esta atividade promove o fortalecimento da autonomia, a construção de vínculos sociais e o acesso a direitos, contribuindo para o enfrentamento das expressões da questão social vivenciadas por esta população. Os resultados apontam para a potencialidade desta intervenção na promoção da segurança alimentar, no desenvolvimento da sociabilidade e no processo de saída das ruas, evidenciando a importância da instrumentalidade crítica e criativa do Serviço Social na construção de respostas profissionais competentes e comprometidas com a transformação social.

Palavras-chave: Serviço Social; População em Situação de Rua; Instrumentalidade; Projeto Ético-Político; Segurança Alimentar.

INTRODUÇÃO

A experiência profissional aqui analisada refere-se ao desenvolvimento do projeto “Centro Pop: Cultivo de Hortaliças”, proposto no Planejamento Anual de atividades do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) de Pirapora/MG, coordenado pela Secretaria Municipal da Família e Políticas Sociais (SEFAM). Esta intervenção é examinada a partir da perspectiva do exercício profissional da e do assistente social, articulando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que fundamentam o trabalho profissional.

Como afirma Pereira (2015), estas dimensões constituem-se em diferentes níveis de apreensão da realidade da profissão, entretanto, devem ser entendidas como indissociáveis entre si, formando uma unidade. O fortalecimento da articulação entre essas dimensões se expressa na potencialidade das respostas profissionais competentes, de forma que o trabalho das e dos assistentes sociais esteja comprometido com a materialização do Projeto Ético-político da profissão.

O município de Pirapora está localizado na mesorregião Norte de Minas Gerais, tendo como municípios limítrofes Buritizeiro e Várzea da Palma. Conforme dados do IBGE (2022), possui uma área de 549,514 Km² e uma população de 55.606 habitantes.

Segundo o Registro Mensal de Atendimentos (RMA), no ano de 2023, o Centro Pop atendeu a 557 pessoas em situação de rua, totalizando o volume de 1.572 atendimentos técnicos, realizados por profissionais de nível superior, especificamente pelas e pelos assistentes sociais do equipamento.

A população em situação de rua constitui um segmento social que expressa de forma radical a questão social, compreendida por Yamamoto (2001) como o conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista. Conforme Silva (2009), o trabalho com este público exige da e do assistente social uma compreensão crítica do fenômeno, reconhecendo-o como expressão radical da questão social, produto das relações sociais capitalistas, que se materializa na desigualdade social. A intervenção profissional deve superar abordagens individualizantes e moralizadoras, buscando fortalecer os sujeitos como protagonistas na luta por direitos e cidadania.

Os principais fatores que levam à situação de rua, identificados durante os atendimentos técnicos realizados pelas e pelos assistentes sociais do Centro Pop, incluem: uso abusivo de substâncias psicoativas, alcoolismo, transtornos mentais, rompimento de vínculos familiares, perda de entes queridos, desemprego e violência doméstica. Estes fatores contribuem significativamente para a perda da autoestima e para o processo de exclusão social vivenciado por esta população.

É notório que, devido à vivência nas ruas, as assistidas e os assistidos do equipamento apresentam-se fisicamente debilitados, apáticos, com autocuidado comprometido e sem perspectivas de futuro. Como aponta Herrera (2009), na rua, estas pessoas estão submetidas a toda espécie de violência, inclusive institucional, além de estarem expostas às intempéries climáticas, ao cansaço, à ausência de esperança, ao constante risco de contração de doenças, à solidão e à insegurança.

Diante deste cenário, o projeto “Centro Pop: Cultivo de Hortaliças” foi concebido como uma estratégia de intervenção profissional que busca não apenas garantir a segurança alimentar das usuárias e dos usuários, mas também promover processos socioeducativos que contribuam para o fortalecimento da autonomia, a construção de vínculos sociais e o acesso a direitos. Esta proposta alinha-se ao que preconiza a Lei 11.346/2006, a qual criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, reconhecendo a alimentação adequada como direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal.

Yazbek (2012) afirma que a questão da segurança alimentar e nutricional deve ser compreendida pelo Serviço Social como um direito humano fundamental, cuja garantia está intrinsecamente relacionada ao enfrentamento da desigualdade social e à efetivação

de políticas públicas universais. A e o assistente social, ao atuar nesse campo, deve articular ações que ultrapassem o caráter emergencial e assistencialista, promovendo processos educativos e organizativos que fortaleçam a autonomia dos sujeitos e a construção de uma consciência crítica sobre o direito à alimentação adequada.

Nesse sentido, o presente artigo busca analisar como a intervenção profissional da e do assistente social, mediada pelo trabalho com hortas comunitárias, pode contribuir para o enfrentamento das expressões da questão social vivenciadas pela população em situação de rua, a partir da articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do exercício profissional.

DESENVOLVIMENTO

Aspectos Metodológicos da Intervenção e do Relato de Experiência

A atuação da e do assistente social junto à população em situação de rua exige uma compreensão crítica da realidade social e das particularidades deste segmento populacional, fundamentada em um referencial teórico-metodológico que permita apreender as determinações estruturais e conjunturais que incidem sobre o fenômeno. Como afirma Guerra (2000), a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais.

A coleta de informações para este relato deu-se por meio de diferentes fontes e instrumentos, inerentes à própria prática profissional:

- (a) observação participante das atividades desenvolvidas na horta e das interações grupais;
- (b) registros em diários de campo e prontuários dos usuários, respeitando o sigilo profissional;
- (c) escuta qualificada e diálogos informais com as e os participantes durante as atividades cotidianas;
- (d) análise dos Planos de Atendimento Individual (PAI) das usuárias e dos usuários envolvidos;
- e
- (e) reuniões de equipe para discussão e avaliação do projeto.

No contexto do Centro Pop de Pirapora, a dimensão teórico-metodológica do exercício profissional se manifesta na compreensão da situação de rua como uma expressão da questão social, resultante do processo de acumulação capitalista e da consequente produção e reprodução da desigualdade social. Esta compreensão orienta a análise crítica

da realidade e fundamenta as estratégias de intervenção, superando visões fragmentadas e individualizantes do fenômeno.

A dimensão ético-política, por sua vez, expressa-se no compromisso com os valores e os princípios que norteiam o projeto profissional do Serviço Social, como a liberdade, a justiça social, a equidade e a defesa intransigente dos direitos humanos. Segundo Yamamoto (2008), o Projeto Ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional impõe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário.

No trabalho desenvolvido no Centro Pop, esta dimensão se concretiza na defesa dos direitos da população em situação de rua, no combate a todas as formas de preconceito e discriminação, e na busca pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A escolha por desenvolver um projeto de horta comunitária, nesse sentido, não é neutra, mas carrega uma intencionalidade política de promover a autonomia, o protagonismo e a emancipação dos sujeitos.

Já a dimensão técnico-operativa refere-se ao conjunto de instrumentos, técnicas e habilidades utilizados pela e pelo assistente social em sua intervenção profissional. De acordo com Horst e Anacleto (2023), a dimensão técnico-operativa corresponde à eficiência técnica para a atuação profissional, compreende o instrumental operativo em Serviço Social. Mas, se tais instrumentos e técnicas forem utilizados de forma mecânica, sem a devida articulação com as dimensões teórico-metodológica e ético-política, a intervenção profissional tende a se tornar tecnicista e burocrática, esvaziada de conteúdo crítico e transformador.

No projeto “Centro Pop: Cultivo de Hortaliças”, a dimensão técnico-operativa se materializa na utilização de diversos instrumentais, como o acolhimento, a escuta qualificada, as entrevistas, as visitas domiciliares, os grupos socioeducativos, os encaminhamentos para a rede socioassistencial e intersetorial, e a própria horta como instrumento de intervenção. Estes instrumentais são mobilizados de forma crítica e criativa, articulados às demais dimensões do exercício profissional, visando à construção de respostas profissionais competentes e comprometidas com a transformação social.

A horta comunitária como instrumento de intervenção profissional

A horta comunitária desenvolvida no Centro Pop de Pirapora constitui-se como um instrumento de intervenção profissional que articula as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do exercício profissional da e do assistente

social. Esta atividade não se reduz ao cultivo de hortaliças, mas configura-se como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de processos socioeducativos, o fortalecimento de vínculos sociais e a promoção da autonomia dos sujeitos.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a horta comunitária é compreendida a partir da perspectiva crítica, que reconhece o trabalho como atividade fundante do ser social e como mediação central na relação entre o homem e a natureza. Nesse sentido, o cultivo da horta não é visto apenas como uma atividade produtiva, mas como um processo que possibilita a transformação da natureza e, simultaneamente, a transformação do próprio sujeito.

Krauser (2023) aponta que as hortas são uma ferramenta de promoção da saúde, através de ações educativas, promovem a segurança alimentar da comunidade local. Feitosa (2014) complementa que o trabalho diário dedicado no cultivo de seu próprio alimento ajuda na conscientização das atividades cotidianas e o sentimento de identificação com o processo de produção de identidades, resgatando, dessa forma, uma alegria de viver e se sentir pertencente na sociedade como um todo, ocasionando em uma elevação da autoestima.

Na dimensão ético-política, a horta comunitária expressa o compromisso com os valores e os princípios do projeto profissional do Serviço Social, como a defesa da liberdade, da justiça social e da emancipação política dos sujeitos. Ao promover o acesso à alimentação adequada, reconhecida como direito humano fundamental pela Lei 11.346/2006, a horta contribui para a efetivação de direitos e para o enfrentamento da desigualdade social.

Além disso, ao envolver as usuárias e os usuários em todas as etapas do processo, desde o planejamento até a colheita, a horta promove o protagonismo e a participação social, valores fundamentais para a construção de uma sociedade democrática e igualitária. Como afirmam Silva *et al.* (2011), as hortas comunitárias são locais privilegiados de desenvolvimento da sociabilidade humana e promoção da qualidade de vida de suas e seus participantes.

Na dimensão técnico-operativa, a horta comunitária configura-se como um instrumento que possibilita a materialização da intencionalidade profissional em ações concretas. As atividades desenvolvidas na horta, como o preparo do solo, o plantio, a irrigação, a colheita e o manejo pós-colheita, são mediadas pela intervenção profissional da e do assistente social, que utiliza estes momentos para desenvolver processos socioeducativos, fortalecer vínculos sociais e promover a autonomia dos sujeitos.

A horta comunitária contou com a participação assídua das usuárias e dos usuários acompanhados pelo Centro Pop, tendo como parceira a EMATER, por meio de suas técnicas e de seus técnicos. As e os assistentes sociais e as educadoras e os educadores sociais assumiram no grupo a função de mediadores e facilitadores, atuando de modo a promover a autonomia e a auto-organização das e dos participantes.

O processo de executar a produção manual de mudas, desbaste, transplante das mudas em canteiros e vasos, preparo de substrato para produção de mudas, irrigação, adubação, pulverização, manejo de plantas invasoras por meio de capina manual e comexada, colheita e manejo pós-colheita proporcionou um ambiente propício para a escuta espontânea e a observação de aptidões e capacidades intelectuais dos indivíduos, bem como seus potenciais para estímulo à conquista de sua autonomia.

Resultados e Desafios da Intervenção Profissional

A intervenção profissional da e do assistente social no projeto “Centro Pop: Cultivo de Hortaliças” produziu resultados significativos no enfrentamento das expressões da questão social vivenciadas pela população em situação de rua de Pirapora. Entre os principais resultados, destacam-se:

- 1. Promoção da segurança alimentar:** A horta comunitária contribuiu para garantir o acesso à alimentação adequada e saudável, livre de agrotóxicos e produtos químicos, para as usuárias e os usuários do Centro Pop. As hortaliças cultivadas foram utilizadas na preparação das refeições oferecidas pelo equipamento, melhorando a qualidade nutricional da alimentação.
- 2. Fortalecimento da autonomia e da autoestima:** O envolvimento das usuárias e dos usuários em todas as etapas do processo de cultivo promoveu o desenvolvimento de habilidades, o reconhecimento de potencialidades e o fortalecimento da autoestima. Como aponta Feitosa (2014), o cultivo do próprio alimento contribui para a elevação da autoestima e para o sentimento de pertencimento social.
- 3. Construção de vínculos sociais:** As atividades coletivas na horta propiciaram o desenvolvimento da sociabilidade, o fortalecimento de vínculos entre as usuárias e os usuários e com a equipe técnica, e a criação de um sentimento de pertencimento ao grupo. Conforme Silva *et al.* (2011), as hortas comunitárias são espaços privilegiados para o desenvolvimento da sociabilidade humana.
- 4. Promoção da saúde mental:** O contato com a terra, a água, o ar puro e o sol proporcionou estímulos positivos, contribuindo para a melhoria da saúde mental das usuárias e dos usuários. Associada ao tratamento e ao acompanhamento da rede psicossocial, a horta contribuiu para a redução da ansiedade, do estresse e de outros sofrimentos psíquicos.
- 5. Construção de projetos de vida:** A experiência na horta despertou em algumas usuárias e alguns usuários o interesse por atividades produtivas e a possibilidade de construção de novos projetos de vida. Em 2024, quatro usuárias e usuários que participaram do projeto

conseguiram sair da situação de rua, evidenciando o potencial transformador desta intervenção.

6. Educação ambiental: O cultivo orgânico promoveu a conscientização sobre a importância da preservação ambiental e da produção sustentável de alimentos. As usuárias e os usuários aprenderam sobre os benefícios do cultivo orgânico para a saúde e para o meio ambiente, desenvolvendo uma consciência ecológica.

Estes resultados evidenciam a potencialidade da horta comunitária como instrumento de intervenção profissional da e do assistente social, capaz de contribuir para o enfrentamento das expressões da questão social vivenciadas pela população em situação de rua. No entanto, é importante reconhecer que esta intervenção também enfrentou desafios e limitações.

Entre os principais desafios, destacam-se: a estrutura física em reforma, o pouco espaço para guardar os materiais utilizados na horta, a escassez de recursos financeiros, que inviabilizou a compra de alguns materiais necessários, e características do próprio grupo, como a debilidade física, a apatia e os conflitos interpessoais.

Esses desafios exigiram das e dos assistentes sociais, a capacidade de criar estratégias de enfrentamento, mobilizando recursos institucionais e comunitários, articulando parcerias e desenvolvendo processos de mediação de conflitos. Como afirma Guerra (2000), é por meio da instrumentalidade, adquirida no exercício profissional, que as e os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social.

A superação destes desafios foi buscada por meio do diálogo e de ações discutidas, decididas e organizadas coletivamente entre todos os participantes, o que levou à conquista dos resultados já apresentados. Esta abordagem dialógica e participativa expressa o compromisso ético-político do Serviço Social com a construção de relações democráticas e horizontais, que reconhecem as usuárias e os usuários como sujeitos de direitos e protagonistas de sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da experiência profissional do Serviço Social no projeto “Centro Pop: Cultivo de Hortaliças” evidencia a potencialidade da horta comunitária como instrumento de intervenção profissional, capaz de contribuir para o enfrentamento das expressões da questão social vivenciadas pela população em situação de rua. Esta intervenção, fundamentada na articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa

do exercício profissional, demonstra como o trabalho da e do assistente social pode materializar o Projeto Ético-político da profissão em ações concretas que promovem a autonomia, o protagonismo e a emancipação dos sujeitos.

A situação de rua, como expressão radical da questão social, não é um fenômeno natural ou resultado de escolhas individuais, mas um processo complexo determinado por múltiplos fatores, como a fragilidade das relações familiares, o uso abusivo de substâncias psicoativas, o desemprego, a ausência de vínculos sociais e comunitários significativos e a dificuldade no acesso a direitos fundamentais. A junção desses elementos tem um grande impacto na vulnerabilidade e no risco social vivenciados por indivíduos que fazem da rua local de sobrevivência.

Diante desse cenário, a intervenção profissional da e do assistente social deve ser orientada por uma perspectiva crítica, que reconheça as determinações estruturais e conjunturais do fenômeno, e por um compromisso ético-político com a transformação social e a defesa intransigente dos direitos humanos. Como afirma Iamamoto (2008), o Projeto Ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade, que se materializa nas ações cotidianas das e dos profissionais.

No projeto “Centro Pop: Cultivo de Hortaliças”, a perspectiva crítica e o compromisso ético-político se traduziram na escolha e na condução da horta comunitária não como um fim em si mesma, mas como um meio estratégico para alcançar objetivos mais amplos. A horta configurou-se como um espaço privilegiado onde as dimensões do exercício profissional se entrelaçaram: a análise teórica sobre trabalho, saúde, alimentação e questão social (teórico-metodológica) fundamentou a prática; o compromisso com a autonomia, a participação e a justiça social (ético-política) orientou as ações; e a mobilização de instrumentos como a escuta, o grupo, a observação e a articulação de parcerias (técnico-operativa) viabilizou a intervenção.

Os resultados detalhados – a melhoria concreta da segurança alimentar, o resgate da autoestima e da autonomia através do fazer, a reconstrução de laços sociais fragilizados, os benefícios para a saúde mental e o bem-estar, o estímulo a novos projetos de vida e a promoção da consciência ambiental e alimentar – atestam o impacto positivo da intervenção. A experiência demonstrou que, mesmo em contextos marcados pela precariedade e pela exclusão, é possível construir espaços de pertencimento, aprendizado e transformação.

O enfrentamento dos desafios, como as limitações de recursos e os conflitos interpessoais, reforçou a importância da mediação dialógica, da construção coletiva e da instrumentalidade crítica da e do assistente social. A capacidade de transformar obstáculos em oportunidades

de aprendizado e organização coletiva foi um elemento central para o sucesso da iniciativa, evidenciando que a dimensão técnico-operativa só ganha sentido quando articulada a um projeto societário e profissional emancipatório (Guerra, 2000; Horst; Anacleto, 2023).

Em 2024, vários dos Planos de Atendimento Individual (PAI) realizados pelas e pelos assistentes sociais do Centro Pop de Pirapora implicaram na saída da rua como projeto de vida. O plano permitiu a integração da equipe do serviço, a articulação com a rede e ainda contribuiu para a efetividade da intervenção e para os resultados do trabalho social. Das usuárias e dos usuários que iniciaram o processo de saída das ruas, quatro alcançaram este objetivo somente neste ano de 2024.

O atendimento humanizado durante a execução do projeto “Centro Pop: Cultivo de Hortaliças” e o respeito à individualidade contribuíram para despertar a perspectiva de futuro dessas pessoas para voltarem ao convívio social de maneira digna, encorajados, com autoestima elevada e tornando-se novamente parte da sociedade.

Ousamos afirmar que nossa intervenção tem concretizado o objetivo definido previamente, promovendo o desenvolvimento humano e consolidando a oferta de momentos de ocupação, em que as usuárias e os usuários do Centro Pop conseguiram sair da rotina e se conectar com a natureza, com o manuseio da terra e das sementes, bem como proporcionando uma alimentação mais saudável, livre de agrotóxicos e produtos químicos.

Esta experiência demonstra como a instrumentalidade crítica e criativa do Serviço Social pode contribuir para a construção de respostas profissionais competentes e comprometidas com a transformação social. Como afirma Guerra (2000), é por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que as e os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano.

Por fim, é importante ressaltar que a intervenção profissional da e do assistente social junto à população em situação de rua deve ser orientada por uma perspectiva de totalidade, que reconheça as determinações estruturais e conjunturais do fenômeno, e por um compromisso ético-político com a transformação social e a defesa intransigente dos direitos humanos. Nesse sentido, o projeto “Centro Pop: Cultivo de Hortaliças” representa uma experiência significativa de materialização do Projeto Ético-político do Serviço Social em ações concretas que promovem a autonomia, o protagonismo e a emancipação política dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº11.346 de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 15 Set 2006.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas*: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – 1 ed. – Brasília: 2009.
- BRASIL. Ministério da saúde. *Biblioteca virtual em saúde*. Saúde da População em situação de rua. Disponível em https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_situacao_ua.pdf. Acessado em 17 de outubro de 2024.
- FEITOSA, V. A.; CABRAL, S. A. A. DE O.; ALENCAR, M. C. B. DE; UCHOA, S. A. DE O.; SILVA, H. M. DE L. A horticultura como instrumento de terapia e inclusão psicossocial. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, v. 9, n. 5, p. 07 - 11, 20 Dec. 2014.
- GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD, 2000.
- GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa no cotidiano profissional. In: HORST, Claudio H. M.; ANACLETO, Talita Freire M. (orgs.). *A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais*. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2023. p. 43-57.
- HERRERA FLORES, Joaquín. *Teoria crítica dos direitos humanos: os direitos humanos como produtos culturais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- HORTAMANIA. *Sistema para Hortifruti*, 2023. Disponível em: <https://www.hortamania.com>, acessado em 16 de outubro de 2024.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *A questão social no capitalismo*. Temporalis, Brasília, n. 3, p. 9-32, jan./jun. 2001.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- MARTÍN-BARÓ, I. *Sistema, grupo y poder*. Psicología social desde Centroamérica II. San Salvador: UCA Ed., 1989. (Colección Textos Universitarios, 10)
- PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa: particularidades e unidade. In: *I CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS*, 2015, Londrina. Anais... Londrina: UEL, 2015.
- SANTOS, Ralph José Neves dos. *A trajetória de desenvolvimento do município de Pirapora (MG) [manuscrito]: dos vapores ao turismo*. Montes Claros, 2017.

SILVA, Leandro Batista da; ASSIS, Edson Bento de; SEABRA Jr., Santino; PIZANO, Roberval Emerson; BENEVIDEZ, Edineuza Maria; MAGALHÃES, Josiane. Projeto Comunidade Feliz: horta comunitária e atividades interdisciplinares com idosos. *Horticultura Brasileira*, v. 29, n. 2, p. 445-450, 2011. Disponível em: [http:// www.abhorticultura.com.br/EventosX/Trabalhos/EV_5/A4255_T6096_Comp.pdf](http://www.abhorticultura.com.br/EventosX/Trabalhos/EV_5/A4255_T6096_Comp.pdf) Acesso em: 18 out. 2024.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

19

EXPERIÊNCIA DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL EM UM AMBULATÓRIO DE PRÉ-NATAL DE ALTO RISCO

Ana Caroline Silva¹

RESUMO

Este artigo é fruto da análise do processo de produção do planejamento de trabalho da e do profissional do Serviço Social em um ambulatório de Pré-Natal de Alto Risco em uma unidade de Atenção Secundária da Saúde Pública, no ano de 2024. A gestação pode apresentar indicadores de alto risco que devem ser assistidos por um cuidado integral à mulher com corpo gestante, assistindo diversos fatores e não somente os marcadores fisiológicos. Ao atuar com uma perspectiva crítica de totalidade, o Serviço Social configura atuação profissional fundamental neste processo, pois considera a vivência da gestação atravessada pelas expressões da “Questão Social”, fenômeno fruto das contradições e das desigualdades do mundo capitalista. Neste artigo será descrita a análise do processo de elaboração do plano de trabalho da e do assistente social neste espaço, sendo utilizado o método de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Serviço Social; Gestação; Planejamento; Saúde.

INTRODUÇÃO

A motivação de escrita deste artigo deve-se à recente inserção do Serviço Social no acompanhamento de usuárias atendidas por um Ambulatório de Pré-Natal de Alto Risco (PNAR), criado em dezembro do ano de 2023, em uma unidade de Atenção Secundária da Saúde Pública.

No âmbito nacional, a criação deste serviço de Pré-Natal especializado, está preconizado para atender à realidade abordada pelo documento “Manual de Gestação de Alto Risco” (2022), que apresenta o objetivo nacional de reduzir em 75% a mortalidade maternal no país, haja vista o dado de evitabilidade de 90% dos óbitos registrados. Para além desta meta, a atuação do Ambulatório - PNAR, referenciado neste artigo, está também amparada em um Protocolo Municipal, que estabelece os critérios específicos de inserção e o acompanhamento das usuárias. Além disso, também preconiza o fluxo interno de encaminhamento e cuidado compartilhado à Rede de saúde, de acordo com as diretrizes determinadas pelo Manual de Gestação de Alto Risco - Ministério da Saúde. É previsto, ainda, a necessária atuação intersetorial e multiprofissional para atender às demandas que podem transcender o campo limite de atuação da especialidade médica. No documento, é descrita a atribuição da visão de processo “saúde-doença”, considerando que a gestação pode ser enfrentada de diferentes formas por cada mulher, por inúmeros fatores que interferem no nível de adoecimento. É necessário que a equipe de saúde obtenha coesão na atenção integral, e realize uma frequência dinâmica de avaliação, observando que o fator Alto Risco pode ocorrer mesmo após estabilidade na evolução da gestação. O ambulatório conta com uma equipe multiprofissional composta por: Assistente Social, Psicóloga, Nutricionista e Médica Obstetra.

Para organizar um trabalho coletivo que consiga alcançar a lógica do matriciamento², a equipe elaborou um fluxo de atendimento para atender à estrutura ambulatorial já instaurada pelo protocolo de Pré-natal de Alto Risco, anteriormente criado. Assim, cada um destes profissionais da equipe, produziu uma ficha de atendimento contendo os respectivos pontos de análise privativa de cada profissão, para realização de atendimento individualizado. Faz parte da atuação destes, a realização de eventuais atendimentos compartilhados, reuniões mensais entre toda a equipe para discussão de casos e construção de estratégias conjuntas, além da frequente articulação com a Rede Municipal Pública.

Durante a análise do Manual de Gestação de Alto Risco, o Quadro 3 - Dez pontos importantes na estratificação do risco obst etrico, apresenta alguns indicadores de desproteção social e econômica, como demandas de atenção necessária durante o cuidado no Pré-natal de Alto Risco. A violência doméstica e de gênero, a insuficiência de apoio familiar, a ausência de moradia ou vivência em situação de rua, além de condições de trabalho desfavoráveis (exposição a agentes físicos, químicos e biológicos nocivos, níveis altos de estresse), são alguns dos marcadores que devem servir de alerta para as equipes de saúde na condução do acompanhamento do pré-natal, a fim de que este seja prontamente encaminhado para atendimento especializado, caso haja esta avaliação.

Estes, além de outros exemplos, são atravessados por uma estrutura societária de desigualdade de classe, sexual, étnica e racial.   possível que a tarefa de conduzir cuidados com a gestação, apresente maiores entraves para o alcance de uma proteção integral e acesso   direitos mínimos, para as usuárias que vivenciam tal realidade. É importante destacar que todos os fatores fisiológicos que determinam o Alto Risco podem também vir acompanhados por um contexto de desproteção social e econômica. Assim, o Serviço Social assume papel fundamental no acompanhamento e no encaminhamento necessários para garantir maior integralidade no cuidado durante a vivência do tratamento do Pré-Natal de Alto Risco.

A especificidade do Serviço Social, em seu exercício profissional neste ambulatório, foi pautado nas seguintes diretrizes e normativas: "Parâmetros para Atuação do Assistente Social na Saúde"; Lei 8662/93; Código de  tica do Serviço Social; "Sou Assistente Social e aqui estão minhas bandeiras de luta!"; Política Nacional de Atenção Integral   Saúde das Mulheres - PNAISM; e Política Nacional de Humanização. Todo este referencial, representa base para a viabilização do exercício profissional da e do assistente social, que deve ser traçado por quatro dimensões: teórico-metodológica; ético-político; técnico-operativa e investigativa³.

2 Aqui   atribuída a perspectiva de matriciamento apresentada pelo documento "Manual de Gestação de Alto Risco", enquanto estratégia utilizada para a ampliação dos cuidados especializados com menor fragmentação do cuidado (Brasil, 2012).

3 "teórico-metodológica - a justificativa que responde ao por que fazer"; ético-política - a finalidade que se refere ao "para que fazer"; técnico-operativa - operacionalidade que se remete ao "o que fazer" e "como fazer" (Horst, C. H. M.; Anacleto, T. F. M 2023, p.79-80). Dimensão Investigativa: "ela é a dimensão do novo - questiona, problematiza, testa as hipóteses, permite revê-las, mexe com os preconceitos, estereótipos, crenças, superstições, supera a mera aparência, por questionar a 'positividade do real" (Guerra, 2009, p.16 *apud* Horst, C. H. M.; Anacleto, T. F. M 2023).

A estruturação do trabalho foi necessária neste espaço para garantir uma atuação crítica, e efetiva articulação em equipe e intersetorial. Dessa forma, as considerações descritas neste artigo darão registro à análise do processo de construção do plano de trabalho do Serviço Social deste espaço.

Foram realizados estudos que traçaram uma linha do tempo em relação à construção do cuidado ao corpo reprodutivo da mulher, no âmbito da saúde pública e os possíveis impactos advindos na conjuntura. A partir deste conteúdo estudado, foi também atribuído um olhar crítico em matéria de Serviço Social, a fim de construir um plano de trabalho alinhado ao Projeto Ético-político (PEP) da profissão⁴. Realizaram-se ainda pesquisas em relação à fundação e aos objetivos do Ambulatório de Pré-Natal de Alto Risco (PNAR)⁵, e um estudo para apreensão dos fatores condicionantes de alto risco da gestação, a fim de qualificar uma intervenção profissional que conheça as limitações fisiológicas e os acessos necessários para um tratamento efetivo. Junto a isto, realizou-se uma análise institucional para se definir metas e possibilidades postas a partir da autonomia relativa e da formação continuada, além de estabelecer a tarefa futura de traçar perfil de usuárias e usuários atendidos.

Para viabilizar um atendimento profissional alinhado às particularidades de cada localidade, foi necessário pesquisar e elaborar um diagnóstico territorial. O resultado disto se deu na análise de quais as implicações do espaço/local de vivência tratamento das usuárias, seja na mobilidade física, seja no vínculo familiar e comunitário ou presença e participação em atividades públicas que visassem à convivência e ao fortalecimento de vínculos.

Em vista do limite de espaço para descrever todas as etapas deste plano de trabalho, aqui terão registro as análises do estudo histórico em relação ao corpo reprodutivo; o processo de construção do desenvolvimento de atenção territorial; e o desenvolvimento do instrumento “Ficha de atendimento do Serviço Social”.

DESENVOLVIMENTO

O processo de planejamento e elaboração do projeto de trabalho neste espaço de atuação

No Serviço Social, o planejamento de trabalho implica estratégia fundamental para se construir um exercício profissional qualificado e alinhado aos objetivos e princípios do PEP da profissão. Mais do que isso, o processo de planejar nos possibilita uma prática para além do imediatismo, ao mesmo tempo em que atribui intencionalidade para nossas intervenções. Em Horst (2023, p. 114), lemos que esta ação também expressa articulação entre as dimensões do exercício profissional,

4 “O projeto ético e político do Serviço Social, que orienta o exercício e a formação profissional, resultou de um processo histórico de construção coletiva, sob a direção das entidades nacionais da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO). Este projeto de profissão e sociedade é explicitado no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996” (CFESS, 2006).

5 Conteúdo apresentado no item “Introdução” deste artigo.

o que implica a construção de uma atuação contrária ao conservadorismo. Assim, ao realizar o planejamento, a e o assistente social:

No cotidiano, quando uma mulher, mãe solo, de família monoparental, chega para um atendimento, são os fundamentos teóricos e éticos que aciono no atendimento que podem: a) fazer com que eu localize no comportamento dessa mulher ou na família dela, que será tratada como “desestruturada”, porque não possui homem/marido, a origem dos “problemas” que ela vivenciava, advindo então da sua personalidade, das suas relações; e b) ou podemos questionar esse tipo de atuação ao não culpabilizarmos quem nós atendemos, moralizando, ao compreendermos que os sujeitos e suas famílias são atravessadas e vivenciam as mais diversas expressões da “questão social”. Então, vejamos, ao acessar fundamentos teóricos críticos, assim como valores éticos e políticos emancipatórios, abre-se uma possibilidade de atuação qualificada e distinta ao projetar minha ação profissional ancorando-a no PEP, e não no conservadorismo (Horst, 2023, p.117).

O autor Horst (2023) reforça que devemos estar atentos ao fato de que, mesmo após o exercício crítico e consciente de antecipar nossa ação, não há como garantir a prática efetiva de tal plano, haja vista que não estamos no controle da realidade dinâmica capitalista. Ainda assim, o ato de planejar representa estratégia fundamental para uma atuação consciente, que elabora percepções críticas para além do aparente cotidiano.

No espaço de trabalho referido neste artigo, foi preciso que o Serviço Social elaborasse um projeto de trabalho, levando em consideração as ações necessárias para a articulação de suas dimensões profissionais, sob a ótica da perspectiva crítica de totalidade. Para isso, considerou-se o que se diz em Horst (2023, p.115), que orienta a implementação das seguintes perguntas para nortear o início do processo de planejamento: “a) Qual a concepção de Serviço Social que orienta o meu exercício profissional?; b) Qual o objeto de trabalho do Serviço Social?; c) Qual o objetivo do Serviço Social?; e d) Quais valores ético-políticos defendemos?”

O autor orienta ainda que o planejamento de trabalho deve possibilitar a articulação de pelo menos quatro questionamentos: *o que fazer, por que fazer, para que fazer e como fazer*. Por meio da *dimensão investigativa*, a Formação continuada representa ponto de partida fundamental para a construção de um perfil profissional crítico, propositivo, criativo e competente, ou seja, alinhado com o compromisso de formação continuada, previsto em nosso Código de Ética (Horst, 2023).

O cuidado do corpo reprodutivo na saúde pública: um breve contexto histórico

A partir de uma pesquisa bibliográfica, foi possível contextualizar historicamente o início do cuidado ao corpo reprodutivo na saúde pública e sobre como isto ainda determina influência nos conceitos sociais construídos de feminilidade e masculinidade.

A partir de contextos societários como a Peste Negra, no século XIV, que se evidenciou a emergente necessidade de estabelecer melhores condições da vida humana. No entanto, para aqueles que detinham poder e governo sob a sociedade, este não era um objetivo em que seria construído uma igualdade de acesso à qualidade de vida. Pelo contrário, era preciso que, junto aos avanços sanitários, também se garantisse o *controle social*, via a disparidade social entre a população. Essa é uma condição característica do sistema capitalista que necessita deste mecanismo, enquanto fio condutor para contínua reprodução e exploração da força de trabalho para a produção de lucro. Não por acaso, o corpo feminino ganha, neste contexto, maior centralidade uma vez que

na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho. Neste sentido, é bem merecida a importância que adquiriu o corpo, em todos os seus aspectos — maternidade, parto, sexualidade —, tanto dentro da teoria feminista quanto na história das mulheres (Federici, 2017, p. 19).

É sob essa conjuntura que se passam a ocorrer os avanços sanitários dirigidos principalmente pela medicina. As transformações políticas e societárias do século XVIII consolidaram uma relação sólida de poder do Estado sobre a sociedade. Neste momento, é introduzido a atuação das primeiras políticas públicas que visavam exercer o controle social utilizando a família como cerne de reprodução de valores morais; domínio econômico; construção de papéis sociais no modelo patriarcal e a imposição de obrigações do seio familiar (Silva, 2021). Uma estratégia clara de garantir as

novas relações do capitalismo burguês, baseado na razão, na tecnologia e na produtividade, necessitava reformular o modo de entender os indivíduos, transformando a visão de corpo individual para corpo social produtivo, que deve ser protegido e cuidado em seu aspecto médico-biológico sob controle e vigilância do Estado (Foucault, 2018; Santos *et al.*, 2008 *apud* Silva, 2021, p. 16-17).

Diminuir a mortalidade infantil era um foco primordial para a medicina que exerceu este objetivo por meio da imposição da higienização familiar, em que os cuidados necessários para tal foram destinados enquanto obrigação da mulher. A figura feminina era a extensão da medicina do lar, enquanto cuidadora e educadora e empenhando, ainda, o papel de conservar os moldes da família ideal, ditado pelos discursos político-institucionais (Silva, 2021).

Importa demarcar que esta função imposta às mulheres, denomina-se hoje de “trabalho do cuidado”, que continua sendo exercido e, de acordo com Kergoat (2016, p. 17), pode ser considerado “um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta

concreta às necessidades dos outros”, podendo ser definido como “uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem”. É uma atividade laboral vista como inerente à condição humana, mas que historicamente foi naturalizada na vida cotidiana como uma responsabilidade da mulher e realizado na esfera da reprodução social. Constitui-se, portanto, como um trabalho doméstico “enquanto trabalho realizado sem remuneração” ou trabalho reprodutivo, que engloba ambas as dimensões (Hirata, 2012, p. 285).

No entanto, este controle domiciliar não designava à mulher o domínio sob seu próprio corpo e vivência. No momento em que a medicina adentrou intervenções médicas sob o corpo reprodutivo, este tornou-se um risco para se concretizar a expropriação das vontades e vivências da mulher que fossem externas à função materna.

Além disso, a condição de cuidadora do lar também pode ser expressa de formas diferentes a depender de qual classe social está inserida. Na população empobrecida, observava-se uma cultura de controle mais coercitivo, na qual a pobreza estava diretamente associada à periculosidade. As mulheres nesta posição estavam sujeitas a intervenções impositoras, de modo a centralizar uma vigilância opressora acerca do processo de maternidade, mesmo antes do parto, em que a mulher poderia representar um risco social à ordem vigente, pois poderia, por meio da maternidade, transferir uma moral desviante dos padrões higienistas (Silva, 2021).

Era necessário um controle que garantisse intervenções punitivas nos casos em que se identificassem ações não condizentes com a função de “boa mãe” ou “boa esposa”. Não era incomum o comportamento corretivo de homens que puniam suas mulheres até mesmo com desfile público de amordaçamento (Oliveira, 2021). A autora Angela Davis nos convida para uma análise importante sobre como esta realidade opressora era direcionada para as mulheres negras:

Cabe aqui ressaltar que as punições femininas também possuem dimensões de raça: as punições voltadas às mulheres brancas, no espaço doméstico, davam-se por questões que indicassem desvios relacionados às funções do lar. No caso das mulheres negras durante o período de escravidão, elas eram submetidas a um regime punitivo que não se equiparava com o voltado para as mulheres brancas: as escravizadas eram penalizadas por terem condutas que seriam consideradas totalmente aceitáveis em um contexto de liberdade (Davis, 2020 *apud* Oliveira, 2021, p. 39).

A depender da cor de sua pele, a gestação para algumas, principalmente para as mulheres pretas e pardas, pode apresentar outras condições. Além das limitações físicas, elas vivenciam um considerável agravante durante o tratamento: os determinantes inerentes à posição de mulher negra no mundo.

Para iniciar o entendimento desta afirmativa, é importante traçar aqui uma contextualização histórica. Em Silva (2024, p. 26) temos que, no período colonial, o corpo feminino escravizado obtinha sua existência condicionada na sua capacidade reprodutiva e de exercer força de trabalho explorada.

Os saberes e as práticas impostas pela ginecologia autônoma foram extraídas e criminalizadas, para que as mulheres não obtivessem mais o conhecimento e a autoridade sob seu próprio ser⁶. É sob este contexto que se funda a saúde pública no Brasil.

A observação crítica e cotidiana dos riscos de se aplicar os estereótipos de feminilidade e masculinidade, deve servir como parâmetro de organização e construção de estratégias em políticas de saúde. Na atenção aos cuidados relacionados ao corpo reprodutivo, é necessário que o profissional da saúde apresente esta apreensão crítica, para que este serviço público, não perpetue sobre as usuárias atendidas, a perspectiva de indissociabilidade da mulher e um filho, conforme reproduzido historicamente. Botton (2017 *apud* Silva, 2024) nos alerta que, mesmo com diversos avanços ao longo dos anos, os serviços de saúde pública podem ainda apresentar uma influência deste passado, ao promover programas e atendimento estereotipado para cada sexo e sua função social.

Entendemos o gênero enquanto conceito criado para significar relações de poder determinadas pelo contexto societário vigente. Nos estudos de Joan Scott (1988 *apud* Lobo, 2021, p.191), a categoria de gênero pode ser analisada em dois níveis: “1) O gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças perceptíveis entre os sexos; 2) O gênero como forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis”.

Sendo o capitalismo nosso ponto de análise, podemos considerar a construção do modelo patriarcal enquanto veículo central para vigente desigualdade de gênero na sociedade atual. A apropriação histórica do corpo feminino, enquanto mercadoria, seja de troca ou de reprodução, designou para a mulher a posição de superexplorada na denominada divisão sexual do trabalho⁷. Em seus lares, o trabalho de cuidado não remunerado ainda é amplamente percebido como uma responsabilidade natural das mulheres, desconsiderando-se sua construção histórica como prática que perpetua, dia após dia, a desigualdade de gênero.

6 Medicalizar o corpo das mulheres, em nome da ciência e de um suposto bem-estar, sempre foi uma prática da medicina, que só será modificada quando as mulheres tiverem consciência dos seus direitos, das possibilidades preventivas e terapêuticas e das implicações das distintas práticas médicas sobre o seu corpo (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, 2011, p.23).

7 Assim, a divisão entre a esfera produtiva e reprodutiva fortaleceu a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres. A esfera produtiva é a da valorização, da produção da riqueza e, portanto, é tida como um espaço privilegiadamente masculino. A esfera da reprodução social – aqui entendida como as atividades necessárias para garantir a manutenção e reprodução da força de trabalho –, é considerada um espaço feminino. Logo, a divisão sexual do trabalho é a base estruturante da exploração e da opressão da mulher (Cisne, 2013, p.137 *apud* Silva, 2024).

Não seria incomum observar, entre estas mulheres, a naturalização deste papel, bem como uma possível responsabilização central na condução do cuidado de uma gestação. Importa destacar a existência cultural de uma vigilância sobre a mulher impondo sobre ela, uma disciplina de comportamentos e autodomínio, reverberando um estereótipo que considera o corpo reprodutivo como condição essencial de sua existência (Silva, 2024).

A atual Política Nacional de Atenção Integral à Mulher (PNAIM) considera que o público feminino encontra-se inserido em uma estrutura determinada não somente pela maternidade mas também atravessada por questões de gênero, somadas às condições socioeconômicas, raciais e culturais. De acordo com esta Política, este é um fato que pode ainda ocasionar o aparecimento de adoecimentos, seja relacionado à saúde mental, ou ao alto índice de estresse, sendo este um fator de risco para o desenvolvimento de doenças-degenerativas durante a gestação⁸. O recorte racial indica ainda que a desproteção social e econômica, vivenciada pela maioria da população feminina negra, contribui para o risco de desenvolverem doenças como o câncer de colo de útero, sendo este duas vezes mais presente nas mulheres negras. Por isso, a PNAIM recomenda esta atenção necessária para que o planejamento e a execução de ações esteja fundamentado em indicadores de saúde que consideram cor ou raça/etnia para que se possa avaliar a qualidade de vida populacional.

A atuação de novos serviços de saúde com atenção especializada e humanizada, como o Pré-natal de Alto Risco, pode também contribuir para atuação e combate ao cenário da saúde pública retratado pela campanha do Ministério da Saúde intitulada “Saúde sem racismo”. Na campanha é exposto o dado de que, no ano de 2012, 60% das vítimas de mortalidade materna, eram negras e apenas 27% destas tiveram acompanhamento durante o parto (Oliveira, 2021).

Implicações do território na vivência de uma gestação de Alto Risco

Nas considerações do “Manual - Gestação de Alto Risco”, o Ministério da Saúde considera ainda que as relações sociais e suas demandas ocorrem também no território, por isso a importância do acompanhamento contínuo da Atenção Primária de Saúde à gestante, mesmo quando esta se encontra inserida em atendimento profissional especializado durante o pré-natal. Em Menegat (2013) lemos que a compreensão da realidade/totalidade social envolve também analisar que no território se concretizam as disputas de classe e as desigualdades raciais e de gênero. No estudos apresentados pelo item “*O cuidado do corpo reprodutivo na saúde pública: um breve contexto histórico*”, deste artigo, foi possível observar que, ao exercer a maternidade, as mulheres estão sujeitas à uma vivência atravessada por uma disparidade de gênero, de modo que a construção social de feminilidade e masculinidade, determina a centralidade da mulher no trabalho do cuidado. Para

8 Alguns fatores, como o tipo de alimentação, o sedentarismo, o tabagismo, a sobrecarga de responsabilidades – aumento considerável do número de mulheres chefes de família –, a competitividade, o assédio moral e sexual no mundo do trabalho, têm relevância destacada na mudança do perfil epidemiológico das mulheres (Política nacional de Atenção Integral à Mulher, 2011, p.46).

as gestantes da classe trabalhadora, o espaço territorial pode representar local de acesso aos serviços de manutenção básica da subsistência de seu núcleo familiar e de seu corpo reprodutivo.

Em uma entrevista para o Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso (COREN - MT), no ano de 2020, a coordenadora da Comissão Intersectorial de Saúde da Mulher, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), considera que, apesar de também buscarem atendimento para si, a maioria das mulheres comparecem aos serviços de saúde locais, devido ao papel de cuidadoras de suas famílias⁹.

Sendo o público feminino a maior parcela da população, interessa apontar o dado que cerca de 11 milhões de mulheres desempenham a função de mãe solo no Brasil, de acordo com uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no ano de 2022. Isto implica uma realidade em que, o autocuidado e atenção à saúde, estão em detrimento de uma prioridade maior: a manutenção da sobrevivência de seu núcleo familiar.

Não por acaso, o “Seminário Nacional: o trabalho do assistente social no SUAS” (2011), promovido pelo CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), aponta o dado de que as famílias que apresentam como referência familiar a mulher, enquanto mãe solo, também representam a taxa populacional com menor rendimento mensal, ou seja, com maiores índices de pobreza. Gonzalez (1984) enfatiza que nas periferias é o principal cenário em que se pode vislumbrar esta realidade, sendo este um ponto fundamental para considerar que o estudo e a análise do território são imprescindíveis para construir um atendimento do Serviço Social que esteja qualificado e antenado à realidade das usuárias. A gestação pode ser uma experiência expressa de diferentes formas a depender da demarcação territorial, de gênero e racial. Quando consideradas as potencialidades de acesso ao território, a atuação profissional poderá acionar a construção da instrumentalidade nos atendimentos e, assim, consolidar um trabalho articulado intersectorialmente.

Conforme abordado anteriormente, a existência da mulher esteve limitada ao espaço familiar, sendo impossibilitada de ocupar outras áreas territoriais para além da esfera doméstica. Para subsidiar uma prática profissional ancorada na luta pela dignidade e pela autonomia das mulheres em seu território, foi acionado o instrumento de realização de um levantamento de quais serviços públicos se apresentavam como referência nos bairros, sendo produzida uma lista de telefones, e-mails, nomeando qual o profissional de referência das seguintes unidades: CRAS; Associações de Bairro; CREAS e PSF's. No documento, inseriu-se ainda uma investigação e uma listagem de quais são os serviços, projetos sociais e espaços de mobilização social vigentes no território, a fim de garantir o encaminhamento e o acesso das usuárias a outros serviços que promovessem mais autonomia e o autocuidado, para além do cuidado gestacional.

9 Para mais, leia na íntegra: <https://www.coren-mt.gov.br/como-o-movimento-de-mulheres-contribuiu-para-construcao-do-sus/>

O conhecimento territorial deve fazer parte da atuação profissional, pois é a partir desta aproximação que se pode construir uma atuação profissional mais fundamentada e qualificada para atender às especificidades do espaço de vivência da usuária.

Dentre as diversas contribuições dessa compreensão territorial, destaca-se a articulação de estratégias de trabalho intersetorial com as e os profissionais que atuam na área de abrangência, valorizando o potencial de alcance das ações no território. A partir dessa iniciativa, torna-se possível identificar, por exemplo, características sócio-históricas daquele local e seus determinantes, bem como a distância e condições de acesso da usuária à Unidade Básica de Saúde, ao CRAS e a outros equipamentos, como os serviços de convivência e de fortalecimento de vínculos, os quais se configuram como importantes alternativas de suporte social, especialmente nos casos em que a usuária não apresente uma Rede de Apoio.

Entre as diversas demandas de contato à Unidade Básica de Saúde (UBS), pode-se citar a atuação conjunta dos casos em que se apresenta a condição de Diabetes Gestacional. Nesta, a articulação territorial com a atenção primária torna-se essencial para discutir a importância do acesso a dispositivos voltados ao controle glicêmico, bem como para fortalecer o vínculo da gestante com esta rede de cuidados. O acesso qualificado à UBS possibilita, além da obtenção do aparelho necessário, a inserção em ações socioeducativas voltadas à orientação sobre a condição diagnosticada e outras demandas correlatas. O fortalecimento do vínculo com a equipe da atenção primária também contribui para a ampliação de espaços de escuta e diálogo sobre planejamento reprodutivo, direitos sexuais e cuidados com o corpo, além de viabilizar a participação em atividades coletivas na perspectiva do cuidado integral. Assim, a aproximação da gestante neste serviço de saúde, constitui uma estratégia relevante para a promoção do cuidado contínuo e integral no ciclo gravídico-puerperal.

Nas demandas que apresentarem marcadores de desproteção social e econômica, prevê-se a articulação constante com a rede socioassistencial do município. No entanto, é importante também considerar o acionamento de outros setores públicos, que podem variar de acordo com a demanda de cada caso. Ao construir um planejamento de trabalho, identifica-se que as expressões da “questão social” podem implicar demandas estruturais de desigualdade, que não poderão ser assistidas somente com o acesso a serviços como: benefícios eventuais ou outras políticas sociais vigentes. Assim, também foi realizado um levantamento de outros agentes que podem ser fundamentais na atuação conjunta dos casos, a depender de sua complexidade, cabendo citar aqui: a Defensoria Pública, Rede Cidadã; Serviços disponíveis nas secretarias de Habitação, Educação, Esportes, Meio Ambiente etc. A utilização da escuta qualificada; entrevistas; produção de documento técnico em matéria de Serviço Social; reunião de equipe ou em Rede, também faz parte da atuação deste trabalho.

Vale destacar que, em todas estas etapas, foi realizado em conjunto, a leitura de materiais publicados pelo conjunto CFESS/CRESS sobre as referidas temáticas, visando estabelecer um projeto de trabalho ancorado nos princípios do PEP da profissão, com suas respectivas análises atualizadas sobre a dinâmica capitalista. Assim, foi necessário estudar quais lutas fazem parte do projeto societário que o conjunto CFESS-CRESS defende e a importância de capacitar este olhar no dia a dia de trabalho.

Elaboração de instrumento para o atendimento

A partir da identificação deste estudo e do contexto supracitado; o planejamento de trabalho do Serviço Social neste Ambulatório considerou uma tarefa necessário investigar como se apresenta a vivência da gravidez para cada usuária, principalmente considerando acessos mínimos como: Rede de Apoio Familiar; Condições objetivas para a subsistência; Autocuidado; Proteção integral etc. Outro objetivo é a construção de uma atuação crítica que considere a condição humana de direitos e autonomia. Inclui-se ainda uma articulação com as mulheres atendidas, estabelecendo espaços de diálogo crítico e de escuta qualificada e humanizada, trazendo centralidade para o debate do autocuidado para além da gestação.

Para isso, foi necessário usufruir de alternativas dispostas a partir da *autonomia relativa*¹⁰ presente no espaço de trabalho, sendo apresentado para à gestão responsável, as Atribuições Privativas e Competências profissionais¹¹, para que fosse possível justificar o plano de trabalho e, assim, possibilitar a construção de uma Ficha de atendimento própria do Serviço Social. Uma ação fundamentada no conceito de *Instrumentalidade*, abordado por Guerra (2000), considerando esta como a capacidade da e do assistente social construir meios/instrumentos para objetivar e atribuir intencionalidade em seu trabalho, mesmo a partir das condições de trabalho existentes.

Esta Ficha foi elaborada com perguntas norteadoras que pudessem oportunizar diálogos críticos e o vínculo profissional, durante os atendimentos individuais ou compartilhados. Outro objetivo seria estabelecer um protagonismo de cada usuária sob seu processo de vivência-tratamento, bem como priorizar seu autocuidado para além da gestação. Além disso, também é visada à viabilização de trocas contínuas em orientações socioeducativas, encaminhamentos para a rede municipal pública e ainda promoção de caminhos para a mobilização social, atuação coletiva de atividades etc. Por isso, são também realizadas perguntas sobre os fatores socioeconômicos, como acesso à alimentação, renda familiar, vínculo familiar e existência de

10 [...] a possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício profissional do assistente social – moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo – decorre da relativa autonomia de que ele dispõe [...] A efetivação dessa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais construídos na relação com sujeitos sociais determinados (Iamamoto, 2014, p. 220).

11 Leia-se mais em: Lei 8662/93.

uma rede de apoio. É também questionado sobre qual o local e as condições de moradia, para que seja possível identificar demandas específicas de acesso às unidades de serviço público localizadas no território.

Após a análise de todo estudo referenciado acima, o Serviço Social deste Ambulatório considerou a categoria do *trabalho do cuidado* e *raça/cor/etnia* como fator determinante de análise no processo de saúde-doença do público feminino. Por isso, na aplicação da Ficha de atendimento, algumas questões foram formuladas para delimitar o perfil das usuárias atendidas.

No que se refere ao recorte racial, uma das primeiras perguntas da Ficha, é sobre qual *raça/cor/etnia* a usuária se identifica. A “Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia”, publicada pelo CFESS em 2022, orienta que este é um instrumento importante, pois desvela e identifica a usuária e o usuário a partir de seu grupo de origem, o que possibilita uma atuação profissional qualificada para identificar os processos de exclusão/inclusão impostos a cada cidadão, a depender da cor de sua pele. Sendo um espaço de atuação do Serviço Social na saúde, importa demarcar que esta pergunta inserida na Ficha, não implica qualquer concepção biológica humana, e, sim, considera a condição de *ser social*.

Conforme mencionado, a Ficha também intenciona analisar como se apresenta, ou não, o trabalho do cuidado, ou a sobrecarga dele, na rotina de vivência-tratamento destas usuárias gestantes. Perguntas sobre a rotina diária das usuárias podem produzir informações importantes na condução do tratamento. Assim, foi considerado importante incluir no questionário inicial de atendimento, a pergunta para a usuária sobre qual a sua disponibilidade de repousar em possíveis eventuais dores e inchaços de sua condição física, além de também consultar se a manutenção do lar é tarefa compartilhada. Considera-se importante uma vivência que transcenda a maternidade, de modo a reforçar as potencialidades e contribuição disso para a própria saúde da usuária. Por isso a relevância de questionar se a rotina do dia a dia da usuária atrapalha o autocuidado para além da gestação.

Muitas das questões apresentadas foram formuladas com o intuito de se oportunizar um diálogo crítico acerca do trabalho do cuidado, pois esta também é uma ocupação laboral, porém não reconhecida como tal, além de não ser remunerada.

É necessário apontar ainda a feminização da pobreza que este fato acompanha, principalmente se analisado o cotidiano das mães solas. A culpabilização social pelas ínfimas condições objetivas de vida de seu núcleo familiar, aliada à condição de gestação de alto risco, a autonomia física e financeira comprometida, são alguns dos fatores que podem somatizar a realidade deste público.

Quando apresentado um contexto de desproteção social e econômica, que vá para além de intervenções internas, o Serviço Social recorrerá então a relatórios sociais de contrarreferência para a rede municipal pública, priorizando um trabalho articulado conjuntamente de forma a não

fragmentar a atenção necessária, sempre buscando oportunizar reuniões em rede, para discussão e estratégias de atuação nos casos.

Após a análise e a construção do perfil de usuárias atendidas, a equipe multiprofissional prevê um processo de elaboração de um encontro entre as mulheres inseridas no Ambulatório. O foco deste dia, seria dialogar em coletivo, questões pertinentes sobre o processo vivência-tratamento, de forma a assistir um acolhimento humanizado que promova o autoconhecimento sobre as atuais condições clínicas e de cuidados necessários relacionando com debates que objetivem disseminar a perspectiva de vida e protagonismo para além da gestação.

CONCLUSÃO

Assim, partindo do pressuposto de que este sistema capitalista produz e reproduz as relações sociais, é importante considerar que contextos históricos como este supracitado, podem perpetuar impactos na elaboração e na atuação de políticas públicas de saúde. Analisar e estudar este panorama do passado não implica considerar que a conjuntura atual está justificada pelos impactos advindos da história, mas, sim, analisar fatores que, assim como no passado, podem ser diariamente reatualizados, em novas formas de controle e exploração.

A partir do estudo deste contexto, é importante dar atenção à prática de atendimento ao público feminino, para que esta não esteja fundamentada na construção social do que se faz a partir de feminilidade e masculinidade¹². O exercício profissional da e do assistente social deve estar atento a este risco, pois o objeto de trabalho desta profissão está nas expressões da chamada *questão social*¹³, fenômeno que indica a necessária atuação crítica do Serviço Social, de intervir sob a desigualdade social imposta pelo capitalismo, de forma a buscar com primazia a viabilização de direitos sociais para a população inserida nesta realidade.

Considerar este foco, envolve também se apropriar de uma formação continuada que garanta bases teórico-metodológicas para um exercício profissional crítico e alinhado com a realidade cotidiana. Por isso, estudar este contexto, também é uma tarefa contínua para o Serviço Social inserido na Atenção Secundária da Saúde Pública.

Considerando o PEP do Serviço Social, uma das peças fundamentais de luta contra as contradições impostas pela estrutura capitalista, sabemos que, apesar da autonomia relativa da e do assistente social, esta e este profissional, ao destinar atenção para a elaboração de projetos e programas

12 Importa citar que, ainda que haja esta mobilização crítica da categoria profissional em relação a esta prática, o público feminino permanece atravessado pelos impactos inerentes a incorporação de "uma estrutura de padrões sociais e sexuais, fortemente influenciados pelas relações de gênero, estabelecidos social e culturalmente" (Política Nacional de Atenção Integral à Mulher, 2011, p.40).

13 A questão social não é senão o conjunto de expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e Estado (Iamamoto, 1982, p.77).

mesmo na contramão do sistema capitalista, pode protagonizar caminhos que efetivem espaços potenciais de diálogo e vínculo com a classe trabalhadora.

A construção deste plano de trabalho visa qualificar criticamente a intervenção profissional que se fundamenta nos princípios do PEP, capacitando a e o profissional a intervir na realidade dinâmica e contraditória do cotidiano de trabalho.

REFERÊNCIAS

BOTTON *et al.* *Diferenças de gênero no acesso aos serviços de saúde: problematizações necessárias.* Mudanças – Psicologia da Saúde, 25 (1), Jan.-Jun. 2017.

BRASIL. *Código de Ética do/a Assistente Social.* Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Gestação de alto risco: manual técnico.* 5. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gestacao_alto_risco.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes.* Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2004. 82 p. (Série C: Projetos, Programas e Relatórios). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.198, de 27 de dezembro de 2023. Saúde sem Racismo. Saúde e Vigilância Sanitária. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano CLX, n. 245, p. 123–125, 28 dez. 2023.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO. *Como o movimento de mulheres contribuiu para a construção do SUS.* [S. l.], 8 mar. 2022. Disponível em: <https://www.coren-mt.gov.br/como-o-movimento-de-mulheres-contribuiu-para-construcao-do-sus/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *O trabalho do/a assistente social no SUAS: seminário nacional. Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta.* Brasília: CFESS, 2011.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Serviço Social: valorize esta profissão!. Gestão 2005/2008 “Defendendo Direitos, Radicalizando a Democracia”:* CFESS, 2006.

EURICO, Márcia Campos. *Nota técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito raça/cor/etnia.* Brasília: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social, 2022.

FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva.* 1ª ed. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano.* Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Organização de: Flávia Rios e Márcia Lima.

GUERRA, Y. A instrumentalidade no Serviço Social. *Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais*, "Capacitação em Serviço Social e Política Social", Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, 2000.

HIRATA, H et al. (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HORST, C. H. M.; ANACLETO, T. F. M. (orgs.). *A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais*. Belo Horizonte: Editora CRESS, 2023. 300 p. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Livro-CRESS-MG_-A-dimensa%CC%83o-te%CC%81cnico-operativa-no-trabalho-de-assistentes-sociais-.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raúl de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41 Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e as imbricações das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.

MENEGAT, Elizete. *Crise urbana na atualidade: Indagações a partir do fenômeno da concentração espacial dos pobres em assentamentos ilegais*. CLACSO, 2013.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A CLASSE OPERÁRIA TEM DOIS SEXOS: Trabalho, dominação e resistência*. 3º ed. São Paulo – SP: Editora Expressão Popular, 2021.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. (B) - P. 11-40

SANTOS et al. *Saúde dos Homens nas percepções da Estratégia Saúde da Família*, 2017.

SILVA, Ana Caroline. *A velhice da mulher da classe trabalhadora: relações sociais de sexo, raça e patriarcado no capitalismo contemporâneo*. 2024. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2024.

SILVA, M, C, da. *Narrativas de mulheres com gestação de alto risco em tempos de pandemia de COVID-19: desafios para a humanização do cuidado*. 2021. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 28 set. 2021.

OLIVEIRA, Mariana Nicolau. *PAREDES COR DE ROSA: relações de gênero na internação feminina do DEGASE / Mariana Nicolau Oliveira*. -- Rio de Janeiro, 2021. 123 f.

20

A EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL COM ACOLHIMENTO A ACOMPANHANTES EM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Joseane Barbosa de Lima¹

RESUMO

O presente artigo discute o acolhimento como diretriz ética e política no âmbito da Política Nacional de Humanização (PNH), articulando-o aos fundamentos do Projeto Ético-político do Serviço Social. A partir de uma perspectiva crítica e comprometida com a defesa dos direitos sociais, apresenta-se o relato de experiência de um projeto de extensão universitária desenvolvido por assistentes sociais, docentes e discentes em um hospital universitário de Minas Gerais. A iniciativa consistiu na criação de um grupo de acolhimento a acompanhantes de usuárias e usuários internados, com foco especial nos familiares de pacientes em unidades de terapia intensiva (UTI). A experiência revelou-se potente para promover escuta qualificada, fortalecer vínculos e construir respostas coletivas às demandas sociais invisibilizadas no cotidiano hospitalar. Ao refletir sobre os desafios institucionais e as possibilidades de atuação profissional no contexto da saúde, o artigo reafirma o acolhimento como prática estratégica do Serviço Social, capaz de articular cuidado, mediação crítica e efetivação de direitos. A iniciativa também contribuiu para a formação acadêmica comprometida com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a consolidação de uma saúde pública humanizada, integral e democrática.

Palavras-chave: Acolhimento; Serviço Social; Política Nacional de Humanização; Hospital; Direitos Sociais.

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade impõe às e aos assistentes sociais desafios complexos no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social. No contexto das políticas públicas de saúde, esses desafios se manifestam cotidianamente nas instituições hospitalares, onde a precarização dos serviços, a intensificação da lógica gerencial e a fragmentação das redes de atenção impactam diretamente o exercício profissional. Nesse cenário, o trabalho da e do assistente social exige uma atuação que articule criticamente as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, em consonância com os fundamentos do Projeto Ético-político da profissão.

A Política Nacional de Humanização (PNH), instituída em 2003, constitui um importante marco no fortalecimento das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), ao promover o acolhimento, o vínculo e a corresponsabilização como eixos estruturantes da atenção à saúde. O acolhimento, entendido como uma postura ética e política, extrapola a simples recepção institucional e convida os profissionais a reconhecerem as necessidades e os direitos dos sujeitos em sua singularidade.

Essa concepção dialoga diretamente com os princípios do Serviço Social brasileiro, especialmente com a defesa intransigente dos direitos humanos, a valorização da escuta qualificada e a construção de estratégias coletivas de enfrentamento das desigualdades sociais.

Neste artigo, apresenta-se o relato de uma experiência extensionista desenvolvida em um hospital universitário de Minas Gerais, por meio da criação de um grupo de acolhimento voltado às e aos acompanhantes de usuárias e usuários internados. A iniciativa foi desenvolvida por uma docente de uma faculdade de Serviço Social de uma universidade pública, em articulação com assistentes sociais da instituição hospitalar, com o propósito de reconhecer e acolher as demandas sociais de acompanhantes, por vezes, invisibilizadas no contexto hospitalar.

A proposta se insere como uma possibilidade concreta de intervenção crítica diante das limitações institucionais, revelando-se como estratégia de fortalecimento de vínculos, promoção da escuta qualificada e articulação com a rede de proteção social.

Ao abordar essa experiência, o artigo busca contribuir para o debate sobre as possibilidades do trabalho da e do assistente social na atualidade, evidenciando como o exercício profissional, mesmo em contextos adversos, pode afirmar práticas éticas, comprometidas com os direitos sociais e com a democratização do cuidado em saúde.

O ACOLHIMENTO COMO DIRETRIZ ÉTICA E POLÍTICA: A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO E OS FUNDAMENTOS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

A consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), fruto das lutas da Reforma Sanitária e da promulgação da Constituição Federal de 1988, incorporou como princípios fundamentais a universalidade, a integralidade e a equidade. Nesse contexto de busca pela democratização das práticas de cuidado e de gestão, foi instituída em 2003, pelo Ministério da Saúde, a Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão no SUS (PNH), também conhecida como *HumanizaSUS*. Essa política nasce com o intuito de transformar as relações nos serviços de saúde e consolidar os princípios do SUS a partir de uma perspectiva ético-política do cuidado.

De acordo com o documento *HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS* (Brasil, 2004), a PNH propõe uma abordagem transversal às práticas de atenção e gestão, centrada na valorização dos sujeitos — usuários, trabalhadores e gestores —, promovendo o acolhimento, o vínculo e a responsabilização como eixos estruturantes. Seu objetivo é “acolher a todos que chegam ao SUS, valorizando suas singularidades e reconhecendo seus

direitos como cidadãos, promovendo o protagonismo e a autonomia dos sujeitos implicados na produção da saúde” (Brasil, 2004, p. 8).

O conceito de acolhimento, na PNH, ultrapassa a ideia de recepção física e é compreendido como uma postura ética e política no cotidiano do trabalho em saúde. Como reforça a cartilha *Acolhimento nas práticas de produção de saúde* (Brasil, 2010), acolher “é reconhecer o que o outro traz como legítima e singular necessidade de saúde”, sendo, portanto, um ato relacional que se expressa na escuta ativa, na responsabilização compartilhada e no cuidado integral (Brasil, 2010, p. 7).

Essa concepção de humanização e acolhimento dialoga diretamente com o Projeto Ético-político do Serviço Social brasileiro, o qual se consolida a partir da década de 1990 ancorado na defesa intransigente dos direitos humanos, na construção de uma sociedade emancipada e no enfrentamento das desigualdades sociais. Esse projeto, sustentado por diretrizes como a laicidade, a autonomia, a democracia e a justiça social, exige da e do profissional uma prática crítica e comprometida com a transformação da realidade social (CFESS, 2011).

No campo da saúde, essa atuação ética se expressa por meio da escuta qualificada, da articulação com a rede de políticas públicas e do reconhecimento das múltiplas determinações sociais do processo saúde-doença. Como afirmam Cruz e Camargo (2023), o acolhimento no Serviço Social envolve não apenas atenção à demanda imediata da usuária e do usuário, mas a mediação crítica com os direitos sociais, com vistas à superação das vulnerabilidades que atravessam a vida dos sujeitos.

A e o assistente social, nesse cenário, é convocado a intervir nas relações estabelecidas entre as usuárias e os usuários e os serviços de saúde, promovendo o acesso aos direitos, o fortalecimento da cidadania e a construção de práticas interdisciplinares que considerem a totalidade das condições de vida da população. Como observa Dal Prá (2010), trata-se de um profissional que articula o recorte social da saúde com as condições que produzem o adoecimento, intervindo de forma qualificada em todos os níveis de atenção (Dal Prá, 2010, p. 10 *apud* Cruz; Camargo, 2023, p.).

No entanto, apesar do seu potencial transformador, a PNH não está isenta de contradições. Alcantara e Vieira (2013), em uma análise crítica sobre a inserção do Serviço Social na implementação da PNH, alertam que essa política pode operar tanto como um instrumento de qualificação das práticas de cuidado quanto como um mecanismo de reforço às racionalidades gerencialistas e conservadoras. Segundo os autores, a PNH tem sido, em muitos casos, apropriada como retórica de sensibilização, sem alterar substancialmente os modelos de atenção e de gestão vigentes no SUS, especialmente diante da lógica neoliberal que orienta

a precarização do trabalho e a mercantilização da saúde. Entre os limites apontados pelos autores estão: a ausência de dispositivos estruturantes que garantam condições materiais para a efetivação da política; a formação técnica dos profissionais ainda centrada em paradigmas biomédicos e a-históricos; a insuficiência de mecanismos de monitoramento e avaliação das ações de humanização; e a desresponsabilização do Estado, que muitas vezes transfere à figura do trabalhador o peso de “humanizar” relações institucionais desiguais (Alcantara; Vieira, 2013).

Dessa forma, torna-se essencial que o Serviço Social, ao se engajar nos princípios da PNH, mantenha uma postura crítica e reflexiva, disputando os sentidos dessa política a partir de seu Projeto Ético-político. A humanização não pode ser esvaziada de seu conteúdo político e tampouco reduzida a ações pontuais ou individualizadas (Alcantara; Vieira, 2013). Ao contrário, ela deve se constituir como parte de uma prática profissional coletiva, articulada com os movimentos sociais e com a defesa de um SUS público, gratuito e universal.

Como propõe o CFESS (2010), “é necessário problematizar a concepção de humanização para que os profissionais analisem os determinantes sociais do processo saúde-doença, as condições de trabalho e os modelos assistencial e de gestão” (p. 52). O acolhimento, portanto, deve ser compreendido não apenas como dispositivo técnico, mas como expressão do compromisso ético e político do Serviço Social com a dignidade humana e com a construção de práticas que contribuam para a democratização do cuidado e a efetivação dos direitos sociais.

Dessa forma, compreender o acolhimento como diretriz ética e política, conforme proposto pela Política Nacional de Humanização, exige situá-lo na materialidade das práticas institucionais e das relações que se estabelecem no cotidiano dos serviços de saúde. A atuação do Serviço Social nos hospitais representa um espaço privilegiado para a efetivação desses princípios, pois é nesse contexto que se expressam, de forma aguda, as contradições entre a garantia do direito à saúde e as múltiplas determinações sociais que atravessam o processo saúde-doença. Ao incorporar os fundamentos do Projeto Ético-político profissional, a e o assistente social assume o acolhimento como um instrumento de mediação crítica entre as necessidades concretas das usuárias e dos usuários e as possibilidades oferecidas pela rede socioassistencial, mobilizando conhecimentos, vínculos e estratégias para possibilitar alguma efetivação de direitos. A seguir, serão discutidos os desafios e as potencialidades dessa atuação no cotidiano hospitalar, evidenciando como as práticas de acolhimento ganham forma diante das demandas sociais que emergem nesses espaços.

SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE: ENTRE DEMANDAS SOCIAIS, PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO E DESAFIOS INSTITUCIONAIS NO HOSPITAL

A inserção do Serviço Social nas instituições hospitalares requer uma atuação comprometida com os princípios do SUS – especialmente a universalidade do acesso e a integralidade do cuidado – articulando-se às demandas sociais que emergem no cotidiano desses espaços. A e o assistente social, como parte da equipe multiprofissional, tem como atribuição identificar, interpretar e intervir sobre as expressões da questão social que impactam o processo saúde-doença. Conforme Romão (2023) *et al.*, citado por Rodrigues (2002), é essencial que a e o profissional compreenda o contexto institucional em que está inserido, suas normas e objetivos, sem perder de vista as necessidades e especificidades dos sujeitos atendidos, apontando as lacunas da rede e buscando estratégias para superá-las. Essa postura crítica é coerente com os fundamentos do Projeto Ético-político do Serviço Social, o qual orienta a atuação para além de procedimentos técnicos.

No exercício profissional na atenção hospitalar, o acolhimento configura-se como uma dimensão central do trabalho da e do assistente social. Trata-se de construir vínculos com usuários e acompanhantes, promovendo espaços de escuta, orientação e mediação com os demais profissionais e setores da saúde.

A escuta qualificada² é, nesse contexto, um instrumento valioso para a compreensão das vivências de sofrimento, possibilitando a formulação de respostas que considerem as singularidades dos sujeitos e suas inserções sociais. O trabalho com as e os acompanhantes de pacientes internados, por exemplo, evidencia a necessidade de práticas mais acolhedoras e integrais. Muitas vezes invisibilizados pelas rotinas institucionais, esses sujeitos são atravessados por sentimentos de medo, ansiedade e desamparo. Embora sua presença esteja prevista por legislações e políticas de humanização, ela se dá em um contexto contraditório, marcado por disputas de espaço, ausência de escuta e apoio sistemático (Dibai; Cade, 2007 *apud* Romão *et al.*, 2023).

A atuação do Serviço Social nesse campo, no entanto, não se realiza sem tensões. Como destaca Barbosa (2019), a e o profissional enfrenta inúmeros desafios no interior das instituições de saúde, os quais se intensificam diante das reconfigurações neoliberais que afetam as políticas públicas. A racionalização dos serviços, a escassez de recursos, a fragmentação da rede, o aumento das demandas e a precarização do trabalho impactam diretamente as possibilidades de acolhimento e intervenção crítica. Soma-se a isso o esvaziamento das políticas sociais

2 Embora a escuta qualificada seja amplamente praticada pelo Serviço Social e se constitua como um de seus instrumentos de intervenção, é importante destacar que essa não é uma atribuição privativa da profissão. Conforme as diretrizes do SUS e da Política Nacional de Humanização (Brasil, 2010), a escuta qualificada deve ser compreendida como uma competência compartilhada entre os diferentes profissionais da equipe de saúde, sendo parte integrante da atenção humanizada, interdisciplinar e centrada no sujeito.

e a intensificação da lógica gerencialista, que impõem metas e indicadores, muitas vezes incompatíveis com a complexidade do trabalho social.

Nesse cenário, é fundamental que o Serviço Social afirme o acolhimento como uma estratégia política de cuidado, que vá além do atendimento pontual e protocolar. A mediação de conflitos, a escuta das queixas, o encaminhamento para a rede, a articulação com programas sociais e a orientação sobre direitos são práticas cotidianas que exigem, para além da técnica, compromisso ético e político.

O acolhimento, nesse sentido, deve ser compreendido como uma postura ética permanente que perpassa toda a relação com os sujeitos, e não apenas como um momento inicial do atendimento. Envolve reconhecer a usuária e o usuário em sua totalidade, respeitar sua cultura e sua história, identificar suas demandas sociais e atuar na luta pela efetivação de seus direitos.

Por fim, é preciso afirmar que o cotidiano hospitalar é atravessado por disputas, mas também por possibilidades de construção coletiva e de afirmação do cuidado como prática ética. A atuação do Serviço Social deve contribuir para consolidar uma política de saúde comprometida com a dignidade humana e com o fortalecimento do SUS enquanto política de Estado – universal, pública e de qualidade – enfrentando os limites impostos pela conjuntura e reafirmando o projeto profissional que orienta a defesa da vida em sua integralidade.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE: GRUPO DE ACOLHIMENTO A ACOMPANHANTES DE USUÁRIAS E USUÁRIOS INTERNADOS EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE MINAS GERAIS

Diante da compreensão do acolhimento como diretriz ética e política da Política Nacional de Humanização e do reconhecimento das contradições que atravessam o cotidiano hospitalar, conforme discutido nas seções anteriores, este item tem por objetivo apresentar o relato de experiência extensionista desenvolvida por discentes, docente e assistentes sociais em um Hospital Universitário do Estado de Minas Gerais. A iniciativa nasce da perspectiva crítica da profissão, que busca intervir de forma ética, propositiva e transformadora, mesmo em contextos marcados por precariedades institucionais e limitações materiais.

A proposta consistiu na criação de um grupo de apoio voltado ao acolhimento de familiares e/ou acompanhantes de usuárias e usuários internados, com atenção especial àquelas e àqueles que acompanham pacientes na unidade de terapia intensiva (UTI), ainda que não se

restringa exclusivamente a esse setor. A iniciativa emergiu da observação empírica de que esses sujeitos – embora reconhecidos em diversas normativas e diretrizes da política pública de saúde como parte integrante do processo de cuidado – permanecem frequentemente invisibilizados pelas rotinas institucionais, enfrentando situações recorrentes de sofrimento emocional, ansiedade, exaustão física e desinformação. Como apontam Oliveira *et al.* (2024), o núcleo familiar exerce papel relevante na recuperação do paciente, embora, paradoxalmente, os próprios acompanhantes sejam frequentemente negligenciados enquanto sujeitos que também demandam cuidado.

Nesse sentido, a proposta de extensão voltada ao acolhimento revela-se estratégica para fortalecer a promoção de um atendimento humanizado, atento às necessidades sociais e emocionais de pacientes e seus familiares. Trata-se de uma ação com repercussões tanto sociais quanto acadêmicas: socialmente, contribui para a construção de uma atenção mais integral, que reconhece as e os acompanhantes como sujeitos legítimos de cuidado; academicamente, aprofunda o diálogo entre as e os profissionais de saúde, discentes e docentes da Faculdade de Serviço Social, qualificando a formação profissional crítica e comprometida com os princípios do SUS e do Projeto Ético-político da profissão.

Reconhecendo a lacuna institucional quanto ao atendimento das demandas sociais das e dos acompanhantes, o projeto de extensão foi estruturado com o objetivo de consolidar um espaço de acolhimento coletivo, sustentado na escuta qualificada, na troca de experiências e na articulação com os serviços e programas das redes socioassistencial e de saúde. A iniciativa teve como propósito não apenas responder às necessidades concretas das e dos acompanhantes, mas também atender às demandas já identificadas pela equipe de Serviço Social do hospital, que vivencia cotidianamente os limites institucionais para garantir respostas mais efetivas a esse público historicamente negligenciado.

Desde sua elaboração, o projeto contou com a participação ativa de duas assistentes sociais vinculadas à equipe multiprofissional do hospital, o que conferiu ainda mais legitimidade e articulação institucional à proposta. A presença dessas profissionais, inseridas diretamente no cotidiano da unidade de internação, possibilitou um diálogo qualificado entre a universidade e os desafios concretos da prática profissional em saúde, contribuindo para que o projeto não fosse uma ação pontual, mas parte de um movimento mais amplo de consolidação de frentes de trabalho permanentes no campo da humanização do cuidado.

O grupo teve início em novembro de 2024, antecedido por um período preparatório que incluiu estudo teórico sobre a atuação da e do assistente social na saúde, os direitos das usuárias e dos

usuários e das e dos acompanhantes, e as diretrizes da PNH. A metodologia adotada baseou-se nos grupos reflexivos e nas rodas de conversa, compreendidos como dispositivos pedagógicos capazes de romper com a lógica verticalizada entre profissionais e usuárias e usuários, e de estimular a construção coletiva de sentidos e estratégias de enfrentamento. Como destacam Dias *et al.* (2009, p. 4), tais práticas “possibilitam a quebra da relação vertical (profissional-paciente) e facilitam a expressão das necessidades, expectativas e angústias”.

O primeiro encontro ocorreu em maio de 2025, reunindo três acompanhantes de pacientes internados. O momento foi conduzido por meio de uma roda de conversa acolhedora, na qual se apresentaram os objetivos do grupo e se abriu espaço para escuta das vivências e inquietações dos participantes. Sentimentos de medo, angústia e solidão foram expressos, assim como preocupações com questões externas ao hospital, como filhos, trabalho e responsabilidades domésticas. A partir desses relatos, a equipe extensionista passou a adaptar a metodologia dos encontros conforme as necessidades e as possibilidades concretas dos sujeitos atendidos. No terceiro encontro, por exemplo, foi realizada uma dinâmica diretamente nos leitos de internação, intitulada “Como estou me sentindo hoje?”, com o uso de imagens de expressões faciais (emojis) para facilitar a expressão emocional dos acompanhantes que não conseguiam se afastar do quarto. Aqueles que desejaram, compartilharam os motivos de sua escolha. Em seguida, foi oferecido um café coletivo na sala reservada para o grupo, reforçando o caráter humanizado e horizontal da proposta.

Essa adaptação revelou-se sensível às limitações impostas pela rotina hospitalar, permitindo o alcance de sujeitos que, de outra forma, não participariam. Ainda assim, a alta rotatividade das e dos acompanhantes foi identificada como um dos principais desafios à consolidação de vínculos duradouros. Essa característica exigiu da equipe flexibilidade metodológica, escuta permanente e constante reelaboração das estratégias de acolhimento.

Outro aspecto relevante observado ao longo dos encontros foi a predominância feminina entre os acompanhantes. A maioria das participantes são mulheres, que relatavam acúmulo de responsabilidades, sobrecarga emocional e sensação de abandono institucional. Essa realidade ilustra a permanência de papéis socialmente atribuídos às mulheres, mesmo em contextos de crise e adoecimento, e aponta para a urgência de se refletir criticamente sobre a divisão sexual do trabalho e seus impactos na saúde mental das cuidadoras. Ao visibilizar esse fenômeno, o projeto contribuiu também para provocar reflexões coletivas sobre gênero, cuidado e desigualdades estruturais.

De modo geral, a experiência extensionista permitiu confirmar que os espaços coletivos de escuta, quando bem conduzidos, funcionam como dispositivos potentes de cuidado. Ao

compartilhar experiências, medos e expectativas, as e os acompanhantes relataram sentimentos de alívio, pertencimento e acolhimento, o que reforça a importância de reconhecer essas práticas como parte integrante da atenção em saúde. O acolhimento às demandas sociais das e dos acompanhantes de pacientes internados constitui, portanto, uma frente estratégica e necessária de trabalho para o Serviço Social na atenção hospitalar, pois visibiliza sujeitos historicamente negligenciados pelas políticas institucionais e cria canais de articulação e fortalecimento de vínculos entre usuárias e usuários e equipes de saúde.

Embora ainda em fase inicial, o projeto demonstrou potência para consolidar-se como uma prática de intervenção social relevante e necessária, alinhada às diretrizes do SUS e aos compromissos do Serviço Social com a democratização das relações institucionais, a valorização da experiência dos sujeitos e a contribuição para a construção de uma saúde pública efetivamente humanizada. Diante disso, a consolidação dessa proposta como frente permanente de trabalho no hospital se apresenta como uma perspectiva promissora, reforçando a articulação entre formação acadêmica, prática profissional e compromisso ético-político com os direitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência aqui relatada reafirma o potencial do Serviço Social em criar respostas criativas e comprometidas com os princípios do SUS e com os fundamentos do Projeto Ético-político da profissão. O acolhimento a acompanhantes de usuárias e de usuários internados, muitas vezes ignorados pelas rotinas institucionais, mostrou-se como um campo fértil para a atuação crítica, para a escuta sensível e para a mediação com os direitos sociais.

No atual cenário de retrocessos nas políticas públicas, intensificação da lógica neoliberal, precarização das condições de trabalho e esvaziamento das ações de cuidado, reafirmar o compromisso ético-político do Serviço Social é não apenas necessário, mas urgente. A formação e a prática profissional devem manter-se atentas às expressões da questão social que emergem nos espaços institucionais e que, muitas vezes, afetam diretamente a dignidade dos sujeitos que buscam cuidado no sistema público de saúde.

O projeto de extensão, ainda em fase de consolidação, demonstrou ser uma possibilidade concreta de resistência e transformação no interior das instituições, articulando formação acadêmica, prática profissional e compromisso com os direitos humanos. Revela que, mesmo diante das contradições do contexto hospitalar, é possível afirmar práticas que contribuem para a construção de uma política de saúde integral, democrática e comprometida com a justiça social.

Dessa forma, a experiência do grupo de acolhimento revela-se como uma expressão prática da

dimensão ético-política do trabalho da e do assistente social na contemporaneidade, evidenciando que as possibilidades de atuação não estão apenas no enfrentamento das limitações institucionais, mas na potência de transformar essas realidades por meio de intervenções qualificadas, críticas e coletivas. O fortalecimento dessas experiências deve estar no horizonte de todos os que defendem uma formação e um exercício profissional alinhados com a emancipação humana e com a luta por uma sociedade justa e igualitária.

Além disso, a proposta reafirma a importância das ações extensionistas como espaços privilegiados de articulação entre o ensino, a pesquisa e a prática profissional. Ao inserir discentes no cotidiano hospitalar e promover sua participação ativa em atividades de acolhimento e escuta, o projeto contribui significativamente para a formação de profissionais mais sensíveis às múltiplas expressões da questão social e preparados para atuar de forma crítica, ética e comprometida com os princípios do SUS. Tais experiências formativas possibilitam o enfrentamento de visões tecnicistas e reducionistas da profissão, fortalecendo a construção de uma identidade profissional alinhada à defesa intransigente dos direitos sociais e da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Viviane Cristina. Serviço Social e saúde: relação antiga, desafios presentes. A atuação do assistente social na política de saúde: desafios e possibilidades. *M Pauta*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, p. 240–254, 2º sem. 2019. UERJ.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Acolhimento nas práticas de produção de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na saúde*. Brasília, DF: CFESS, 2010. Disponível em: <https://www.cfess.org.br>.
- ALCANTARA, Luciana da Silva; VIEIRA, João Marcos Weguelin. Serviço Social e humanização na saúde: limites e possibilidades. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 334–348, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/textoscontextos/article/view/4099>. Acesso em: 9 jul. 2025.
- ROMÃO, Consuela de Souza *et al.* O acompanhante hospitalar: relações com a equipe de saúde e a intervenção do Serviço Social. In: *ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 13.; ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 9.*, São José dos Campos. Anais [...]. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, [s.d.]. Disponível em: <https://www.univap.br>. Acesso em: 01 jul. 2025.

DIAS, Valesca Pastore; SILVEIRA, Denise Tolfo; WITT, Regina Rigatto. Educação em saúde: o trabalho de grupos em atenção primária. *Revista APS*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 221–227, abr./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/14261>. Acesso em: 2 de nov. 2024.

OLIVEIRA, L. G. F. et al. A família como sujeito: a centralidade do cuidado e do conhecimento na orientação familiar em saúde. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, São Paulo, v. 7, n. 14, p. e14989, 2024. DOI: 10.55892/jrg.v7i14.989. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/989>. Acesso em: 9 jul. 2025.

VIEIRA et al. Enfermagem na linha de frente: experiências e lições aprendidas. In: *Revista Atenas*, 2024. Cap. 9.

21

A ATUAÇÃO DA E DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES: EXPERIÊNCIA DA DEFESA CIVIL DE JUIZ DE FORA/MG

Laura Basílio Sá Fortes¹

Helen da Silva Tomaz Oliveira²

Michele Barros Paschoalim³

Tamara Ramos Duarte⁴

Stephania Lani de Lacerda Reis Gavioli de Abreu⁵

1 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

2 Assistente social graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Pós-graduada em Atendimento Integral à Família pela Universidade Veiga de Almeida e em Administração e Gestão de Projetos Sociais pela Universidade de Franca – Cruzeiro do Sul Virtual.

3 Assistente social graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Pós-graduada em Gestão da Organização Pública de Saúde pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Pós-graduada em Planejamento e Gestão de Eventos pela Universidade Estácio de Sá.

4 Assistente social graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Pós-graduada em Serviço Social, Seguridade Social e Direitos Humanos pelo Gran Centro Universitário.

5 Assistente social graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com MBA em Gestão de Pessoas pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Pós-graduação em Saúde Mental e Dependência Química pela Unidade de Ensino e Aprendizado de Viçosa.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo contribuir para o debate sobre a atuação da e do assistente social no âmbito da gestão de risco e no gerenciamento de desastres, a partir da atuação do Serviço Social nas ações desenvolvidas na Defesa Civil do município de Juiz de Fora. Nesse sentido, será abordado sobre as principais frentes de trabalho do Serviço Social na instituição, com vistas a evidenciar a importância deste profissional no órgão para a formulação e a execução de estratégias que viabilizem o acesso das famílias em situação de risco habitacional e de vulnerabilidade social aos seus direitos, em meio a situações de desastres e calamidades públicas. Também haverá destaque para as ações de caráter preventivo e de conscientização que são realizadas pelo Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: assistente social, Defesa Civil, atuação profissional.

INTRODUÇÃO

A atuação da Defesa Civil é crucial para a promoção da segurança e do bem-estar da sociedade, especialmente em contextos de emergências e desastres naturais ou humanos. No entanto, para além das ações técnicas e operacionais, a assistência às populações afetadas exige uma abordagem humanizada e interdisciplinar. Nesse contexto, a e o assistente social desempenha um papel indispensável, pois seu trabalho está centrado na garantia de direitos, na promoção da dignidade humana e no fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários.

Em diversos cenários, a e o assistente social vem sendo requisitado para compor equipes multiprofissionais, de forma a contribuir com o seu saber, situação que não é diferente quando se refere a uma equipe da Defesa Civil. Dessa forma, ao longo do presente artigo, que está dividido em tópicos, será, inicialmente, discutido sobre o surgimento da Defesa Civil no Brasil, com destaque para o início das atividades da instituição no município de Juiz de Fora. Posteriormente, haverá o desenvolvimento sobre as primeiras aproximações do Serviço Social com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, levando em consideração, também, o Código de Ética do/a Assistente Social de 1993, que tece sobre o dever do profissional de participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, visando ao atendimento destes indivíduos, bem como à defesa de seus direitos.

Dessa forma, para estabelecer a construção de tais discussões que são fundamentais para a compreensão do papel que a e o assistente social desempenha na Defesa Civil, haverá um tópico específico para apresentar o trabalho desenvolvido por esta e este profissional na Defesa Civil do município de Juiz de Fora, abordando as suas principais frentes de trabalho. É válido ressaltar que o presente artigo foi desenvolvido a partir de uma metodologia qualitativa, aliada a dados quantitativos acerca dos atendimentos realizados pelo Serviço Social no ano de 2023.

PROCESSO HISTÓRICO DA DEFESA CIVIL NO BRASIL

A Defesa Civil surgiu mundialmente após a Segunda Guerra Mundial, tendo a Inglaterra como pioneira ao criar a Civil Defense diante dos bombardeios de 1940-1941. No Brasil, seu embrião surgiu em 1942, após o afundamento dos navios Arará e Itagiba, com a criação do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea. Em 1943, passou a chamar-se Diretoria Nacional do Serviço da Defesa Civil, extinta em 1946.

A primeira Defesa Civil estadual foi criada no Rio de Janeiro, em 1966, após grandes enchentes e deslizamentos. No ano seguinte, o Ministério do Interior passou a coordenar ações de apoio às populações atingidas por calamidades. Em 1988, o Decreto nº 97.274 instituiu o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), juntamente do Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e do Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas (GEACAP). O SINDEC foi atualizado em 2005, originando o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD).

A ONU declarou 1990 como o início da Década Internacional para Redução dos Desastres Naturais, levando o Brasil a criar o Plano Nacional de Redução de Desastres e a Política Nacional de Defesa Civil (PNDC), estruturada nos eixos de prevenção, preparação, resposta e reconstrução. Essa política também classificou 154 tipos de desastres e criou programas de capacitação para gestores em todo o país.

Na década de 2000, destacou-se a atuação da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), com foco na formação de agentes locais e no gerenciamento de desastres. A 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária reforçou a importância de fortalecer as Defesas Cíveis municipais e, na década seguinte, consolidou o foco na redução de riscos e desastres.

PROCESSO HISTÓRICO DA DEFESA CIVIL NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA

A Defesa Civil de Juiz de Fora foi criada em 1984 com a instituição da Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC), inicialmente vinculada à Secretaria de Obras. Ao longo das décadas seguintes, passou por diversas mudanças administrativas, estando ligada a diferentes secretarias, como Saúde e Bem-Estar Social, Governo, Obras e Segurança Urbana e Cidadania, até integrar, em 2025, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano com Participação Popular (SEDUPP), onde se encontra atualmente.

Entre as principais transformações, destacam-se a criação do Fundo Especial de Calamidades Públicas (FUMECAP) em 1986, o reconhecimento federal da instituição, a reestruturação de

1997, que organizou setores técnicos (Psicologia, Serviço Social, Projetos, Apoio e Prevenção), e a elevação ao status de Subsecretaria em 2005.

Com base na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012), a instituição passou a atuar de forma integrada nos eixos de gestão de riscos (prevenção) e gestão de desastres (resposta), por meio dos departamentos DGRD e DGD. O Serviço Social, vinculado ao DGRD, atua tanto em ações preventivas quanto de resposta, especialmente em períodos de chuvas, quando ocorrem deslizamentos e alagamentos.

Atualmente, a Defesa Civil de Juiz de Fora é reconhecida nacionalmente por suas ações preventivas e educativas, promovendo campanhas em escolas, empresas e comunidades, com foco na redução de riscos e na proteção da população contra desastres naturais e tecnológicos.

O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

A partir da década de 1990, o debate sobre o meio ambiente começou a ganhar espaço na agenda social do Serviço Social, e artigos relacionados à temática passaram a ser elaborados e discutidos, segundo Ávila, Mattedi e Silva (2017). Nesse viés, o Código de Ética do/a Assistente Social, art. 3º, coloca que é dever do profissional “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades” (CFESS, 1993). Portanto, percebe-se que na atualidade a discussão relacionada ao trabalho da e do assistente social em situações de desastres alcança maior evidência e importância.

Nessa perspectiva, a regulamentação da Defesa Civil, por meio da Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), com o objetivo de direcionar as ações e intervenções da Defesa Civil em âmbitos federal, estadual e municipal, traz um destaque para a atuação da e do assistente social, que ganha um papel de suma importância frente aos trabalhos desenvolvidos no órgão, uma vez que a própria legislação em questão, bem como o Código de Ética do/a Assistente Social possui pontos de atuação em comum.

A partir da PNPDEC, percebe-se que, em suas diretrizes, mais especificamente no artigo 4º, é ressaltada a participação da sociedade civil, frente de trabalho muito atribuída ao Serviço Social, devido à e ao assistente social atuar na mediação com as políticas públicas visando à garantia de direitos da população.

Já no artigo 5º, a PNPDEC prevê como objeto a prestação de socorro e assistência às populações atingidas por desastres, que é o que o artigo 3º do Código de Ética do/a Assistente Social delimita como dever da e do assistente social atuar frente a programas de socorro à população em situação de calamidade pública.

O artigo 8º estabelece a administração de abrigos provisórios para assistência à população em casos de riscos de desastres, tal frente de trabalho é desempenhada com maestria pela profissão haja vista a vasta experiência com relação a administração de abrigos para crianças, adolescentes, idosos, mulheres vítimas de violência, pessoas em situação de rua, dentre outros.

Segundo Santos e Barros (2016), a e o assistente social por ser um profissional que atua frente as mazelas da questão social e com a garantia de direitos, atua de forma efetiva em ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e Defesa Civil, conforme preconiza o artigo 3º da PNPDEC.

O TRABALHO PROFISSIONAL DA E DO ASSISTENTE SOCIAL NA DEFESA CIVIL DE JUIZ DE FORA

O Serviço Social é uma profissão que atua nas mais diversas políticas sociais, sendo de suma importância o seu exercício profissional. No âmbito da Defesa Civil, a e o assistente social compõe a equipe multiprofissional, composta por diferentes profissionais que nela atuam, como Engenheiras e Engenheiros Cíveis, Técnicas e Técnicos em Edificações, Técnicas e Técnicos em Estradas, Geógrafas e Geógrafos, entre outros.

Quando se trata da atuação do Serviço Social nesta área, é válido sinalizar que esta e este profissional possui uma formação que lhe possibilita compreender outras facetas dos desastres, numa perspectiva sociológica, distinta da lógica apresentada no campo das ciências naturais. Conforme Dutra (2021), a Sociologia dos Desastres apresenta “duas noções fundantes: desastres são considerados fenômenos sociais e têm origem na estrutura social” (Dutra, 2021, p. 30). Nesta percepção, apreende-se que “desastres são processos que, atrelados a uma série de outros aspectos (econômicos, sociais, políticos e culturais), se manifestam em sua plenitude. Apesar de envolverem uma crise aguda, ou seja, uma emergência, não se restringem a esse momento” (Valencio *apud* Dutra, 2021, p. 30).

Nessa perspectiva, é sabido que grande parcela das famílias atendidas pelo Serviço Social estão em situação de vulnerabilidade social e habitacional, possuindo como única alternativa de moradia residências localizadas em áreas de risco e suscetíveis a desastres.

A e o assistente social realiza atendimento social à população, visando ao acesso aos direitos sociais, políticos e civis nas diferentes políticas setoriais, como: assistência social, saúde, educação, previdência, habitação e prevenção de situações de risco (GESUAS, 2023). Logo, o trabalho do Serviço Social na Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil de Juiz de Fora se volta, principalmente, para viabilizar o acesso aos direitos de famílias atingidas por desastres, em situação de risco habitacional e/ou vulnerabilidade social.

É no cotidiano profissional que a e o assistente social se depara com situações de risco habitacional e vulnerabilidade social, que são reflexos de uma sociedade historicamente estruturada de forma desigual, na qual o acesso à terra urbana e à moradia digna sempre esteve condicionado por fatores de classe, raça e território. Nesse contexto, é importante compreender que o atendimento feito pela e pelo assistente social apreende as diversas expressões da questão social e possibilita a realização de ações de articulação com a rede socioassistencial, podendo gerar encaminhamentos sociais, direcionamento para programas e benefícios, prestação de orientações sociais, com o objetivo de viabilizar à população atendida o acesso aos seus direitos. Assim, é possível traçar estratégias de atuação de acordo com as necessidades sociais apresentadas.

Em Juiz de Fora, o Serviço Social tem como porta de entrada encaminhamentos gerados pelo DGD, após variados tipos de ocorrência, em que as técnicas e os técnicos identificam possíveis situações de vulnerabilidade social solicitando a intervenção das e dos profissionais habilitados para tal demanda. Diante disso, as e os assistentes sociais realizam os acolhimentos/atendimentos pontuais e encaminhamentos necessários. A maioria dos atendimentos ocorrem através de visitas domiciliares, que contribuem para caracterizar a realidade socioeconômica das famílias que estão em situação de vulnerabilidade social e/ou tiveram suas residências interditadas e, dependendo do perfil e das demandas dessas famílias, elas são encaminhadas para a rede socioassistencial e para o Programa Auxílio-Moradia, de acordo com a Lei Municipal 14.214/2021. Em casos de usuárias e usuários que são encaminhados para o Auxílio-Moradia devido a interdição de suas moradias, estas e estes permanecem sendo acompanhados pelo setor do Serviço Social até que a família alcance uma situação de segurança habitacional definitiva.

Para os encaminhamentos, a e o assistente social elabora relatórios e pareceres que descrevem a necessidade desses encaminhamentos. Vale dizer que a e o assistente social é o único profissional autorizado a emitir parecer social. No caso da Defesa Civil, de um modo geral, o parecer está atrelado à concessão de itens de assistência humanitária como telha, colchão, cesta básica, kit higiene, kit limpeza e kit dormitório. Para tanto, a avaliação socioeconômica realizada pelo Serviço Social é fundamental, bem como a identificação das perdas vivenciadas pela população atingida pelo desastre.

Além disso, a partir de todo atendimento realizado é elaborado o relatório social, documento que só pode ser emitido por uma e um assistente social, o qual também é exigido para fins de concessão do benefício Auxílio-Moradia.

Mediante as informações obtidas ao longo da entrevista social, é realizado o acionamento da rede socioassistencial do Município e são tomadas as providências de encaminhamentos aos programas sociais das diversas entidades governamentais e não governamentais, sendo esta

uma interface da viabilização do acesso aos direitos previstos nas legislações vigentes. Nesse sentido, a presença da e do assistente social nos órgãos de Proteção e Defesa Civil contribui para a efetivação do acesso aos direitos da população usuária, haja vista que esta e este profissional realiza as articulações com a rede socioassistencial e possui conhecimento sobre as políticas sociais vigentes, bem como busca atualização constante sobre os benefícios, os programas e os serviços disponíveis.

Cabe ressaltar que os atendimentos realizados nas instalações da Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil ocorrem em sala própria do Serviço Social, a qual foi construída para atender o que preconiza a legislação da profissão. De acordo com Código de Ética Profissional do/a Assistente Social de 1993, no que tange aos direitos desta e deste profissional, assegura-se, em seu Art. 2º, alínea d: “a inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional”. Corroborando com esta premissa, foi publicada a RESOLUÇÃO CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional da e do assistente social, em que consta:

Art. 1º - É condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer.

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

Art. 3º - O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo.

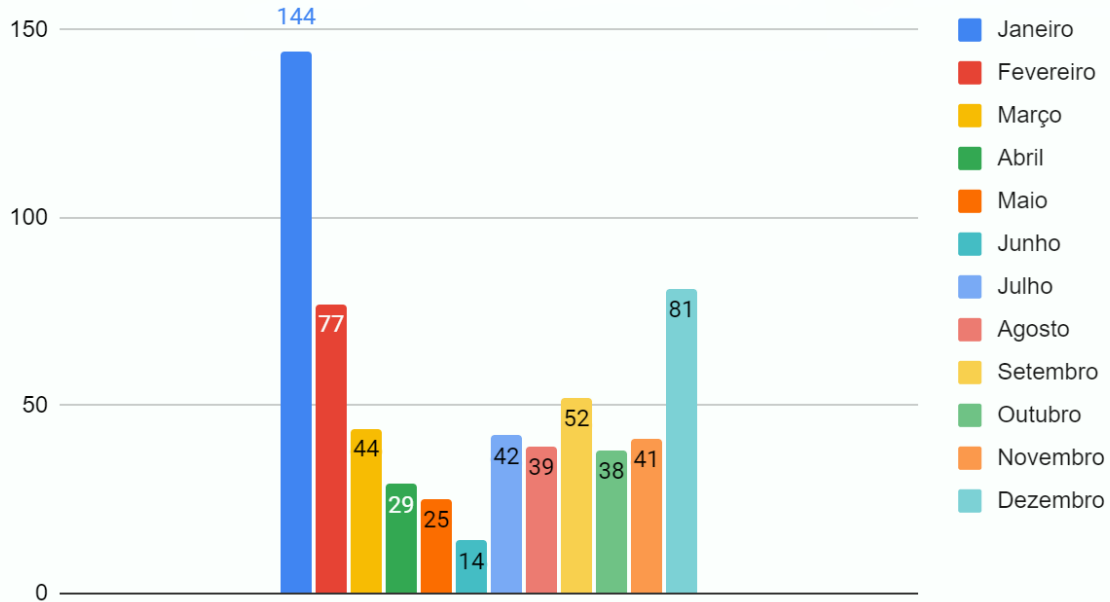
Art. 4º - O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais (CFESS, 2006).

São diversas as ações de trabalho executadas pelo Serviço Social no âmbito da Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil, onde se destaca o atendimento à população atingida por desastres ou em situações de risco habitacional e vulnerabilidade social. Como já sinalizado, por meio deste atendimento é possível tomar as providências necessárias para a minimização dos impactos sociais das ocorrências identificadas pela Defesa Civil.

Em relação ao quantitativo de atendimentos, no ano de 2023, entre janeiro e dezembro, foram realizados 626 atendimentos pelo Serviço Social. O Gráfico 01 apresenta os dados descritos por mês.

Gráfico 01 - Atendimentos sociais pelo Serviço Social da Defesa Civil em 2023.

ATENDIMENTOS POR MÊS

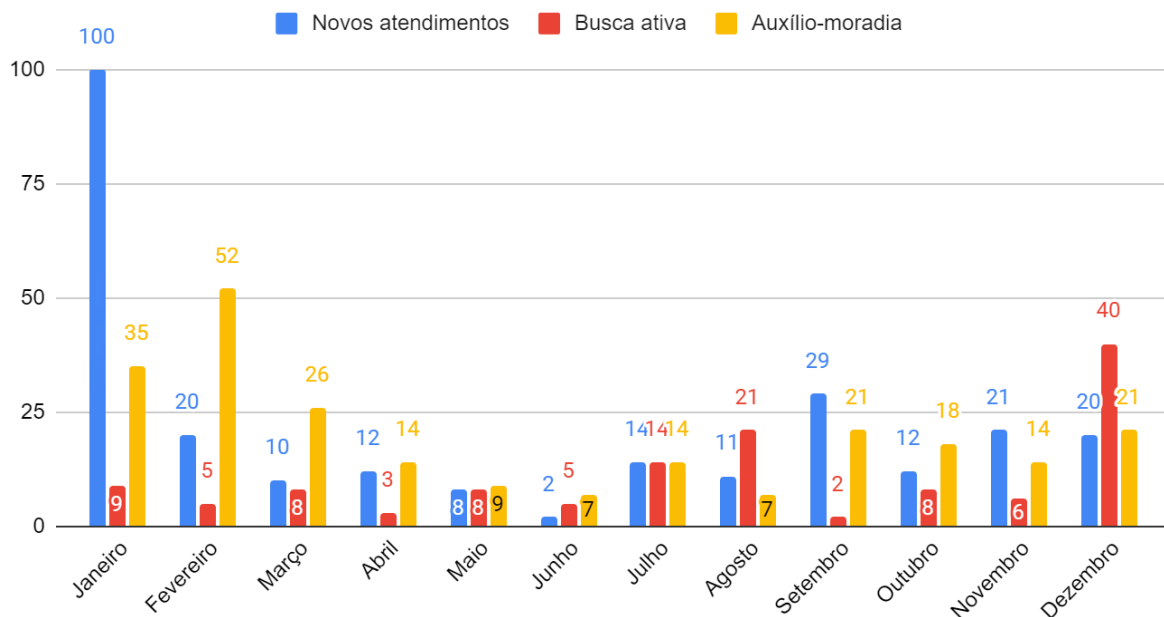


Fonte: Elaboração própria, 2023.

Já o Gráfico 02 explicita detalhadamente o quantitativo de novos atendimentos, buscas ativas e atendimentos das famílias já inseridas no Programa Auxílio-Moradia realizados pelo Serviço Social, vejamos:

Gráfico 02 - Novos atendimentos, busca ativa e Auxílio-Moradia.

Novos atendimentos, Busca ativa e Auxílio-moradia



Fonte: Elaboração própria, 2023.

A análise dos dados referentes aos atendimentos realizados pelo Serviço Social em 2023 revela a incidência significativa de eventos adversos associados a processos hidrometeorológicos e geotécnicos, como inundações (73 casos), escorregamentos de talude (49), ameaças de escorregamento (28) e alagamentos (17). Esses números, aliados à concentração dos atendimentos no mês de janeiro, evidenciam uma relação direta entre a sazonalidade das chuvas intensas e o aumento das ocorrências registradas pela Defesa Civil, refletindo o padrão climático típico dessa época do ano.

Contudo, conforme adverte Dutra (2021), é insuficiente compreender tais eventos apenas sob a ótica natural ou meteorológica. É preciso reconhecer que os desastres são processos socialmente produzidos, decorrentes de condições estruturais de vulnerabilidades geradas por formas desiguais de urbanização, acesso à terra e à infraestrutura. Nessa perspectiva, os chamados “eventos adversos” não configuram meras fatalidades, mas resultam da combinação entre fatores ambientais, urbanísticos e socioeconômicos que se entrelaçam no território.

A produção social do risco, conceito também trabalhado por Acselrad (2001) e Valencio (2024), indica que a vulnerabilidade das populações não é um dado natural, mas um produto histórico das desigualdades sociais e da segregação urbana. A ocupação de encostas e de margens de rios, a precariedade das moradias, a ausência de drenagem pluvial adequada e a insuficiência de políticas habitacionais são expressões concretas desse processo. Assim, o que se convencionou chamar de “evento adverso” é, na verdade, a manifestação visível de um conjunto de negligências estruturais que antecedem o desastre.

As contribuições de Dutra (2021) são centrais para esse debate ao enfatizar que o enfrentamento dos desastres demanda uma abordagem interdisciplinar e intersetorial, que articule políticas de assistência social, habitação, meio ambiente e defesa civil. A autora propõe compreender o território como categoria central de análise e intervenção, permitindo identificar os nexos entre vulnerabilidade social, ambiental e institucional. Nesse sentido, a atuação do Serviço Social torna-se estratégica não apenas na resposta emergencial, mas também na prevenção e na mitigação de riscos, integrando o planejamento urbano e a gestão de políticas públicas.

Portanto, os dados de 2023 demonstram que as ocorrências atendidas pelo Serviço Social não se explicam apenas por eventos climáticos extremos, mas sobretudo por condições estruturais de vulnerabilidade historicamente construídas. O desafio que se coloca é transformar a gestão de riscos em política pública contínua e preventiva, capaz de fortalecer a resiliência comunitária e de reduzir as desigualdades que sustentam a produção social de risco. O Serviço Social, ao articular o conhecimento técnico e a escuta qualificada das famílias afetadas, ocupa um papel essencial na identificação de vulnerabilidades, na promoção do acesso a direitos e na construção de respostas institucionais integradas.

Em relação aos atendimentos realizados pelo Serviço Social da Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil de Juiz de Fora, é feito o registro das informações e do levantamento de dados, no qual são sistematizadas informações importantes, tais como: características da composição familiar; número de famílias e pessoas desalojadas ou desabrigadas; se é passível de encaminhamento ao Programa Auxílio-Moradia; total de famílias e indivíduos inseridos no Programa Auxílio-Moradia; o total de atendimentos sociais prestados às famílias e aos indivíduos por período (via telefone, presencial – na sede da Defesa Civil e *in loco* - visitas domiciliares). Assim é possível se aproximar da realidade social do público atendido no município, identificar as demandas de encaminhamento para a rede, e contribuir para o processo de captação de recursos para auxiliar no processo de mitigação do risco e recuperação das perdas e danos.

Por vezes, para a conclusão do atendimento se fazem necessárias a discussão e a problematização dos casos atendidos em matéria do Serviço Social com a equipe multi e interdisciplinar, o que possibilita compreender as situações vivenciadas pelas usuárias e pelos usuários em suas múltiplas facetas e propor possibilidades de atuação que corroborem para atender às demandas apresentadas numa perspectiva de integralidade.

O ACOMPANHAMENTO SOCIAL DAS FAMÍLIAS INSERIDAS NO PROGRAMA AUXÍLIO-MORADIA EMERGENCIAL

A partir dos atendimentos sociais realizados às famílias que tiveram seus imóveis próprios totalmente ou temporariamente interditados, que impossibilitam a ocupação do imóvel, é possível identificar àquelas que possuem direito a acessar o Programa Auxílio-Moradia, o que se dá a partir de avaliação socioeconômica que subsidia a construção de relatório social circunstancial e observação dos critérios previstos na legislação que institui o Programa (Lei nº 14.214 de 16 de julho de 2021, Decreto nº 16.545, de 29 de abril de 2024).

É válido ressaltar que o Programa Auxílio-Moradia possui três modalidades legalmente estabelecidas pela legislação, sendo elas: a modalidade Emergencial, destinada a indivíduos que vivem em áreas de risco habitacional devidamente identificadas pela Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil, e para aquelas pessoas que residem em áreas monitoradas pela SSPDC e que precisam desocupar imediatamente a moradia. Há, também, a modalidade de Vulnerabilidade Social, que visa atender a indivíduos em vulnerabilidade social, pessoas em situação de rua, jovens em processo de desligamento por idade do Serviço de Acolhimento Institucional e jovens egressos do sistema socioeducativo. E, por último, há a modalidade direcionada para Mulheres Vítimas de Violência de Gênero, que se encontram sem autonomia financeira.

Na modalidade do Auxílio-Moradia Emergencial, o Programa estabelece a Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil como unidade encaminhadora. O Serviço Social recebe a documentação

requisitada nas legislações mencionadas, que é de responsabilidade da usuária e do usuário apresentar para a solicitação do benefício, em atendimento agendado para tal finalidade.

O Serviço Social também orienta a família a entrar em contato com o setor para informar os dados do imóvel que será alugado para solicitação de vistoria no local pela Defesa Civil, cumprindo assim as exigências do Decreto nº 16.545, de 29 de abril de 2024.

As famílias inseridas neste programa passam a ser acompanhadas pelo Serviço Social, sendo esta uma das frentes de trabalho desenvolvidas. O acompanhamento social às famílias inseridas no Programa Auxílio-Moradia tem sido realizado de maneira sistemática, tendo em vista que estes atendimentos possibilitam a prestação contínua de informações e orientações sociais, bem como fazer os encaminhamentos necessários para a rede socioassistencial, a fim de viabilizar o acesso aos direitos sociais.

Na direção de potencializar os acompanhamentos das famílias, a equipe de Serviço Social:

- Mantém permanente contato com a rede socioassistencial e demais equipamentos do Município;
- Participa do planejamento e da construção de novas frentes de trabalho;
- Sistematiza dados levantados nos atendimentos;
- Mantém cadastro das famílias atualizado;
- Discute e problematiza, com a equipe multi e interdisciplinar da Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil, os casos atendidos, sempre respeitando o sigilo profissional;
- Participa da organização de eventos na Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil;
- Participa de cursos, reuniões e demais eventos internos e externos à Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil;
- Participa de atividades preventivas e de conscientização, realizadas pela Defesa Civil.

Atualmente, são 124 famílias em acompanhamento pelo Serviço Social, o que demandou a ampliação da equipe de assistentes sociais. Na Supervisão de Serviço Social estão lotadas quatro assistentes sociais, sendo duas contratadas e duas efetivas, uma delas está desempenhando a função de supervisora, além de uma estagiária.

Por meio do acompanhamento das famílias inseridas no Programa Auxílio-Moradia é possível a identificação das demandas e das necessidades que perpassam o cotidiano do público atendido. Assim, é possível realizar uma articulação com a rede socioassistencial quando necessário e,

também, pensar em ações/atividades de cunho educativo e preventivo direcionado a este público, visando conscientizá-los sobre temáticas relevantes.

As interdições e as desocupações de moradias decorrentes de eventos adversos configuram situações de alta complexidade psicossocial, nas quais se entrelaçam perdas materiais, instabilidade habitacional, insegurança econômica e ruptura de vínculos afetivos e comunitários. O impacto emocional e social dessas ocorrências ultrapassa o momento do desastre, prolongando-se nas fases de reconstrução e readequação familiar.

Dentre as principais demandas observadas, destaca-se o atendimento psicológico, individual e familiar, em função dos impactos pós-traumáticos associados à desocupação compulsória e às condições precárias de acolhimento temporário. Tais situações comprometem a estabilidade emocional, o sentimento de pertencimento e a segurança existencial das pessoas afetadas.

Os efeitos psicossociais observados nas famílias em situação de interdição ou desabrigamento abrangem múltiplas dimensões:

- Sofrimento psíquico e trauma: medo intenso, sensação de desamparo, insônia, ansiedade e sintomas de estresse pós-traumático;
- Luto e perda simbólica: a moradia, além de espaço físico, representa história, identidade e segurança, sua perda acarreta vivência de luto e desorganização subjetiva;
- Ruptura de redes sociais: a desocupação fragiliza laços de vizinhança, apoio comunitário e redes informais de solidariedade.

Esses elementos, combinados à insegurança quanto à reconstrução da moradia e à dependência de abrigos ou Auxílio-Moradia, potencializam o sofrimento mental e exigem acompanhamento intersetorial. O cuidado psicossocial, nesse contexto, precisa reconhecer que o impacto emocional se entrelaça à precariedade material e à incerteza sobre o futuro.

As repercussões psicossociais das interdições de moradias são profundas e persistentes. A ausência de estratégias adequadas de cuidado e prevenção pode gerar cronicidade do sofrimento psíquico, desagregação familiar e retraimento comunitário. Assim, o enfrentamento dessas situações exige uma atuação intersetorial e interdisciplinar, com o Serviço Social desempenhando papel mediador entre as famílias, a rede socioassistencial e a saúde mental. O fortalecimento da atenção psicossocial integrada, a capacitação das equipes e o estabelecimento de fluxos entre Defesa Civil, Assistência Social e Saúde constituem medidas fundamentais para assegurar proteção integral e dignidade às famílias atingidas.

SERVIÇO SOCIAL E ATIVIDADES NO CAMPO DA PREVENÇÃO

Compreende-se que a educação continuada é elementar para a atuação profissional qualificada, propiciando o seu aprimoramento. Nesse viés, a instituição incentiva a participação da equipe em cursos de capacitação profissional, com temáticas relacionadas à Proteção e Defesa Civil e a outras políticas correlatas, bem como ao trabalho do Serviço Social na área de Defesa Civil.

Este processo contribui para o aprofundamento do conhecimento e do desenvolvimento das habilidades profissionais, que refletem na disseminação deste conhecimento adquirido através da participação em ciclos de cursos elaborados pela Defesa Civil municipal e a contribuições na produção bibliográfica que este órgão tem publicado.

O Serviço Social também participa da aplicação de pesquisas sociais realizadas pela Defesa Civil, como a Pesquisa de Percepção de Riscos em Áreas Vulneráveis. Essa investigação, ao ser conduzida junto à população que reside em territórios tecnicamente classificados como de risco, revela dimensões que extrapolam o aspecto técnico e geológico, permitindo apreender a vivência social do risco, isto é, como cada grupo percebe, nomeia e enfrenta as ameaças que incidem sobre seu cotidiano.

Contudo, compreender essas percepções requer situá-las em um quadro estrutural mais amplo, em que o conflito entre capital e trabalho se materializa no espaço urbano. A dinâmica de acumulação capitalista historicamente organiza o território de forma desigual, onde a elite econômica estabeleceu-se em áreas centrais e mais valorizadas da cidade, enquanto a população pobre, em sua maioria negra, foi relegada às periferias e às zonas de risco ambiental, configurando o que Villaça (2001) chama por “segregação socioespacial”. Tal processo não é fortuito: é parte constitutiva do modo de produção capitalista, que, ao valorizar o solo urbano como mercadoria, expulsa as trabalhadoras e os trabalhadores para as margens, tanto geográficas quanto simbólicas, da cidade.

A análise dos atendimentos realizados pelo Serviço Social no ano de 2023 reforça essa leitura crítica do território e evidencia a concentração das vulnerabilidades em grupos historicamente subalternizados.

Com relação à raça, somando-se os grupos pretos e pardos, chega-se a aproximadamente 60% das pessoas atendidas, proporção que confirma a racialização da pobreza e da exposição ao risco ambiental. Tal dado expressa, de forma empírica, o que o racismo estrutural impõe como norma: a população negra, por força de processos históricos de marginalização e de negação do direito à cidade, que remontam ao período colonial e se consolidam com a Lei de Terras de 1850, permanece majoritariamente localizada nos territórios de maior vulnerabilidade socioambiental.

No que se refere ao gênero, o quadro revela uma acentuada feminização da pobreza e do risco, tendo mais de 70% dos casos com mulheres. Esse dado é coerente com o perfil predominante das famílias acompanhadas, compostas por mulheres chefes de família, muitas vezes responsáveis pelo sustento e pelo cuidado dos filhos em contextos de trabalho informal e precarizado. Tal realidade confirma as análises de que as desigualdades de gênero não apenas atravessam o espaço doméstico, mas também estruturam o acesso (ou a exclusão) aos direitos urbanos e ambientais. As mulheres, sobretudo negras e periféricas, permanecem na linha de frente da vulnerabilidade, mas também da resistência cotidiana à exclusão territorial.

Já com relação à renda, considerando que mais de 66% das famílias vivem com até 3 salários-mínimos, evidencia-se que o risco ambiental é, fundamentalmente, um risco socialmente determinado pela pobreza e pela exclusão econômica. A renda baixa limita o acesso a habitações seguras, políticas de regularização fundiária e infraestrutura adequada, perpetuando o ciclo de vulnerabilidade.

Esses dados empíricos confirmam que as “zonas de risco” coincidem com as “zonas de sacrifício”, espaços nos quais o Estado e o mercado normalizam a exposição de determinados grupos sociais ao perigo e à precariedade. Nelas, raça, classe e gênero se entrecruzam, configurando uma cartografia da desigualdade socioambiental.

Nessas bordas urbanas, o risco ambiental se torna condição permanente de existência. A ausência de infraestrutura, drenagem, saneamento e políticas habitacionais efetivas não decorre de falhas pontuais, mas da lógica de valorização do espaço urbano orientada pelo lucro, que converte determinados territórios em “zonas de sacrifício”, expressão utilizada para designar áreas onde populações inteiras são expostas de forma sistemática a condições degradantes e perigosas, consideradas aceitáveis para o funcionamento da economia.

Essas zonas de sacrifício têm raça, classe e gênero. A reprodução da pobreza urbana no Brasil está intrinsecamente atravessada pelo racismo estrutural, que historicamente destinou à população negra, periférica e majoritariamente feminina os territórios de maior vulnerabilidade socioambiental. Mulheres negras chefes de família, frequentemente trabalhadoras informais, concentram-se em moradias precárias, localizadas em encostas e margens de rios – os espaços residuais do capital. Assim, o risco ambiental não é apenas físico, mas também social, racial e de gênero, refletindo uma geografia das desigualdades moldada pela intersecção dessas opressões.

Nesse contexto, a Pesquisa de Percepção de Riscos assume um caráter político e pedagógico fundamental: ao escutar os sujeitos sociais atingidos, reconhece sua capacidade de leitura do território e desvela as relações de poder que estruturam o risco. A escuta qualificada das comunidades permite compreender que a permanência em áreas de risco não é uma escolha irracional, mas uma estratégia de sobrevivência em uma sociedade que lhes nega o direito à

cidade. Assim, as percepções populares sobre o risco são também expressões de resistência e de luta por reconhecimento.

A atuação do Serviço Social nesse processo é estratégica, pois integra o campo técnico operativo com a análise crítica das determinações sociais do território. Ao participar das pesquisas, a e o assistente social não apenas coleta dados, mas produz conhecimento socialmente situado, capaz de revelar as contradições entre o direito à moradia e a lógica de mercado que orienta a urbanização. Sua prática, fundamentada no Projeto Ético-político da profissão, contribui para visibilizar as injustiças ambientais e fortalecer a defesa dos direitos das populações atingidas.

Outra atividade para a qual o Serviço Social é chamado para participar trata-se do simulado prático de emergência para evacuação da Zona de Autossalvamento (ZAS) das barragens de armazenamento de resíduos industriais. O simulado é realizado com o apoio da Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil e dos órgãos de segurança. O exercício possui caráter preventivo e envolve diálogo com a comunidade, fornecimento de informações sobre as barragens e orientações, sinalização das rotas e dos pontos de encontro, além da execução do simulado de uma situação hipotética de emergência. A partir da participação no simulado é possível observar o tempo gasto para as pessoas chegarem até o local seguro e as dificuldades que poderiam surgir na ocorrência de um desastre, a partir da avaliação final do simulado pode-se contribuir para o aprimoramento das estratégias de ação.

Ainda, o Serviço Social realiza atividades de cunho social e educativo para os beneficiários do Programa Auxílio-Moradia, visando à conscientização desse público sobre temáticas relevantes, como temas relacionados à importância do cuidado com a saúde, saúde financeira e primeiros socorros em situações de desastres.

Além disso, a equipe de Serviço Social também desenvolve ações coletivas voltadas para a comunidade atendida pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que abrangem o atendimento de famílias residentes em áreas de mapeamento de risco pela Defesa Civil, com o objetivo de desenvolver atividades educativas para a prevenção a riscos de desastres, assim como nos equipamentos dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro Pop e Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município com o intuito de disseminar o trabalho da Defesa Civil.

CONCLUSÃO

A análise da atuação do Serviço Social na Defesa Civil de Juiz de Fora evidencia a relevância dessa profissão na consolidação de uma gestão de riscos e desastres orientada pelos princípios da integralidade, da intersetorialidade e da garantia de direitos. Ao articular dimensões técnico-operativas, ético-políticas e teórico-metodológicas, o Serviço Social contribui de maneira

substantiva para que as ações de prevenção, mitigação, resposta e recuperação transcendam o caráter emergencial e assumam contornos de política pública permanente e estruturante.

A inserção da e do assistente social na Defesa Civil representa uma mediação essencial entre o Estado e a população atingida, uma vez que sua prática profissional integra a resposta emergencial à dimensão preventiva e educativa, contribuindo para o fortalecimento da resiliência comunitária e para a efetivação de direitos. Sua atuação, fundamentada no Projeto Ético-político da profissão, desloca o enfoque da mera gestão técnica do desastre para uma leitura crítica das determinações estruturais que o produzem.

A partir do atendimento social realizado pela e pelo assistente social, em que há a devida caracterização socioeconômica da família, esta pode ter os seus devidos direitos sociais, políticos e civis viabilizados, por meio de encaminhamentos aos serviços e aos programas sociais, além da disponibilização de itens de assistência humanitária, quando necessário.

Em Juiz de Fora, a atuação do Serviço Social perpassa pelos Departamentos de Gestão de Riscos, como também pelo Departamento de Gestão de Riscos de Desastres, conseguindo atuar na garantia de direitos, tanto na fase de prevenção, em que as orientações são realizadas para que desastres sejam evitados ou mesmo os riscos mitigados, como na resposta, em que a demanda surge em caráter emergencial, tal qual no momento da recuperação no qual permanecem as ações de intervenção que se fizerem necessárias.

É válido ressaltar que as famílias, ao serem incluídas no Programa Auxílio-Moradia, passam a ser acompanhadas pela equipe do Serviço Social da Defesa Civil, com intuito de garantir a segurança habitacional das moradoras e dos moradores e, também, realizar o trabalho com o sujeito, através de encaminhamentos e intervenções, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade social e risco habitacional

Logo, o trabalho do Serviço Social na Defesa Civil de Juiz de Fora constitui uma experiência concreta de intersectorialidade e de materialização dos princípios da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012). Essa atuação reafirma o compromisso da profissão com a defesa intransigente dos direitos humanos e com a construção de práticas institucionais que reconhecem o território como espaço de vida, pertencimento e cidadania.

Conclui-se, portanto, que a presença da e do assistente social nas equipes de Proteção e Defesa Civil não apenas potencializa a eficácia das ações de gestão de riscos e desastres, como também introduz uma perspectiva crítica e emancipatória, capaz de articular a intervenção técnica à transformação social. A experiência de Juiz de Fora, nesse sentido, oferece contribuições teórico-práticas relevantes ao campo do Serviço Social, reafirmando a e o assistente social como sujeito político na formulação e na execução de políticas públicas voltadas à defesa da vida, à justiça social e à equidade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

AVILA, M. R. R.; MATTEDI, M. A.; SILVA, M. S. *Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e a atuação profissional*. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.112>. Acesso em 27 de novembro de 2024.

BRASIL. *LEI 12.608, DE 10 DE ABRIL DE 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 18 de novembro de 2024.

CFESS. *Código de Ética do/a Assistente Social*. Aprovado em 13 de março de 1993. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 18 de novembro de 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL CFESS. *RESOLUÇÃO CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006*. EMENTA: Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em: https://www.cfess.org.br/pdf/resolucao_4932006.pdf. Acesso em: 22 de novembro de 2024.

DALCIN, K. C.; KAUCHAKJE, S.. *Processo de consolidação e normatização de políticas públicas no Brasil: estudo comparativo da implementação das políticas de Assistência Social e de Proteção e Defesa Civil*. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5522/552256667011.pdf>. Acesso em: 18 de novembro de 2024.

DUTRA, Adriana Soares. *Gestão de Desastres e Serviço Social: o Trabalho de Assistentes Sociais Junto aos Órgãos Municipais de Proteção e Defesa Civil*. Curitiba: Appris Editora, 2021.

DUTRA, A. S.; GONÇALVES, R.S.. *A atuação dos assistentes sociais nos órgãos municipais de Proteção e Defesa Civil*. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/25388/18359>. Acesso em: 18 de novembro de 2024.

DUTRA, A. S.; RIBEIRO, E.; SILVA, R.. *A Intersetorialidade em pauta: uma breve análise das políticas de assistência social e de proteção e defesa civil*. 2020. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15341/12696>. Acesso em: 18 de novembro de 2024.

DUTRA, A. S.; RIBEIRO, E.. *Assistência social e defesa civil: breve análise sobre a intersetorialidade*. 2019. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3023/2805>. Acesso em: 18 de novembro de 2024.

GESUAS. *A instrumentalidade na prática do Assistente Social*. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/a-instrumentalidade/>. Acesso em: 10 mai. 2023.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2024. *Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil, histórico*. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/subsecretarias/sspdc/historico.php>. Acesso em: 21 de novembro de 2024.

PJF - PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. *Decreto Municipal nº 14.825, de 28 de outubro de 2021* - Dispõe sobre as ações da Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil no município de Juiz de Fora ao longo do período chuvoso e dá outras providências. Disponível em: <https://jflgis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000048456>. Acesso em: 28 de outubro de 2024.

PJF - PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. *Lei Municipal nº 14.214, de 16 de julho de 2021*. Institui o Programa Auxílio-Moradia no município de Juiz de Fora e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/j/juiz-de-fora/lei-ordinaria/2021/1422/14214/lei-ordinaria-n-14214-2021-institui-o-programa-auxilio-moradia-no-municipio-de-juiz-de-fora-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 28 de outubro de 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Histórico e evolução da Defesa Civil no Brasil*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Defesa Civil. 2018 Disponível em: <https://defesacivil.rj.gov.br/index.php/defesa-civil/historia-da-defesa-civil>. Acesso em: 19 de novembro de 2024.

SANTOS, A. P. BARROS, A. B.. *A inserção sócio-ocupacional do assistente social em equipes multiprofissionais de defesa e segurança civil*. 2016. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://defesacivil.uff.br/wp-content/uploads/sites/325/2020/10/A-insero-scio-ocupacional-do-assistente-social-Anglica-e-Airton-CBRRD.pdf>. Acesso em: 28 de novembro de 2024.

SILVA, K. M.; NOBRE, S. E. F. R.. *Serviço Social e Desastres Socioambientais: atuação na Defesa Civil de Maceió-AL*. 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/servico-social-e-desastres-socioambientais-atuacao-na-defesa-civil-de-maceio-al/>. Acesso em: 18 de novembro de 2024.

VALENCIO, N.. *Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro*. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2010.v19n4/748-762/pt>. Acesso em: 18 de novembro de 2024.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ATUALIDADE

CRESS-MG | REVISTA CONEXÃO GERAES | V. 17 | DEZEMBRO DE 2025

